UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

MARIA AMÁLIA DE ALMEIDA CUNHA

TRAJETOS SINUOSOS: O BAIRRO, A FAMÍLIA E A JUVENTUDE A UM SÓ TEMPO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Campinas, fevereiro de 2003

UNICAMP

MARIA AMÁLIA DE ALMEIDA CUNHA

TRAJETOS SINUOSOS: O BAIRRO, A FAMÍLIA E A JUVENTUDE A UM SÓ TEMPO

Este exemplar corresponde à tese apresentada por MARIA AMÁLIA DE ALMEIDA CUNHA e aprovada pela comissão julgadora.

Data ——————/——————/——————

Assinatura:

Orientadora

Comissão Julgadora

Campinas, fevereiro de 2003

200266/96

© by Maria Amália de Almeida Cunha, 2003.

UNIDADE BC
Nº CHAMADA
T/UNICAMP
C914t
EX
TOMBO BC/ 55053
PROC. 16-124103
C [ ] D [7]
PREÇO R$ 11,00
DATA 07/08/03
Nº CPD

BIBID - 297463

CM00187252-2

Catalogação na Publicação elaborada pela biblioteca da Faculdade de Educação/UNICAMP
Bibliotecário: Gildenir Carolino Santos - CRB-8ª/5447

C914t

Cunha, Maria Amália de Almeida.
Trajetos sinuosos : o bairro, a família e a juventude a um só tempo / Maria Amália de Almeida Cunha. -- Campinas, SP: [s.n.], 2003.

Orientador : Neusa Maria Mendes de Gusmão.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Juventude. 2. Educação. 3. Família e trabalho. 4. Etnografia - Trabalho de campo. 5. Experiências de vida. I. Gusmão, Neusa Maria Mendes de. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

03-015-BFE

Dedico integralmente este trabalho a todos aqueles que me receberam em suas casas, contaram-me suas histórias e revelaram-me seu cotidiano, em especial Rose.

Agradecimentos

Muitas foram as pessoas que, de algum modo, participaram da elaboração deste estudo, ainda que o aspecto coletivo de confecção de um trabalho acadêmico permaneça, muitas vezes, sobrepujado pela imagem daquele que conduz o texto, elabora as hipóteses e retraça novos caminhos. A consecução deste trabalho não teria saído das primeiras páginas, não fosse a orientação segura, generosa e constante da Professora Neusa Maria Mendes de Gusmão.

Agradeço ainda

à Professora Liliana Segnini, com quem muito tenho aprendido e a quem muito admiro;

à Professora Lucie Tanguy, do Laboratório *Travail et Mobilités*, orientadora do estágio de doutoramento realizado na Universidade de Paris X- Nanterre. Sua generosidade e engajamento contribuíram para solidificar minha crença na importância do conhecimento ao longo da vida;

à Professora Maria Christina de Souza Campos, pelas valiosas contribuições trazidas no Exame de Qualificação, sobretudo pela leitura cuidadosa e respeitosa ao meu trabalho;

à Professora Aparecida Nery, pelo estímulo e incentivo constantes;

ao grupo FOCUS, particularmente representado aqui pelas Professoras Ana Almeida, Águeda e Letícia, pela forma como conduziram as discussões e encaminharam projetos, sempre ressaltando a importância do esforço coletivo, necessário para o bom andamento da produção acadêmica;

àqueles que foram meus professores; pelo aprendizado ao longo de minha formação,

a todos os funcionários da Faculdade de Educação da Unicamp, em especial Dona Ana, Nadir e Lídia, sempre solícitas e generosas;

à minha família, sobretudo minha irmã Stela, com quem pude compartilhar o processo de elaboração de uma tese;

ao Marcelo, pela interlocução permanente;

ao Emerson Tin, pela amizade generosa e pelo espírito aberto a novos diálogos;

aos amigos queridos, Dirce, Maria Elena, Ana Bueno, Marisa Galvão, Elisandra, Luciane, Vanda Silva, Maurício, Marcos e Andréia, Gigi, Álvaro, Roberta, Cândida, Marcos Francisco, Tânia Mara, Mônica, Cristina, Regiane, Crispim, minha gratidão.

Não poderia ainda esquecer o apoio imprescindível das agências de fomento à pesquisa responsáveis pela viabilidade deste trabalho, sobretudo à FAPESP, a quem devo a possibilidade de execução dessa tese e à CAPES, por ter tornado possível, através do acordo CAPES-COFECUB, o estágio realizado na Universidade de Paris X- Nanterre.

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, isto é, que vem automaticamente do lugar, do nascimento, da profissão, do ambiente. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. Precisa receber quase que a totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual, por intermédio dos meios de que faz parte naturalmente.

Simone Weil[1]

[1] WEIL, Simone. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SUMÁRIO

SIGLAS

RESUMO

RÉSUMÉ

INTRODUÇÃO

1- O trajeto de um sujeito 01

2- Os sujeitos no trajeto 05

3- A etnografia e as possibilidades e limites de diálogo com as Ciências Sociais..... 11

4- Diário de campo: os meandros da pesquisa empírica ou a dose necessária de contingência? 16

CAPÍTULO I-

I- A CIDADE E O BAIRRO: VIDA E SIGNIFICADO 25

1.1- "Olhe para o bairro e veja quem eu sou" 29

1.2- O migrante e a construção do espaço social 40

CAPÍTULO II-

II- FAMÍLIA: TRAJETOS, TRILHAS E DESAFIOS 47

2.1- A família como categoria de análise 47

2.2- A literatura sobre família 50

2.3- Famílias chefiadas por mulheres 53

2.4- Retratos de Família 66

2.4.1- A trajetória de Rose: o desafio da maternidade 72

2.4.2- D. Elenice: um espelho da trajetória migrante 81

2.4.3 - A trajetória de Terezinha: a centralidade do trabalho 92

CAPÍTULO III-

III- JUVENTUDE: ENTRE TRAJETOS E PROJETOS 99

3.1- Juventude: uma categoria em construção 101

3.2- Os jovens e seus trajetos 105

3.2.1- Gilson e Viviane: o que fazer com o diploma? 112

3.2.2- A trajetória de Duda: um jovem migrante 122

3.2.3- Um jovem "rapper" na/da periferia 135

3.2.4- Sinuosidades no percurso: uma jovem mãe 145

3.3- Dos projetos e da realidade: percalços do caminho 157

CAPÍTULO IV-

IV- TRAJETOS COMPLEXOS: ENTRE A REGRA E A EXCEÇÃO 161

4.1- O retrato da "excelência" escolar: Helena e Paula 166

4.2- Retrato de Renata: "a vida é só trabalho" 172

4.3- Estudar e trabalhar: o rito, o mito e a realidade 175

CONSIDERAÇÕES FINAIS

IMAGENS DO BAIRRO: uma combinação de olhares 181

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 185

SIGLAS

ANPED- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

BID- Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD- Banco Interamericano de Recuperação e Desenvolvimento

BM- Banco Mundial

CAPES- Coordenação de Avaliação e Pesquisa do Ensino Superior

CEASA- Centro de Abastecimento

CERU- Centro de Estudos Rurais e Urbanos

CD- Compact Disc

CPI- Comissão Parlamentar de Inquérito

DIEESE- Departamento Intersindical de Estudos Econômicos

ETECAP- Escola Técnica de Campinas

FAPESP- Fundação de Ampara à Pesquisa do Estado de São Paulo

FE- Faculdade de Educação

FMI- Fundo Monetário Internacional

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB- Lei de Diretrizes e Bases

MEC- Ministério da Educação

PEA- População Economicamente Ativa

PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílio

PME- Pesquisa Mensal de Emprego

UNICAMP- Universidade Estadual de Campinas

Resumo: Esta pesquisa procura retratar os *modos de vida* de famílias de um bairro popular na região metropolitana de Campinas, bem como apreender as práticas cotidianas e representações, sobretudo de seus jovens moradores. A abordagem dos *modos de vida* insere-se na encruzilhada da Sociologia com a História Social e a Antropologia Cultural, recuperando a heterogeneidade das experiências diferenciadas dos sujeitos. Compreender os *modos de vida* dos jovens e suas famílias no bairro M. significa, mais do que estar atento à experiência desses sujeitos, entender como elaboram suas trajetórias em meio a um duplo movimento de constantes rupturas e recomeços das relações laborais, escolares e familiares, retratando a *itinerância* daqueles (as) que não estão nem "dentro" e nem "fora" das estruturas, mas que vivem suas trajetórias num contexto marcado pela fragilidade relacional. Recuperar a experiência desses sujeitos é descobrir respostas diferentes à imposição de novas tensões, sobretudo aquelas decorrentes das transformações no mundo do trabalho.

Résumé: Cette recherche essaye de comprendre *la façon de vivre* des familles qui habitent dans un quartier populaire dans la région de la banlieue de Campinas, ainsi comme saisir les pratiques quotidiennes et de réprésentations, surtout des ces jeunes habitants. L'approche sur *la façon de vivre* s'insére dans le domaine de la Sociologie, de la Histoire Sociale e de l'Anthropologie Culturelle. Comprendre *la façon de vivre* des jeunes et de leurs familles dans le quartier M. permet, plus qu'être attentif à l'expérience des ces sujets, apercevoir comment ils élaborent leurs trajectoires face à un double mouvement des ruptures et recommecements des rapports de travail, scolaires et familiales. Récupérer l'expérience des ces sujets est découvrir differents réponses vis-à-vis l'imposition de nouvelles tensions, surtout de celles issues des changements du monde du travail.

INTRODUÇÃO:

"(...) os indivíduos transitam em diferentes "campos de possibilidade", relacionando-se de maneiras variáveis com os quadros de condições de existência em que se inserem, e circulando entre esferas sociais e universos de sentido segundo uma gama mais ou menos aberta de combinatórias potenciais, vão construindo as suas práticas cotidianas, os seus projetos de vida e as suas orientações valorativas" (Gilberto Velho, 1994).

A preparação de um trabalho envolve muito mais do que um tema a ser pesquisado, posto que a própria pesquisa empírica exige a todo momento um movimento de inflexão. Assim, a realização desta tese reflete uma fluidez característica daquele que não concebe jamais o trabalho como algo finito, mas como uma construção permanente inscrita na durabilidade de um processo de conhecimento, de descobertas e redescobertas.

Muito daquilo que escrevi aqui procura descortinar inquietações e talvez buscar respostas para questões postas no Mestrado, ou mesmo ao longo do Doutorado. E é justamente por isso que não prescindi deste *traçado,* a fim de que o leitor pudesse perceber o constante movimento – e por vezes os percalços – daquele que investiga.

1- O trajeto de um sujeito

Após ter estudado, durante o mestrado, os impactos da reestruturação produtiva na vida de operárias de uma empresa multinacional, o tema da *precarização* foi pouco a pouco ganhando centralidade nas minhas investigações, embora permanecesse mais circunscrito ao universo fabril. Foi pensando em dar seqüência, já no Doutorado, às pesquisas sobre os efeitos das mudanças ocorridas no mundo do trabalho- desta vez centradas nos processos de precarização social sobrepostos à noção de gênero e família- que o tema *famílias chefiadas por mulheres* apresentou-se como um interessante objeto de estudo.

Analisadas as transformações nas relações laborais e os impactos trazidos aos operários (as), surge então a necessidade de estudar os reflexos dessas mudanças na vida familiar, tanto de trabalhadores que estavam inseridos no setor formal da economia, quanto

daqueles que vinham sentindo cada vez mais os processos de precarização, através de rupturas com o mundo do trabalho (visíveis pelo trabalho informal e o desemprego), bem como através da fragilidade de outros vínculos sociais.

Procurando responder a tais inquietações, defini como proposta de trabalho o estudo da *Chefia Feminina*[1] e, por extensão, as investigações de como seus filhos conjugavam duas temporalidades muitas vezes opostas, mas necessárias para famílias de baixa renda: *escola* e *trabalho.*

A preocupação com a chefia feminina não decorria apenas de dados estatísticos que apontavam o crescimento significativo desse tipo de unidade domiciliar[2], mas de uma preocupação real, motivada pelo universo empírico da pesquisa realizada no mestrado[3]: mais de 2/3 das operárias entrevistadas eram mulheres chefes de família, migrantes, e cujos domicílios estavam mais vulneráveis à precarização que outros domicílios constituídos por famílias nucleares.

Uma vez inscrita no Programa de Doutorado da FE/UNICAMP, procurei dar curso à pesquisa sobre famílias chefiadas por mulheres em um bairro popular, reputado pelo alto índice de violência, localizado na região Metropolitana de Campinas. O recorte centrado num bairro popular foi estabelecido seguindo alguns dados estatísticos e estudos que informavam que a chefia feminina ocorria com mais freqüência em famílias de baixa renda, tal como atesta a literatura sobre o tema.

Conhecer uma pessoa que já morava lá- uma mulher, chefe de família- facilitou muito minha incursão no bairro. Rose[4], trinta e cinco anos, empregada doméstica, residente há

---

[1] Diversos estudos vêm apontando as mulheres chefes de família como um dos segmentos mais bem representados pela pobreza. De acordo com a própria constituição do grupo domiciliar, crianças e adolescentes têm ingressado também no setor informal da economia, como forma de contribuir para o incremento do rendimento familiar. Para Montali (1990), as famílias com chefia feminina, sem a presença do cônjuge, são caracterizadas pelo esforço coletivo no enfrentamento das condições objetivas de existência e aquelas que apresentam maiores dificuldades para articular arranjos que possibilitem a superação da precariedade, estando cerca de 40% delas em condições de pobreza e quase a metade dentre estas em pobreza extrema.

[2] Estima-se hoje que mais de 30% dos domicílios no Brasil são chefiados por mulheres. Segundo o Censo de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Brasília é a cidade com mais alta proporção de mulheres chefes de família: 32,8%, ultrapassando o Rio de Janeiro, onde a proporção é de 31,2%. A explicação estaria no elevado índice de separações.

[3] CUNHA, M.A. de A. – **As Operárias da Noite: entre a Casa e a Fábrica- Um estudo do trabalho feminino no contexto da reestruturação produtiva**. 1997. 179 f. Tese (Mestrado em Sociologia)- Universidade Estadual Paulista, UNESP, Araraquara.

[4] Todos os nomes das pessoas entrevistadas para este trabalho foram preservados a pedido dos próprios sujeitos.

mais de vinte e cinco anos no bairro e mãe de uma jovem de dezoito anos, auxiliou-me nos contatos com as outras famílias.

Ser introduzida num bairro marcado pela violência e criminalidade por uma moradora que, segundo ela mesma relata, *"estudou na escola primária com todos aqueles que hoje são bandidos"*, facilitou minha circulação em certos espaços que costumam ser bem demarcados.

Antes de iniciar as entrevistas, julguei mais pertinente e prudente de minha parte que eu também me fizesse conhecer. Gostaria que as pessoas entrevistadas tivessem a mesma chance que me foi dada no que respeita à escolha do bairro a ser pesquisado: eles também tinham o direito de não se sentirem à vontade diante de minha presença e, dessa forma, não relatar o seu cotidiano a uma "estranha". Não me agradava o fato de que viessem a ser apenas "objeto" de minha pesquisa.

As visitas ao bairro ficaram sempre estabelecidas para os domingos, dia em que a família toda está em casa; dia de descanso e de "assuntar" as novidades transcorridas durante a semana pelas ruas adentro.

O estranhamento inicial[5] foi cedendo lugar a relações de amizade e, em pouco tempo, eu já tomava parte das festas de aniversário, casamento e formatura. A importância atribuída aos "cerimoniais" foi algo que me chamou bastante a atenção. Em quase todas as casas visitadas, era freqüente encontrar fotos na parede registrando a conclusão de "cada etapa vencida" na vida escolar, revelando a importância atribuída aos estudos. Fazem parte da celebração desses ritos de passagem[6] fotos de formatura, gravações do cerimonial em

[5] Talvez a "etapa" mais difícil de investigação diga respeito à pesquisa de campo, uma vez que toda pesquisa envolve um certo "estranhamento" em relação àqueles que estão tão próximos e, ao mesmo tempo, são os "outros", sujeitos de nossas inquietações e nossas buscas. Definir um bairro a ser pesquisado como forma de fazer um "recorte" e assim empreender a pesquisa em tempo hábil apresentou-se como a "primeira dificuldade". Interessava-me escolher um bairro, pensar numa maneira de melhor aproximar-me de seus moradores, apresentar-me diante deles com alguns propósitos e, por fim, saber se conseguiria estabelecer uma relação que implicasse uma troca. Tais indagações emergiram durante todo o percurso no qual estive envolvida com a pesquisa de campo, cujas respostas fizeram-se presentes somente no dia-a-dia da investigação.

[6] *Rito de passagem* é uma expressão forjada e popularizada por Van Gennep (1909) para designar os ritos que preparam ou acompanham a passagem de uma pessoa de um estado a outro ou de um estatuto a outro. Destinam-se a afastar os perigos sobrenaturais que o momento de expectativa entre o estado antigo e o novo estado poderia fazer correr ao interessado ou a toda a comunidade. Todos os grandes períodos críticos da vida humana (nascimento, puberdade, casamento e morte) são marcados por ritos de passagem. Van Gennep distingue três momentos no desenrolar de todo e qualquer rito de passagem: 1°: a separação da situação ou da vida anterior; 2°: a "margem" que corresponde a este intervalo cheio de perigos; 3°: a agregação que volta a

fitas VHS, além de álbuns de fotos sofisticados. A importância atribuída às formaturas, de um modo geral, desde um curso de computação, diplomas de pré-primário até a conclusão do ensino médio, mereceu uma reflexão mais atenta de minha parte.

As primeiras entrevistas com mulheres chefes de família- objeto primeiro deste estudo- revelaram outro aspecto interessante e passível de investigação, qual seja, o número significativo de famílias migrantes. Entretanto, verifiquei que esta trajetória de "deslocamento" do rural para o urbano[7] não se restringia apenas às famílias monoparentais, o que fez com que eu ampliasse meu foco de análise.

O papel da mulher é bastante significativo nessas famílias, pois mesmo aquelas que eventualmente contam com a presença de um companheiro destacam-se na gerência do domicílio, contribuindo com mais de 50% para o seu orçamento. Chama a atenção o número elevado de mulheres concentradas na área de prestação de serviços, sobretudo na ocupação de postos de trabalho como diarista e empregada doméstica. Muitas delas não possuem o registro em carteira, do que se pode concluir que as atividades informais fazem um grande eco no bairro: muitos homens trabalham como autônomos- pedreiros, pintores, camelôs- e uma quantidade expressiva de jovens vive de "biscates", nos quais se inclui o tráfico de drogas como atividade principal.

A medida que o contato com estas famílias avançava, sentia-me impelida a investigar o cotidiano dos moradores do bairro, saber quem eram eles, como viviam, em que lugar trabalhavam. Os jovens, filhos ou não de mulheres chefes de família, passaram a requerer maior atenção de minha parte, talvez porque eles pareciam estar mais expostos aos processos de vulnerabilidade relacional.

Assim, pouco a pouco, meu olhar redirecionava-se para aqueles que pertenciam à primeira ou segunda geração de migrantes (em sua grande maioria); jovens que criavam e recriavam práticas de sociabilidade num contexto fortemente marcado pelo desemprego, pela sedução do tráfico de drogas, pela violência e por uma escola cada vez menos atrativa.

Talvez pelo fato da proximidade geracional – alguns dos jovens entrevistados eram pouco mais novos do que eu-, muitos deles queriam saber mais sobre minha pesquisa e

---

inserir o individuo, já com o seu novo estatuto, na comunidade (In: Pannof, M.; Perrin, M. **Dicionário de Etnologia.** Edições 70, 1973).

[7] Muitas dessas famílias viviam do cultivo das terras no Estado de Minas Gerais, mais precisamente na região do Vale do Jequitinhonha.

sobre como era cursar uma Universidade pública. Aos poucos, deixavam escapar alguns desejos velados, como o de um dia ter a chance de "chegar lá", ter um diploma, um bom trabalho, uma banda de rap, entre tantos outros projetos.

Foi buscando perscrutar os *modos de vida* de jovens moradores de um bairro popular[8] na região metropolitana de Campinas que essa pesquisa teve seus **objetivos primeiros** redefinidos em campo, ganhando contornos diferentes daqueles esboçados no projeto inicial de Doutorado.

2- Os sujeitos no trajeto

O estudo dos *modos de vida*, segundo Elizabeth Lobo (1992), emerge como um interessante tema de análise nos anos de 1980, unificador de um conjunto de práticas e experiências das classes trabalhadoras. Inicialmente circunscrito ao estudo das classes laboriosas, tal termo desloca a ênfase das condições de vida e das práticas político-institucionais da classe operária para as práticas cotidianas e de representações, as tradições e trajetórias distintas de trabalhadores e trabalhadoras, propondo uma abordagem que, na encruzilhada da Sociologia com a História Social e a Antropologia Cultural, recupera a heterogeneidade da formação e as experiências diferenciadas dos sujeitos.

Lobo (1992:08) pontua a diferença existente entre "modos de vida" e "condições de vida", noções distintas quanto à abordagem das experiências cotidianas. O uso das "condições de vida" inscreve-se na linhagem do clássico livro de Engels (1960) sobre a classe trabalhadora inglesa. O tema reflete em parte as preocupações dos pensadores

[8] A definição de "bairro popular" será melhor explicitada nos capítulos subseqüentes. Todavia, convém salientar que os bairros populares no Brasil foram objeto de diversos estudos, sobretudo no fim dos anos de 1970, quando tiveram papel decisivo na luta por condições sociais mais igualitárias (ver, por exemplo, a importância dos movimentos eclesiais de base e o "surgimento" de novos atores sociais- cf. Sader, Eder e Emir; Paoli, Maria Célia, Kowarick, Lucio, entre outros). A maior parte dos movimentos sociais dos anos de 1980 emerge dos bairros populares nas grandes cidades e não é por acaso que uma das maiores greves dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo em 1978 torna-se emblemática da fusão entre a Fábrica e o Bairro. Deve-se sublinhar também a diferença entre "bairro popular" e "favela" no Brasil. A definição de "bairro popular" obedece a uma noção ampla, emprestada sobretudo da prática social. Já a noção de "favela" é definida pela própria população entrevistada como "espaços" fluidos, cujos habitantes encontram-se também num estado de incertitude e de procura de um emprego, de uma moradia, etc. Os habitantes dos bairros populares definem sua identidade pela negação daquilo que representa morar numa "favela", já que o *espaço social* das "favelas" é visto com desprezo e representa uma "volta para trás" para aqueles que conheceram uma trajetória social ascendente.

socialistas do século XIX com os destinos dos trabalhadores fabris e remete ao discurso bio-social próprio os relatórios sobre "as condições morais, sociais e físicas" da classe trabalhadora, percebida como perigosa no contexto de desordem e miséria dos primórdios da industrialização.

O sistema de fábrica, articulado a miséria urbana e desordem moral, constituiu-se em temática das pesquisas sobre padrões de vida, habitação e organização familiar. Assim, as condições materiais de existência, vistas por ângulos diversos, eram portadoras de uma mesma chave explicativa: a das possibilidades de consciência e de revolta, e também dos instintos e más disposições que precisavam ser disciplinados e racionalizados (1992:08).

No que concerne ao uso da noção *modos de vida*, Lobo diz estar nela embutidas

> (...) muitas preocupações e constitui-se em meio a uma abordagem da vida cotidiana próxima à antropologia cultural e aos estudos sócio-econômicos e sócio-políticos do processo de produção dos objetos urbanos (LOBO,1992, p.08).

Uma outra vertente desses estudos, segundo a autora, perpassa pela perspectiva de superação das práticas sociais atreladas a uma mecânica das estruturas; ao contrário, o que se propõe é uma sociologia das relações sociais, pesquisas estas que abriram caminho para uma problematização dos estudos de gênero, da juventude, do migrante etc., sempre histórica e culturalmente localizadas.

Trata-se de uma reconstituição do urbano em que se privilegia a análise das práticas sociais, na qual o contexto que faz emergir os objetos e para o qual eles estão fortemente orientados é constituído pelos desafios colocados tanto pelas novas formas de vida urbana, quanto por suas formas perversas (Lobo,1992:09).

Dentro dessa perspectiva, os estudos sobre *modos de vida* significam não uma extensão dos estudos sobre "condições de vida" ou "estratégias de sobrevivência", na sua formulação sociológica, mas contêm uma preocupação principal que se inscreve na ruptura da dicotomia entre condições e práticas subjetivas, pensadas sob a ótica da relação causa/efeito, ou de sucessivos recortes das relações sociais, ou ainda da redução das estruturas às interações[9].

---

[9] É importante ressaltar aqui os estudos de Richard HOGGART, dentre eles **A Cultura do Pobre** (1970) e **As utilizações da Cultura** (1973). Neles, mais do que práticas político-institucionais ou condições ou padrões de

Assim, a noção *modos de vida* emerge como herança do "conceito articulador" proposto por Thompson (1981), em que

> (...) várias ordens de questões estão imbricadas: a preocupação em romper com a dicotomia entre *objetividade* e *subjetividade*, condições de vida e representações simbólicas, e em recuperar, frente à lógica dita irremediável das estruturas, os espaços onde os sujeitos transmutam *estruturas* em *processos* e assim se inserem na história (THOMPSON, 1981).

Compreender os *modos de vida* dos jovens e suas famílias no bairro M. significa, mais do que estar atento à experiência desses sujeitos, entender como elaboram suas trajetórias em meio a um duplo movimento de constante ruptura e recomeço das relações laborais, escolares, familiares etc. A idéia de reentrar e sair das estruturas é oportuna na medida em que reflete as próprias contradições da sociedade, contrariamente ao uso da noção "exclusão", amplamente utilizada pelos *outros* (geralmente aqueles que estão *integrados* na sociedade) para designar aqueles que sofrem uma série de privações (cultural, econômica, simbólica etc.). Para tanto, parto da reflexão de Martins (2002), que vê no uso do termo "exclusão" a interdição de qualquer possibilidade de transformação social. Para o autor,

> (...) há processos sociais excludentes, mas não há exclusões consumadas, definitivas, irremediáveis. Uma sociedade cujo núcleo é a acumulação do capital e cuja contrapartida é a privação social e cultural tende a empurrar "para fora", a excluir, mas ao mesmo tempo o faz para incluir, ainda que de forma degradada, ainda que em condições sociais adversas. O "excluído" é, na melhor das hipóteses, a vivência pessoal de um momento transitório, fugaz e demorado, de exclusão-integração, de "sair" e "reentrar" no processo de reprodução social. E sair de um jeito e reentrar de outro, pois a sociedade contemporânea é uma sociedade que pede contínua ressocialização de seus membros, contínua reelaboração das identidades (MARTINS, 2002, p.46).

Dessa forma, Martins (2002) vê na sociedade um processo contínuo de estruturação e desestruturação; o que parece estruturado é recriado continuamente e é neste

---

vida e indicadores sociais, enfatiza-se as práticas cotidianas, as tradições, as diferenciações internas da classe trabalhadora inglesa, bem como suas representações.

âmbito que as rupturas, aquilo a que se chama de *exclusão,* são reparadas, espontânea e continuamente.

Por quê, então, o duplo movimento entre *rupturas e recomeços* pode ser associado aos estados de liminaridade, interstício, meio, margem?

Em Antropologia, os estados de liminaridade são estados de "margem", uma vez que o antropólogo deve ser aquele que observa o cotidiano na fronteira entre o *eu* e o *outro*, isto é, aquele que pratica o princípio do *estranhamento*. A *liminaridade* pode ser apreendida como uma metáfora que melhor retrata dois campos semânticos fluidos: *juventude* e *pobreza*[10]. Isso porque ambas as categorias são tomadas, neste trabalho, como um *processo,* e não como um *estado* (no sentido de algo fixo, determinado). É essa *fluidez* que as remete a um estado de *liminaridade*, uma vez que o que se pretende aqui é retratar a itinerância daqueles (as) que não estão nem "dentro" e nem "fora" das estruturas, mas que vivem suas trajetórias na durabilidade de um processo marcado por constantes rupturas e recomeços; daí a idéia de *margem*.

Assim acontece com o jovem que vive nesse estado de transição que não é subjacente apenas a uma fase da vida, mas que reflete a vivência como passagem de um presente instável a um futuro incerto, sobretudo no que respeita aos jovens pobres. Pais lembra que,

> (...) a juventude é cada vez menos definida em função a uma faixa etária porque o caminho pelo qual os jovens transitam para a vida adulta é um caminho pouco claro, cheio de escolhos (...). Os modos precários de vida que caracterizam a condição juvenil tendem a conferir um grau forte de indeterminação ao futuro de muitos jovens. Em outras sociedades, existiam rituais específicos (de iniciação ou transição para a vida adulta), mas hoje em dia é todo o quotidiano e suas práticas inconscientes e inconsistentes que adquirem o valor da ritualidade (PAIS, 2001, p.80).

A indagação maior dessa pesquisa consiste em investigar quem são esses jovens que vivem num estado de *fluidez* (tanto temporal quanto relacional); jovens que habitam lugares de verdadeira *rejeição social.* Esses espaços- bairros populares, grandes conjuntos habitacionais ou periferia das grandes cidades, tal como analisaremos mais detidamente-,

---

[10] É preciso lembrar que a pobreza é um conceito comparativo, portanto, nada justifica apenas o conceito de "desorganização social" para explicar uma "família desagregada", pois muitas vezes o pesquisador assume uma postura etnocêntrica em relação aos seus valores e culturas. Assim, como lembra Zaluar (1985:41), a pobreza é o resultado de políticas públicas que provocam uma real privação material e uma real exclusão dos pobres nos campos ocupacional, educacional e político.

expressam uma desagregação dos vínculos sociais, expondo mais facilmente seus habitantes a um processo de vulnerabilidade.

Herdeiros de uma sociedade que espelha essas contradições, esses jovens pertencem, em sua grande maioria, à segunda ou terceira geração de migrantes que vieram "tentar a sorte" na cidade grande nas sucessivas ondas migratórias que tiveram início na década de 1950, perduraram com ênfase nos anos de 1970, e que se estendem até os dias atuais, ainda que com menor intensidade. É importante sublinhar que grande parte desses moradores viu desmoronar a ilusão de um projeto desenvolvimentista para o país e, como conseqüência, o desfalecimento de um projeto de integração social inscrito na "vida melhor" oferecida pela "cidade grande". Conforme lembra Castel,

> (...) esses moradores viram sucumbir a possibilidade de dirigir o crescimento controlando seus contragolpes sociais, a confiança nas capacidades integradoras do desenvolvimento da riqueza nacional e na aptidão de uma sociedade democrática para assegurar um mínimo de solidariedade (...) (CASTEL, 1991, p.47).

Assim, tal pesquisa busca compreender como esses jovens vivenciam determinadas situações, sem perder de vista a dimensão histórica, social e econômica que os faz viver **esta** história que oscila entre rupturas e recomeços.

Nesse sentido, o estudo proposto distancia-se cada vez mais da *juventude* entendida como categoria uniforme. O papel conferido à *experiência* desses jovens passa pela compreensão de sua singularidade num contexto marcado pela diversidade, e não como um grupo homogêneo

> (...) cujos valores e atitudes pudessem ser estudados como condutas anômicas, sobre os quais pesariam comportamentos de frustração suscitados por mecanismos de estigmatização (DUBET,1984, p.26).

Ora, como já observou Pais, é a condição de *liminaridade* que os faz vivenciar espaços

> (...) de mobilização de suportes relacionais e afetivos que matizam modos de vida precários por entre tentativas de fuga, impossível à precariedade. Conjugar fenômenos de exclusão e inclusão, segregação e integração, anomia e nomia (PAIS, 2001, p. 334).

Assim sendo, esse trabalho pretende caminhar na contramão da "teoria da etiquetagem" ou das análises miserabilistas[11], as quais resvalam, muitas vezes, numa associação da pobreza à marginalidade[12]. Como afirma Dubet,

> (...) à monografia precisa que descreve tal ou tal bairro, tal ou tal grupo de jovens, superpõe-se, freqüentemente, uma interpretação geral que destrói a "ilusão do sujeito", preocupada mais em mostrar que as condutas dos jovens se reduzem aos constrangimentos causados pela privação material do que às possibilidades de ação desses sujeitos, (DUBET, 1987, p. 414).

Entretanto, conforme destacado, a dimensão estrutural será sempre evocada nas análises, já que esse estudo não se restringe à descrição da vida de uma parte da juventude, mas busca demonstrar que a *experiência* desses jovens procede também do declínio do poder de uma sociedade industrial que se pulveriza. Não é por acaso que muitas das famílias entrevistadas referem-se ainda hoje ao Bairro como "Vila" (muitos deles antigos operários das grandes empresas multinacionais). Percebe-se a perda de um *ethos* identitário positivo que antes os definia como *operários*, ou seja, um pertencimento a uma classe que hoje, no contexto estudado, é extremamente fluida, haja vista o predomínio do trabalho informal e o desemprego entre eles. Os jovens, filhos desses migrantes, estão atualmente muito mais vulneráveis que seus familiares às fraturas do tecido social e por isso concorrem mais ao peso do estigma de "morar na periferia", de viver situações de desemprego ou então realizar pequenos trabalhos. Estão expostos à fragilidade dos laços sociais pelas oportunidades de delinqüência, como o tráfico e outros trabalhos ilícitos.

Embora as origens sociais condicionem as trajetórias de vida, a multiplicidade de trajetórias ultrapassa o pertencimento de classe, e é por isso que a busca pela "não etiquetagem" parte da premissa de que ocupar um mesmo "espaço social" não faz desses jovens sujeitos homônimos. Isso porque nem todos vivenciam da mesma maneira a situação de crise ou desintegração social; nem todos os jovens da pesquisa estão desempregados ou possuem uma trajetória marcada pelo fracasso escolar. O interesse dessa pesquisa pauta-se

---

[11] Para um estudo mais aprofundado dessa questão, ver GRIGNON, C. e PASSERON, J.C. **Le Savant et Le Populaire- Misérabilisme et populisme em sociologie et en littérature.** Editions du Seuil, 1989.

[12] A perspectiva adotada nesse trabalho, consoante às idéias de Castel (1991:23), é a de que a pauperidade surge como resultante de uma série de rupturas, de participações e fracassos na constituição de vínculos sociais, tal como descrito anteriormente.

muito mais nas estratégias que cada um deles lança mão para construir seus projetos pessoais, os quais podem ser vislumbrados em torno do diploma, da música, de uma gravidez precoce, entre outros.

O mosaico de experiências construído a partir das oito trajetórias juvenis analisadas também reflete a fluidez da vida num bairro popular onde predomina o emprego informal, onde o tráfico de drogas aparece como economia atrativa e, dentre outras questões, a obtenção de títulos escolares, embora cada vez mais valorizados pelas famílias, possui um baixo valor de troca no mercado de trabalho.

Recuperar a experiência desses sujeitos é descobrir respostas diferentes frente à imposição de novas tensões, sobretudo aquelas decorrentes das transformações no mundo do trabalho. A vida mudou e a trajetória desses jovens difere da trajetória de seus pais; é como se a vida daqueles espelhasse uma oposição entre a densidade do passado de seus familiares- cujos planos de melhorar de vida faziam parte de aspirações passíveis de serem concretizadas- e o vazio do presente, inscrito na descontinuidade de seus trajetos e projetos de vida.

Por fim, como observa Pais

> (...) não há **uma** forma de transição para a vida adulta: haverá **várias**, como várias serão as formas de ser jovem. Assim, como é que os jovens encarariam, nessa transição, a sua condição, quais os seus valores, os seus planos de vida, as suas estratégias em relação ao futuro, os seus modelos de identificação social, enfim, os seus *modos de vida* (PAIS, 1998, p. 35).

Foi buscando responder a essas indagações que esse trabalho esforçou-se em recorrer à história desses jovens, ao bairro, à decantação dos acontecimentos para poder apreender as teias de significações tecidas no cotidiano de um bairro popular. Para tanto, foi preciso antes depurar os meios e os recursos que tornariam tal empreendimento possível. Aqui, o diálogo entre a Antropologia e a Sociologia, abriu portas e indicou caminhos.

3- A etnografia e as possibilidades e limites de diálogo com as Ciências Sociais

A Sociologia e a Antropologia defendem seu estatuto de ciência desde o seu surgimento, no século XIX. Advogam a utilização de métodos científicos de investigação

na apreensão de seu objeto- os homens, suas produções materiais e simbólicas e suas relações com outros homens (Brioschi e Trigo, 1989). Muitas coisas separam as duas disciplinas, mas muitas outras ainda as unem, tal como o emprego do método de pesquisa qualitativo. Este nasceu como resposta à ilusão da neutralidade científica e nele o sujeito passa a fornecer a matéria-prima para o conhecimento. Mais importante do que o indivíduo, busca-se estudar as relações nas quais este se encontra imerso.

Como bem lembram as autoras (1989)

> (...) a apreensão da realidade vivida constitui o trabalho do pesquisador pois o objeto não se dá a conhecer de imediato. A relativa obscuridade do objeto exige um trabalho de construção por parte do investigador, que através de sua reflexão sobre as informações disponíveis, vai construindo, paulatinamente, o objeto do conhecimento (BRIOSCHI e TRIGO, 1989, p.30).

A antropologia tem a mais antiga tradição na coleta de dados qualitativos, mas foi a partir da década de 1920 que o método de coleta de histórias de vida teve um grande desenvolvimento, com o objetivo de registrar o testemunho de culturas em extinção e preservar um patrimônio que desaparecia sob o impacto do colonizador. Como lembra Mintz (1984), a antropologia teve primeiramente por domínio o estudo de povos não-ocidentais, primitivos, pré-letrados:

> (...) nenhuma outra ciência estudou tais povos e, assim sendo, seus modos de vida são praticamente desconhecidos: eles estavam sob terríveis pressões das sociedades mais poderosas, sendo que muitos deles estavam sendo exterminados, mudando rapidamente, ou ambas as coisas. Logo, o estudo meticuloso desses povos poderia representar uma imensa contribuição ao conhecimento da diversidade social e cultural humana, de uma forma que nenhum outro estudo poderia fazer, ao mesmo tempo que expandiria e enriqueceria nossas concepções acerca de nossa humanidade comum (MINTZ, 1984, p.48).

Assim, ao estudo dessas sociedades aplicava-se um método minuciosamente descritivo responsável pelo "estar no campo" e nele perscrutar copiosamente todas as informações que se encontravam ao alcance do pesquisador.

Entretanto, nos idos de 1930, Lesser (Lesser,1939 apud MINTZ, 1984) questiona os limites da Antropologia se esta permanecesse voltada apenas aos estudos das sociedades

assim chamadas "primitivas" (sem a conotação pejorativa que o termo possa trazer). Para o autor:

> (...) uma ciência da sociedade, se deve ser construída, deve basear-se em dados extraídos de toda e qualquer sociedade, da qual haja ou possa haver registro, se ela pretende refletir a verdadeira extensão dos fatos e alcançar generalizações de larga aplicação e validade. (LESSER, 1939).

Desta maneira, se antes a *etnografia* restringia-se mais às análises descritivas de tais sociedades, uma vez ampliado o foco de análise, vinculou-se etnografia à teoria como forças integradas e não mais como categorias isoladas, cujo peso de uma pudesse sobrepor-se ao peso da outra. Para Mintz,

> (...) o campo de investigação dos antropólogos tem, principalmente a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, interpenetrado com o de outros cientistas sociais, tornado-se comuns os estudos antropológicos de sociedades modernas (MINTZ, 1984, p. 49).

Junto com a Antropologia, a Sociologia também passou a perceber os métodos de pesquisa qualitativos como capazes de fornecer elementos para o estudo de processos estruturais e relacionais:

> A reivindicação de um método e uma epistemologia próprios às Ciências Sociais decorrem de reflexões influenciadas pela fenomenologia e pela Sociologia Crítica. Como pressuposto mais geral e principal questionamento da aplicação de um "método científico" ao conhecimento da realidade social está a afirmação de que o homem conhecendo o humano é diferente do homem conhecendo a natureza. A partir do reconhecimento da identidade de natureza entre sujeito e objeto, decorre uma mudança de postura na relação pesquisador/pesquisado, na qual a objetividade e neutralidade deixam de ser pré-requisitos para a validade das observações e conclusões (BRIOSCHI e TRIGO, 1989, p.26.27).

A possibilidade de construir um trabalho no dia-a-dia da pesquisa empírica, sem estar necessariamente preso a um arcabouço teórico preciso, é o que caracteriza a etnografia. Entretanto, convém lembrar que tanto a Antropologia quanto a Sociologia, ao lançar mão de abordagens qualitativas, comungam do mesmo pressuposto, qual seja, de que

os dados não falam por si só, tomando o cuidado de não reificar uma técnica, a qual dispensaria uma elaboração teórica.

Nesse caso, nenhuma das duas disciplinas prescinde de referenciais teóricos para a análise do material estudado, ao contrário, Magnani (1993:06) lembra que a Antropologia clássica desenvolveu seus métodos de trabalho e construiu seus arcabouços conceituais com base principalmente na observação e análise dos então denominados "povos primitivos", ou seja, "sociedades de pequena escala", para utilizar uma terminologia mais atual[13]. Hoje, mesmo trabalhando com sociedades urbano-industriais, não se pode negar, conforme lembra Magnani (1993), que o modo de operar da Antropologia, seja qual for o contexto de seu estudo, carrega ainda marcas das primeiras incursões a campo.

Atualmente, as pesquisas antropológicas abordam temas cotidianos e familiares em nossa sociedade, não tendo apenas como objeto privilegiado os costumes daquilo que consideramos exótico. Este é particularmente o caso da Antropologia urbana, que estuda "localidades" ou situações particulares, as quais resvalam sobre problemas e hipóteses de alcance mais amplo.

Concomitantemente, a Sociologia também critica o "neo-positivismo" que se instalou dentro do empiricismo qualitativo, ou seja, a transformação do discurso em coisa e a ausência de elaboração teórica.

Atualmente, as Ciências Sociais- compreendidas aqui a Antropologia e a Sociologia- permitem cada vez mais o emprego de abordagens qualitativas, imprescindíveis para os estudos que procuram ir na contramão da análise de um universo social estático e imutável.

É particularmente das regiões morais, das áreas naturais, dos bairros, enfim, "dos mapas sociais" da cidade, com suas particularidades e seus sistemas de relações, que a Antropologia urbana e a Sociologia das relações sociais irão se ocupar.

Como bem lembra Velho (1994:09), não se trata de reificar o urbano, mas reconhecer uma questão antropológica de análise e reflexão sobre a especificidade da vida urbana, particularmente na metrópole.

---

[13] Malinovski (1978:23) talvez tenha sido o primeiro antropólogo a sistematizar a pesquisa de campo através de diários e anotações, mas sempre lembrando que "(...) o pesquisador de campo depende inteiramente da inspiração que lhe oferecem os estudos teóricos".

Assim, o uso da etnografia como matéria prima da imprevisibilidade, ou seja, a não sujeição do problema investigado a um arcabouço teórico rígido, fixo, aliada à fluidez dos meus objetivos em campo, é que permitiu um tratamento aberto ao diálogo com disciplinas como a Sociologia e a Antropologia. Se inicialmente a questão da *chefia feminina* constituía meu *problema* de investigação, este foi pouco a pouco tornando-se contingencial num contexto em que a *chefia feminina* pouco modificava o cotidiano das famílias estudadas. Se antes de ir a campo minhas idéias pré-concebidas orientavam-me para um modelo de feminização da pobreza, tais pressupostos foram se redefinindo em função da importância dos laços de solidariedade entre as famílias, a maioria delas migrante, em que a presença *circular* de um tio ou avô materno colocava por terra minha hipótese de que famílias monoparentais, que não contavam com a presença do cônjuge, tinham a reputação de serem incompletas ou desorganizadas.

Foi somente no transcorrer da pesquisa empírica que pude perceber o perigo da armadilha com a qual se defronta o pesquisador que estuda outras formas de família, outros sujeitos, outros jovens, e que invariavelmente toma como modelo comparativo a sua família, a sua cultura etc, correndo o risco de, ao comparar o *eu* e o *outro*, partir de um ponto de vista etnocêntrico, de acordo com o qual *os outros* são sempre aqueles que partem do modelo de família desorganizada, do jovem delinqüente e assim por diante.

A prática da etnografia supõe a delimitação de contextos empíricos nos quais seja possível trabalhar com determinados instrumentos que possibilitam um maior envolvimento do pesquisador no cotidiano da pesquisa. Ainda segundo Magnani

> (...) cabe observar, contudo, que etnografia não é uma mera descrição, coleta de dados brutos a serem posteriormente trabalhados: o que se observa, e a forma como se ordenam as primeiras observações, constituem parte integrante do processo de interpretação (MAGNANI, 1993, p. 07).

Entretanto, para o autor, tal procedimento não exclui; ao contrário, supõe a utilização de quadros teóricos mais amplos, o conhecimento de variáveis mais abrangentes, bem como a inserção em processos históricos pertinentes.

Magnani (1993) lembra que o desafio das Ciências Sociais reside justamente na tentativa de operar com duas categorias de forças integradas, isto é, a teoria e a prática.

Busca-se então a manutenção das características da pesquisa etnográfica no modo de fazer ciência, assentado

> (...) na tradição da descrição e análise minuciosas, do contato prolongado, da busca de relação direta com os informantes, sem perder de vista o quadro mais amplo no qual os fenômenos culturais se desenvolvem nas sociedades modernas (MAGNANI, 1993, p. 07).

4- Diário de Campo: os meandros da pesquisa empírica ou a dose necessária de contingência?

Apesar da escolha do tema a ser investigado no Doutorado decorrer de uma preocupação que vinha sendo gestada já durante o meu Mestrado, ao partir para o campo, buscava uma representatividade para um problema previamente formulado.

Procurando estudar a crescente *feminização da pobreza*, orientava-me pela busca de domicílios chefiados por mulheres num bairro pobre e violento da região metropolitana de Campinas. Assim, tal como atesta Fonseca, neste tipo de pesquisa

> (...) os informantes são cuidadosamente escolhidos conforme critérios (muitas vezes estatísticos) formulados de antemão; devem ser "representativos" das categorias analíticas (e/ou tipos ideais) usadas na formulação inicial do problema. Neste caso, o particular é usado para ilustrar ou testar alguma afirmação geral (FONSECA, 1998, p. 60).

Ao chegar a campo, meu modelo previamente concebido de unidades domiciliares chefiadas por mulheres era aquele que correspondia à família desestruturada ou particularmente vulnerável à pobreza, modelo este que foi pouco a pouco sendo desconstruído. Isso porque as mulheres entrevistadas, chefes de família e migrantes em sua maioria, contavam com uma rede extensa de solidariedade entre vizinhos e mostravam-se perplexas diante da minha indagação, por vezes tendenciosa, de como era "chefiar uma família em condições tão adversas". Tal pergunta parecia não fazer o menor sentido para quem contava com a forte presença da família extensa em seus domicílios, como a mãe ou

mesmo a fátria, irmãos, sobretudo homens, que acabavam por responsabilizar-se pelos filhos da irmã, mãe "chefe de família"[14].

A condição de "chefe de família" era decorrente, em grande parte, de uma gravidez na adolescência, separação e/ou morte do marido. Grande parte dessas mulheres trabalhava no setor de serviços, como empregadas domésticas ou faxineiras em firmas terceirizadas ou casas de família. Muitas delas ressaltavam em seus relatos a ajuda necessária das patroas na criação dos filhos, convertida na compra do material escolar, roupas ou outros bens de consumo. Apesar dos dados estatísticos apontarem as famílias chefiadas por mulheres como aquelas que mais enfrentam dificuldades no gerenciamento do domicilio, foi somente o "estar lá" que permitiu desvelar o cotidiano dessas mulheres, possibilitando-me observar em campo a realidade para perceber aquilo que se esconde nas entrelinhas do cotidiano e que não aparece nas estatísticas oficiais, como a rede de solidariedade entre vizinhos e mesmo da família extensa no enfrentamento diário das dificuldades.

Assim, pouco tempo depois de ter chegado ao campo com algumas perguntas e hipóteses, pude ir percebendo que estas poderiam ser modificadas ao longo do contato com os sujeitos pesquisados. Como lembra Fonseca

> (...) muitas vezes o "problema" enfocado sofre uma transformação radical em função de preocupações que somente vem à tona através da pesquisa de campo. É o dado particular que abre o caminho para interpretações abrangentes (FONSECA, 1998, p. 60).

Dessa forma, se antes a conduta adotada em minha pesquisa partia da premissa de que a pesquisa empírica viria a reboque das hipóteses previamente formuladas e de teorias pré-concebidas, justificando assim a preocupação com informantes "representativos", assisti, em campo, tanto a transformação do meu objeto quanto da orientação teórica e metodológica do meu olhar.

Isso porque a fluidez é fundamental para a pesquisa etnográfica, justamente porque a pesquisa não pode estar subsumida à necessidade de validação e objetivação científica. Estas certamente devem existir, mas por isso mesmo devem ser bem circunscritas.

---

[14] Sarti (1996:46) lembra que quando as mulheres sustentam economicamente suas unidades domésticas, podem continuar designando, em algum nível, um "chefe" masculino. Isto significa que, mesmo nos casos em que a mulher assume o papel de provedora, a identificação do homem com a autoridade moral, isto é, a que confere respeitabilidade à família, não necessariamente se altera.

Conforme Schwartz (2000), a etnografia necessita de uma certa dose de "impureza", de contingência, de aproximação e de incertitude. Para o autor, uma etnografia que, pela fidelidade a um modelo de rigor muito forte, refutasse essa dimensão e se pretendesse a uma pureza, mutilaria suas possibilidades de descoberta.

Entretanto, o próprio etnógrafo convive com essa ambivalência epistemológica, qual seja, a de aspirar a um modelo forte de rigor e, ao mesmo tempo, deparar com a fluidez de suas categorias analíticas, uma vez que, para a etnografia, a pesquisa só faz sentido dia após dia, já que o primeiro objetivo desta não é o de responder a questões e sim descobrir aquelas que irão ser feitas. Para tanto, o etnógrafo precisa de tempo: tempo de compreender onde estão, no universo dos entrevistados, os problemas e os desafios, e a partir daí chegar a uma percepção da vida dos sujeitos para, através dela, extrair aquilo que mais o sensibiliza e o motiva a estudar.

Schwartz (2000:281) define muito bem o sentimento de ambivalência do etnógrafo quando descreve que este último parece ter sempre a sensação de "flutuar" sem orientação coerente. Para o autor, tal sentimento, aliado à impressão de não compreender certas dinâmicas do grupo com o qual se trabalha, constitui momentos necessários e recorrentes em uma pesquisa dessa natureza. Uma pesquisa etnográfica comporta fases de relativa passividade e espera, com objetivos fluidos, uma atenção aberta, mas imprecisa. Descrever a pesquisa como se ela estivesse a todo momento metodologicamente armada não condiz com o pressuposto epistemológico da etnografia.

Essa sensação acompanhou-me durante os dois anos (1998-2000) em que estive imersa na pesquisa de campo no bairro escolhido. Vez por outra, questionava-me sobre qual era, em suma, o "objeto" de minha pesquisa, sem me dar conta de que sua construção vinha sendo feita dia-a-dia. O sentimento de angústia era uma constante e, a cada anotação no caderno de campo, via alargar impreterivelmente minhas hipóteses ou, quando não, estas reorientavam-se ou se faziam desaparecer. Assim, não só o etnógrafo necessita de tolerância à impureza de seu material, como também de consciência; em outros termos, necessita de um capital de reflexões e exigências metodológicas que lhe permita criticar e avaliar seus resultados, sem contudo excluir um modelo de análise suficientemente leve, que tolere uma parte de "bricolagem", de contingência e de incertitude (2000:267).

Foi assim que, em campo, senti a necessidade de "relativizar" o problema da chefia feminina, uma vez que a associava a um modo recorrente de organização familiar presente nos bairros populares ou periferias das grandes cidades. Essa aparente certeza obrigou-me a uma pequena incursão na literatura historiográfica e antropológica que apontava, já no século XIX, a existência de modelos familiares alternativos, sem que para isso fossem considerados modelos incompletos de família. Dias (1984) lembra, por exemplo, que morte e mobilidade geográfica punham um fim precoce a muitos arranjos conjugais de forma que, em certas instâncias (cidades de Minas Gerais e São Paulo, no início do século XIX), a família chefiada por uma mulher chegava a ser tão comum quanto a família conjugal.

Dessa maneira, outros "enfoques" surgiam em campo fazendo com que a chefia feminina se circunscrevesse muito mais a um plano tangencial do que central no contexto social observado.

Um bairro denominado "popular"- ou mesmo "Vila"- por seus moradores, pelos "de dentro", e "periferia" pelos "de fora", pelos não habitantes do bairro, começou a despertar meu interesse por essa realidade multifacetada que agrega o *espaço urbano*. Dentro desse espaço social fluido, passavam por mim temas como a migração, o trabalho informal e o tráfico de drogas como verdadeira economia subterrânea do bairro, seus códigos e valores implícitos etc. Em meio a esse *turbilhão* de significados presentes no bairro, surgem os jovens como portadores dessas experiências, justamente por serem aqueles que mais vivenciam a experiência das incertezas, portanto, o estado de fluidez que caracteriza o bairro.

Ao realizar entrevistas com mulheres chefes de família, seus filhos pareciam ficar à espreita de uma oportunidade para perguntar o porquê de minhas entrevistas, como era estudar na Unicamp, onde eu morava e assim por diante. Logo após as entrevistas com as famílias monoparentais realizadas sempre aos domingos, depois de um almoço em que a mim era atribuída a tarefa de levar a sobremesa, instaurava-se um bate-papo informal nas "rodinhas" dos jovens/colegas da filha da dona da casa que me acolheu no bairro. É claro que, nestas circunstâncias, eu servia muito mais como modelo comparativo das mães para justificar a seus filhos que eu também não era uma *bem nascida,* mas que através do *esforço pessoal* eu havia *chegado lá*; idéia esta que, na ocasião, a falta de intimidade com os entrevistados não me permitia refutar. Hoje percebo que o que poderia ter me afastado

desses jovens – a comparação pela negação- surtiu um efeito contrário, embora, muitas vezes, eu não pudesse esconder o meu constrangimento em ser tomada como um "modelo a ser seguido", creditado unicamente ao *esforço pessoal,* desconsiderando a herança de outros *capitais* (para empregar uma terminologia de Bourdieu). A "provocação" suscitada por muitas mães entrevistadas acabou por despertar uma curiosidade nesses jovens a respeito da minha trajetória escolar.

Acredito que tenha sido esse o fator que nos levou à aproximação, além da faixa etária, posto que não existia verdadeiramente uma grande diferença de idade entre mim e eles. Essa relativa aproximação etária, a meu ver, foi de fundamental importância, sobretudo porque não me restringi às conversas formais, registradas com o uso do gravador. Era justamente nos momentos mais frugais do meu estar no campo que fruíam os temas mais interessantes da pesquisa. Dentre esses momentos, destaco a troca temporária de fitas e CDs de grupos de rap, o empréstimo de esmaltes, a compra de produtos cosméticos por catálogos e outras aparentes banalidades que acabaram por instaurar uma relação de respeito e confiança.

Todavia, é claro que nem por um momento eu tive a sensação de ter me transformado "num deles", e nem poderia. São vários os exemplos que encontramos na literatura antropológica sobre a crítica em relação à noção de *reflexividade*, em que a subjetividade do autor/pesquisador é assumida como um componente essencial da análise (Fonseca, 1998; Geertz, 1988; Malinovski, 1978; Magnani, 1997, entre outros).

Para utilizar um exemplo da própria pesquisa, cito aqui dois "casos" que me obrigaram a repensar a postura do pesquisador em campo: por ocasião de uma entrevista com um *rapper* do bairro, cujo irmão estava jurado de morte e, portanto, foragido, o uso do gravador pareceu completamente artificial. Como eu já tinha conhecimento do ocorrido, percebia, visivelmente, a existência de um "código de silêncio", o qual o entrevistado não ousava romper. A medida que passamos a conversar mais sobre outros assuntos, como a música, por exemplo, uma relação de confiança foi sendo estabelecida, até que o entrevistado passou a mostrar-me suas composições; músicas que, segundo ele, falavam muito do que sentia em relação ao bairro, ao futuro, aos amigos etc.

Dessa forma, nossas conversas, por vezes longas, não foram obrigatoriamente registradas pelo gravador, uma vez que o uso deste poderia lhe aparecer como uma espécie

de "confissão", e isto certamente não lhe convinha num momento delicado pelo qual ele e sua família estavam passando.

O imprevisto maior aconteceu quando o seu irmão, então foragido de um grupo inimigo e da polícia (a razão de estar foragido era um homicídio e a causa deste uma jaqueta emprestada) quis eleger-me como interlocutora para provar sua inocência frente ao bairro. Até então, quem era eu para o seu irmão que havia consentido em narrar um pouco de sua trajetória? Eu era o "outro" que vivia do "outro" lado da cidade, de "outra cor", com "outro" grau de instrução (eu era a aluna da Unicamp, identidade que por si só já me diferenciava da maioria deles) e, enfim, eu poderia ser o "outro" que finalmente lhe ofereceria ajuda.

O entrevistado serviu então de "contato" e, "montando um esquema", seu irmão chegaria até a minha casa. Senti que nessa hora eu deveria improvisar e voltava então ao chamado paradoxo de partida: sabia que eu não era "um deles", isto estava claro; eu era uma *estrangeira* que havia sido admitida entre eles, sob certas condições tácitas, como saber respeitar certos códigos, mas também saber se abster de manobras julgadas indelicadas. Isso porque, conforme bem observado por Schwartz (2000:279), o etnógrafo pode também desempenhar uma terceira pessoa, ou seja, aquele que se encontra na intersecção entre o "eu" e o "outro". Para o autor, se o pesquisador conseguiu ser aceito, isto significa que um estatuto de alteridade reconhecida lhe é progressivamente conferida, o que lhe permite certa liberdade de movimento.

Possuindo este estatuto, o etnógrafo pode, em certos casos, desempenhar esse papel de "terceira pessoa", isto é, de interlocutor próximo e, ao mesmo tempo, fora do jogo. Foi assim que lhe disse que não poderia envolver-me num assunto tão delicado, que não era da minha competência; portanto, não saberia como ajudá-lo.

Com isso, percebe-se que poucas vezes a questão dos interesses e objetivos dos entrevistados surge como discussão, e não raras vezes estes são tomados como tabula- rasa.

Outro exemplo refere-se à quase advertência que Rose, a pessoa responsável pelos contatos no bairro, fazia aos futuros entrevistados: *"- Não vai **furar** com ela* (eu, a entrevistadora)*, hein? Ela **despenca** lá do Cambuí* (bairro nobre de Campinas) *só para fazer as entrevistas"*. Essa simples advertência já dizia muito sobre as relações de

desigualdade e dominação que, embora não sejam uma regra formal e sim tácita, permeiam o envolvimento do pesquisador com os sujeitos pesquisados.

Por outro lado, acredito que por trás dessa frase não se escondem unicamente elementos de coação, mas universos simbólicos diferentes que poderiam ser interpretados de outra maneira, como por exemplo, sentir-se importante em conceder uma entrevista a quem vinha de um bairro detentor de um certo "status" ou valoração simbólica. Como bem lembra Fonseca

> A reação do "nativo" diante de nossa pessoa –seja ela de dissimulação, adulação, hostilidade, fraqueza ou indiferença- é um dado fundamental da análise que diz muito sobre as relações de desigualdade e dominação, mas seria um engano, igualmente ingênuo reduzir à realidade aquela dimensão que diz respeito à nossa presença. Ousamos imaginar que existe vida social além da situação pesquisador/pesquisado e – quem sabe – além da relação dominante/dominado (ou, pelo menos, algo que não se explica só em função dela) (FONSECA, 1998, p. 65).

Foi com esse mapa mental da pesquisa que a vida social do bairro M. e de sua gente se descortinou, uma vez que a perspectiva adotada por esse trabalho procurou aliar teoria e prática como forças integradas, na acepção de Velho (1999), e não como uma sobreposta a outra. É por isso que o **primeiro capítulo** da tese inicia-se com a apresentação do bairro e de seus moradores, na tentativa de *costurar* a trama tecida no cotidiano: o vai-e-vem das pessoas para a "cidade", o trabalho, o lazer, os conflitos e o estigma que pesa sobre esses moradores. A fluidez dos acontecimentos no bairro revela uma vida permeada por processos de constantes rupturas e recomeços, como o desemprego vivido pelos moradores, o trabalho informal, entre outros. O **segundo capítulo** procurou fazer uma incursão sobre a literatura bibliográfica sobre o tema *família*, antes de iniciar o estudo da trajetória de algumas delas. O interesse pelas histórias de vida das famílias assenta-se na busca pelos acontecimentos marcantes da vida dos moradores, como a trajetória de "deslocamento" inscrita no processo de migração, o emprego na "cidade" grande, além dos projetos de mobilidade social ascendente. O **terceiro capítulo** teve por objetivo dar continuidade ao *traçado da vida* dos seus moradores, desta vez através das trajetórias juvenis. Estas revelaram o *mosaico de experiências* produzido por estes jovens, uma vez que a premissa desse trabalho foi justamente perscrutar os diferentes *campos de possibilidades* para os

jovens que vivem num bairro popular. O **quarto capítulo** apresenta três histórias. As duas primeiras dizem respeito à trajetória de duas irmãs que, herdeiras de um certo capital cultural, distanciam-se das demais trajetórias juvenis do bairro, na medida em que concretizam um projeto familiar de mobilidade social ascendente pela via dos estudos. A terceira história mostra a imbricação entre *estudar* e *trabalhar* e como essa relação se constrói no contexto da realidade social observada. Por fim, nas **considerações finais,** procuro esboçar o retrato do bairro, fechando algumas portas e abrindo outras.

I- A CIDADE E O BAIRRO: VIDA E SIGNIFICADO

> *" O que caracteriza o fazer etnográfico no contexto da cidade é o duplo movimento de mergulhar no particular para depois emergir e estabelecer comparações com outras experiências e estilos de vida- semelhantes, diferentes, complementares, conflitantes- no âmbito das instituições urbanas, marcadas por processos que transcendem os níveis local e nacional"* (Magnani, 1999: 21).

Os estudos de um bairro para, a partir dele, tentar compreender a dinâmica existente no dia-a-dia da população local, nos espaços da cidade, surgem como tradição, sobretudo na linha da *Antropologia urbana* e da *Escola de Chicago.* A primeira, conforme lembra Velho (1999:09), distingue-se pela não reificação do urbano, mas pelo reconhecimento de uma questão antropológica de análise e reflexão sobre a especificidade da vida urbana, particularmente na metrópole.

Para Magnani (1999:05), no entanto, a produção antropológica na área das questões urbanas ainda é recente e pouco sistematizada, o que dificulta a construção de um quadro de referência mais depurado. Todavia, cabe lembrar que a recente popularidade da Antropologia, como bem lembra Durham (1986), deve-se muito àquilo que é *cotidiano e familiar* em nossa sociedade urbana. Assim, as pesquisas antropológicas vêm cada mais se orientando para temas, conceitos e métodos voltados para as populações que vivem nas cidades. "A cidade é, portanto, antes o lugar da investigação do que seu objeto" (1986:20). A relevância atribuída à cidade deve-se ao fato de que os grupos tradicionalmente estudados pela Antropologia- índios, negros, camponeses, favelados etc.- passam de "minorias", "desviantes", "marginais" a "novos atores políticos", protagonizando movimentos sociais e exigindo participação na sociedade. O mesmo ocorre com temas caros à reflexão antropológica, como a religião, a sexualidade, o papel da mulher na família e na sociedade, a cultura popular etc. (Magnani, 1999:08).

Dessa forma, as produções das décadas de 1970 e 1980 foram responsáveis pela abertura de novos espaços

> (...) para estudos de caráter antropológico sobre a realidade dos grandes centros urbanos, pois era preciso conhecer de perto esses atores, seus modos de vida, aspirações- já que conceitos como "consciência de classe",

> "interesses de classe" e outros não davam conta de uma dinâmica que se processava no cotidiano. Quem são essas pessoas ou esses atores? Onde moram? Em que acreditam? Como passam o seu tempo livre? (MAGNANI, 1999, p. 08).

Decorrentes dessas indagações, os temas e objetos centrais da pesquisa antropológica passaram a ser os moradores da periferia de São Paulo, por exemplo; as estratégias de sobrevivência na metrópole, religiões populares urbanas, comunidades eclesiais de base, cultura e festas populares, formas de lazer e entretenimento, movimentos feministas, negro, homossexual; representações políticas e tantos outros temas que permeiam as pesquisas científico-acadêmicas.

Sobre as críticas que acompanharam esse tipo de abordagem, quanto ao perigo de uma análise *micro,* a Antropologia rebate dizendo que não faz um estudo fechado em si mesmo. Como lembra Magnani,

> (...) no caso da pesquisa antropológica em contexto urbano, está sempre presente, contudo, a "tentação da aldeia", que é a de encarar o objeto de estudo- uma festa, um ritual, um bairro, uma religião- como uma unidade fechada e auto-centrada. No entanto, o significado e alcance do candomblé, por exemplo, não se circunscrevem ao terreiro: seus rituais transbordam para a cidade, dialogam com outras instituições, o mesmo ocorrendo com outras práticas culturais nos grandes centros. Recortar um objeto ou tema de pesquisa na cidade não implica cortar os vínculos que mantém com as demais dimensões da dinâmica urbana em especial e da modernidade, em geral (MAGNANI,1999, p. 21).

A *Escola de Chicago*, tradição sociológica que se encontra na intersecção da Antropologia com a Sociologia, surge no final do século XIX na cidade de Chicago (E.U.A), como instituição privada e disciplina orientada para a observação e análise do mundo contemporâneo. Sua produção intelectual será marcadamente comprometida com o contexto sócio-histórico da cidade na passagem do século: Chicago foi uma das cidades dos Estados Unidos que conheceram o desenvolvimento de maneira mais veloz na segunda metade do século XIX, com rápida industrialização e urbanização.

Conforme lembra Chapoulie (2001:26), ao curso de seu desenvolvimento Chicago foi palco de conflitos étnicos que opunham imigrantes aos "recém chegados", conflitos estes que tinham invariavelmente como temas as condições de trabalho e de remuneração. Assim, a dissolução da estrutura política e econômica fortemente descentralizada dos

Estados Unidos, juntamente com as simultâneas mudanças econômicas, proporcionaram a base para uma profunda alteração da estrutura de classes da sociedade americana.

Chicago constituiu-se, assim, como uma cidade em que as classes médias e, em seguida, as Ciências Sociais, nomeariam palco de "problemas urbanos", dentre eles: pobreza crônica de uma fração importante da população, vastas zonas de favelas, formas variadas de delinqüência, notadamente juvenil, conflitos étnicos estreitamente relacionados aos conflitos de classe, entre tantos outros (Chapoulie, 2001:26;27).

Como a Escola era mantida em grande parte por doações de protestantes, jovens intelectuais progressistas, inspirados em jovens ingleses que se instalam num bairro popular de Londres em 1884, fazem de alguns bairros suas moradias para melhor intervir no plano da educação e de serviços sociais, tornando-se "trabalhadores sociais". Entretanto, ao contrário do que almejavam os jovens ingleses, movimento mais elitista que pretendia levar do "exterior" a cultura às classes populares, os jovens americanos queriam fazer com que as populações envolvidas no projeto conquistassem por elas mesmas o domínio de sua existência; desejavam favorecer os contatos diretos entre as populações diferenciadas, tanto por seu pertencimento de classe, como pelo seu pertencimento étnico (2001:29).

Convém assinalar que estes jovens não eram meramente "reformadores sociais"; eles ocupariam a função intermediária na história da Ciência Social, ou seja, a posição entre a ausência de profissionalização das Ciências Sociais e sua profissionalização total. A esse respeito Joan (1999) lembra que:

> Todas as principais personalidades da Escola de Chicago repudiavam a pesquisa social desprovida dos padrões profissionais, cujo único objetivo era o de convencer a opinião pública da existência e gravidade dos problemas sociais. Eles tinham, além disso, plena consciência de que, embora a profissionalização das ciências sociais exigisse métodos de pesquisa mais exatos e um quadro universal de referências- em contraste com o mero reformismo-, ela não devia renunciar às responsabilidades extra-científicas (...) (JOAN, 1999, p.143).

A preocupação de muitos pesquisadores da Escola de Chicago pelos problemas sociais não fazia dela uma propagadora de um reformismo social protestante secularizado. Muitos membros da Escola não escondiam o espírito fortemente anticlerical (Joan, 1999:143).

A Escola de Chicago nasce então num contexto urbano peculiar que marcará para sempre sua orientação metodológica. Tal como ressalta Magnani (1999:06), no outro lado do mundo um grupo de pesquisadores fez da cidade seu objeto de preocupação e estudo.

O nome *Escola de Chicago* acabou por agrupar os pesquisadores, membros do departamento de sociologia da Universidade de Chicago. Tal escola ficou conhecida pelos estudos empíricos que realizou sobre temas específicos da vida urbana: "The Hobo", sobre o modo de vida de trabalhadores sazonais e andarilhos; "The Gang", um levantamento e descrição de guangues juvenis em Chicago"; "The Ghetto", sobre o bairro judeu; "The Gold cost and the Slum", um estudo de seis "áreas naturais" com os diferentes modos de vida de seus moradores, desde a classe superior até o mundo das pensões baratas; bem como "The táxi-dance Hall", análise dos personagens e regras que presidiam o funcionamento dos célebres salões de dança "por cartão". Ainda que um pouco posterior aos estudos desenvolvidos na década de 30, mas não igualmente menos importante, caberia nesta lista "Street Corner Society", estudo que utilizou a técnica de observação participante de grupos de jovens de origem italiana em Boston; bem como os trabalhos de Park[15] e Burgess, tais como "Introduction to the Science of Sociology".

Ao longo do tempo, as Ciências Sociais, notadamente a Sociologia, tiveram como inspiração os trabalhos da Escola de Chicago, que se iniciaram com o estudo de localidades ou problemas mais circunscritos às comunidades, até chegar ao tema *trabalho*, campo privilegiado dos estudos sociológicos. Entretanto, não se deve esquecer que o instrumental de pesquisa de Chicago, conhecido pela ênfase no trabalho de campo, permitiu estudos sobre as mais diferentes instituições, como os hospitais, a polícia, as prisões, o sindicalismo, entre outros.

> Le travail de terrain ne permet sûrement pas d'apporter des preuves au sens que l'on peut donner à cette expression en statistique. Mais tel n'est pas non plus en général l'un des objectifs principaux des recherches de terrain. Pour celles-ci, il s'agit davantage de découvrir différentes dimensions des phénomènes sociaux considérés- des « variables » si l'on tient absolument au vocabulaire de la statistique-, a commencer par celles qui n'étaient pas nécessairement envisagéés par le chercheur avant son arrivée sur le terrain (CHAPOULIE, 2000 : 19,20).

Pode-se inferir que as duas "tradições" de escola trabalham com o *espaço urbano* com suas perspectivas particulares e orientações, embora o diálogo entre as duas possa ser percebido em diversos momentos de suas produções. Isso porque estudar a dinâmica daqueles que habitam um bairro popular é mais do que circunscrever-se à esfera da "localidade" *tout court*. Significa trabalhar sob a perspectiva de forças integradas, em que *espaço* e *tempo* confluem-se de modo a suscitar problemas e hipóteses de alcance mais amplo.

De acordo com Cordeiro e Costa (1999:73), o estudo de um bairro requer uma construção social nos vários sentidos do termo, isto é, como prática e representação elaboradas tanto local como externamente e, sobretudo, nas relações entre os que ali habitam e outros.

1.1- "Olhe para o bairro e veja quem sou"[16]

Pode-se dizer que a análise sociológica de um bairro inscreve-se na *sociologia das relações sociais*. Isso porque, conforme lembra Elias (2000:165), as pessoas estabelecem relações quando negociam, trabalham, rezam ou se divertem juntas, e essas relações podem ou não ser altamente especializadas e organizadas. Mas elas também estabelecem relações "quando moram juntas num mesmo lugar", quando constroem seus lares num mesmo local.

O estudo dos *modos de vida* dos moradores do bairro M. permite perceber a representação que estes têm acerca de si mesmos, bem como daqueles que, ainda que habitando o mesmo *espaço social*, são vistos como portadores de um *status social* inferior.

No bairro M. é possível apreender a diferença existente entre aqueles moradores que gozam de maior prestígio, uma vez que perseguiram um projeto de integração social, seja através da aquisição de um diploma, um emprego estável, com registro em carteira, uma boa moradia etc, e aqueles que hoje ocupam as áreas de invasão existentes no bairro, ou foram cooptados pelo tráfico de drogas e outras situações que os expõem à fluidez relacional.

---

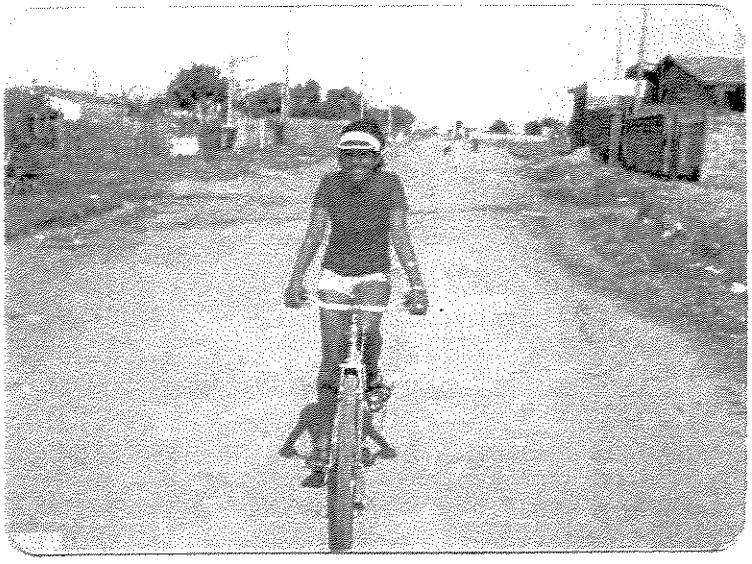
[15] Os primeiros estudos sociológicos realizados por sociólogos negros sobre os problemas dos negros americanos têm origem na escola de Park.

[16] A frase corresponde à fala de Rose, 35 anos, moradora do bairro M.

Como lembra Elias (2000), um mesmo bairro agrega sentimentos de pertença que opõem os moradores entre "nós/eles":

> O grupo de famílias antigas de Winston Parva tinha um passado comum; os recém-chegados, não. O grupo estabelecido tinha atravessado juntos um processo grupal- do passado para o futuro através do presente- que lhes dera um estoque de lembranças, apegos e aversões comuns. Sem levar em conta essa dimensão grupal diacrônica, é impossível compreender a lógica e o sentido do pronome pessoal "nós" que eles usavam para se referir uns aos outros (ELIAS, 2000, p.38).

Se voltarmos os olhos para o bairro M., vemos algumas nuanças entre o "nós" e "eles", através do *ethos identitário* que unia os antigos moradores do bairro em torno de uma categoria comum, a de operários. Hoje, os recém-chegados, detentores de baixa escolaridade e inseridos no setor informal da economia, são cada vez mais sujeitos que se pulverizam num mundo de fragilidade relacional. Moram em áreas invadidas, não possuem um passado comum com os moradores antigos do bairro que, de certa forma, conquistaram um espaço de integração social.



Rose, no Bairro M., em 1983.

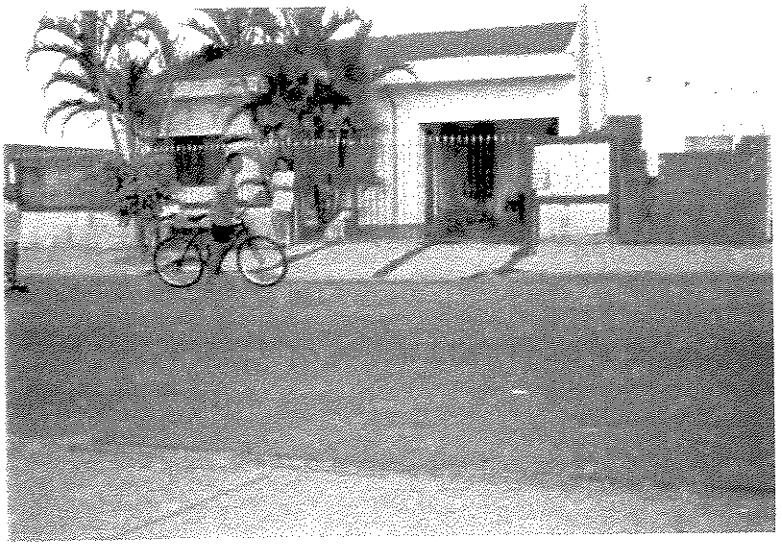


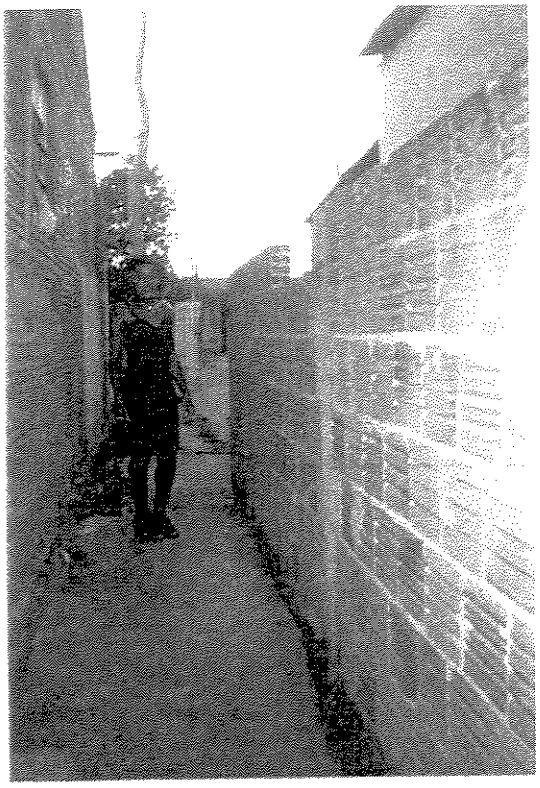
Foto do mesmo bairro, 17 anos depois, com a filha de Rose, Viviane.

No entanto, é interessante perceber esse jogo de alteridade existente num mesmo bairro, uma vez que a imagem que se tem, tanto da periferia quanto de um bairro popular, corresponde a imagens na maioria das vezes produzidas não pela população local, mas a partir do exterior.

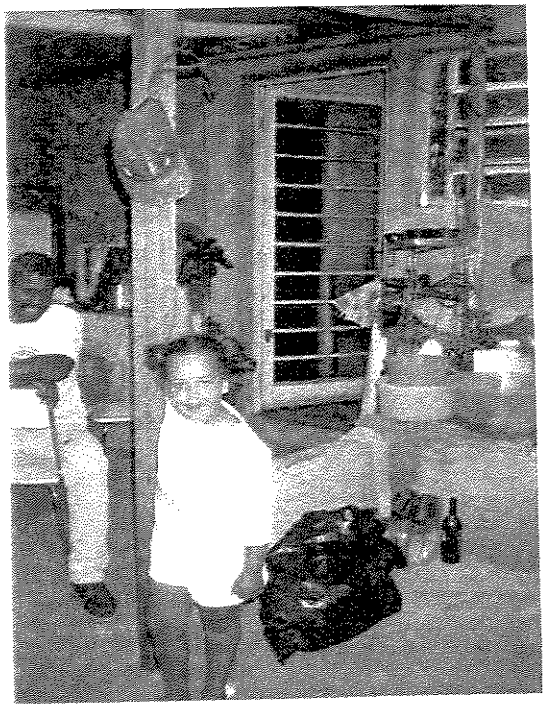
Tal como explicitado anteriormente, Cordeiro e Costa (1999:64) lembram que, geralmente, os habitantes do bairro elaboram, a respeito deles mesmos, sentimentos de pertença e referência identitárias, mas de outro tipo, já que o fazem a partir de suas próprias experiências de vida cotidiana e do seu quadro de existência social:

> Trata-se de representações cognitivas do bairro e de referências afetivas a ele enquanto território de práticas diárias, palco de experiência corrente, contexto de familiaridade, fonte de recursos, sede de estratégias sociais, cenários de episódios vividos ou narrados, lugar de experiências partilhadas, marco de relações de pertença coletiva (CORDEIRO e COSTA, 1999, p. 64).

Isso talvez justifique a forma como muitos moradores do Bairro M. parecem referir-se ao bairro ainda hoje como "Vila", enquanto que, para os não moradores, o bairro é tido como mais uma "periferia" da cidade. Mas mais do que a representação daqueles que estão "dentro" do bairro e aqueles que estão "fora" do bairro (*being here, being there)*, há um forte sentimento de *identidade grupal* entre os moradores que alcançaram uma mobilidade social ascendente e aqueles que ainda lutam para conquistar o seu espaço.



Construções bastante recorrentes no bairro:



Uma análise mais atenta do bairro pesquisado revela todos os meandros que envolvem tal sentimento de pertença; entretanto, penso que nenhuma observação poderá ser mais perspicaz do que a resposta de uma moradora, quando indagada sobre a definição que ela fazia do próprio bairro:

" (...) é só olhar para o bairro para saber quem eu sou, da onde eu venho. O pessoal lá tem quase tudo a mesma história. O bairro era um sítio (tem um ribeirão que passa no bairro e que se chama "quilombo"). Era uma região de chácaras e fazendas. O bairro chama M., mas existem muitas vilas. Ele cresceu muito com a população migrante (mineiros, paranaenses e pessoas do Norte). No início, há 30 anos atrás, as pessoas que iam para lá ainda iam para trabalhar na roça, principalmente as mulheres, como na "panha" de algodão em Barão Geraldo, na plantação de tomates, corte de cana-de-açucar na região de Paulínia (...) já os homens trabalhavam em fábricas, na linha de produção da Bosch ou então na construção civil. Hoje tudo mudou, isso foi no tempo da minha mãe mais ou menos, há 30 anos atrás, porque hoje as mulheres trabalham de empregadas domésticas ou em firmas terceirizadas de limpeza. Os homens trabalham como perueiros (os que trabalhavam em fábricas hoje já estão aposentados, abriram negócio próprio)" (Rose, 35 anos, moradora do bairro M.).

É interessante notar a trajetória dessas famílias migrantes. Segundo relato de uma moradora, deve-se fazer uma distinção entre os migrantes que vinham para Campinas portadores já de algum título escolar- estes sim detentores de uma trajetória ascendente, de mobilidade social, pois conseguiam emprego nas grandes multinacionais da região e, uma vez aposentados, conseguiram abrir um pequeno negócio- e aqueles que migraram para cá com baixa escolaridade, sendo-lhes reservado os empregos de mais baixa qualificação. Estes foram então absorvidos em sua grande maioria pela construção civil, no caso dos homens, e o emprego na roça ou no setor de serviços, no caso das mulheres.

O bairro M. possui aproximadamente 60.000 habitantes e pertence a um município vizinho à cidade de Campinas. Esta registra hoje quase um milhão de habitantes e, segundo Martins (2000), atraídas pelo seu vigor tecnológico e potencial econômico, várias empresas nacionais e estrangeiras se instalaram na cidade durante a década de 1990, fato que contribuiu para caracterizá-la como um dos mais importantes pólos científicos, industriais e tecnológicos do Brasil e que, junto com outros dezenove municípios, constitui a Região Metropolitana de Campinas[17].

O município onde está localizado o bairro M. chama-se Sumaré e pode ser considerado "cidade dormitório", muito embora possua mais de 100.000 habitantes e tenha uma lógica própria de desenvolvimento[18]. O registro do início do município de Sumaré foi a inauguração, em 27 de agosto de 1875, de uma estação do antigo povoado de Rebouças, pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro, do trecho Campinas- Santa Bárbara. Em 16 de dezembro de 1889, inaugurou-se a primeira capela do então povoado que, apesar de progredir lentamente, tornou-se distrito do município de Campinas em 16 de dezembro de 1909. Emancipou-se de Campinas quando passou a município em 30 de dezembro de 1953, período em que muitas indústrias nacionais e estrangeiras se instalaram em Sumaré, provocando profundas mudanças sociais e econômicas e atraindo muitos migrantes, o que refletiu em um acréscimo populacional bastante significativo.

---

[17] Todavia, conforme lembra Martins (2000), a cidade de Campinas chega ao século XXI com enormes problemas sociais. No início do ano 2000, cerca de 20% da população, ou seja, duzentas mil pessoas, sobreviviam em favelas ou ocupações, contra quarenta e cinco mil pessoas em 1980, ou seja, 8% da população.

[18] De acordo com Baeninger (1996:118), "apesar deste município possuir a décima arrecadação do Estado de São Paulo, a pobreza e as más condições de vida da maioria da população são assustadoras. Apenas 25% das moradias têm ligação com a rede de esgoto, 65% são ligadas à rede de água, 75% têm ligações elétricas e a

Talvez pelo grande contingente de migrantes que a cidade recebe, muitos a vêem como cidade "dormitório", muito provavelmente pelo fato dessas situarem-se muito próximas à cidade de Campinas e alguns de seus bairros serem considerados "bolsões de pobreza" por conta do próprio processo de urbanização e ineficiência de políticas públicas que possam atender às necessidades mais prementes de seus moradores, tais como creches, escolas de boa qualidade, saneamento básico, pavimentação de ruas etc. A maioria da população concentrada em bairros como o pesquisado parte de casa antes do sol amanhecer para ocupar postos de trabalho na "cidade grande"- tal como Campinas-, que oferece maiores oportunidades de emprego devido ao pólo industrial que concentra, assim como postos de trabalho no setor terciário da economia.

Convém observar que, pela própria composição social desses moradores, detentores de baixa escolaridade e pouca ou nenhuma qualificação profissional, os empregos que conseguem obter incluem-se no chamado "trabalho precário" ou informal, considerados de baixo prestígio e remuneração, tais como diarista, pedreiro, camelôs que trabalham no centro da cidade, pintores, vendedores ambulantes, além do próprio tráfico de drogas que emprega inúmeras pessoas no bairro e pode ser considerado um tipo de "economia subterrânea".

O fluxo intenso dos moradores do bairro rumo a Campinas pode ser relatado por meio da observação de uma moradora, que diz que, por volta das 6:00h da manhã, os ônibus que fazem a linha bairro M.- Campinas trafegam "carregados" de empregadas domésticas, diaristas e faxineiras, que se "distribuem" entre os mais variados bairros da cidade de Campinas.

A grande maioria da população residente no bairro migrou de outros Estados, sobretudo da região norte de Minas, região Nordeste do país e algumas cidades do Paraná[19], com o intuito de melhorar de vida na "cidade grande". São pessoas que trabalhavam na

---

pavimentação cobre 60% da sede municipal e somente 20% do restante do município. Sumaré é conhecida como uma das cidades com maior índice de criminalidade do Estado".

[19] "Campinas viu seus conflitos sociais aumentarem a partir da década de 70, quando começou a receber migrantes paranaenses, mineiros e de Estados nordestinos. Nos anos 80, a migração começou a cair, mas o número de pessoas que perdeu o poder aquisitivo e foi para os bairros periféricos aumentou. Sem emprego- são 160 mil, segundo o Sindicato da Economia Informal de Campinas- a população marginalizada acaba não tendo outra opção, senão o crime, dizem os especialistas. As estatísticas policiais apontam que 72% dos homicídios ocorridos em Campinas estão na área de ocupação irregular. Para os especialistas, outro fator que funciona como atrativo para o crime são as rodovias. Da mesma forma que permitem o rápido escoamento da

roça, no plantio de gêneros alimentícios ou na criação de animais, e que decidiram deixar o trabalho pesado do campo para tentar a sorte no interior do Estado de São Paulo. Há casos ainda de pessoas que chegaram na região há décadas atrás para trabalhar na construção civil, por conta mesmo das construções das rodovias no interior do Estado de São Paulo, tal como a rodovia Anhangüera, localizada próxima ao bairro pesquisado. Em geral, grandes empresas nacionais e multinacionais serviram de atrativo para essa população que migra desde os anos de 1950 e que continuou a migrar (com maior ou menor intensidade) durante as décadas subseqüentes.

Outra peculiaridade do bairro é que, dividido entre Sumaré e Campinas, seu *espaço* junta-se com o de outros bairros de Campinas, como o Parque Cidade- tido como uma grande área de invasão. Bairros vizinhos como Jardim São Marcos e Jardim Santa Mônica pertencem também à cidade de Campinas e são considerados os bairros de mais alta periculosidade da região, com regras internas como o "toque de recolher", determinado pelo tráfico de drogas, como é freqüente nos bairros situados na periferia da cidade.

O comércio da droga vem assumindo uma economia de pilhagem, economia esta informal, a qual vem adquirindo o estatuto de verdadeira indústria. Tal como bem observa Wacquant (1999:172) em seus estudos sobre os guetos americanos, particularmente aqueles da cidade de Chicago:

> O tráfico de drogas constitui, no momento, a principal fonte de emprego acessível aos jovens do gueto rejeitados pela escola e pela economia legal. Os riscos que correm são certamente elevados mas, além de se poder trabalhar nisso bem mais jovem, as qualificações requeridas são mínimas, os horários flexíveis e a remuneração muito mais vantajosa em relação ao setor assalariado anêmico (WACQUANT, 1999, p. 185).

Assim, o acesso pela via do comércio de drogas apresenta-se sobretudo aos jovens como um negócio atraente, o qual permite ganhar dinheiro facilmente, além de conferir um certo *status* e poder àqueles que ingressam neste tipo de comércio.

Wacquant, ao analisar a trajetória de um jovem morador em um dos guetos da cidade de Chicago, constata que a proliferação das drogas em subúrbios e periferias- redutos do tráfico- exacerba a lógica de "todos contra todos"- na acepção hobbesiana- ,

---

produção industrial, são facilitadoras para o acesso de produtos ilícitos, pois ligam Campinas à capital paulista e a outras grandes cidades do Estado". BAENINGER, R. Jornal *Folha de São Paulo*, 24/02/02).

> (...) que leva tudo de roldão em sua passagem, destroçando as amizades, reduzindo todos os contatos humanos a puras relações de exploração imediata e ilimitada (WACQUANT, 1999, p. 185).

O alto número de jovens assassinados no bairro pesquisado[20] é atribuído ao comércio de drogas, cujos devedores, mal pagadores ou traidores na luta pela disputa entre os "pontos de venda" são executados friamente. Contudo, não apenas o tráfico de drogas faz suas vítimas. Devido ao fato do bairro localizar-se próximo à via Anhangüera, outro tipo de comércio ilegal freqüente é o assalto a cargas de caminhões, atividade esta que movimenta muito dinheiro e conta com muitos "recrutas" para o exercício da tarefa dentro do próprio bairro[21].

Para além dessas formas de empregabilidade, é importante ressaltar o "código de silêncio" existente entre os moradores do bairro, código este que censura qualquer comentário a respeito dos fatos que aí ocorrem e que não permite revelar sequer os nomes dos suspeitos envolvidos diante de desconhecidos ou mesmo de parentes e amigos mais próximos. Esta "lei do silêncio" é recorrente no cotidiano, não sendo prerrogativa exclusiva dos moradores do bairro pesquisado; percebe-se, portanto, que se trata de uma espécie de proteção e garantia em favor da vida dos indivíduos. Para os jovens que vivenciam o mundo do tráfico de drogas, as chances de reconversão são escassas, considerando a forte crise de desemprego que aflige o país, o papel ineficiente da escola pública, cujos diplomas- embora cada vez mais necessários- pouco representam, no sentido de dotá-los de chances paritárias pela competição de postos de trabalho menos precários, ou ainda, quanto à possibilidade de acesso às Universidades públicas.

Com isso, constata-se que o bairro M. tem visto muito de seus jovens morrerem precocemente, em conseqüência da disputa de pontos para a venda do "crack"; disso também resulta o estigma que pesa sobre os moradores que habitam tais periferias ou subúrbios, tidos como lugares de verdadeira *rejeição social.*

Para Bourdieu (1999), tal estigma está presente

---

[20] Segundo informações obtidas entre os próprios moradores, o número de mortos entre os jovens chega quase a um por semana. Recentemente foi publicada uma reportagem sobre a violência do bairro pesquisado no Caderno ***Cotidiano,*** no jornal *Folha de São Paulo*- cujo artigo revelava ser o bairro um dos mais perigosos do Estado de São Paulo.

[21] Na CPI do narcotráfico em Campinas, noticiada por toda a imprensa, apurou-se um verdadeiro "esquema" de roubos envolvendo cargas de caminhões, sobretudo entre aqueles que trafegavam pela via Anhanguera.

> (...) na violência inerte da ordem das coisas, aquela que está inscrita nos mecanismos implacáveis do mercado de trabalho, do mercado escolar, do racismo (presente também nas "forças da ordem" encarregadas, em princípio, de reprimi-lo) etc. (...) este sentimento, inscrito em cada palavra, cada frase, e sobretudo no tom da voz, nas expressões faciais ou corporais, da evidência desta espécie de miséria coletiva que fere, como uma fatalidade, todos aqueles que estão amontoados nos lugares de rejeição social, onde as misérias de cada um são redobradas por todas as misérias nascidas da coexistência e da coabitação de todos os miseráveis e sobretudo, talvez, do efeito de destino que está inscrito na pertença a um grupo estigmatizado (BOURDIEU, 1999, p. 85).

Nesse sentido, embora o tráfico de drogas seja um "lugar-comum" nesses bairros, seus moradores reivindicam uma identidade mais positiva para o local em que moram, sendo comum ouvi-los dizer: *"(...) aqui não tem só bandido, aqui também mora gente trabalhadora!"*. Muitas vezes, nas próprias escolas, ouvem de professores que vêm de outros bairros distantes para dar aula, *"(...) que aqui só tem bandido; não tem gente interessada em estudar"*.

Ao fazer referência aos "banlieues rouges" (bairros populares administrados por prefeituras comunistas nos fins dos anos 60 em Paris), Van-Zanten (2000:59) assinala que antes esses grandes espaços de aglomerações eram percebidos como espaços de transição rumo a uma mobilidade social ascendente. Todavia, hoje são vistos pelos próprios moradores como um espaço negativo de degradação social. Tal percepção negativa é compartilhada também pelos moradores do bairro pesquisado, num fenômeno que, no plano macro-social, tem início com a política neoliberal dos anos 70 e a conseqüente reestruturação do capital em meados da década de 80. Fenômeno mundial, estes bairros antes considerados populares, vão paulatinamente sendo designados como "espaço de rejeição social" ou ainda de "degradação social". Antes habitados por operários de grandes indústrias, cedem lugar ao desemprego, ao trabalho informal e sobretudo ao tráfico de drogas. Um dos mais sérios problemas com que são confrontados estes moradores parece ser a perda de um *ethos* profissional e identitário que antes os unia positivamente, como por exemplo *operários, trabalhadores* etc.; hoje devem utilizar-se de uma frase adversativa quando se definem como *pobres, porém honestos.* Apesar das adversidades cotidianas,

---

Posteriormente, foi constatado que era na região de Sumaré- oportuna pela sua localização – que estavam localizadas as principais quadrilhas envolvidas no tráfico.

muitos deles demonstram-se ainda combativos e perseguem um projeto de mobilidade social ascendente.

Valladares (1991) lembra a história do processo de periferização das metrópoles brasileiras, que se consolida na década de 70, deslocando a pobreza urbana das favelas para as margens das cidades. Segundo a autora,

> (...) esta nova territorialidade da pobreza colocou em evidência o chamado "morador da periferia", em detrimento do "favelado", reificado pela teoria da marginalidade e até então reconhecido como o pobre por excelência (VALLADARES, 1991, p. 104).

Por essa expansão constante da cidade, a emergência do "morador da periferia" como uma categoria que define o pobre não substituiu, mas redefiniu o sentido do termo "favelado", que passou a ser "mais pobre" do que o pobre, morador da periferia.

O peso do estigma que pesa sobre um morador desses bairros nas grandes periferias pode ser também a reação involuntária que muitos demonstram ter através de certos comportamentos, como a depredação de escolas, a violência banalizada no seu dia-a-dia. Todavia, na maioria das vezes inconscientemente, acabam alimentando o círculo vicioso que os marginaliza, pois, sentindo-se excluídos, são levados a assumir comportamentos que os excluem ainda mais, tal como os mencionados[22].

Mais do que a violência imputada pelo tráfico de drogas, esses moradores são vítimas do que Champagne (1999) denomina de "pequenas violências cotidianas", ou seja,

> (...) pequenas violências comuns feitas permanentemente com todos os moradores desses bairros, inclusive com os jovens delinqüentes que **são também** (grifo do autor) vítimas, nada mais sendo a violência que eles praticam que uma resposta às violências mais invisíveis que eles sofrem desde sua primeira infância, na escola, no mercado de trabalho, no mercado sexual, etc. (CHAMPAGNE, 1999, p. 79).

Ainda sobre o círculo vicioso que alimenta a exclusão, Elias (2000) lembra a condição de *outsiders* dos jovens moradores do loteamento da pequena comunidade de Winston Parva:

---

[22] Cf. Ver a esse respeito, o interessante artigo de Patrick Champagne, 1999.

> Os jovens, como sucede a outras pessoas, queriam ser "alguém". Mas a única maneira que conheciam de mostrar aos que os tratavam como "ninguém" que de fato eles eram "alguém" era inteiramente negativa, a sua identidade era a condição de *outsiders* rejeitados que, numa compulsão como que onírica e totalmente ineficaz, rebelavam-se contra essa rejeição através de uma espécie de guerrilha, provocando e perturbando, agredindo e, tanto quanto possível, destruindo o modo ordeiro do qual eram excluídos, sem entender muito bem por quê (ELIAS, 2000, p.145).

Como bem lembra Elias (2000), ao agir de acordo com esse sentimento, tais jovens ajudavam a reproduzir a própria situação de que tentavam escapar. De certa forma, através de determinadas atitudes e comportamentos, induziam os representantes do mundo ordeiro que os cercavam a rejeitá-los e tratá-los com desprezo. Talvez transgredindo o mundo da ordem, da *nomia*, concomitantemente estariam consolidando uma identidade grupal face à fragilidade das relações sociais nas quais se encontravam imersos.

1.2- O migrante e a construção do espaço social

Pode-se dizer que a história do bairro M. está bastante interligada ao processo de expansão industrial da Região Metropolitana de Campinas e, com ela, a construção das grandes rodovias e o direcionamento de um grande fluxo migratório rumo à região.

A construção da Rodovia Anhanguera (localizada próxima ao bairro estudado) em 1948 foi propiciada pelo grande contingente de mão-de-obra vindo de outros Estados do país. Em fins de 1950, havia 749.539 pessoas não-naturais residentes no Estado de São Paulo: 46,5% eram nascidas no Estado de Minas Gerais e 33% nos estados do Nordeste, segundo estudos realizados por Baeninger (1996:45). Ainda segundo a autora, parte do expressivo fluxo migratório para a cidade de Campinas deveu-se à conjugação da agroindústria algodoeira com o grande capital industrial, estrangeiro e nacional, com a instalação de importantes indústrias no Município (Anderson-Clayton, Swift, Matarazzo, entre outras), anteriormente sediadas na capital do estado (1996:45).

Nessa etapa do desenvolvimento, os movimentos migratórios aparecem como necessários para o grande impulso industrial do município, embora seja possível observar um processo de distinção quanto à forma de ocupação imobiliária:

> A implantação das indústrias, dispersas no município, propiciou a ação do capital industrial conjugado com o capital imobiliário, sob a aprovação do poder público, iniciando-se um intenso processo de especulação imobiliária. Foram criados 28 loteamentos, entre 1945-1954, fora da malha urbana, requerendo investimentos públicos para a interligação de redes de abastecimento de água, captação de esgotos, iluminação, asfalto etc. Assim, dava-se início a um novo processo de crescimento urbano, com um padrão definido por espaços vazios à espera de valorização, verticalização das áreas já urbanizadas e, posteriormente, o surgimento de novos bairros e loteamentos (cada vez mais distantes) para as classes de mais baixa renda (BAENINGER,1996, p.49).

Não é por acaso que já no final dos anos de 1960 e início de 1970 o migrante já aparece como bode expiatório das mazelas sociais: causa do crescente surgimento das favelas, da desorganização urbana e do aumento da mendicância na cidade.

Nos anos de 1960, na cidade de Campinas, o setor terciário era aquele que mais crescia, representando 59,5% da PEA (População Economicamente Ativa), enquanto que o setor secundário contava com a percentagem de 27,8% e o primário 12,7%[23]. Tais números refletiam a consolidação do parque industrial; a instauração de um estilo de desenvolvimento que visava à "modernização conservadora", bem como a fase ascendente do ciclo econômico conhecida como o "milagre brasileiro" (1996:49).

Tal como apreende-se das entrevistas, são alguns estados que concentram um grande fluxo interestadual com destino a Campinas, como por exemplo Minas Gerais, Paraná e algumas regiões do estado do Nordeste. Segundo Baeninger (1996:54), dados registrados já no Censo da década de 1970 apontavam que entre os residentes não-naturais na cidade de Campinas, procedentes de outros estados, 60,6% tinham como última residência o Estado de Minas Gerais, seguido pelo do Paraná (11, 74%) e uma participação pequena dos estados do Nordeste (13, 5%). A autora ressalta que no período de 1970-1980, Campinas foi o principal pólo receptor dos fluxos migratórios no interior do Estado de São Paulo; em média, seis dentre dez pessoas do município eram não-naturais.

Com a industrialização crescente e, conseqüentemente, com a onda migratória, novas feições foram sendo definidas para o Município, diante de uma nova estrutura social complexa. O setor terciário sofreu um crescimento significativo e a expansão do "setor informal" atraiu um contingente considerável da população de baixa renda, uma vez que

---

[23] Os setores: **primário** é aquele constituído pela agricultura, o **secundário** pelas indústrias e, finalmente, o **terciário** pelo Comércio e Serviços.

41% dos migrantes que chegavam no município na década de 1970 apresentavam nenhum grau de instrução escolar e 32% o primário (fundamental) incompleto (1996:59).

Como decorrência do movimento migratório, intensificou-se o processo de ocupação do solo, agravando ainda mais a questão urbana no município.

> O grande volume migratório que se dirigiu para Campinas encontrou sérias dificuldades de moradia. O processo de favelamento acentuou-se tanto pelo nível de urbanização experimentado pela cidade, em função de seu crescimento industrial, como pelas características diversas, que estiveram aliadas ao crescimento sócio-econômico do município, reproduzindo padrões que são gerais para o país como um todo, destacando-se o comprometimento geral do nível de vida da população pelo modelo econômico que deprimiu o emprego e a renda; a especulação com a terra que elevou seu preço, imprimindo ao crescimento urbano a marca da expansão da periferia da cidade e da proliferação dos núcleos de favela; a incapacidade financeira da administração municipal face ao nível federal, no provimento das habitações para as populações de baixa renda (BAENINGER, 1996, pp.59;60).

Na década de 1970 a migração foi responsável por mais da metade do crescimento absoluto da população e Campinas foi a cidade do interior paulista que mais contou com esse contingente (68%), seguida por Jundiaí (60%):

> Essa característica do processo de redistribuição da população no espaço urbano indica as profundas modificações na dinâmica regional e na especialização das atividades econômicas, que acabaram por emprestar novas feições ao processo de urbanização. Modificaram-se os padrões de comportamentos e os hábitos de consumo da população; cidades médias passaram a conviver com a pobreza urbana (favelas, cortiços, expansão das áreas de periferia) e a violência; surgiram novas modalidades de movimentos migratórios em direção às cidades (migração da população de pequenas cidades para as maiores, movimento este pendular, sazonal e de retorno) (BAENINGER, 1996, p. 73).

Assim, Campinas firmou-se como um importante eixo para o fluxo migratório porque aqui localizavam-se indústrias de alta tecnologia ligadas aos setores de ponta da indústria nacional. Também a política estadual de investimentos em estradas de rodagem desempenhou papel fundamental, viabilizando o escoamento da produção e os deslocamentos populacionais, tal como o foi a Via Anhanguera para a população estudada.

Ao falar de fluxo migratório, convém salientar que foram as cidades que circundam o município de Campinas aquelas que mais registraram um percentual de pessoas não-naturais aí residentes. Em 1980, encontravam-se no "entorno" de Campinas: Sumaré, com 81,4% de pessoas não-naturais residentes no município; Nova Odessa, 76,6% e Paulínia, com 70,1%. Esses municípios desempenharam papéis importantes na dinâmica regional, quer como "cidade-dormitório", caso de Sumaré (onde se localiza o bairro estudado), ou como "cidade planejada" (caso de Paulínia) para a instalação do pólo petroquímico (1996:79).

A faixa etária dos migrantes incide com maior freqüência entre a população com 15-39 anos e revela um movimento que se faz do "rural para o urbano":

> O fluxo rural-urbano chegou a registrar 37% do movimento migratório da Bahia, 30% de Minas Gerais e 29% da migração proveniente de Mato Grosso do Sul. Trata-se de regiões onde o contingente de população nas áreas rurais era ainda bastante elevado em 1970 (BAENINGER, 1996, p. 82).

No que tange à escolaridade dos migrantes na década de 1980, observa-se que tanto os migrantes interestaduais como os inter-regionais possuíam baixos níveis de instrução escolar. Vale ressaltar, no entanto, que os migrantes provenientes da cidade de São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul registraram proporções mais elevadas de migrantes com curso superior.

Nesse processo de passagem do *rural* para o *urbano*, consubstanciado a uma precária escolaridade, esses migrantes tiveram como "parada" as periferias das cidades. O complexo agroindustrial existente na região de Campinas permitiu que essa população, agora residente no *espaço urbano*, oscilasse entre o mercado de trabalho rural e o urbano pouco qualificado, porém sem se tornar uma classe assalariada, implicando, para parcela considerável da população, precárias condições de vida.

Dessa sorte, o fenômeno da *periferização* explica-se, em parte, pelo fato da cidade de Campinas servir como "etapa intermediária" entre a procedência e a direção final dos migrantes que chegaram à região de Campinas. A etapa seguinte, que assumiu "diversas configurações", foi a "expulsão" da população de baixos rendimentos, incluindo tanto os

migrantes mais pobres quanto os naturais do município, para áreas de mais baixo valor do solo urbano. Segundo Baeninger,

> (...) o empobrecimento da população- consequência da deterioração do poder de compra dos salários que já se prenunciava no final da década de 1970- aliado ao importante fluxo migratório que a região recebeu nessa década, intensificou o processo de periferização (BAENINGER, 1996, p. 98).

Paralelamente, observa-se um "movimento pendular": enquanto a população das chamadas "cidades-dormitórios" tem nas cidades de Campinas e Americana centros de inserção profissional nas atividades secundária e terciária de baixa qualificação, para Paulínia, Sumaré e Valinhos, os fluxos procedentes principalmente de Campinas são compostos de mão-de-obra especializada. Isto é, a população migrante (em sua maioria) da Região Metropolitana de Campinas deixa as respectivas cidades antes do sol amanhecer para trabalhar em atividades de baixa remuneração em Campinas (como é o caso das empregadas domésticas e diaristas observadas na pesquisa em questão), enquanto que os trabalhadores bem qualificados deixam a cidade de Campinas para ocupar postos de trabalho prestigiados nas grandes indústrias da região, como Paulínia, Sumaré e Valinhos.

Assim, os *espaços sociais* são espaços fluidos, porém bem demarcados socialmente. Se se pode dizer que os anos de 1970 foram anos do "milagre brasileiro", com forte expansão do fluxo migratório interestadual, o final dos anos de 1980 e início da década de 1990 apontavam para um outro rumo, uma vez que já era possível perceber

> (...) alterações nesse cenário que foi marcado por crescente dinamismo econômico. Os sintomas de crise refletem-se no desemprego, no fechamento de importantes estabelecimentos industriais, no decréscimo do ritmo de produção agrícola, principalmente em decorrência da política de exportação, além do agravamento das questões sociais (BAENINGER, 1996, p. 115).

É nesse contexto que emergem novos movimentos sociais, tendo como agente essa população migrante, como por exemplo o movimento de invasões de terras[24] na região que

[24] Hoje a ocupação do Parque Oziel na cidade de Campinas é considerada uma das maiores áreas de invasão de terra da América Latina. Segundo dados da Secretaria Municipal de Habitação de Campinas divulgados pelo jornal **Folha de São Paulo**, estima-se a existência de trinta mil famílias em uma área de cerca de 1,5 milhão de metros quadrados. (São Paulo, 08 jan. 2003. Folha Cotidiano, Caderno 06).

se acentuou nos últimos anos e que, desde o primeiro movimento de invasão (1986), não parou de crescer. Tal como bem lembra Baeninger,

> (...) os fragmentos da vida cotidiana, precária e ameaçadora, apontam os conflitos emergentes e a luta pela sobrevivência de grupos migrantes num espaço desigual. De fato, as últimas cenas evidenciam que para o migrante já não há nem tempo, nem espaço (BAENINGER, 1996, p. 122).

Por último, se na década de 1950 os migrantes eram vistos como uma população necessária para a dinâmica industrial, no final dos anos de 1960 essa população já passa a se configurar como uma "população excedente"; essa problemática arrefeceu-se com o início do processo de metropolização da região nos anos de 1970, dado que para os municípios vizinhos a Campinas a chegada de migrantes ainda representava sinais de prosperidade econômica.

A questão do *espaço urbano* nas décadas de 1980 e 1990, com o explosão do crescimento das cidades, denota já a gravidade do problema, com a reprodução de fenômenos, tal como a *periferização* da população de baixa renda (1996:123;124). Essa população é vista mais do que nunca como excedente pois, economicamente, o pólo industrial já não precisa mais do migrante para se expandir e, socialmente, o migrante carrega cada vez mais o estigma de bandido, em particular os da segunda geração. Serão os jovens, eles próprios migrantes ou filhos de migrantes e vistos pela sociedade maior como tal, aqueles que no registro da história da cidade e de seus pais constroem a própria história.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

II- FAMÍLIA: TRAJETOS, TRILHAS E DESAFIOS

2.1- A família como categoria de análise

A literatura que trata- direta ou indiretamente- do tema ***família*** tem informado a complexidade de sua análise àqueles que têm por objetivo enveredar-se por tal temática.

Nomear um conceito, ou melhor, defini-lo, como é o caso de *família*, exige uma taxionomia, tal como acontece freqüentemente com os órgãos estatísticos do Estado. A esse propósito, Bourdieu (1993) lembra que antes mesmo de reiterar a idéia amplamente difundida de que a família é uma construção social, é preciso antes analisar as representações que as pessoas fazem daquilo que elas designam por *família*. Entender o que se esconde por trás dessa representação ajuda a compreender outras formas de famílias, sobretudo aquelas que, aos nossos olhos, não se apresentam como evidentes.

Para Bourdieu (1993), sob a aparência de descrever a família, os órgãos oficiais do Estado (sobretudo os estatísticos) acabam, na realidade, por construí-la como categoria da realidade social. De acordo com a definição emprestada desses Institutos, a família pode ser percebida como um conjunto de indivíduos, aparentemente ligados entre si, seja pela aliança (o casamento), seja pela filiação, seja mais excepcionalmente pela adoção parental e vivendo sob um mesmo teto (coabitação).

Assim, o que entendemos sobre *família* advém do léxico que recebemos do mundo social para assim nomeá-la. Mas, se admitirmos que a família não é mais do que uma palavra e que, portanto, trata-se de uma construção social e verbal, é preciso antes analisar as representações que as pessoas fazem daquilo que elas designam por *família* (1993:32).

Segundo Bourdieu (1993:33), " é verdade que a família não é apenas uma palavra, mas antes trata-se de uma "palavra de ordem", ou melhor, de uma categoria, princípio coletivo de construção da realidade coletiva". Isso porque a família traz embutida nela mesma uma taxionomia, embora apareça como universalmente aceita e naturalmente percebida como tal. Admitimos tacitamente que a realidade à qual acordamos o nome de "família" é aquela que classificamos na categoria de *verdadeiras famílias*, portanto, uma família real.

Dessa forma, para Bourdieu (1993), se admitimos que a família é um princípio de construção da realidade social, é preciso também lembrar que este princípio de construção é, ele mesmo, socialmente construído e comum a todos os agentes socializados de uma certa maneira: construção esta inculcada através de um trabalho de socialização operado num universo que é, ele mesmo, organizado conforme a divisão de famílias. O princípio de construção, para o autor, é um dos elementos constitutivos do nosso *habitus*[25], ou seja, uma estrutura mental que, tendo sido inculcada em todos os cérebros socializados de uma certa maneira, individual ou coletivamente, torna-se uma lei tácita da percepção e da prática que está no fundamento do consenso sobre o sentido do mundo social (e da palavra *família*, em particular), portanto, no fundamento do senso comum[26] (1993:33).

Quando se trata do *mundo social,* as palavras fazem as coisas, porque elas fazem o consenso sobre a existência e o sentido das coisas, o senso comum, aceito por todos como natural. É nesse âmbito que se percebe o estigma que pesa sobre as mulheres chefes de família, por exemplo, como sendo membros de famílias incompletas ou desorganizadas, porque são mulheres que não estão dentro da regra tácita imposta, como as casadas sem filhos e outras, e que, por isso mesmo, são tidas como seres sociais incompletos, inacabados, mutilados. Os exemplos são inúmeros, mas assistimos de maneira bastante recorrente à comparação da mulher casada e sem filhos a uma figueira sem frutos.

Assim, para Bourdieu (1993: 33-34), a família como categoria social objetiva (estrutura estruturante) é o fundamento da família como categoria social subjetiva (estrutura estruturada), categoria mental que é o princípio de milhares de representações e de ações (os casamentos, por exemplo) que contribuem para reproduzir a categoria social objetiva; este círculo, segundo o autor, é aquele da "reprodução da ordem social":

> O acordo quase perfeito que se estabelece entre as categorias subjetivas e as categorias objetivas funda uma experiência do mundo como evidente (*taken for granted*), quase sem questionar. E nada parece mais natural do que a família: esta construção social arbitrária parece situar-se do lado da natureza, do natural e do universal (BOURDIEU, 1993, p.34).

---

[25] Segundo a definição do próprio autor, o *habitus* é entendido como um conjunto de disposições que levam a agir, pensar, perceber e sentir de uma maneira determinada; é o princípio gerador das práticas e representações. O *habitus* expressa-se por uma aptidão dos agentes para se orientar espontaneamente dentro do *espaço social* e a reagir de forma mais ou menos adaptada aos acontecimentos e situações (BOURDIEU, 1972).

[26] Para Bourdieu (1993), o senso comum ajuda a construir a realidade que ele evoca.

A família funciona, no *habitus*, como esquema classificatório e princípio de construção do mundo social e deste corpo social particular que é a família, que se conquista no seio mesmo de uma família como ficção social realizada. Assim, a família é o produto de um verdadeiro trabalho de instituição, de uma só vez ritual e técnico, visando a instituir duravelmente em cada um de seus membros sentimentos que procurem assegurar a integração, que é a condição de existência e da persistência dessa unidade (1993:34).

Todavia, conforme lembra Bourdieu (1993:35), não devemos esquecer que, para que esta realidade que chamamos de *família* seja possível, é preciso que sejam reunidas condições sociais que não têm nada de universal e que, em todo caso, não são uniformemente distribuídas. Assim, a família, na sua definição legítima, é um privilégio que é instituído como norma universal. Privilégio de fato que implica um privilégio simbólico: o de ser como se deve ser, dentro da norma, ter um aspecto simbólico que seja de normalidade.

Tal privilégio é uma das condições maiores de acumulação e de transmissão de privilégios econômicos, culturais e simbólicos. A família desempenha um papel importante de manutenção da ordem social, na reprodução, não somente biológica, mas social[27].

Nesse sentido, a contribuição dessa discussão (1993) parece ser mais a de alertar para que a família deixe de ser apreendida como um dado imediato da realidade social para tê-la como um instrumento de construção dessa realidade. Entretanto, é preciso ultrapassar a questão da família como mera construção social da realidade e perguntar *quem* construiu os instrumentos de construção que permitiram pensar (e permitem ainda) as categorias familiares como instituições existentes na objetividade do mundo, sob a forma desses "corpos sociais" elementares que chamamos de *famílias* e, no espírito, sob a forma de princípios de classificação praticados por agentes comuns, bem como pelos operadores responsáveis pelas classificações oficiais, como os órgãos estatísticos.

Estes podem tornar invisíveis certas situações concretas, que não fazem parte das estatísticas. É o caso, por exemplo, das mulheres chefes de família na agricultura. Perry Scott (2002:16) chama a atenção para o fato de que a distribuição geográfica de casas chefiadas por mulheres, que a evidencia como um fenômeno urbano, precisa ser compreendida como um alerta contra a discriminação que ocorre contra elas no campo, e

não como um resultado "natural" da atração da cidade para as mulheres. Já no assalariamento e trabalho braçal, nos quais reside sobretudo fora das propriedades que são locais de trabalho, há uma presença muito maior de mulheres. Assim, elas são contadas como moradoras urbanas, o que encobre o fato de que são trabalhadoras rurais.

O autor (2002:16) lembra que o englobamento do trabalho feminino na unidade camponesa é um fenômeno reconhecível nas próprias teorias sobre o campesinato, mas as pesquisas empíricas mostram não somente grandes participações como esposas, mas também como responsáveis por unidades destituídas de homens. Isso é muito freqüente em áreas para as quais os homens migram em busca de trabalho e fortuna em locais distantes, muitas vezes sem retornar e sem enviar remessas para o sustento do grupo, efetivando uma situação de fato de chefia feminina que alguns denominam de "viúvas da seca", outros de "viúvas do garimpo", entre tantas outras situações.

É preciso estar atento às classificações impostas pelos órgãos oficiais do Estado, mas como o exemplo acima elucida, é preciso igualmente estar atento a situações que fogem às taxionomias, para não correr o risco de contribuir, através da ratificação, do registro, com um trabalho de construção da realidade social que prescreve um modelo de família como norma universal.

2.2- A literatura sobre família

Para Bruschini (1989), o estudo da *família* conta com uma gama diversa de teorias explicativas, as quais procuram dar sentido ao seu papel na sociedade- seja ela simples ou complexa-, além de buscar a razão de sua constituição e formação, bem como a multiplicidade dos arranjos que ela comporta.

Contudo, já de antemão, a autora lembra que não existe um modelo pronto e acabado de família, mas sim uma heterogeneidade de formas, cuja complexa e diversificada teia de relações compõe aquilo que donominamos de *família.*

No que confere à Sociologia, o tema *família* predominou na teoria funcionalista, que caracterizou o pensamento norte-americano da década de 50. Assim, diz Bruschini (1989):

---

[27] A esse respeito, consultar os interessantes artigos organizados por ALMEIDA, A.M.F. e NOGUEIRA,

> Segundo esta corrente, cujo maior expoente foi Talcott Parsons, a família é sobretudo uma agência socializadora, cujas funções concentram-se na formação da personalidade dos indivíduos. Tendo perdido, ao longo da História, as funções de unidade de produção econômica e de participação política, a família teria as funções básicas e irredutíveis da socialização primária das crianças e de estabilização das personalidades adultas da população. Há, no funcionalismo, uma ênfase acentuada na importância de que a criança tenha, nos primeiros estágios do desenvolvimento, uma relação especial, íntima e intensa com a mãe. O isolamento da família nuclear, uma das suas características básicas, manifesta-se no fato de que seus membros, pais e filhos ainda dependentes, ocupam em geral uma habitação separada, não partilhada com membros da família de origem de nenhum dos esposos: no caso típico, essa unidade doméstica é economicamente independente, subsistindo principalmente do rendimento advindo da ocupação do pai/marido (BRUSCHINI, 1989, p. 02).

Ainda que muitas críticas sejam tecidas a Parsons, justamente por eleger como modelo de estudos apenas um tipo de família- a nuclear, burguesa- convém lembrar, entretanto, que esse era o tipo de família predominante nos anos de 1950, na sociedade ocidental, sobretudo nos E.U.A, país que vivia um período de grande expansão econômica.

Nos dias atuais o modelo de família da escola funcionalista, embora limitado, já que não concebe novas formas de arranjos familiares e dinâmicas internas de grupo, deixou reflexos marcantes na Sociologia brasileira; mais ainda, deve-se considerar o fato de Parsons ter sido um pesquisador que se ocupou sistematicamente dos estudos sobre *família*.

Posteriormente, já na primeira metade da década de 1970, os estudos sobre família passaram a contemplar com maior ênfase a questão do trabalho doméstico, impulsionados pelo movimento feminista que ganhava força tanto na Europa quanto na América. O trabalho doméstico- problema teórico no pensamento marxista- ganhava então centralidade nas pesquisas sobre família, deslocando o foco de análise para o papel exercido pela mulher na reprodução da força de trabalho. Como bem observa Bruschini (1989),

> Alguns dos mais representativos trabalhos dessa corrente preocupam-se com a questão da produção doméstica, ou, mais especificamente, com o papel do trabalho doméstico para a reprodução da força de trabalho, dando origem a uma rica e acirrada controvérsia sobre a produtividade ou não desse trabalho para o capital. Segundo essa vertente do marxismo, a família seria um grupo social voltado para a reprodução da força de

> trabalho, no qual os membros do sexo feminino se encarregariam da produção dos valores de uso na esfera privada, cabendo aos homens a produção dos valores de troca, através da venda de sua força de trabalho no mercado (BRUSCHINI, 1989, p. 03).

Tal concepção é ainda tema recorrente nas análises de cunho mais sociológico sobre a família, em que a divisão sexual do trabalho aparece como um objeto caro de estudos. Por sua vez, a Antropologia volta-se mais para a família enquanto construção cultural e simbólica, não aceitando trabalhar com "modelos" previamente construídos. Assim, para essa disciplina, a família não é uma categoria homogênea e por isso não existe um único modelo de família que possa ser tomado como universal. O conceito de família deve referir-se a um grupo social concreto e empiricamente observável. Assim sendo, deve-se falar em "famílias", no plural, e não "família".

Nesse caso, Bruschini lembra que

> (...) o grupo tanto pode extrapolar o modelo, pela inclusão de parentes ou agregados, quanto nem mesmo realizá-lo, como no caso dos casais sem filhos, irmãos sem pais ou famílias nas quais um só dos cônjuges está presente. Exceções ao modelo, porém, não apenas reforçam sua elasticidade como também a riqueza da realidade empírica, que de longe o extrapola. Sem falar no fato de que a existência de um modelo numa sociedade ou momento histórico determinado não significa que este conjunto de regras e padrões de comportamento não seja passível de transformações. Pelo contrário, a mutabilidade é outra característica da instituição familiar (BRUSCHINI, 1989, p. 05;06).

No Brasil, a família recebeu uma valiosa contribuição da Psicanálise, com destaque para Donzélot (1980) e Freire Costa (1979), trabalhos estes que denotam a nítida demarcação de fronteiras sociais presentes na ideologia higienista e sua relação com a própria ideologia burguesa. Tal relação já estava prenunciada na Sociologia das décadas de 1930 e 1950, com trabalhos de Gilberto Freyre e Antonio Candido. Como diz este último,

> A ênfase na família patriarcal dos séculos anteriores é justificada pelo fato de ela ter sido a base sobre a qual se desenvolveu a família conjugal moderna, cujos traços só podem ser compreendidos se examinar sua origem (CÂNDIDO, 1951, p. 201).

Como aponta Lins de Barros (1987), o processo de institucionalização do modelo de família moderna pode também ser analisado pela crescente privatização da esfera doméstica no Brasil. A autora (1987:111) destaca os trabalhos clássicos de Cândido (1951) e Freyre, os quais dão a tônica da abordagem dessa questão. O prefácio à primeira edição de **Sobrados e Mocambos** *é* exemplar ao retratar o recolhimento da família à casa e sua separação do mundo público, descrevendo um processo de caracterização e distinção crescentes entre a rua e a casa. As mudanças ocorridas na família são vistas nesses trabalhos como uma transformação da família patriarcal extensa; posteriormente, tal perspectiva será estudada também por Da Matta (2000), através de uma perspectiva relacional que privilegia a análise da imbricação entre as esferas pública e privada.

O que se apreende dos estudos sobre *família*, tendo como ponto de partida as análises de Bruschini (1989), é o de uma gama de noções filtradas através de diferentes disciplinas, cada qual com seu critério valorativo.

Assim, o que existe são "verdades relativas" e "explicações possíveis" para o comportamento familiar em determinados grupos. Isso porque, como bem lembra Fonseca (1995:23), um corpo teórico jamais pode eximir o pesquisador ou agente social da responsabilidade de "descobrir" ele mesmo a realidade, complexa, heterogênea e cambiante em que está inserido, já que

> Os cientistas sociais se agarraram durante décadas à crença da normalidade estatística, natural, moral, da família conjugal. Hoje vemos que esta crença, além de ter reforçado a estigmatização das famílias pobres- vistas inevitavelmente como desorganizadas por não corresponderem ao modelo "normal"- impediu gerações de pesquisadores de atentar para a diversidade das dinâmicas familiares no Brasil (FONSECA, 1997, p. 513).

2.3- Famílias chefiadas por mulheres

É sabido que não existe apenas um modelo de família que se estenda homogeneamente entre as diversas classes sociais, muito embora o modelo ideológico predominante ainda venha a ser o da família nuclear.

A questão do modelo e da variedade de formas de vivência familiar já foi tratada por Durham (1983), ao discutir a emergência de modelos alternativos e o desaparecimento da família enquanto instituição:

> Partindo da concepção de que a vida social é organizada através de regras culturalmente elaboradas, os grupos sociais concretos podem ser vistos como construções sociais específicas que se utilizam de modelos culturais para resolver problemas da vida coletiva. Nas palavras de Geertz (1973), padrões culturais são simultaneamente modelos de e modelos para o comportamento social, isto é, são representações de ordenações presentes na vida social e ordenações para a vida coletiva (DURHAM, 1983, p.30).

Nesse sentido, ao falar em *famílias chefiadas por mulheres,* há que, necessariamente, distinguir sócio, histórica e culturalmente a noção que se tem de família. Como lembra Fonseca,

> (...) é bem possível, por exemplo, que o recente aumento do número de famílias chefiadas por mulheres esteja ligado, entre as camadas médias, ao movimento feminista e à nova autonomia da mulher. Entretanto, projetar essa mesma explicação sobre grupos pobres, cuja alta taxa de mulheres chefes de família tem sido historicamente ligada à pobreza, seria um engano (FONSECA, 1997, p.546).

Sarti (1996), por sua vez, chama a atenção para o perigo de olhar a família apenas a partir do determinante "classe social", uma vez que assim a família pobre é "normalizada" somente pelos condicionantes econômicos sem que, no entanto, aspectos sociais, culturais e simbólicos sejam igualmente considerados como substratos importantes para a análise.

Todavia, tomar como objeto de interpretação apenas uma ou outra teoria, como bem lembra Woortmann (1987) a respeito das teorias culturalistas, não resolve o problema, pois não existe uma subcultura separada entre os pobres, ou favelados, que os "marginaliza" (uma cultura da pobreza), mas um modelo ideológico adaptativo, um "modelo da práxis".

Com isso, no entender de Sarti (1996:23), a pobreza é uma categoria relativa. Qualquer tentativa de confiná-la a um único registro reduz seu significado social e simbólico.

Estar atenta às particularidades de cada grupo social de maneira a não criar condicionantes fixos capazes de instituir o que é geral ou não faz parte do ofício do

pesquisador, que tem como intuito desvendar a lógica que preside certos grupos, suas dinâmicas internas, bem como o *savoir faire* que lhes confere uma identidade enquanto sujeitos pertencentes a um determinado contexto social, político, econômico, cultural e histórico.

Com isso, a contribuição dos antropólogos nos estudos sobre *família* reside justamente numa observação da realidade através de outras lentes. Através do método do *estranhamento*, situações antes "normalizadas" passaram a ser "desconfiadas", e valores e comportamentos em famílias de grupos populares foram ganhando outras análises, constituindo exemplos, a importância da família extensa, a centralidade da mulher na família (Woortmann, 1987), a circulação de crianças (Fonseca, 1995), entre outros.

Por meio desta breve explanação, recupera-se o papel que a mulher ocupa nas famílias de baixa renda. Parafraseando Sarti (1996:37), perguntaríamos se as mulheres são ou tornaram-se chefes de família nas estratos sociais mais baixos? Existiria nesse contexto uma centralidade maior da figura materna? Dentre as várias vias de acesso à problemática das mulheres chefes de família, perguntaríamos *de que família chefiada por mulheres estamos tratando?*

No entender de Sarti (1996:37), dados empíricos apontam para uma redefinição da posição da mulher entre as famílias pobres, desautorizando a figura do *pater famílias*. Nesse caso, a autoridade paterna perdeu sua força simbólica e também a capacidade de mobilizar os elementos morais necessários à obediência. A esse respeito, a literatura bibliográfica sobre o tema da família traz importantes contribuições: autora de um dos textos pioneiros no Brasil no que tange à chefia feminina, Barroso (1978), através dos dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílio) para a década de 1970, lança profícuas considerações sobre o tema, bem como dados estatísticos bem cuidados a respeito da situação da mulher chefe de família no Brasil e outras partes do mundo, sobretudo nos países da América Latina.

A perspectiva de análise da autora foi a abordagem quantitativa, sem contudo deixar de lado o cotejo com trabalhos de cunho mais qualitativo. A família é pensada por Barroso (1978) como organização crucial para a reprodução da força de trabalho, capaz de

desenvolver estratégias de sobrevivência e crescimento em função de suas condições concretas de vida[28].

A importância do condicionante de classe social nas análises sobre a chefia feminina permite a relativização de certos estudos que calcam suas análises na idéia de patologia social e conferem a essas famílias o estatuto de incompletas e desorganizadas. Como lembra Fonseca,

> Dividindo as mulheres em santas ou demônios, pacatas donas de casa ou prostitutas, os pesquisadores simplesmente não enxergavam dinâmicas sociais que driblam esses dois pólos (FONSECA, 1997. p. 513).

Nesse sentido, não se pode ignorar, tal como afirma Barroso (1978:457), "(...) que os determinantes estruturais, acabam por culpar as próprias famílias pela perpetuação de sua pobreza e carência".

A idéia de que a família chefiada por mulheres seria incompleta e desorganizada perpassa tanto pela patologia social, que nela vê um desvio da "normalidade", quanto à análise dos aspectos estruturais *tout court*, concebendo apenas a pobreza como o único determinante da chefia feminina e como determinante de condutas reprováveis. Entretanto, é preciso, em primeiro lugar, quebrar o estigma da incompletude e desorganização entre essas famílias, para depois compreender a dinâmica e as lógicas que as presidem. A pobreza é um condicionante estrutural, mas não é determinante na constituição das famílias chefiadas por mulheres, como também não o é de suas condutas.

Dados da década de 1970 do século XX apontavam o setor informal da economia brasileira como um grande receptor de mulheres que mantinham sozinhas suas famílias, sem a colaboração de um outro provedor. Isso porque pensava-se na baixa escolaridade dessas mulheres como relação direta na ocupação de postos de trabalho precário (tese hoje bastante controversa, uma vez que se discute a relação existente entre educação e emprego). Nas palavras de Barroso (1978),

> As mulheres chefes de família têm probabilidade mais alta de estarem desempregadas do que os homens e, quando empregadas, sua

[28] Vale lembrar aqui que o referencial teórico da autora é aquele que predominou as análises sociológicas da década de 1970, de cunho marxista e inspirado pelo movimento feminista de então, cujas discussões centravam-se na reprodução da força de trabalho.

> probabilidade de estar no setor informal é muito maior. Além disso, as famílias chefiadas por mulheres têm menor número de trabalhadores secundários que possam ajudar na renda familiar, o que lhes impede de utilizar a principal estratégia de sobrevivência adotada pelas famílias pobres (BARROSO, 1978, p.468).

Parte das entrevistas feitas com mulheres chefes de família no bairro M. revelou a frequência de parentes consanguínios morando na mesma casa e ocupando papéis tradicionalmente desempenhados pelo pai. Tais parentes dividem-se entre as mães das "mulheres chefes", daí a possível denominação de *díade materna*: avó, mãe e filhos- ou irmãos que dividem a casa com a "irmã, chefe de família". É curioso notar que nesta composição, o papel do "pai simbólico" é freqüentemente atribuído a um irmão da mãe ou cunhado desta, fato que sugere que a figura paterna pode ser suprida pela de outras figuras masculinas "circulantes"[29] no interior da própria casa.

Dois estudos de caso, Woortmann (1987) e Scott (1990), ainda que não generalizáveis a outros contextos, elucidam o debate e permitem alguns diálogos com o caso do bairro M. e suas famílias. Trata-se de pesquisas de cunho etnográfico que constituem valiosas fontes para a análise do tema das mulheres chefes de família, uma vez que permitem cotejar os dados com o trabalho aqui realizado.

Quanto à idéia de rigidez ou não dos papéis sexuais no interior dessas famílias, Woortmann (1987), tomando como objeto de estudo o sistema de parentesco de famílias em uma área de invasão na cidade de Salvador-BA, conjuga o estudo de parentesco com o dos papéis sexuais, buscando assim encontrar respostas para algumas questões, tais como a que se segue:

> (...) como alimentar a família hoje: como encontrar trabalho; onde deixar as crianças enquanto a mãe trabalha; em quem se apoiar quando a família é atingida por uma crise, etc. As pessoas têm de viver sua vida quotidiana, e a este nível o parentesco é uma variável importante, pois é através dele que se organiza boa parte de espaço social imediato, e é através dele, em boa medida, que as pessoas se ajustam às dificuldades da vida (WOORTMANN, 1987, p. 15).

---

[29] Chamo-as aqui de "figuras circulantes" devido ao seu caráter de instabilidade dentro da casa. Um eventual casamento desse irmão ou mudança do cunhado para outra casa, por exemplo, são fatores que podem contribuir para que esse papel simbólico se desvaneça. Nesse caso, não há rigidez de papéis no interior do domicílio.

Como é possível perceber, o ponto central de seu trabalho assenta-se muito mais na categoria *parentesco,* enquanto elemento de organização social nas famílias de baixa renda. O autor demonstra, assim, como o parentesco exprime um padrão de papéis sexuais – como um sistema adaptativo- face a um contexto de pobreza material (1987:17). Nele, a matrifocalidade é uma dinâmica constituinte do grupo doméstico diante da instabilidade econômica das famílias, ou seja, a chefia feminina seria "uma resposta adaptativa" às condições concretas impostas por uma situação de classe[30].

Uma observação interessante feita por Woortmann (1987) refere-se à distinção entre "chefe de família" e "chefe de casa", que se faz necessária diante do fato de que a casa é concebida como o domínio privado, feminino por excelência, enquanto a chefia é domínio masculino. Pode-se ainda observar que a casa está contida na família, relação que constitui um jogo complementar e hierárquico (Sarti:1996) revelador da assimetria de gênero. Contudo, aquilo que é mais freqüente, conforme o observado por Wortmann, é justamente o acúmulo das duas funções pela mulher, ou seja, de chefe da casa ela passa a ser também chefe de família, à medida que o marido não passa mais a responder como provedor. Nesse caso, a condição de chefe de família é reforçada pelos filhos, tal como demonstra o autor.

Para Woortmann, tem-se então duas importantes conseqüências: a autoridade sobre os filhos concentra-se na mãe, e os pais têm relativamente pouco a ver com eles; os filhos permanecem com a mãe se e quando a relação conjugal é dissolvida. Em sua pesquisa, o autor constatou que o homem deixa o grupo doméstico sem levar consigo qualquer responsabilidade quanto aos filhos; a mulher deixa o companheiro ou o marido, a fim de substituí-lo por outro percebido como melhor fonte de sustento desses mesmos filhos.

Entretanto, para o que foi observado entre as famílias estudadas no bairro M., é que, de fato, há um desligamento total entre marido/pai e esposa e filhos. No entanto, a substituição do companheiro com vistas a sustentar os filhos praticamente não ocorre, contando a mulher muito mais com a família consangüínea- sobretudo a díade materna: mães e filhas chefes de família- e também com os pais e irmãos.

O envolvimento com outro parceiro pode até ocorrer, mas chama a atenção o seguinte aspecto: fruto de um relacionamento passageiro, essas mulheres tornaram-se mães muito jovens, na maioria das vezes ainda na adolescência. Em três "histórias de vida", as

[30] O autor lembra que o princípio geral do parentesco deve ser qualificado através de uma ênfase feminina;

mulheres entrevistadas não tiveram outros filhos, nem refizeram suas vidas com outros parceiros, mesmo que tenham tido relacionamentos "esporádicos".

Assim, recuperando as idéias de Woortmann (1987), cabe lembrar que a atenção do autor volta-se muito mais para a questão do parentesco- objeto caro à Antropologia-, sendo a matrifocalidade constituinte desta categoria. Isso porque,

> (...) subjacente ao uso estratégico das relações de parentesco, está a idéia geral de que a organização interna do grupo doméstico faz parte de uma prerrogativa feminina, mais especificamente, da mãe; os outros membros apenas ajudam, mas não decidem. Assim, já foi visto que a "família" é um conceito mulher-centrado, e que o mesmo pode ser distinguido de grupo doméstico (WOORTMANN, 1987, p. 100).

Para o autor, vale dizer que é a mulher, particularmente a mãe, o ponto focal da rede de parentesco e das relações inter-domésticas e que, nesse contexto, assume um lugar particular a realidade das famílias de migrantes. Para ele, no caso estudado, quando a família migra de um lugar para o outro, esta é sempre recebida por parentes da mulher. Quando também ocorre uma certa "circulação" de crianças e adolescentes entre famílias, estas tornam-se sempre agregadas da parte da mulher e não do homem:

> O ponto principal que desejo enfatizar aqui é novamente o viés matrilateral do sistema e, deste ponto de vista, é o compadrio entre parentes que ganha importância. Três aspectos parecem relevantes neste contexto: 1°) uma alta proporção de padrinhos foi escolhida pela mãe da criança, e não pelo pai ou por ambos os genitores; 2^0) a maioria dos padrinhos- parentes são parentes matrilaterais; 3^0) entre os padrinhos-parentes uma considerável proporção era de irmãos da mãe (WOORTMAAN, 1987, p. 194).

Ainda de uma perspectiva antropológica, o tema da matrifocalidade e o viés matrilateral são objetos de estudo de um outro autor. Perry Scott (1990) retoma muitas das idéias de Woortmann (1987) sobre a centralidade da figura materna para compor sua análise a respeito da especificação dos papéis sexuais nas estratégias de formação de grupos domésticos, sobretudo a atuação masculina, em uma estrutura que tem privilegiado sobremaneira a figura feminina.

ênfase esta que norteará toda a análise de sua obra, tal como sugere o próprio título do livro.

No entanto, embora sua análise se concentre na figura do homem- como o homem lida com a esfera da casa-, aspectos concernentes a chefia feminina e matrifocalidade são freqüentemente reiterados. Isso porque o autor toma como elemento empírico um bairro pobre de Recife, que comporta várias das características matrifocais dentre as famílias. Os dados levantados por ele corroboram tal afirmação:

> (...) 21,5% das unidades domésticas têm sua renda básica fornecida por mulheres (75% destas mulheres provedoras básicas não têm marido, mais de 10% destas mulheres têm maridos em casa e o restante é filha ou agregada). A metade das casas estudadas tem mais de um provedor, e 56,3% destes provedores complementares são mulheres. As esposas mais importantes como provedoras complementares são mulheres. As esposas são mais importantes como provedoras complementares (26,2%) seguidas pelos filhos homens (23,7%) e pelas filhas (13,8%). Pode-se afirmar que, embora culturalmente haja uma clara preferência e tendência de os homens serem os detentores da renda, a atividade econômica remunerada feminina é fundamental para o sustento de aproximadamente três em cada quatro casas (SCOTT,1990, p. 42).

Todavia, o autor chama prudentemente a atenção para a necessidade de se fazer uma distinção entre a concepção de *famílias chefiadas por mulheres* e a de *matrifocalidade.* Para Scott (1999:39), *matrifocalidade* identifica uma complexa teia de relações montadas a partir do grupo doméstico em que mesmo na presença do homem na casa, é favorecido o lado feminino do grupo.

O autor lembra ainda que a *matrifocalidade* pode ocorrer em diversas camadas sociais, nas relações estabelecidas pelos membros da casa entre si, bem como entre parentes e amigos fora da casa, que são fundamentais para a sua identificação (1990:39).

A diferença entre *matrifocalidade* e *chefia feminina* é relativizada quando Scott (1990:39) afirma que vale a pena ressaltar que um índice elevado de casas chefiadas por mulheres, em qualquer grupo específico, é uma pista forte para determinar a existência de um padrão generalizado de matrifocalidade na totalidade de casas do grupo.

Tal característica é, via de regra, recorrente na maioria das famílias chefiadas por mulheres. No entanto, há que se reconhecer outras possibilidades de arranjos.

A fim de reiterar as idéias do autor, utilizo-me das palavras de Sarti (1997) a fim de instigar a questão:

> (...) Quando as mulheres sustentam economicamente suas unidades domésticas, podem continuar designando, em algum nível, um "chefe" masculino: isto significa que, mesmo nos casos em que a mulher assume o papel de provedora, a identificação do homem com a autoridade moral, a que confere respeitabilidade à família, não necessariamente se altera (SARTI, 1997, p. 46).

Nesse sentido, gostaria de chamar a atenção para as "nuanças" e "matizes" existentes nas famílias chefiadas por mulheres. Uma família pode ser matrifocal e contar com a presença masculina na unidade doméstica. Como contraponto, o fato de uma mulher gerenciar o seu domicílio nem sempre a faz uma chefe de família, na medida em que ela pode delegar tal "função" a outras figuras masculinas que circundam o domínio doméstico, como, por exemplo, um irmão ou filho mais velho. Portanto, embora tal fato constitua uma exceção, uma família pode ser chefiada por mulher e não ser matrifocal, caso que parece acontecer no bairro M. aqui analisado.

Em relação ao papel do homem na casa matrifocal, Scott (1990) assume que a "casa" ocupa espaços diferenciados nas estratégias de vida de homens e de mulheres. E que espaços são esses?

De acordo com as relações de gênero tradicionais e hierárquicas, da mulher espera-se que esteja ativamente controlando o espaço doméstico, as funções "administrativas" no interior da casa, dentre outros, o cuidado com os filhos, o preparo do alimento, a limpeza etc., tidos como prerrogativas da mulher; já do homem, espera-se que possa apresentar sua casa como já "sob-controle" ou "resolvida". Para ele, o domínio da casa é mediado com o da rua, isto é, da esfera pública, do trabalho, da burocracia, entre outros[31].

Ter "a casa para cuidar" coloca-se como um fator central na vida das mulheres; já no que tange aos homens, o autor (1990:45) observa que:

> (...) na cabeça da maioria dos informantes masculinos não estava um casamento ou uma união duradoura até ter aparecido uma gravidez. Para estes, a casa não se apresenta como parte integrante de uma projeto de vida individual, mas sim como eventualidade, quase fatal, dos relacionamentos amorosos (...) a passagem para o papel de marido e pai representa um acréscimo na responsabilidade pelo sustento da casa que, freqüentemente, não estava incluído nas expectativas imediatas do homem (SCOTT, 1990, p. 45).

---

[31] Para uma análise mais exaustiva dessa questão, verificar o texto de referência de DAMatta, Roberto. "Espaço: casa, rua e outro mundo- O caso do Brasil". In: **A Casa & A Rua.** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

Assim, com prerrogativas diferentes acerca da noção de "casa", o estudo de Scott (1990), que toma como objeto um bairro de periferia em Recife, demonstra como o ciclo doméstico é vivido e representado de formas radicalmente diferentes por mulheres e homens, cada qual lançando mão de uma estratégia para gerir uma unidade doméstica.

Freqüentemente observada pelo autor é a demarcação da "casa" como território inalienável da mulher, pois quando do abandono ou separação do companheiro, a casa, e com ela todas as responsabilidades atribuídas à mulher, conferem um sentido à sua estratégia de sobrevivência. Já o homem escolhe uma vida de renúncia à casa como fundamento para sua estratégia particular, e realiza-se através de relações sexuais destituídas de conteúdos e compromissos mais duradouros de sustentação econômica (Scott,1990:46).

Outras lentes podem ser igualmente utilizadas para que o estudo sobre a chefia feminina ganhe contornos diferentes de análise. É o caso da Demografia.

Tal disciplina, através de instrumentos calcados sobretudo na pesquisa quantitativa, vem logrando esforços para que a temática relacionada à família leve em consideração aspectos como o migratório, o de fecundidade, de nupcialidade, de mortalidade, o ciclo de vida das mulheres, entre outros.

Neste sentido, o estudo sobre a chefia feminina não pode se eximir da contribuição da Demografia, uma vez que esta tem se ocupado das mudanças pelas quais tem passado a família brasileira numa sociedade que vê seus próprios valores culturais, bem como aspectos sociais e econômicos, sofrerem constantes oscilações.

A título de ilustração, o texto de Goldani (1994), como expoente nos estudos demográficos sobre família, tem por mérito estabelecer o diálogo com outra disciplina, a Sociologia. A autora (1994) entende a família

> (...) como um processo de articulação das trajetórias de vida e de seus membros, que se constrói e reproduz no contexto das relações de classe, étnicas e de gênero. Ou seja, a família não seria algo homogêneo e nem os papéis familiares seriam complementares. Assim, o ponto de partida é que a família como algo multifacetado e com múltiplos arranjos impõe como teoria descobrir como suas estruturas incorporam as hierarquias de classe, raça, gênero e idade, fontes geradoras de desigualdades e que responderiam pela forma e significado das mesmas (GOLDANI, 1994, p. 307).

Dessa forma, no entender da autora, o comportamento individual, inserido num contexto mais amplo- que é aquele da trajetória familiar – refletiria muito mais uma "estratégia frente a uma estrutura de oportunidades, do que a internalização de normas, atitudes e outras predisposições de conduta, resultantes da socialização".

Daí, pode-se inferir que a chefia feminina, parafraseando Woortmann (1987), seria então uma "resposta adaptativa" às condições concretas impostas por uma situação de classe.

Um bom exemplo dessa assertiva encontra-se na própria Demografia, quando o fenômeno da migração passa a ser estudado com maior ênfase. Segundo Goldani (1994), como forma de driblar as crises econômicas,

> (...) os modos de vida também se diversificam, assim como as formas de morar e as relações de hierarquia e poder. Na busca de trabalho nas cidades as pessoas passam a morar sozinhas e deixam, muitas vezes, suas famílias em outras regiões. Neste sentido, os movimentos de população, sobretudo de áreas urbanas do Nordeste para o Sudeste, respondem por boa parte do crescimento das famílias com chefes mulheres, fenômeno relativamente maior nas áreas metropolitanas do Nordeste (GOLDANI, 1994, p.306).

O interessante a observar nesse pequeno excerto é o fato da migração- "estratégia frente a uma estrutura de oportunidades"- responder pelo número significativo de constituição de famílias cujos chefes são mulheres. São esses "múltiplos arranjos" de que fala Goldani (1994) os responsáveis por estruturas diferenciadas de família e, portanto, distintas trajetórias. Tal afirmação corrobora duas proposições colocadas pela autora: 1) a chefia feminina– entendida aqui como uma estrutura diferenciada de família– corresponderia a uma estratégia adaptativa frente a uma estrutura de oportunidades e 2) a diversidade de arranjos familiares, assim como a estruturação de "diferentes" famílias revela a suscetibilidade das famílias face à conjuntura econômica.

Embora a díade **chefia feminina/famílias pobres** não possa ser estendida ao conjunto das famílias chefiadas por mulheres, pontuar tal afirmação é importante para que não se assuma um viés miserabilista ou mesmo etnocêntrico no estudo sobre famílias chefiadas por mulheres. Como diz Goldani (1994),

> Como um fenômeno crescentemente urbano, as unidades domésticas com chefes mulheres têm sua representatividade aumentada em 18% no total do país e de 33% nas áreas metropolitanas, no período 1978/86. As diferenças regionais mostram que é nas áreas metropolitanas da região mais pobre do país, Nordeste, que mais aumenta a participação das mulheres chefes de família. Assim, em Fortaleza aumentou em cerca de 31%, em Salvador 26%, em Recife 20%. Nas áreas metropolitanas do sudeste, a chefia feminina aumentou em 33% no Rio de Janeiro, 25% em São Paulo e 18% em Belo Horizonte (GOLDANI, 1994, p.310).

Para o final da década de 80, a autora constatava que as unidades domésticas formadas por mães com filhos, sem a presença do cônjuge, eram aquelas que apresentavam um rendimento mensal mínimo de apenas 3,9 salários, enquanto no outro extremo estariam os casais com filhos, com uma renda média mensal de 8,9 salários mínimos (1994:312).

Um possível fator explicativo para a ocorrência da pobreza nas unidades domiciliares chefiadas por mulheres constitui o fato de 90% da renda depender do chefe, no caso específico tratado, das mães sem cônjuge, sobretudo quando estas mulheres têm filhos na faixa etária de até quatorze anos. Goldani (1994:319) lembra que, no caso brasileiro, para o ano de 1989, as famílias formadas pela mãe sem cônjuge e com filhos menores de 14 anos eram as mais pobres e com maiores dificuldades de gerar recursos.

Faz-se necessário ainda pontuar o lugar que o viés étnico ocupa na constituição de unidades domiciliares chefiadas por mulheres[32]. Goldani (1994:320), comparando a média das famílias monoparentais chefiadas por mulheres, com a das famílias nas áreas metropolitanas do país em 1989, constatou que 33% das famílias com mulheres sem cônjuge e com filhos estavam abaixo da linha da pobreza, comparado com 23% do total das famílias brasileiras residentes nas áreas metropolitanas que se encontravam nestas condições:

> As diferenças por cor nestas famílias monoparentais mostram que quase metade das famílias com chefes pretas (49%) estava abaixo da linha da pobreza comparado com 21% entre as brancas, 45% entre as pardas e 7% entre aquelas com chefes amarelas (GOLDANI, 1994, p. 320).

[32] É importante lembrar que do total de oito entrevistas com mulheres chefes de família aqui realizadas por mim, três eram compostas de mulheres negras e, curiosamente, aquelas responsáveis pelos domicílios mais pobres, além de ocupar a função de empregada doméstica e diarista; ocupações consideradas de baixa remuneração e de baixo prestígio social.

Assim, a utilização da Demografia nos estudos sobre a chefia feminina fornece preciosos subsídios para entender o crescimento das unidades domésticas gerenciadas por mulheres, sem perder de vista os fatores que contribuem para isso, assim como possibilita reconhecer os grupos sociais- por faixa etária, cor, ocupação etc. – em que a chefia feminina recai com maior incidência.

Nader (1996), em sua pesquisa de mestrado, toma como objeto de estudo 130 domicílios gerenciados por mulheres em Vitória, capital do Espírito Santo. Mesmo tendo por ênfase a pesquisa quantitativa e o viés histórico, conclui que "as formas alternativas de família" sempre existiram, muito embora alguns estudos as enfatizem como parte de um fenômeno recente. Neste sentido, a existência de unidades domésticas cujo chefe é a mulher não pode ser percebida como um fenômeno novo, uma vez que este sempre coexistiu com outras formas familiares que a Historiografia convencionou tratar como padrão (1996:141):

> Para se ter uma idéia da dimensão das unidades domésticas gerenciadas por mulheres, dados censitários do séc. XIX de Vila Rica e São Paulo exemplificam tal assertiva: no Censo realizado na cidade mineira, no ano de 1804, num total de 1.698 unidades domésticas recenseadas, 45% eram gerenciadas por mulheres, e nos Maços da População de São Paulo, de 1836, do total de 1.743 unidades domésticas recenseadas, 33,5% eram gerenciadas por mulheres. Estas estatísticas por si só demonstram o volume de unidades domésticas gerenciadas por mulheres (NADER, 1996, p. 17).

Para Nader (1996), a incidência do elevado número de mulheres chefes de família no período colonial era atribuída a uma gravidez indesejada ou mesmo ao empobrecimento familiar que acabava por obrigar a mulher a constituir sua própria unidade doméstica. No caso das mulheres que constituíram matrimônio, é a morte ou invalidez do marido que gerava tal fenômeno (1996:18).

Percebe-se, assim, através do estudo da família brasileira à luz da historiografia, que aí também, os dados da realidade social conduzem ao rompimento do estigma da desorganização entre as famílias chefiadas por mulheres. Diz Nader:

> (...) não há uma única história da família, um único modelo, mas sim uma verdadeira diversidade de formas domiciliares que variam não só ao longo da História, mas em pontos imprecisos do tempo (NADER, 1996, p. 30).

Mediante a análise de diferentes trabalhos, etnográficos, sociológicos, demográficos e históricos, pode-se então afirmar a pluralidade das formas de família no tempo e resgatar, como aqui se pretendeu, o valor das "pequenas histórias" ou de histórias localizadas. Por outro lado, evidencia-se que não apenas dados objetivos e quantificáveis permitem compreender a realidade familiar, sendo preciso recuperar e apreender o *espaço* das subjetividades e o "lugar" de onde, mulheres chefes de família ou "chefe de casa" (cf. Woortmann) estão falando. Nessa medida, a trajetória individual de cada uma delas é também definidora das situações vivenciadas enquanto *feixes de itinerários,* situações essas que devem levar em conta a migração, os filhos, o trabalho, a "negociação conjugal" e outras situações definidoras de sua condição de chefe de família.

2.4- Retratos de Família:

Não é possível estudar as trajetórias juvenis sem antes conhecer as famílias desses jovens, grande parte delas chefiadas por mulheres. Isso porque, de certa forma, os jovens são depositários dos sonhos dessas famílias, que viam na cidade grande uma possibilidade de melhorar de vida.O *trajeto* de muitas delas guarda em comum o fato de ter recebido uma educação bastante rígida, presa ainda a um modelo de família patriarcal e cumprir quase que um *destino de gênero* para quem se vê só para criar um filho: trabalhar como empregada doméstica depois de ter sido educada no trabalho da terra e contar com a rede de solidariedade de vizinhos e parentes para *"levar a vida antes que ela me leve"*, como diz uma mãe entrevistada.

Alguns trabalhos[33] têm chamado a atenção sobre a centralidade dos *projetos* na constituição de trajetórias familiares, sobretudo no que respeita à transmissão de uma herança (simbólica, valorativa, econômica, social etc.) entre uma ou mais gerações.

Bertaux-Wiame (1987) diz que recolher "histórias de famílias" possibilita uma reflexão mais atenta sobre os complexos processos que envolvem a trajetória de uma família, já que cada membro de uma família trabalha, de uma maneira ou de outra, para conquistar, manter ou transformar a *posição social* do grupo. Assim, o êxito de um projeto familiar depende em grande medida da mobilização de cada um.

Através da reconstituição de três trajetórias familiares, busca-se compreender situações concretas experimentadas por essas mulheres chefes de família. Mas o que este tipo de material nos permite apreender? De quê maneira um conjunto de determinantes estruturais pesa sobre uma família singular? Através de quais mediações, sob quais formas as determinações societais agem no âmbito familiar? Como a família mobiliza os seus recursos para oferecer uma "vida melhor" aos filhos? Como se transmite os valores de uma família, os princípios que irão determinar uma certa relação com o mundo?

Particularmente no caso estudado, o da chefia feminina, as histórias de vida dessas três mulheres oferecem um material rico de análise para a compreensão do papel da mulher na família e seu campo de possibilidades na formulação de projetos e aspirações às gerações sucessivas sem que, para tanto, seja feito dela um mero decalque das posições masculinas na família.

É nesta medida que o *espaço familiar* dever ser concebido como um espaço de contradições, espaço esse também de iniciativas práticas capazes de promover mudanças na posição ocupada pela família e seus membros. Aí talvez resida a importância da análise dos *projetos familiares*, pois, segundo Bertaux-Wiame (1987), estes exprimem uma dialética entre a exterioridade e a interioridade, ou seja, são construídos a partir de realidades sociais objetivas e igualmente através da elaboração subjetiva dessa realidade:

> Les projets sont donc construits face à des realités sociales objectives et à partir d'une perception orientée des réalités. Celles-ci ne se réduisent d'ailleurs pas à des contraintes ; elles sont aussi faites de ressources, d'occasions, de l'ouverture du champ des possibles (BERTAUX-WIAME, 1987, p.64).

Mas será que toda família tem um projeto? Risca-se com essa indagação ratificar um certo estereótipo recorrente para o senso comum: aquele da família unida, em torno de um projeto, objeto perfeito de um consenso.

Cumpre todavia ressaltar que um projeto nem sempre deriva de um consenso. Nesse caso, observam-se os conflitos existentes na família sobre projetos diversos de filhos

---

[33] Dentre eles, Le Projet Familial (1987) de BERTAUX-WIAME e Família : Representação e Cotidiano (1989) de BRIOSCHI e TRIGO.

e/ou maridos por exemplo, que não coincidem com as aspirações da mãe/esposa ou vice-versa.

No caso da análise dessas três trajetórias, fica evidente um projeto comum: o projeto de luta contra a precariedade que marca a existência das mulheres entrevistadas. Tal como observado no estudo de Bertaux-Wiame (1987), há quase que um definidor comum nos projetos de famílias oriundas de meios populares:

> Dans le milieux modestes d'oú sont issues mes données, existe une aspiration à um mieux-être, une volonté plus ou moins explicite d'améliorer le niveau de vie et le souci permanent de lutte contre la pauvreté. Pour cela les familles mobilisent de façon concrète les ressources qui leur paraissent acessibles. L'enjeu n'est que rarement l'ambition (jamais dans le cas observées juqu'ici). Il s'agit bien plus d'améliorer la vie matérielle ou parfois d'en assurer simplement le maintient. Car la simple stabilité de la position sociale d' une famille est souvent le fruit d'efforts pour résister à un éventuel déclin économique et social. A elle seule, la nécessité de s'adapter aux transformations structurelles de l'économie suffirait amplemet à justifier la mise en place de pratiques stratégiques (BERTAUX-WIAME, 1987, p.67).

Sem a pretensão de realizar uma análise exaustiva da vida dessas mulheres ao traçar alguns *retratos* familiares, procura-se antes compreender as diversas estratégias e mobilizações consagradas em torno de um ou vários *projetos.*

Quadro de identificação social das mulheres chefes de família entrevistadas:
Rose- 35 a., mãe solteira, filha mais velha de uma família de quatro irmãos, trabalha como empregada doméstica. **Nat.:** Dracena-SP. Mãe de Viviane, jovem entrevistada de dezoito anos. **Escolaridade:** ensino fundamental incompleto (cursou até a sexta série do ensino fundamental). **Profissão dos pais:** seu pai exerce a profissão de pedreiro e sua mãe, já falecida, era dona-de-casa. **Retrato de família:** seu pai é mineiro de Montes Claros e chegou a freqüentar o antigo mobral quando migrou para Campinas. Segundo Rose, seu pai aprendeu minimamente a ler e a escrever. Sua mãe, natural de Ibitinga- SP, aprendeu a ler a e escrever com os irmãos que iam à escola e ensinavam as irmãs no período de pausa da roça pois, segundo Rose, seu avô dizia que as mulheres não precisavam saber ler e escrever, informação bastante difundida entre as mulheres migrantes entrevistadas.
Dona Elenice: 52 a., viúva, dona-de-casa. **Nat.:** Salinas- MG. Proveniente de uma família extensa, de quatorze irmãos; mãe de três jovens. **Escolaridade:** atualmente cursa o supletivo. **Profissão dos pais:** seu pai vivia do cultivo da terra em Salinas e sua mãe acumulava a função de dona-de-casa com o trabalho na roça. **Retrato de família:** segundo D. Elenice, seus pais não tinham nenhuma escolaridade e o estudo não fazia parte das aspirações de sua família *"- (...) e eu sou doente pr'o modo do estudo Amália"*.
Terezinha: 42 a., separada, mãe de seis filhos, exerce a profissão de empregada doméstica. **Nat.:** Bahia. Migrou para São Paulo com a idade de quatorze anos para trabalhar em casa de família como empregada doméstica. **Escolaridade:** não chegou a concluir o ensino fundamental. **Profissão dos pais:** seu pai era lavrador e sua mãe o ajudava na roça. Ambos eram analfabetos. **Retratos de família:** seu pai migrou para São Paulo, casou e constituiu outra família, deixando para trás sua esposa e filhos, perfazendo um trajeto recorrente entre os homens que perseguem uma migração sazonal (como o corte de cana, por exemplo) e acabam abandonando a família de origem.

A mediação simbólica que confere a chefia a um indivíduo- ou a mais de um – nestas famílias, parece ser bastante tênue, na medida em que se verifica a chefia feminina também em unidades plurifamiliares, quando um irmão ou cunhado assume a figura de "chefe de família" e, nesses casos, conta o contexto familiar e as trajetórias dos próprios indivíduos. Mas é importante ressaltar, tal como lembra Perry Scott (2002:02), que a mulher se designa chefe de família quase sempre na completa ausência de um parceiro masculino (co) residente, enquanto exatamente o contrário acontece com os homens: estes se designam chefes na efetiva presença de uma esposa e filhos. Chefiar a casa ou a família denota então uma hierarquia de poder implícita ao convívio conjugal doméstico.

É interessante perceber que, tal como observara Woortmann (1987) com muita propriedade, a diferença entre o chefe "da casa", e o chefe "da família" é dissipada quando a mulher, invariavelmente, passa a assumir as duas esferas: casa e família, tal como se percebe nos trajetos, trilhas e desafios das situações vivenciadas pelas três mulheres migrantes, mães chefes de família aqui entrevistadas.

Scott (2002) lembra ainda que, concretamente, muitas mulheres que não contam com a presença de um companheiro estão assumindo integralmente o fardo de responsabilidades de um grupo doméstico convivente que se entende como "família". Assim, como o próprio autor define, "mulher chefe de família é uma condição recheada de particularidades bem identificáveis, mas extraordinariamente diversificada na sua ocorrência e implicações" (2002:02).

Através da história dessas três mulheres, Rose, D. Elenice e Terezinha, tem-se aqui o esboço do retrato da mulher que migra para encontrar na cidade expectativas de uma vida melhor. Com isso, é possível perceber questões comuns que entrelaçam a vida de pessoas cuja condição social de existência de luta contra a precariedade parece inscrever-se num processo de integração social através do trabalho, da escola, do acesso a bens de consumo, uma vez que, não raras vezes, os migrantes são incorporados para trabalhar, mas não para consumir. Tal como afirma Martins (2002),

> (...) nesta sociedade não há como sobreviver sem se tornar consumidor, ainda que consumidor de menor riqueza do que aquela em cuja produção se esteve envolvido (MARTINS, 2002, p. 121).

Tal assertiva justifica a premissa desse trabalho de não adotar a condição material de existência como *produto*, antes como um *processo* marcado por constantes rupturas e recomeços das relações sociais. Aqueles que migraram com a esperança de ter uma vida melhor e que, assim o fazendo, alcançaram a mobilidade social ascendente, podem, de um momento para o outro, tornar-se aqueles que hoje estão a procura da reinclusão na sociedade através do meio mais seguro que o expropriado e o *desenraizado* tem como inserção estável nas relações sociais. É por isso que, através das entrelinhas das histórias de vida, pode-se ver a centralidade que o trabalho assume na vida dessas mulheres, sobretudo quando tornam-se mães chefes de família.

O entrecruzamento com as trajetórias de seus filhos torna-se pertinente na medida em que

> (...) as dificuldades encontradas na cidade para estudar desencorajam o projeto de ascensão social através da educação. Como raramente os migrantes vindos da zona rural dominam a leitura e a escrita, pensadas como instrumento de adequação aos códigos urbanos, esta esperança é depositada nos filhos. As dificuldades encontradas na cidade, onde se integram como pobres, e o desencanto das promessas não cumpridas pela cidade grande, levam à idealização do passado e à construção do sonho de voltar para a terra natal (SARTI, 1996, p.13).

Talvez pelo fato desses migrantes terem sido aqueles que mais se submeteram à superexploração do trabalho, depositam na escolaridade dos filhos a expectativa de uma vida melhor, contrária àquela vivida por eles[34]. Martins (2002) relata que

> (...) o trabalhador é compelido a aceitar essa situação de superexploração porque vai sendo reduzido a formas precárias de sobrevivência. Nessas condições é que renasce o trabalho escravo, não só no Brasil, mas também em outros países; inclusive em países ricos. Via de regra, o trabalhador alcançado por esses mecanismos de degradação é um migrante (MARTINS, 2002, p.123).

Assim, o entrelaçamento da trajetória familiar à trajetória juvenil, na perspectiva de um *continuum*, revela a razão desses jovens serem depositários das expectativas de melhora de vida, expectativas essas dificilmente cumpridas por suas famílias. Além disso, conforme

[34] Nogueira (1997) discute em um dos seus trabalhos que a disposição para o estudo é bastante comum entre jovens provenientes das classes populares e médias desprovidas de capital econômico e cultural que, por depositarem no diploma todas as suas esperanças de ascensão social, tendem a desenvolver condutas ascéticas face à escolarização.

lembra Martins (2002:137), hoje já se discutem meios de assegurar a inclusão dos filhos desses excluídos e migrantes, dado que para seus pais, a oportunidade de reinclusão não vai além da inclusão/excludente.

2.4.1- A trajetória de Rose: o desafio da maternidade

Rose tem hoje trinta e seis anos, trabalha como empregada doméstica, é negra, e não chegou a concluir o ensino fundamental. Filha mais velha de um casal de migrantes – seus pais vieram do Estado de Minas Gerais em busca de trabalho-, sua história não difere muito das de outras mulheres que habitam a periferia das grandes cidades: uma vida marcada por dificuldades.

Quando refere-se à sua infância, o faz tratando-a como um período difícil, em que as brigas dos pais e a necessidade econômica juntam-se numa só lembrança:

"(...) a minha mãe já estava grávida desse meu irmão, já estava "pesadona", quase para ter o neném e o meu pai quis bater nela, mas ele não chegou a bater, ele quebrou toda a louça da casa (...)".

"(...) você não tem carinho de pai, você não tem nada em casa. A pobreza era extrema, porque nossa, a gente passou fome, passou necessidade. Lá perto de casa é um bairro (...) mas antes era uma plantação de cana, então o dia em que não tinha comida, minha mãe ia lá, apanhava cana o tempo inteiro para a gente, colocava nas vazilhinhas e chupava cana o dia inteiro, porque nesse dia não tinha comida".

A experiência do trabalho surge ainda cedo em sua vida, como forma de arranjo familiar para que seus pais pudessem trabalhar. Quando conta-nos sua história, lembra que a inserção precoce no trabalho lhe roubou muitas coisas, dentre elas o direito à escola, além do próprio "desfrutar" da infância, como ilustra uma bela passagem de seu relato:

"(...) eu perdi muitos anos de escola para cuidar dos meus irmãos; eu que ficava com as crianças para a minha mãe colher algodão na lavoura e era uma luta, por exemplo, esquentar a comida; eu que tinha que cuidar, não tinha outro jeito. Eu só tinha sete anos".

"(...) meu primeiro emprego por perto de casa foi com nove anos. Eu ia lavar louça e varrer a cozinha de uma velhinha que dava marmita; eu não alcançava a pia e nem o fogão, tinha que colocar uma caixa de alface para eu poder cozinhar e lavar louça".

"Olha, a minha infância foi péssima. Eu tenho uma amiga, ela é muito divertida, então, tudo o que a gente vê ela fala assim: '- Ah Rose, nós não tivemos infância mesmo, então vamos brincar agora'. Como a minha infância foi sempre trabalhando, eu uso a infância dos outros; eu pego uma carona!".

Dessa sorte, o "tempo" da infância pobre é um tempo da infância roubado, logo um tempo em que o direito à infância não lhe é outorgado. Ao contrário, à criança pobre cabe apenas o preparo para ser "um bom trabalhador" no futuro, ou seja, a criança é geralmente percebida como um "vir a ser".

"(...) minha mãe trabalhava na roça, catava café, apanhava algodão, por isso eu parei de estudar, porque eu tinha que olhar meu irmãos".

Durante muito tempo, o menino pobre invariavelmente aprendia o ofício de seu pai ou, no meio rural, já o ajudava na "lida". No que concerne à menina, sua condição social, aliada ao preconceito de gênero, fazia com que esta aprendesse desde muito cedo a conjugar duas temporalidades no trabalho:

"(...) eu até hoje tenho pavor de mato por causa de cobra e quando minha mãe me levava para a roça para apanhar algodão, o máximo que eu pegava era onze quilos, ou seja, nem uma arrouba (quinze quilos), que era o que uma criança em torno de nove anos conseguia pegar. Eu tinha muito medo, por isso que eu acho que eu era lerda, porque se eu visse um buraco no chão eu já pensava que era um buraco de cobra! Cheguei a arrancar o meu melhor dente da boca para ir ao Postinho (de Saúde), de medo de ir para a roça".

"O meu primeiro emprego na cidade foi com treze anos, eu fui trabalhar no Bonfim de doméstica. Nessa época eu fiz até o quarto ano primário e depois disso o meu pai falou que não dava mais estudos para filha mulher, porque filha mulher não precisava estudar".

Para muitos, o destino da menina pobre se reduz apenas ao exercício do papel de dona de casa ou à extensão deste, levando-a a ser "a dona da casa dos outros", na condição de empregada doméstica.

Entretanto, como infelizmente essa idéia de infância ainda perdura, Arroyo (1994) lembra que é preciso redimensionar o olhar sobre a infância, para que passemos a vê-la como um "tempo em si", como uma vivência em si:

> Cada fase da idade tem sua identidade própria, suas finalidades próprias e deve ser vivida em sua totalidade e não submetida a futuras vivências que muitas vezes não chegam (ARROYO, 1994, p.19).

E foi ainda criança, com a idade de quatorze anos, que Rose conheceu seu companheiro, pai de sua única filha. Como a própria entrevistada admite, era uma "criança" quando o conheceu, totalmente inexperiente, que se encantava e deixava-se encantar por um presente; um agrado, coisa que nunca tivera:

"(...) eu tinha quatorze anos quando eu conheci o pai da Viviane, olha para você ver como já começou mal: por incrível que pareça, eu conheci ele lá na minha casa, tinha dois cômodos lá no fundo para alugar (...) mas eu não sabia que ele era casado e separado da mulher- ele estava separado; sabe aquelas briguinhas que a pessoa arruma as malas e vai embora? Mas ele estava recém casado.

Então quando eu conheci ele, eu tinha quatorze anos, mas para mim tudo era brincadeira, até essa idade eu era uma criança, nunca tinha me envolvido e nem tinha tempo para isso: eu trabalhava o dia inteiro e às vezes até de sábado e domingo".

Esse homem, aos poucos, conquistava não somente Rose, mas toda a família. Sua chegada como locatário dos cômodos dos fundos coincidiu com o abandono do pai de Rose, que deixou toda a família em grandes dificuldades financeiras.

Nesse momento, é possível perceber que seu ex-companheiro, sendo onze anos mais velho que Rose, começa a ocupar pequenos espaços da casa, fazendo muitas vezes a figura do chefe masculino, uma vez que o único homem da família era o irmão caçula da entrevistada.

Através de presentes, abertura de crediário- foi através dele que sua família adquiriu a primeira geladeira- e outros pequenos "favores", seu companheiro ia ganhando paulatinamente a confiança de todos. Em vários momentos da entrevista Rose admite que o papel ocupado por seu companheiro foi mais o de um pai:

"(...) eu conheci o pai da Viviane ele já era mais velho que eu onze anos. Na época, eu tinha quatorze e ele vinte e cinco; veja bem, ele chegou para um outro bairro, sem aliança, nunca falou que era casado nem nada, aí a gente ficou namorando (...) ele me dava de tudo, me deu uma TV- porque em casa também não tinha televisão- aí um dia ele falou que ia mudar porque iria ficar melhor para o serviço dele, mas no fundo ele ia era voltar para a mulher dele".

"(...) a bem da verdade é que ele foi mais um pai do que assim um (...) um namorado".

Quando tinha dezessete anos, Rose ficou grávida. Até então, dizia ela, seu relacionamento prosseguia sem que ela desconfiasse que, paralelamente, seu companheiro possuía uma família e que meses mais tarde sua esposa também engravidaria.

A entrevistada deu-se conta de que estava grávida quando, segundo ela, começou a "passar mal do estômago":

"Fui ao médico, ele mandou eu deitar, apertou minha barriga, mediu e disse que iria me encaminhar para um pré-natal. Olha, aquilo foi o fim, eu fiquei assim tão sem ação, que eu só pensava: "- não é possível", aí veio a parte triste da história (...)".

A parte "triste" da história a que se refere Rose diz respeito à não aceitação da gravidez pelo seu companheiro, este chegando, inclusive, a comprar-lhe remédios abortivos:

"(...) eu não admitia um aborto, eu não era a primeira nem a última mãe solteira, já tinha um monte de casos! O meu medo não era ser mãe solteira, mas a reação da família, da mulher dele, da sociedade. Eu fiquei de um jeito que eu não sabia nem o que estava sentindo e até hoje eu não sei te explicar o que na época eu senti; eu entrei em estado de choque, eu fiquei apavorada".

Apesar do rumo confuso que sua vida tomara – jamais pensou que seu companheiro viesse a rejeitar um filho seu- a gravidez precoce não fazia parte de seus planos; depois que o pai saíra de casa, ela e a mãe tornaram-se os principais "arrimos" da família-, optou assim mesmo em levar adiante a gravidez, até mesmo por uma questão de princípios:

"(...) eu era, sou e vou ser totalmente contra o aborto enquanto eu viver, a não ser nesses casos de estupro que a pessoa não é obrigada a ter um filho de um monstro; aí eu nem sei (...)".

"(...) eu falei: quer saber de uma coisa? Vai ser o que Deus quiser! Só que muita coisa deixou de existir para mim, o meu mundo girava agora em torno do meu neném!".

As condições adversas impostas pela vida fizeram com que Rose continuasse trabalhando até o último mês de gravidez. Uma vez que trabalhava como empregada doméstica sem registro em carteira profissional, Rose não possuía nenhum direito adquirido. Seu enxoval foi feito com parcos recursos, ora ganhando algo da patroa de sua mãe, ora comprando com o mínimo de renda de que dispunha:

"As coisas que eu comprei para a Viviane cabiam numa caixinha de sapato, tudo o que eu tinha para ela era onze fraldas, uma calça plástica e um conjuntinho de neném. Então, o dia que eu lavava as fraldas e não secava, eu colocava atrás da geladeira, passava à ferro ou, em último caso, fazia uma camiseta minha de fralda".

Até a menina nascer, seu companheiro continuou a freqüentar a sua casa, mas o fez com total indiferença, tal como nos conta a entrevistada, tanto que ele jamais tocou no assunto de registrar sua filha, que está registrada somente com o nome da mãe:

"(...) eu não tinha nada, ele não deu nada, mas ficou assim mesmo comigo, sem assumir a criança. A bem da verdade eu nem sei por que ele ficou e eu nem sei por que eu permiti que ele ficasse (...) são coisas assim que você vai vivendo e tudo vai servindo de experiência".

Muito embora sua decisão fosse, desde o início, a de não interromper a gravidez, acredita ter sofrido muito ao levá-la adiante. Em seu relato, menciona que tudo foi difícil: no plano sentimental, a rejeição do companheiro; no plano financeiro, a sobrecarga advinda

do nascimento de um bebê- a dificuldade em enfrentar um sistema de saúde público-, a fragilidade econômica de sua família agravada, na época, pela perda de uma irmã jovem, vítima das complicações da diabete. A representação que faz a respeito da gravidez é ilustrada por estes longos excertos:

"(...) o dia que eu tive a menina, na mesa do parto a médica falou assim para mim, quando ela pegou a menina: '- Pronto! O ano que vem você está aqui de novo! Aí eu falei para ela: '- Se a senhora estivesse livre da morte como a senhora está livre de me ver aqui de novo!'. Vai fazer dezessete anos que eu engravidei, eu nunca fiz aborto, não engravidei mais, mas mesmo assim, acho que se eu me ver grávida de novo eu pratico um suicídio".

O desrespeito com o qual são tratadas algumas mulheres pobres é claro na fala da médica e corresponde a imagens sempre muito estigmatizadas dos segmentos mais pobres por terem muitos filhos. Observa-se também a experiência dolorosa vivida pela entrevistada, assim como o desejo de não repeti-la mais.

"(...) eu fui para o hospital, tive ela, que dizer, vim para cá num sábado e ela nasceu somente no domingo às 16:00 h, eu quase morri. O meu caso era cesária, mas naquela época eu não tinha INPS, eu não tinha nada. Sabe tipo "indigente"? O médico não me operou e o meu neném estava aqui, não descia por nada desse mundo. O médico foi lá, me deu umas injeções, furou a minha bolsa, nada! Depois veio um pediatra e uma enfermeira e debruçaram em cima de mim, eu quase morri; eu tenho trauma de parto mesmo, se eu pudesse eu não teria tido e não deixava ninguém ter.

Eu fiquei no hospital até terça-feira, você acredita que ninguém veio me visitar? Todo mundo recebia visita, tal, mas na hora eu estava tão (...) porque a hora que ela nasceu, o mundo parece que muda (...) eu olhei para ela e falei: "- a prioridade é ela, pronto e acabou!", nada mais tinha valor para mim, era só ela e a minha mãe (...)".

A partir desse momento, Rose inicia seu papel de mãe, chefe de família. Nesta época, a informante lembra que a chefia é assumida por ela quase que integralmente, uma vez que sua mãe precisou interromper o trabalho por motivos de saúde e somente sua irmã mais nova conseguiu emprego como "guardinha" (posto de trabalho oferecido pelas Prefeituras Municipais a adolescentes para tomar conta da Zona Azul ou outros pequenos serviços burocráticos).

Logo que passou o período de resguardo, Rose volta a trabalhar e sua mãe foi aquela que a auxiliou nos cuidados com a criança, enquanto a filha trabalhava para prover o sustento da família. Seu cotidiano foi esse, até o dia em que sua mãe faleceu. Na época, sua filha Viviane já estava com 7 anos de idade. A morte da mãe é percebida como uma perda irreparável para a entrevistada:

"(...) minha mãe tinha paixão pela minha filha, fazia de tudo. Financeiramente, era eu quem segurava as pontas, mas na prática era a minha mãe que estava ali com ela, todos os dias. E eu vivia ainda com o pai da Viviane, mas assim: ele ia lá, dormia, mas foi ficando violento, tudo ele batia, tudo ele ofendia (...) quando a Viviane tinha sete anos, sem mais nem menos, a minha mãe morreu, aí pronto, meu mundo acaba. Como é que ia ser?".

"(...) porque eu tinha perdido o "tudo" da minha vida, eu fiquei desencontrada, porque quando você perde sua mãe (...) você nasce sem ela e quando você perde, é o pior dia da tua vida, porque você vai ficar sem a proteção maior que é a tua mãe".

Para Rose, a morte da mãe, a partir de então, implicava "levar a vida" contando apenas consigo mesma, uma vez que fora sua mãe a principal responsável pela criação de sua filha, além de exercerem ambas uma forma de "arranjo familiar" que garantia a subsistência da família.

A assunção total da responsabilidade de provedora da família- contando ainda com uma filha pequena e sem receber nenhuma ajuda do companheiro-, fez com que Rose aceitasse ofertas de emprego em que a presença de sua filha não fosse um incômodo.

"(...) tinha uma moça conhecida da minha irmã que estava precisando de empregada para olhar os filhos e tudo. Eu mandei falar para ela que eu só iria trabalhar lá se ela aceitasse a Viviane, ela aceitou numa boa e eu fui arrumar escola na cidade. Foi uma vida dificílima, eu levantava às 5:00 h da manhã, eu arrastava a Viviane nessa subida da prefeitura, junto com a minha bolsa, a bolsa dela; ela vinha dormindo no meu colo dentro do ônibus, o dia que eu vinha sentada ela vinha dormindo, quando eu não encontrava lugar, ela agarrava nas minhas pernas vinha dormindo de pé da minha casa até aqui o centro (...) foi sete anos essa vida; ela ficou sete anos comigo no serviço, foi criada dentro do meu serviço e todas as minhas patroas colaboraram (...)".

É interessante notar aqui que, de certa forma, sua filha também foi privada de uma infância plena, na medida em que tinha que permanecer na casa das patroas de sua mãe para que esta pudesse trabalhar:

"(...) ela sempre foi grudada em mim, de certa forma eu tenho que admitir que ela ficou um pouco sem infância, porque quando era para ela estar brincando, ela estava no serviço comigo: depois da escola ela dormia, via televisão, fazia tarefa. Depois quando ela ficou maiorzinha ela já arrumava a louça, me ajudava no serviço, gostava de passar aspirador".

Foi somente quando sua filha estava com a idade de treze, quatorze anos que, após a escola, ela passou a voltar para casa, não precisando mais permanecer na casa das patroas de sua mãe.

Nas entrevistas, Rose ressalta a ajuda recebida de outras pessoas, não parentes, como fundamental na criação de sua filha. Para a entrevistada, foram as patroas que, em grande parte, substituíram o papel que somente uma mãe poderia representar, ou seja, nos termos de um apoio incondicional. Todavia, como mulher chefe de família, lembra que sempre conjugou os dois papéis: o de mãe e pai, em uma forma de suprir a ausência deste último:

"(...) foi isso, foi uma luta mesmo, mas na qualidade de pai e mãe, o tempo todo eu dei tudo, às vezes eu penso que eu dei até mais e acabei estragando a menina; ela sempre participou de tudo e quando eu não podia, as minhas patroas pagavam e ela acabava participando (...) eu sempre dei tudo o que eu podia. Cheguei até a fazer serviço doméstico durante a noite, quando a patroa ia para a faculdade, só para ter um dinheirinho a mais, às vezes a Viviane ficava um pouco com ela, quando eu não podia, ela que ia buscar de carro a menina na escola; nossa, a Nádia foi também uma mãe para mim".

"Agora, o fato com o pai dela, tem dias que ela tem umas crises que "enche o saco", ela não chega a sentir falta- eu consegui um jeito de transformar o fato de ela não ter pai, de ganhar tudo em dobro: na páscoa, todas as minhas patroas dão ovos para ela; ela enche uma cesta só com ovo. No Natal, todo mundo dá camiseta, alguma coisinha, aniversário é a mesma coisa. Lá no bairro, todas as meninas da idade dela que tem pai não têm o que ela tem!".

Rose, mesmo após ter descoberto que seu companheiro vivia uma vida dupla, ou seja, relacionava-se com ela e ao mesmo tempo mantinha uma mulher e filhos em outra casa,

continuou com ele. A entrevistada diz não saber por que tolerou essa situação por tanto tempo, ainda mais percebendo que a relação do pai com a filha era bastante distante, uma vez que ele a tratava com total indiferença.

Foi somente através da ameaça da violência doméstica que ela resolveu romper com qualquer vínculo que ainda existia entre eles. E, de acordo com suas palavras, estes eram bem poucos: ele jamais a ajudara na criação de sua filha, muito menos financeiramente. Nunca quis registrar sua filha e ainda passou a apresentar um comportamento agressivo.

Nesse sentido, praticamente inexiste um elo mais afetivo entre sua filha e o pai desta, uma vez que este jamais se esforçou em se assumir enquanto tal:

"(...) minha filha tem tudo, mas há uns três anos o pai dela apareceu e deu uma bicicleta para ela, mas ela não tem nada a ver com ele; pelo contrário, não fala de pai perto dela que ela tem pavor (...)".

Quando, por último, é indagada sobre a experiência de ser mãe chefe de família e o sentido que isso tem para ela, é curioso notar o teor de suas respostas:

"Filhos, nem com marido eu acho que eu teria outros".

"Foi muito sacrifício, foi coisa, por exemplo, eu não tenho o hábito de parar na cidade e tomar um sorvete, um suco, ou seja, de gastar R$ 1,00 sequer. Eu sempre penso: '- eu vou dar para a Viviane levar para a escola', então é sempre ela, eu nunca compro para mim roupa e sapato, eu só uso o que as minhas patroas dão, então eu nunca compro roupa, só para a Viviane".

"O fato de eu não ter tido um homem do meu lado não prejudicou a minha filha em nada, pelo contrário, ela foi (...) todo mundo adotou ela um pouquinho, entende? Ela tem tudo, dentro da minha pobreza, é claro".

"Ser mãe chefe de família é uma carga tão pesada! É pesado, mas é uma experiência boa, é uma experiência que faz você contar só com você e com as forças de Deus, porque quando você tem um marido, um companheiro, você espera que ela faça alguma coisa ou que tenha a palavra deles, agora, sendo só você, você não tem que contar nada com ninguém, é só você (...)".

Quanto ao fato de as famílias chefiadas por mulheres serem incompletas e desorganizadas, tão recorrente no senso comum e em alguns textos que tratam da literatura sobre o assunto, Rose, com sabedoria, combate o estigma que pesa sobre essas mulheres e

sobre si mesma. Como exemplo, cita filhos que fazem uso de drogas, os quais podem ser ricos ou pobres, ter pai e mãe, sendo "tão problemas" quanto aqueles que moram em favelas e contam apenas com a presença da mãe:

"Claro que é bom a pessoa ter um marido, um companheiro, eu imagino que seja uma experiência boa a vida a dois, mas a vida sozinha também não é um bicho de sete cabeças como o pessoal costuma pintar, lógico que tem umas histórias por aí, como as pessoas que moram em favelas, têm os filhos metido em drogas, aí é complicado uma mãe sozinha, porque aí todo mundo fala: '- é porque não tem pai' e não é, porque tem tanto drogado que é rico e tem pai e mãe! Tem histórias também que as mulheres não agüentam, abandonam os filhos, outras que os filhos vão para as ruas e as mães não estão nem aí, outras que trazem vários homens para dentro de casa, os caras começam a violentar as filhas, mas cada história é uma história!".

Como bem definiu Rose, cada história é uma história, e a sua faz parte dessa trajetória relatada aqui, estruturada, em grande medida, pelas dificuldades econômicas. Finalizando com suas palavras:

"Chefe de família, mãe sozinha, mãe solteira, separada ou abandonada, tudo é difícil, mas quando você pega uma certa idade, você olha para trás e fala: '- puxa, eu já passei por tudo isso!'. Hoje eu estou com trinta e seis anos e nem acredito no que eu já passei".

2.4.2- Dona Elenice: um espelho da trajetória migrante

Grosso modo, muitas das famílias do bairro M. possuem um projeto claro de mobilidade social pela via da escola. Como famílias migrantes, conquistaram uma posição intermediária e precária graças à mobilização individual e de seu grupo, a fim de permanecer na nova posição social adquirida.

Na reconstituição de trajetórias familiares, dois pontos merecem ser acentuados: primeiro, o número significativo de famílias migrantes; em segundo lugar, o número não negligenciável de famílias monoparentais cujo chefe é a mulher.

A maior parte dessas famílias chega em Campinas numa espécie de "onda migratória" que coincide com o período do "Milagre Brasileiro" nos anos de 1970, período

assinalado por uma forte expansão econômica, para trabalhar sobretudo nas construções civis e das grandes rodovias[35]. Não é por acaso que esse bairro se encontra ao lado de uma grande rodovia do Estado de São Paulo, denominada Via Anhanguera. Entretanto, o trajeto de mobilidade geográfica é resultado de um processo mais amplo no Brasil que se inicia já na década de 1930, quando o migrante nacional passa a substituir o imigrante estrangeiro como mão-de-obra mobilizada para promover o desenvolvimento econômico, conforme relata o estudo minucioso empreendido por Durham (1984).

Muitos habitantes do bairro M. trabalharam nesses grandes empreendimentos e acabaram por fixar residência no local (grande espaço antes abandonado pelas autoridades públicas e ocupado ilegalmente por algumas famílias).

Dentre as razões da migração, podem-se elencar alguns fatores, dentre eles a busca incessante pela melhoraria de vida, o período de forte seca no Norte de Minas, bem como a conseqüente baixa de produtividade das lavouras. Embora o *desenraizamento*[36] apresente-se de antemão como uma realidade difícil, uma vez que não uma, mas várias vezes em seus relatos, muitos entrevistados demonstram a saudade que sentem da sua terra, acabam por investir num projeto de vida que lhes assegure um pouco mais de conforto e segurança. Não raras vezes, são os filhos que terão por "missão" a realização desses planos:

"(...) eu peço até perdão a Deus, mas o que eu tenho sofrido nessa São Paulo, filha! Eu não gosto nem de falar, às vezes eu me emociono e até choro, porque eu tenho sofrido muito aqui. Mas eu acho que os meus pais têm feito parte do meu sofrimento. Eu tenho muitas saudades de Minas, você precisa ver quando eu fico doente, eu não quero as comidas daqui, eu quero as comidas de lá e não tem: carne de sol, aqueles requeijão de feira, aqueles pão-de-queijo, nossa eu gostava muito de lá, não da roça, dos lugares que a gente morava, que eram vilas muito feias, eu não gostava não, mas da cidade de Salinas, até hoje eu sou apaixonada por lá (...) eu só não fui embora quando

---

[35] Durham (1984:160) lembra que, para os migrantes adultos, a falta de qualificação é uma limitação que só pode ser superada parcialmente, através de um esforço que se processa, em grande parte, fora do trabalho. Por isso mesmo, os migrantes adultos vêem-se forçados inicialmente a explorar o único atributo que constitui uma característica positiva em termos de requisitos ocupacionais – a força física. Daí sua concentração nas atividades de carga e descarga (como na construção civil, na recepção de mercadorias em estabelecimentos fabris ou comerciais, nos trabalhos de limpeza, de pavimentação e conservação das vias públicas etc.).

[36] Segundo Martins (2002:120), "o dezenraizamento é a destruição das relações sociais tradicionais e, portanto, a exclusão das pessoas em relação àquilo que elas eram e àquilo que elas estavam acostumadas a ser. O que o capitalismo faz, ao desenraizar as pessoas, é transformá-las em proprietárias de uma única coisa: a sua força de trabalho (...) conseqüentemente, tornam-se potenciais vendedores de sua força de trabalho, ou seja, um trabalhador à procura de trabalho".

o meu marido morreu porque eu tenho três filhos e eu fiquei responsável por eles, mas não podia levar eles embora comigo porque o emprego lá é difícil , a escola também não é tão boa e aqui eu acho que eles têm mais chance no estudo (...)".

Assim, como bem lembra Durham (1984:113;114), a emigração aparece como resposta a condições normais de existência. O trabalhador abandona a zona rural quando percebe que "não pode melhorar de vida", isto é, que sua miséria é uma condição permanente. Não que os fatores naturais não contribuam para a emigração, mas quando o migrante diz que *"a vida da roça era difícil"*, não se refere a uma dificuldade passageira, mas a uma condição inerente à vida rural. Três fatores são recorrentes em suas falas:

a) a miséria e a falta de conforto;

b) o trabalho duro;

c) a incerteza da produção e a possibilidade de melhoria.

Conforme lembra Dona Elenice:

"A razão *que fez a gente sair de lá foi o recurso, lá não tinha onde ganhar dinheiro, a gente tinha vontade de trabalhar para comprar uma roupa, lá não tinha como (...) em casa nunca faltou nada, mas sempre a gente tinha vontade de comprar uma coisa diferente e os homens, meus irmãos que vieram para cá vieram em busca de recursos também, porque a situação era muito difícil, não tinha dinheiro, não tinha salário, na cidade se aparece um emprego já é para os filhos das pessoas mais grandes, aqueles mais pobres que não estudou, fica sem nada. As empregadas domésticas lá, nessa época, estão ganhando uns R$ 80,00; se muito ganha R$ 100,00 e ainda acham o ordenado ótimo, brigam pelo emprego".*

Um número considerável destas famílias habitava originalmente numa das regiões mais pobres do Brasil, mais precisamente no Norte do Estado de Minas Gerais, a principal profissão era o trabalho na terra. Na transição de vida (rural para urbana), suas trajetórias profissionais foram diferenciadas conforme o sexo: os homens trabalhariam sobretudo nas construções civis, enquanto as mulheres trabalhariam como empregadas domésticas.

Entre as mulheres, dois tipos de trabalho faziam-se mais recorrentes. A primeira possibilidade era ingressar numa 'casa de família' e, com quatorze ou quinze anos já assumiam a responsabilidade de uma casa com todos os seus afazeres, uma vez que na roça

tal trabalho lhes era ensinado a partir dos seis anos de idade (Dona Elenice lembra ter que colocar "banquinho" em frente ao fogão para poder cozinhar); assim, o novo trabalho fazia parte dos atributos femininos já naturalizados. Outro modo de inserção era integrar as frentes de trabalho nas plantações de café, em geral no interior do Estado do Paraná ou mesmo do Estado de São Paulo.

"Quando eu vim para cá, eu fui morar com a minha irmã numa colônia que plantava café; então eu comecei a trabalhar na roça com eles, colher amendoim, tinha dinheiro, eu ia também trabalhar para o meu primo, ganhava mais um pouquinho de dinheiro, mas não trabalhava tanto como na roça, eu não pegava tanto peso (...) aí eu ia para show, toda festa que tinha minha irmã me levava, meu cunhado colocava gasolina no carro e saía por aí conhecer artista de São Paulo. Eu comecei mesmo a aproveitar a vida e um belo dia nós viemos para Campinas e a minha irmã falou assim: -Você quer vir trabalhar aqui? O ordenado é melhor do que lá. Então do sítio nós mudamos para a cidade e eu não gostei da cidade, porque o ordenado era pouco e nós tinha que trabalhar sábado e domingo, então eu não gostei, mas aqui em Campinas eu tinha uma tia e resolvi ficar aqui; já entrei trabalhando em casa de família e ganhando mais ou menos, fiquei feliz da vida".

Apreende-se não somente das entrevistas, mas de outros estudos, dentre eles o de Durham (1984:132), que a migração masculina é mais recorrente. As moças raramente migram se não contam com parentes estabelecidos no destino. Mas, para elas, há um tipo especial de migração subsidiária: a de empregadas domésticas. Bastante comum nos relatos obtidos entre as famílias, as mulheres cumprem um *destino de gênero* quando "famílias abastadas" importam empregadas domésticas do interior, seja através de parentes que tenham na região, ou pessoalmente, durante visitas; ou ainda através de outras domésticas. Mas, também nesse caso, a emigração se processa dentro de um universo de relações pessoais.

Dessa forma, pode-se dizer que a migração obedecia, com bastante freqüência, a uma certa tradição de deslocamento que se fazia em "cadeia". Para as mulheres, tal movimento apresentava-se um pouco mais complicado, uma vez que "tentar a sorte" na cidade grande dependia, primeiro, do consentimento do pai e, depois, do irmão mais velho.

Depreende-se das entrevistas que, quando as mulheres não encontravam trabalho em "casas de famílias", faziam-se empregar nas plantações de café na região, assim como nas plantações de cana-de-açúcar.

Num certo sentido, a distância geográfica e, por conseqüência, a liberação da tutela parental, suscitavam um desejo de viver diferentemente, buscando novas experiências. Tal sensação, compreendida no sentido largo do termo, pode ser traduzida pelo relato da sensação vivida ao ver pela primeira vez o mar, como também pela relação sexual, dessa vez livre da escolha familiar. Tal dado pode responder em parte ao número considerável de famílias monoparentais no bairro estudado. Woortmaan & Woortmaan (2002) corroboram essa afirmação:

> Mães solteiras e grupos domésticos monoparentais com chefia feminina, contudo, começaram a surgir com a migração para a cidade. Desaparecendo o controle exercido pela família e pela comunidade, relações sexuais não maritais, mesmo que não freqüentes, podem conduzir à monoparentalidade (WOORTMAAN & WOORTMAAN, 2002, p.40).

A busca por uma vida mais confortável e menos sofrida orienta a migração e, mesmo depois de um longo tempo no bairro, as pessoas sentem ainda dificuldade de se habituar à nova vida. Muitos deles parecem não encontrar um *lugar* num meio urbano e por isso constroem projetos de voltar à "terra natal". Todavia, tal projeto torna-se cada vez mais difícil, na medida em que eles devem ser confrontados com a decisão dos filhos. Na realidade, muitas dessas famílias são portadoras de um sentimento ambíguo: sonham em voltar para casa mas, ao mesmo tempo, não querem que seus filhos tenham um destino transmitido quase que por herança[37].

Na maioria das vezes, educar uma criança sozinha representa, para essas mulheres, um duplo esforço para realizar uma vida melhor. A valorização do diploma pode constituir a prova do sucesso frente à família de origem, assim como ao seu próprio olhar.

---

[37] A família rural no Brasil resta ainda bastante patriarcal e enraizada nos costumes tradicionais. Durham (1984:64) lembra que "(...) internamente, a família rural brasileira, hoje como antes, estrutura-se de modo muito simples, em termos de subordinação das mulheres ao homens e dos mais jovens aos mais velhos. Essa subordinação se exterioriza em atitudes de "respeito" dos filhos para com os pais, e da mulher para com o marido. A característica fundamental do grupo conjugal é, portanto, a dominância paterna. Cabem ao pai não somente as decisões que afetam o grupo como um todo, mas também aquelas que se referem a cada um de seus membros, individualmente".

Por essa razão, um dos pontos de partida para a compreensão da trajetória escolar dos jovens do bairro, a importância conferida ao diploma, passou inevitavelmente pelo estudo de suas trajetórias familiares. Mais que vê-los individualmente, cabe percebê-los como parte do núcleo familiar e seus projetos.

Tal *démarche* é, assim, imprescindível para a análise da transmissão de valores e aspirações dos pais em relação aos filhos, uma vez que essa "difusão" pode mesmo determinar a realização de certos projetos. Assim, a existência de um "projeto familiar de escolaridade" para os filhos torna-se possível de ser vivido como uma espécie de "investimento". Essa sorte de investimento torna-se particularmente interessante quando as famílias relatam que tal projeto apresenta-se como contrário à trajetória cumprida pelos próprios pais. Não raras vezes, afirmavam estes, em seus relatos, que os estudos não faziam parte de seu universo familiar na roça ou, quando muito, faziam parte apenas dos irmãos (homens) mais novos.

A esse respeito, Demartini e Lang (1983) trazem valiosas contribuições para a discussão, através de um trabalho que retrata as aspirações dos pais agricultores em relação à educação dos filhos, ainda que o escopo da análise refira-se a agricultores paulistas. Os resultados desta pesquisa mostraram que a população de lavradores, que trabalha diretamente com a terra, não pode realmente ser considerada como um todo homogêneo, pois são marcantes as diferenciações, quando se considera distintas situações referentes à posse ou uso da terra e as distintas relações de trabalho.

As autoras (1983) observaram que quanto maior o nível de instrução do lavrador, maior a porcentagem dos filhos que somente estudam. Assim, pode-se dizer que as aspirações dos pais variam mais em relação ao grau de escolaridade que possuem do que seu pertencimento a uma categoria sócio-profissional -que pode variar entre proprietários, arrendatários e trabalhadores permanentes e temporários. Entretanto, lembram as autoras:

> Há um consenso entre os agricultores das diferentes categorias ocupacionais e níveis de escolaridade, de que a escola é importante para melhorar de vida, para aprender a ler e a escrever e para aprender a pensar; a maioria dos entrevistados é também da opinião de que a escola é importante para que o sujeito não seja enganado, para aprender coisas da cidade, para seguir os estudos e para aprender a trabalhar. É menor a percentagem dos lavradores que a julgam como sendo um divertimento,

> como uma forma de ocupar o tempo, ou como um sacrifício (DEMARTINI e LANG, 1983, p.126).

Parece tratar-se também de um consenso que a escola possibilita a chance de melhorar de vida (sobretudo na opinião dos proprietários de terra), enquanto que para os agricultores com menor instrução, a escola é importante para que os filhos aprendam a ler a escrever e para não serem enganados (1983:127). Este último parece ter sido o caso do pai de D. Elenice, aliado à idéia compartilhada pelas aspirações dos pais em relação à escolaridade dos filhos na pesquisa realizada por Demartini e Lang (1983), os quais achavam que a menina deveria trabalhar em casa, pois a roça não era considerada trabalho para mulher. Segundo os resultados da pesquisa das autoras em questão, os pais menos escolarizados enfatizavam a importância da preparação para o trabalho doméstico efetuada pela mãe. Os filhos são, em grande parte, socializados dentro dos padrões da divisão sexual do trabalho:

"Eu era apaixonada por estudar, até hoje eu sou louca pelo estudo, acho que eu podia estudar mesmo depois de velha mesmo, não tive possibilidade porque perdi o marido cedo e fiquei com filho pequeno nas costas, tendo que trabalhar o dia todo e não tinha como largar eles à noite para poder estudar. Mas eu tenho paixão pelo estudo (...) meus filhos têm estudo mais ou menos e essa do meio faz até inglês. Eles devem aproveitar essa chance porque o pai não deixava nós estudar, dizia que filha mulher não precisava ter estudo porque senão ia escrever carta para rapaz. Com os homens era pior também, eles não tinham tempo para aprender porque ficavam na roça de sol a sol e nós ficava trabalhando o dia inteiro também, porque a mãe era fiandeira e não levantava do tear por nada nesse mundo".

"Nós nem teve infância porque com seis anos de idade, eu olhava criança para a minha mãe, os irmãos mais novos, cozinhava feijão, olhava galinha para não comer a flor do feijão que o meu pai plantava, ele fazia lavoura de feijão e as galinhas ficavam presas, mas à tarde ele soltava as galinhas e elas fugiam; a gente não parava de trabalhar. A minha mãe era fiandeira, ela fiava linha naquela roda de fiar, a minha avó era "tecelona" também e tecia cobertor para a gente se proteger do frio. A minha mãe quando não estava na roça estava fiando linha, e quando não estava fiando linha na roda ela estava costurando, porque ela também era costureira, ela tinha uma máquina grande tocada a manivela. Já o meu pai e meus irmãos trabalhavam na roça, quando ele não estava na roça ele estava mexendo com o gado, cavalo, jumento, vaca, bezerro".

Já no que concerne ao filho, este deve ser socializado desde muito cedo na roça e, embora a maioria dos pais almeje uma outra trajetória para eles, Demartini e Lang (1983) constataram que aproximadamente 80% dos filhos de pais agricultores acabam cumprindo o legado dos pais, qual seja, o trabalho na roça. Entretanto, convém assinalar que o trabalho do filho na roça é enfatizado apenas por pais arrendatários e parceiros, enquanto que os pais proprietários de terra deixam a escolha a critério do filho.

Seja por escolha pessoal ou para fugir da "vida dura" que levavam, para os homens migrantes (com parcos recursos) que chegavam no Estado de São Paulo, a construção civil logo se lhes apresentava como um "trabalho possível", já que, conforme nos relata seu José[38], *"já estavam acostumados com o trabalho pesado no sitio e para aprender a trabalhar na construção, não precisavam da matemática, faziam as contas da maneira deles"*. Mais uma vez, percebe-se que o "saber escolar" é perfeitamente substituível pelo conhecimento que possuem no dia-a-dia de trabalho na lide. As contas que seu José fazia com as enxadas na roça, ou mesmo a quantidade de sementes plantadas, certamente tinham outros referentes que não aqueles teóricos. Provavelmente sua somatória era muito mais associativa do que pragmática.

Segundo Schwartz (1989):

> (...) as formas de alteridade cultural características dos meios populares não podem ser lidas unicamente como efeitos da dominação e despossessão. Elas manifestam também capacidades de transgressão à norma, de atitudes que ajudam a construir modos de vida, recursos específicos para se apropriar das condições oferecidas à uma existência de dominação para dar, apesar de tudo, sentido para a vida (SCHWARTZ, 1989, p. 25).

É interessante perceber que para grande parte das famílias provenientes do meio rural (sobretudo o pai), a escola deve voltar o conteúdo para a prática e oferecer uma formação mais geral. Na pesquisa empreendida por Demartini e Lang (1983) estas observaram que pais agricultores menos escolarizados reclamam por um ensino mais prático, bem como uma educação mais voltada para o trabalho. Esperam da escola um certo tipo de preparação para o trabalho:

[38] Seu José tem 67 anos e migrou de Montes Claros para o bairro pesquisado em fins da década de 1960.

> A maioria dos agricultores (60%) acha que após o término do primeiro grau (hoje ensino fundamental), o menino deveria estar preparado para trabalhar. Apenas ¼ deles enfatiza o prosseguimento dos estudos. Esta ênfase decorre dos pais proprietários de terra (DEMARTINI e LANG, 1983, p.140).

O "investimento" nos estudos vai coincidir com os valores resultantes de uma trajetória marcada pela transição de um universo rural para um universo urbano. As possibilidades de "melhorar de vida" na cidade grande estão agora intimamente associadas ao *valor* conferido ao diploma, ao estudo, por uma sociedade racional e pragmática. As aspirações de melhoria de vida para os filhos fazem sempre alusão às possibilidades de emprego na área urbana. O estudo é tido como pré-condição para a aquisição de um bom emprego.

Esses migrantes, pais e avós dos jovens aqui considerados, defrontam na cidade com o estigma que pesa sobre aquele que "não têm estudo". Lembram a inferioridade que sentiam em relação ao citadino, o que explica talvez a necessidade do apoio das relações pessoais. Para Durham (1984:141), são os amigos que agem como "intérpretes" do mundo urbano e transmitem a sua experiência pessoal, favorecendo a aprendizagem necessária à integração na vida da cidade.

Diante das dificuldades que se lhes apresentam, percebem que as próprias possibilidades de inserção ocupacional também não eram tão amplas, pois tanto as moças quanto os rapazes não chegavam a concluir nem o ensino fundamental ou antigo "ginásio". Na década de 1970, época em que essas famílias migram para o Estado de São Paulo, vivia-se a plena euforia desenvolvimentista e, não por acaso, foi promulgado um dispositivo que tornava compulsoriamente o ensino de segundo grau como ensino técnico. Parece patente a necessidade de mão-de-obra para concretizar os projetos desenvolvimentistas, sendo estes o grande objeto sedutor para muitos desses migrantes.

Da mesma forma, não por acaso, conforme bem salienta Kowarick (2000:8), o Brasil da década de 1970 foi a época do milagre econômico, mas também da "acumulação e da miséria"; é neste período que se consolida a ocupação do solo urbano naquilo que se chama de "padrão periférico". Como resposta ao denso crescimento de ocupação do espaço urbano, fruto da ampliação produtiva de setores fabris tradicionais ou de alimentação, os antigos bairros operários que se localizavam nos arredores das fábricas passam a expandir-

se para bairros mais longínquos, ocorrendo então uma espécie de "descentralização" das moradias dos trabalhadores.

Tal fenômeno é bastante evidente na cidade de São Paulo, como também em Campinas; é o caso do bairro Vila Industrial que, como o próprio nome indica, foi sede de importantes fábricas instaladas já no início do século XX (como a Indústria Matarazzo). Pouco a pouco os bairros mais longínquos recebem o nome de "periferia" e esta torna-se lugar quase certo de migrantes e outras pessoas portadoras de um estatuto que as classifica numa escala inferior aos demais trabalhadores. Diferentemente das antigas "vilas operárias", as periferias tornam-se um conglomerado de casas auto-construídas, num espaço aonde muito lentamente as benfeitorias públicas chegam.

As casas auto-construídas contam com a colaboração de toda a família e amigos que vão chegando, e elas se destacam dos demais tipos de construção sobretudo pela feitura "em etapas" (às vezes leva-se mais de vinte anos para findar uma casa) ou pelo seu aspecto de construção sempre inacabada, justamente por nela "erguem-se vários cômodos" (ou "puxados"), de acordo com a necessidade do grupo. Bastante recorrente entre os entrevistados, esse tipo de moradia oferece uma proteção contra as "intempéries" econômicas e torna-se, de certa forma, um símbolo de ascensão social para aquele que chegou apenas "com os seus braços e seus documentos", conforme nos conta um morador, para hoje poder abrigar filhos, netos e irmãos numa casa própria. Como assinala Kowarick (2000):

> (...) a casa própria é a vitória de uma moralidade que valoriza a família unida, "pobre, porém honesta", o trabalho disciplinado, enfim, a vitória da perseverança que leva à conquista da propriedade. E a respeitabilidade daquele que, com o esforço familiar, ergueu as paredes e o teto que representam real e simbolicamente a proteção contra os perigos e violências da rua, a tranqüilidade barulhenta da televisão dominical, a sociabilidade da vida íntima e, no final, a esperança de maior segurança na velhice (KOWARICK, 2000, p. 90).

Embora ter conseguido erguer a casa própria represente um grande símbolo de conquista social, muitas dessas famílias migrantes, senão a maioria delas, contavam já com casa própria ou mesmo terras pertencentes a suas famílias há várias gerações. Entretanto, a vinda para outro Estado pode, muitas vezes, representar um processo de mobilidade social

descendente, já que deixam para trás o antigo modo de produção da vida material para iniciar outro, ainda incerto. O *desenraizamento* não está assim apenas circunscrito à distância estabelecida entre os seus, mas em todo um modo de organizar e conceber a própria existência. Deixam para trás a antiga organização de trabalho no campo, a família e o modo como esta se organiza e, sobretudo, passam a conceber outros planos em relação ao futuro.

Essas famílias parecem ser portadoras de um sentimento ambíguo: elas não conseguem encontrar um *lugar* no novo *espaço social* que ocupam, o que faz com que muitas delas pensem em retornar à cidade natal. Todavia, se sonham com a volta para casa, ao mesmo tempo não querem que seus filhos tenham o mesmo destino vivido por elas. Entre os planos que fazem para o futuro, encontra-se um diploma escolar para os seus filhos.

Nas entrelinhas das muitas falas colhidas no bairro M., percebe-se claramente um discurso que valoriza a experiência e a prática, uma vez que o trabalho que exige predicados oriundos deste tipo de saber é visto como indispensável, insubstituível, e aquele que pode oferecer garantias de rápida inserção no mercado de trabalho[39].

Entre os jovens, filhos das mulheres migrantes, ingressar cedo no mercado de trabalho faz parte também da redefinição do *habitus* do novo jovem consumidor, isto é, ter acesso aos bens de consumo de toda uma geração, além de lhes conferir uma certa autonomia parental. A possibilidade de realizar um estágio remunerado durante o último ano da escola técnica é vista como indispensável para a aquisição de bens que os identificam (ou tipificam) como indivíduos pertencentes a determinados "grupos", tal como se vê no estudo das trajetórias familiares e juvenis.

---

[39] Ao recuperar tanto a fala dos jovens, como a de seus familiares, percebe-se toda uma argumentação em favor do trabalho transmitido como oficio, de geração a geração. Quando não, o ensino técnico permite um "aperfeiçoamento" da ocupação recebida, seja por herança, seja por "vocação" . E interessante perceber como este discurso termina por querer demonstrar a "volatilidade" do teórico, em contraposição à perenidade do saber prático.

2.4.3- A trajetória de Terezinha: a centralidade do trabalho

Terezinha é mãe de seis filhos, empregada doméstica, negra e chefe de família. Sua história chama a atenção para os aspectos que compõem a realidade da maioria das famílias pobres em que a chefia feminina se faz presente:

"Eu morava na Bahia e quando eu tinha sete anos a minha mãe morreu. Nós éramos em quatro irmãos e eu sou a filha do meio, então meu pai resolveu vir para cá porque ele tinha parentes aqui.

No começo nós morávamos num sítio, eu vinha a pé para a escola e estudei até a quarta série mais ou menos, depois eu parei com dez anos porque era muito difícil; era muito difícil ter roupa, calçado, o meu pai trabalhava no sítio, então não tinha muita (...) daí eu fiquei estudando, mas falei: '- quer saber de uma coisa?', (...) eu mesma tive vontade de sair para trabalhar, aí eu conheci gente que queria menina para trabalhar como babá e com dez anos eu comecei, aí outra já queria que eu fosse para São Paulo e lá eu fiquei tempo, fui quando eu tinha uns quatorze anos".

O fato de ter saído de sua casa ainda menina para trabalhar para outras famílias fez com que a entrevistada, de certa forma, passasse a considerar estas como sendo sua própria, situação freqüente entre meninas da mesma idade que trabalham como babá ou empregada doméstica. Na realidade, o período da infância lhes é usurpado, restando sempre a sensação de que gostariam de ser "adotadas" pelas famílias que as empregam:

"(...) eu fui criada assim, não fui muito com a minha família; trabalhava longe, com família estranha (...) eu nem tive infância, mas era gostoso até, era sempre gente boa, cuidava de mim, dava roupa sabe, como se fosse filha deles, e eles sabiam que era assim (...) de gente humilde, né?".

"(...) até hoje eu não ligo muito para a minha família, porque o meu pai gosta de mim, mas eu acho que ele se importa mais com as outras irmãs, porque ele acha que eu sempre vivi bem com as outras famílias".

Segundo Terezinha, seu pai ainda se casou mais três vezes e teve três filhos desses casamentos, os quais moram em São Paulo. A entrevistada conheceu seu ex-marido quando tinha dezoito anos de idade. Nesta época, ela ainda trabalhava em casas de família em São

Paulo, mas nos finais de semana ia passear na cidade onde sua família morava. A experiência da gravidez antecedeu ao casamento:

"Olha, eu conheci ele através de minhas colegas que trabalhavam aqui, aí eu fui conhecendo, comecei a namorar ele e tive dois filhos dele antes de casar; logo que o segundo nasceu eu casei".

"Depois que eu fiquei grávida, ele não queria mais que eu voltasse para São Paulo, daí eu arrumei um servicinho aqui e fiquei trabalhando até o fim da gravidez, porque quando eu fico grávida eu vou até dar a hora, eu não paro, vou até as últimas horas de ter o neném, porque tem mãe que pára, mas eu nunca tive problema com nenhum, sempre trabalhei até o fim. Depois que eu tive a menina mais velha, eu fui morar num conjunto habitacional com ele e aí eu fiquei grávida do menino, que está com dezessete anos, e sempre trabalhando, mas ele não queria que eu trabalhasse, então eu fui fazendo "bico" e como eu gosto de ter o meu dinheiro, comprar as minhas coisas- porque nunca é demais, né- então era sempre para ajudar, mas mesmo ele bravo eu nunca parei de trabalhar".

Um fato que chamou a atenção foi que, durante toda a entrevista, Terezinha remetia suas falas sempre ao mundo do trabalho. Este ganha tal força em suas palavras, que dá a impressão de ser o eixo norteador de sua existência, assim como o apanágio para os problemas cotidianos:

"Como desde criança eu trabalho, eu nunca tive férias, nunca tive descanso, minha rotina é essa direto, mas se a gente parar para pensar eu acho que é pior, né? A gente tem que ocupar o espaço que é da cabeça, porque se a gente fica parada, dormindo, a gente só pensa bobagem, então tem que trabalhar".

Mesmo depois de casada, o trabalho continua a ocupar um lugar central em sua vida. Para a entrevistada, o início da vida a dois foi bastante bom, mas logo após o nascimento de outros filhos, o poder aquisitivo da família decresce paulatinamente. Agora com mais filhos para sustentar, a renda do casal passa a ser insuficiente para manter a família, no que a ajuda dos parentes ou conhecidos torna-se indispensável:

"(...) quando foi aumentando o número de filhos é que as coisas foram ficando complicadas. No total eu tive sete filhos e a gente morava em uma casa de três cômodos. Depois que a mãe dele morreu- eu estava grávida do Michel – ele quis sair um pouco da casa para ver se não ficava com muita lembrança da mãe, depois voltamos normal, eu voltei a trabalhar, passava roupa para fora, fazia bico e ele também trabalhava, era pedreiro e pintor".

"Nós morávamos no fundo da casa e na frente morava um irmão e uma irmã dele e eles sempre foram bons para mim, davam uma "mão" para ajudar a criar as crianças, tanto que os meninos adoram os tios até hoje.

Depois quando eu tive os gêmeos, o nosso casamento foi piorando, eu já estava nervosa porque ele estava muito "largadão", não queria mais nada, mas com ele não tinha jeito, foi difícil segurar, daí eu fui arrumando um filho atrás do outro".

Além das dificuldades financeiras mencionadas, é importante notar aqui que muitos filhos foram concebidos na mediação entre a separação e a reconciliação do casal, tal como é possível perceber nos seguintes trechos de sua entrevista:

"Nós brigava e separava e quando eu voltei de novo, eu fiquei grávida dessa última menina e assim foi com os gêmeos também".

"(...) eu nem penso também em voltar com ele, porque eu já tentei três vezes, não deu certo, nessas tentativas já fiquei três vezes grávida de novo".

Diante de situações tão adversas, é interessante perceber a lógica da reciprocidade, presente em grande parte nas famílias pobres:

"Quando eu soube que estava grávida de gêmeos, foi um "baque" para todo mundo, era a felicidade e, de outro lado, a tristeza. Eu não sabia como é que ia ser para eu criar, mas graças a Deus teve a ajuda de bastante gente, então eu não esquentei a cabeça, o juiz foi em casa, deram remédio, matriculou as criançadas, tirou o registro dos que nasceram, eu não gastei nada, todo mundo ajudou".

"Enxoval eu não tinha nada, eu tinha pouco porque eu sempre guardava de um filho para o outro, mas sempre quando tinha gente que eu sabia que precisava, eu dava também, eu tinha todo o prazer de dar, e cada vez que a gente ajudava, cada vez eu ganhava mais".

"Quando eu tive os gêmeos, eu não tinha nem onde pôr eles, porque não tinha cama, menina! Era duro caber todo mundo, então eu precisei ficar um tempo dormindo no quarto da minha cunhada, ainda mais que lá no fundo era muito quente (...) era um sufoco!".

Terezinha passou por momentos difíceis com os filhos. Um dos gêmeos faleceu vítima de uma anemia grave, quando contava com sete meses e meio de idade. Seu quarto filho, Michel, permaneceu por alguns meses numa Instituição que cuida de crianças abandonadas ou não, vítimas de maus tratos ou insuficiência de renda dos pais. Este parece ter sido o "arranjo familiar" encontrado, na época, para vencer as dificuldades cotidianas:

"Depois que o Michel ficou tempo lá, o pai ficou bravo de eu ter deixado, porque eu precisava trabalhar, eles davam remédio e tudo e eu não tinha condição. O que eu ganhava era para o básico; ainda mais que o pai das crianças tinha dia que ia trabalhar, tinha dia que não ia, então tinha que ser eu mesma né, eu precisava dar o leite das crianças porque elas não ficam sem leite".

À situação de ter que deixar um dos filhos em um abrigo para crianças carentes, vem somar-se o adultério do marido. A fragilidade do casal fica evidente quando o marido passa a não mais responder pelo sustento da família, além de não respeitar a companheira, levando outras mulheres para coabitar a mesma casa onde viviam sua esposa e filhos.

O trecho a seguir é paradigmático das dificuldades que a mulher pobre, sozinha, encontra para manter sua família. Chama a atenção o fato de Terezinha, grávida, ter de suportar a presença de outra mulher no espaço de sua própria casa:

"Esse período foi muito difícil para mim, depois que eu tive os gêmeos tudo foi piorando. Ia ver o meu filho lá no "Lar Infância e Feliz" só no fim de semana. O meu ex-marido foi arrumando outras mulheres para morar lá, e eu e as crianças vivendo no fundo da casa. De madrugada, eu levantava – eu estava esperando a Natália- eu de barriga, esperando a menina e ele por aí, "aprontando". Eu não deixei ele ver a menina nem na Santa Casa, porque foi tanto sofrimento; ele queria ver a menina e eu não deixei. Ele arrombava a janela da irmã- porque depois que a mãe deles morreu, essa irmã foi passar um tempo lá na casa de outra irmã para não ficar muito sozinha- e ele arrombava a porta e levava mulher para dormir lá dentro, depois passou (...) eu voltei de novo com ele e fiquei grávida dessa última menina; depois ele arrumou outra mulher, não

sossegava. Olha, eu não tinha sossego, vivia na Santa Casa, no Fórum, eu estava desesperada, ou ele saía de lá, ou saía eu, mas aonde eu ia com seis crianças? Só eu trabalhando, só eu sustentando e as crianças todas pequenas".

Nessa época, Terezinha ainda era casada, mas já iniciava o papel que meses mais tarde iria lhe pertencer: o de chefe de família, na condição de principal responsável pelos cuidados do grupo doméstico:

"(...) às vezes ele comprava leite –porque ele adora leite- mas acabava tomando esse leite que era para as crianças, e quando ele já estava com outra mulher, ele ia lá nos fundos da casa, com a maior cara de pau, comer os doces que eu fazia para as crianças. Eu falava assim: '- pergunte para o seu pai se ele não tem mulher para fazer. Tem mulher só para dormir?', porque eu não sou "dessas" de ficar só na cama. Olha, a turma falava: '- eu não sei como é que você agüenta, eu não sei como é que você pode viver assim', mas eu vou fazer o quê? Eu não tinha para onde ir com as crianças, mas aí a gente se separou porque não tinha outro jeito. No início ele chorava até para dar pensão, que era pouco, mas assim mesmo era difícil".

Como seu ex-marido lhe pagou pensão apenas durante alguns meses após a separação, Terezinha mantém hoje três empregos para garantir o sustento da sua família. A informante relata que era tão difícil adquirir o pagamento da pensão, da qual ela acabou desistindo e prefere hoje manter sozinha a sua casa, a passar por "nervoso" novamente:

"(...) no começo eu acho que ele tinha medo do juiz, mas depois, eu larguei mão, porque toda vez que era dia de buscar dinheiro lá no Banco, era um sofrimento. Eu perdia até meio dia de serviço para ver se o dinheiro já havia chegado, aí um belo dia eu falei assim: '- quer saber de uma coisa? Se quiser dar que dê, se não quiser, que não dê nada!'. Olha, não é à toa que hoje eu tenho três empregos e antes eu tinha até mais. É que não tinha nem como, faltava era mais dia de semana para eu trabalhar".

Convém mencionar aqui a importância dos familiares para a sustentação do grupo, tal como exemplificado nessa trajetória. O fato de morar nos fundos da casa da sogra e dos cunhados contribuiu para que a informante pudesse trabalhar fora, assim como recorrer àqueles nos momentos mais difíceis de instabilidade conjugal.

Uma ou outra forma de arranjo familiar ficam evidentes e ainda perduram, mesmo na condição de chefe domiciliar. Constitui o caso, por exemplo, da filha mais velha, a qual ocupa um lugar central nesse tipo de unidade doméstica:

"(...) a minha menina mais velha, eu queria que ela trabalhasse, porque ela gosta de sair, gosta do dinheirinho dela, mas eu precisei tirar ela do emprego para ficar com as crianças; então eu trabalho dobrado, mas pelo menos as crianças ficam em casa com a irmã".

"Todos os meus filhos estão na escola, graças a Deus, mas quando eles voltam da escola, a minha menina é quem fica com eles, faz almoço e tudo".

A responsabilidade total pela casa é advinda de uma constatação que permeou toda a sua vida de casada: poucas vezes pôde contar com a ajuda do marido:

"Então eu sempre trabalhei e sempre enfrentei tudo por causa dos meus filhos mesmo, porque ninguém (...) eu falei: '- eu vou pedir apoio para quem? Eu não tenho com quem contar'. Para ficar todas as pessoas de fora me ajudando também não dá, se eu tenho saúde, Deus tem que dar bastante saúde para eu agüentar e suportar".

A centralidade da figura materna pode ser constatada através da seguinte afirmação:

"Eu é que estou comprando tudo, já comprei geladeira, fogão (...) porque com ele eu nunca tive nada do que eu queria, ele não ajudava nada, era só com coisas que não era preciso. Então eu é que estou arcando com tudo, roupa de escola, comida, material para as crianças. Até reunião da escola, porque ele nunca participou de nada! Os meus filhos não são de pedir muita coisa, mas o que eu não tive, o que eu não ganhei, então eu procuro dar".

Outro dado que merece ser destacado é a pouca disponibilidade na procura de um outro companheiro. Comum entre os domicílios chefiados por mulheres, estas pensam geralmente em relacionamentos esporádicos, uma vez que assumem como prioridade apenas o cuidado com os filhos:

"O que eu quero é só cuidar dos meus filhos e nada mais; quero dar o melhor para eles sem pensar em outro homem. Eu penso assim porque, se com o primeiro já não deu certo, eu nem penso

que com o segundo vai dar. Os meus filhos também não querem; a minha menina mais velha não quer nem saber (...) antes a menina tinha adoração pelo pai, mas agora, depois que ela viu tudo o que aconteceu, todo o sacrifício, ela deu "graças a Deus" que nós viemos para cá. Ela sempre vai lá perto da casa do pai por causa das amiguinhas dela, mas ela fala assim quando volta: '- o seu ex-marido estava lá'".

Pode-se inferir que é bastante recorrente algum filho – geralmente o mais velho ou aquele que vivenciou a separação dos pais com maior intensidade- rejeitar a figura paterna.

Quando indagada a respeito da condição de chefe de família, de que mais se ressentia, a resposta da entrevistada foi a seguinte:

"Eu sinto falta de ficar mais tempo com as crianças, por exemplo, eu estou sentada na mesa da minha patroa, comendo, eu fico pensando neles: 'vai saber o que eles estão comendo!'".

"Eu não queria ter nenhum filho- só agora que eu operei, depois que eu tive a última- . É muito trabalho, mas agora que eu já tenho eles, eu queria sair mais com eles, passear. Às vezes eu estou lá no shopping sentada- a entrevistada cuida dos banheiros de um shopping nos finais de semana- eles vão me encontrar na saída, a gente toma um sorvete e volta para casa, eles gostam, você compra um sorvete, uma bolacha, eles ficam feliz da vida".

Assim, como já dissemos anteriormente, apesar de cada história de vida guardar suas particularidades, é possível perceber elementos que compõem a trajetória de mulheres pobres que chefiam suas famílias e que as distinguem das demais. Insisto nesse fato, uma vez que as próprias entrevistadas relatam as dificuldades encontradas para gerenciar uma unidade doméstica. As "redes de apoio" ou os "arranjos familiares" são fundamentais nas famílias em que a mulher precisa, muitas vezes, cumprir mais do que uma dupla jornada de trabalho.

As especificidades entre essas mulheres surgem quando filhas, mães, sogras, irmãos, cunhados, vizinhos ou conhecidos agregam-se ao núcleo familiar como forma de suprir as necessidades mais elementares da vida cotidiana.

Todavia, nem sempre o apoio dessas pessoas constitui a regra nos domicílios chefiados por mulheres, mesmo naqueles caracterizados pelo baixo poder aquisitivo de seus membros.

III- JUVENTUDE: ENTRE TRAJETOS E PROJETOS

> *"(...) nas representações correntes da juventude, os jovens são tomados como fazendo parte de uma "cultura juvenil" unitária. No entanto, questão que se coloca à sociologia da juventude é a de explorar não apenas as possíveis ou relativas similaridades entre jovens e grupos de jovens (em termos de situações, expectativas, aspirações, consumos culturais, por exemplo) mas também –e principalmente- as* ***diferenças sociais*** *(grifo meu) que entre eles existem"* (Pais, 1998:22).

A produção ligada ao tema da juventude no Brasil ganhou relevância a partir dos estudos desenvolvidos por Foracchi[40] durante as décadas de 1960 e 1970, estes mais voltados à área da Sociologia da educação. Todavia, percebe-se um certo refluxo após esse período, com esparsas publicações nas áreas de sociologia e de educação[41].

Através de uma análise sobre a produção do conhecimento em torno da **juventude**- especificamente na área da Educação-, Spósito (1997:47) constatou que cerca da metade da produção acadêmica sobre a juventude está concentrada na década de 1990, com ênfase na categoria **jovem**, denotando um movimento contrário à categoria consagrada pela Psicologia, qual seja, *adolescente*.

Dessa maneira, a década de 1990 assiste a um crescimento dos estudos sobre a juventude na área de Educação, concomitante a uma reflexão teórica sobre a categoria *juventude*. Spósito lembra que a definição desta categoria

> (...) é pouco rígida e extremamente fluida (...) ela encerra um problema sociológico passível de investigação, na medida em que os critérios que a constituem enquanto sujeitos são históricos e culturais. Sendo assim, os estudos sobre tais sujeitos também sofrem essas influências ao elegeram suas âncoras teóricas e respectivas formas de aproximação do objeto (SPÓSITO, 1997, p. 38).

---

[40] Entre outros estudos, FORACCHI publicou os seguinte títulos voltados à temática da juventude: **O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira (1965) e A Juventude na Sociedade Moderna (1972).**

[41] Merece destaque o balanço bibliográfico sobre a juventude produzido por Ruth Cardoso e Sampaio em meados da década de 1980. Durante a década de 1990, destaca-se a coletânea organizada pela ANPED em um número especial sobre juventude (números 5 e 6/1997), além dos trabalhos de Felícia Madeira e Celso J. Ferretti, particularmente no que tange à relação entre educação e trabalho. Convém salientar também o livro de Helena Wendel Abramo (**Cenas Juvenis**, 1994) o qual aponta para uma vertente pouco contemplada nos estudos sobre a juventude: a cultura produzida entre determinados grupos juvenis.

Posto isto, pode-se tanto observar uma concentração nos estudos sobre a juventude cujo descritor venha a ser o "estudante", quanto uma ênfase sobre o "estudante-trabalhador", ou ainda "jovens em trajetos de violência". Tais temáticas variam em conformidade aos aspectos sócio-econômicos, históricos e culturais mais relevantes de um determinado período, podendo emergir com maior ênfase ora uma temática, ora outra[42].

No entanto, uma das causas de maior ênfase nos estudos sobre o jovem/ trabalhador talvez diga respeito à dificuldade de inserção destes no mercado de trabalho, ou ao crescimento da ocupação de postos de trabalho precários entre os jovens.

Pesquisas do DIEESE[43] mostram que o desemprego atinge 26,7% dos jovens entre os 18-24 anos e 48,4% na faixa etária dos 15-17 anos. Assim, pode-se inferir que a relevância conferida à temática do jovem-trabalhador reflete o momento histórico atual, cujo espectro é o alto índice de desemprego, além da ineficiência da escola pública, com sua incapacidade de intervenção nos projetos de vida de sua população em idade escolar. Talvez sejam esses alguns dos problemas que, contemporaneamente, mais têm afligido a juventude e, em particular, aqueles que, habitando em bairros populares, enfrentam em suas trajetórias a realidade do universo urbano e as conseqüências da migração familiar.

No contexto das sociabilidades juvenis, emergem movimentos tais como o Hip-Hop entre os jovens nas periferias das grandes cidades, ganhando visibilidade os aspectos das "culturas" juvenis. No entanto, as pesquisas sobre os grupos juvenis (gangues, galeras, grupos musicais) são ainda incipientes, se comparadas a outros temas ligados à juventude. Assim, de acordo com Spósito (1997),

> (...) as análises sobre os grupos juvenis que foram objeto de investigação de apenas cinco trabalhos (2%) revelam a desvantagem frente a temas como estudante-trabalhador (15,6%) ou os jovens pertencentes aos cursos noturnos e ensino superior (44,8%) (SPÓSITO, 1997, p. 44).

Com isso, acredita-se que a importância de pesquisas sobre a juventude refira-se, em primeiro lugar, à sua relativa escassez, sobretudo em relação à percepção que os jovens

---

[42] Tal fato pode ser percebido no trabalho de investigação de Spósito através das teses defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação, de 1980 a 1995. Nas teses, "o descritor "estudante" atingia 62% dos trabalhos e passa, no último período, para 36,4%, o que representa uma significativa queda, ao passo que a categoria "estudante-trabalhador" sofre um aumento considerável de 4% no período de 80-4, para 21,5% nos anos 90" (1997:47).

[43] Cf. Revista *Educação*, jan/00.

moradores de periferia têm de si mesmos, a maneira como experienciam e vivenciam o seu próprio cotidiano- **trajetos**-, bem como planejam seu futuro- **projetos.** Pesquisar nessa direção é trabalhar na intersecção de duas áreas: as Ciências Sociais e a Educação. Como já bem observara Spósito (1997):

> (...) as Ciências Sociais no Brasil não desenvolveram, nos últimos vinte e cinco anos, com raras exceções, um campo sólido nos estudos sobre a juventude. A pesquisa em educação, quando se debruçou sobre os sujeitos do processo educativo, não encontrou nessa área do conhecimento possibilidades de fértil interlocução (SPÓSITO, 1997, p. 50).

Todavia, ainda de acordo com a autora, trabalhos realizados em meados da década de 1990 na área de Educação têm demonstrado a possibilidade de um diálogo entre as duas áreas do conhecimento e parecem, assim, acenar com novas perspectivas nos estudos sobre a juventude.

É com este propósito que, aqui, busca-se olhar para as trajetórias juvenis do bairro M., estabelecendo um profícuo diálogo entre Educação e Ciências Sociais, demonstrando que os temas que cada uma advoga para si não são excludentes, ao contrário, podem constituir num material rico de análise para aqueles que trabalham na interseção entre as duas áreas. O "olhar de fronteira" entre as duas disciplinas repousará sobre atores ordinários –jovens oriundos de um bairro popular- a fim de analisar a produção das mudanças no contexto da periferia urbana e, num plano mais geral, compreender a constituição do real a partir de situações experimentadas pelos indivíduos e reconstituídas por meio de suas trajetórias escolares, familiares e profissionais.

3.1- Juventude: uma categoria em construção

Entende-se aqui por *juventude* a definição emprestada de Bourdieu[44], que vê nela uma construção social e histórica. Para o autor, tanto a juventude quanto a velhice não são dadas, mas são construídas socialmente (...), as relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas (1984:144). Dessa forma, pode-se definir a juventude como

[44] *In:* **Questions de Sociologie**, Paris : Les éditions de Minuit, 1984.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

uma categoria social e historicamente construída que faz dela algo mais do que uma faixa etária ou uma "classe de idade", no sentido de limites etários restritos.

De acordo com Groppo (2001),

> (...) ao ser definida como categoria social, a juventude torna-se, ao mesmo tempo, uma representação sócio-cultural e uma situação social. Ou seja, a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos (GROPPO, 2001, p. 08).

Para o autor (2001), as definições da juventude passeiam por dois critérios principais, que nunca se conciliam realmente: o critério *etário* (herdeiro das primeiras definições fisiopsicológicas) e o critério *sócio-cultural*. Todavia, segundo Groppo (2001:09), o que faz a Sociologia é relativizar o critério etário, pois a juventude, isto é, o jovem e seu comportamento, muda de acordo com a classe social, o grupo étnico, a nacionalidade, o gênero, o contexto histórico, nacional e regional etc. Para Pais (1998:318), a juventude aparece cada vez menos associada a uma categoria de idade e cada vez mais a um conjunto diversificado de modos de vida.

Todas as análises sobre *juventude* procuram demonstrar, via de regra, a importância dessa categoria social para o entendimento das diversas características das sociedades modernas, uma vez que

> (...) acompanhar as metamorfoses dos significados e vivências sociais da juventude é um recurso iluminador para o entendimento das metamorfoses da própria modernidade em diversos aspectos, como a arte, a cultura, o lazer, o mercado de consumo, de trabalho, as relações cotidianas, entre outros (GROPPO, 2001, p. 12).

Com isso, reconhece-se que a sociedade moderna é constituída não apenas sobre as estruturas de classe ou pelas estratificações sociais que lhe são próprias, mas também sobre as faixas etárias e a cronologização do curso da vida.

Embora com algumas nuanças, outros autores compartilham da concepção de *juventude* pensada pelos autores supracitados (Bourdieu:1984; Groppo:2001), os quais não dissociam as categorias de classe e de geração. Dubet (1987) entende a juventude como via de mão dupla, que compreende essas duas categorias (estudante e trabalhador) de maneira

imbricada, concepção esta reforçada por Bourdieu (1984) quando compara jovens estudantes àqueles que já estão no mercado de trabalho. Para o autor, de um lado figuram os jovens que se encontram subsumidos a contratempos de ordem econômica e social, trabalho, família etc; de outro, aqueles que vivenciam uma economia quase "lúdica", com direito a fazer uso de determinados bens culturais (como o cinema, por exemplo), e que buscam o prolongamento da juventude através do estudo.

Nessa perspectiva, Pais (1998) concebe a Sociologia da juventude na oscilação de duas tendências:

a) *Geracional*: uma corrente em que prevalece a busca dos aspectos que fariam parte de uma "cultura juvenil" específica, portanto, de uma geração definida em termos etários (fases da vida). Para a corrente geracional, as experiências de determinados indivíduos são compartilhadas por outros indivíduos da mesma geração, que vivem, por este fato, circunstâncias semelhantes e que têm de enfrentar-se com problemas similares.

b) *Classista*: de acordo com essa corrente, a juventude é tomada como um "conjunto social" necessariamente diversificado, perfilando-se diferentes culturas juvenis em função de diferenças pertenças de classe, diferentes situações econômicas, diferentes oportunidades ocupacionais etc. Isto é, nesta tendência, a juventude é tomada como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por jovens em diferentes situações sociais. Ainda que pertencentes a uma mesma classe social, não se pode supor uma homogeneidade cultural ou de modos de vida entre esses jovens. O importante é perceber a forma como a sociedade se traduz na vida dos indivíduos.

Para o autor, essas duas correntes permeariam a maioria dos estudos sobre a juventude, uma vez que não existe um único conceito de juventude que, nas suas palavras, possa abranger os diferentes campos semânticos que lhe aparecem associados. Para Pais, às diferentes "juventudes" (no plural) e às diferentes maneiras de olhar para essa juventude corresponderão, pois, necessariamente, diferentes teorias. Não é por acaso que as correntes acima citadas são sempre agrupadas em duas grandes teorias explicativas.

Se a categoria *juventude* deve ser pensada no plural, no Brasil, para sua definição, devem-se levar em conta importantes indicadores sociais, como a inserção precoce no mercado de trabalho e o pertencimento social de classe. O último recenseamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2000) mostra que de um total de 2, 9 milhões de crianças classificadas como "ativas" – 5 a 14 anos-, 87% pertenciam à faixa etária que compreende dos 10-14 anos. Assim, os números estatísticos testemunham as contradições de um país em desenvolvimento, uma vez que o número de crianças dos 7-14 anos exercendo uma profissão é igual ao número de crianças que não pode freqüentar a escola.

Ser *jovem* no Brasil varia, então, entre outras coisas, em conformidade à duração média de escolaridade da população economicamente ativa (quatro a sete anos de instrução) e à classe social de origem. O jovem pobre se insere no mercado de trabalho, sobretudo informal, antes mesmo de completar quatorze anos e concluir o *cursus* escolar obrigatório (oito anos), enquanto que o jovem de classe média, em geral, conclui o *cursus* escolar obrigatório e, na maioria dos casos, ingressa no mercado de trabalho com a idade de vinte anos. A diferença entre o jovem pobre e aqueles que pertencem a famílias mais abastadas é ainda mais saliente: estes últimos permanecem o maior tempo possível inativos e, na maior parte dos casos, concluem a fileira da Educação Superior (Pochmann, 1998:14).

Para os jovens aqui pesquisados, o processo de transição para a vida adulta, nomeadamente na vertente da inserção profissional, passa por um período relativamente longo de indeterminação de estatuto. Egressos de um sistema de ensino no qual poucos chegam a concluir o ensino médio, sem diplomas ou com um diploma pouco valorizado, um apreciável número deles passa por um período de interregno entre a escola e o emprego. É neste momento que o "não fazer nada" pode assumir práticas de sociabilidade diversas, entre meninas e meninos, tais como a formação de grupos de rap, o hip-hop, ou mesmo grupos de jovens ligados ao tráfico de drogas, a uma religião etc. Com isso, durante o percurso de trabalho em campo, o "não fazer nada" assumiu características e contornos diferentes conforme as relações sociais de gênero.

Ao adotar como premissa o estudo da juventude numa perspectiva *plural*, ver-se-á que existem formas específicas dos jovens viverem e entenderem a sua temporalidade

existencial, formas estas que podem estar relacionadas a classe social, gênero, raça/etnia, aquisição de um diploma etc. (Pais, 1998:329).

3.2- Os jovens e seus trajetos[45]

Quadro de identificação social dos jovens:
Viviane: 17 a., solteira, natural de Campinas (SP), concluiu o ensino médio técnico numa escola municipal. **Família**: filha única de mãe chefe de família, mãe empregada doméstica, seus avós migraram de Montes Claros (MG) para Campinas na década de 60. **Escolaridade dos pais: a** mãe possui o ensino fundamental completo.
Gilson: 18 a., solteiro, natural de Campinas (SP), concluiu o ensino médio técnico numa escola municipal. **Família:** filho único de mãe chefe de família, mãe empregada doméstica. Sua família migrou do Estado da Bahia. **Escolaridade dos pais:** a mãe possui o ensino fundamental incompleto.
Duda: 24 a., concluiu o supletivo, natural de Açucena (MG) filho mais velho de uma família de cinco irmãos, casado com Jaqueline, 18 a.. **Família:** seu pai é operário da Vale do Rio Doce e a mãe dona-de-casa. **Escolaridade dos pais:** o pai estudou até a quarta série do ensino fundamental e a mãe não estudou.
Roger: 23 a., natural de Campinas (SP), casado. Ele e a esposa exercem atividade informal. Não chegou a concluir o ensino fundamental. **Família:** Seu pai migrou do interior do Estado de São Paulo (Pompéia) e sua mãe veio da Paraíba. Seu pai é metalúrgico e a mãe dona-de-casa; entretanto, há vários anos, a mãe sustenta a casa sozinha com a ajuda dos irmãos, pois o pai abandonou a família. **Escolaridade dos pais:** o pai estudou até a quarta série do ensino fundamental e a mãe não estudou.
Renata: 24 a., natural de Campinas (SP), casada, mãe de um filho, trabalha na linha de produção de uma fábrica de fibra óptica e concluiu apenas o ensino fundamental. É irmã de Roger.
Helena: 22 a., solteira, estudante universitária, natural de Campinas (SP). **Família:** O pai arrendava terras e fornecia verduras para a CEASA. Atualmente trabalha como autônomo, exercendo a atividade de

[45] Durante dois anos de pesquisa empírica (1998-2000), foram realizadas oito entrevistas com os jovens e cinco com alguns dos pais. Entre os oito entrevistados, dois conseguiram ingressar numa Universidade Pública, quatro deles conseguiram concluir o ensino médio e os dois restantes tiveram que interromper os estudos antes de concluir o ensino fundamental e obrigatório.

pedreiro. Sua mãe trabalha como dona de casa e vende produtos cosméticos em domicílio. **Escolaridade dos pais:** O pai possui o curso superior incompleto e a mãe o fundamental incompleto.
Paula: 19 a., solteira, estudante universitária, natural de Campinas, é irmã de Helena, a segunda filha de uma família de três irmãs.
Silvinha: 18 a., mãe solteira, concluiu o ensino médio, natural de Aguaí (SP). **Família:** o pai trabalhava na lavoura de uma Cooperativa e a mãe cuidava da casa. Atualmente os dois estão aposentados. Sua família migrou de Salinas (MG) para o Paraná e do Paraná para Campinas (SP). **Escolaridade dos pais:** O pai possui o ensino fundamental incompleto e a mãe não estudou.

Através de algumas trajetórias, busca-se evidenciar a heterogeneidade que marca a juventude de jovens oriundos de bairros populares. Entende-se aqui por *trajetória* de vida a inclusão do conceito de vida familiar, o de vida escolar, o de vida profissional etc. A cada uma destas esferas da vida podemos remeter distintos feixes de itinerários, ainda que conectados entre si. Observam-se aqui, tanto trajetórias que revelam o investimento de uma família cujo propósito é o sucesso escolar dos filhos, pois já dispunham de um certo "capital cultural" e, portanto, buscam a integração pela via do prolongamento dos estudos, como também trajetórias que revelam o destino quase certo da maioria dos jovens dos meios populares, os quais devem empreender um grande esforço para concluir o ensino obrigatório. Dentre tantos outros *traçados,* observa-se a trajetória daqueles que por um motivo ou outro se enveredaram pelo trafico de drogas, ou que simplesmente encontraram outros *trajetos* para suas vidas. Inspirada pela análise de Pais (2001), o estudo dos *modos de vida* dos jovens do Bairro M. teve como premissa descobrir o sentido dos conteúdos de vida de cada jovem através dos discursos que me eram dados. Isso porque

> (...) os relatos de vida[46] são mais que simples crônicas de acontecimentos, dão forma ao curso do tempo, sugerem motivos que nos permitem perceber como e por que ocorrem as coisas e suas conseqüências (PAIS, 2001, p. 125).

[46] Para Pais (2001:104), "interpretar um relato de vida não é dar-lhe um sentido de linearidade mais ou menos fundamentado, mas apreciar a pluralidade de que a vida é feita, é contrapor uma galáxia de significantes- que se pretende salvaguardar- a uma estrutura de significados que tende a imobilizar-se quando os signos "sendo" são transformados em signos "ficados". Tão importante são os eventos sincrônicos da vida quanto os assincrônicos".

No que concerne aos estudos, é sabido que, face a um sistema escolar complexo[47], o jovem pobre dificilmente ingressa na fileira universitária, seja ela pública ou privada, uma vez que ele deve já consagrar um grande esforço para obter um certificado de estudo secundário. No entanto, o projeto de desenvolvimento do país parece centrar-se cada vez mais na educação, mobilizando os indivíduos para uma competitividade produtiva. Como resultado, as exigências para os diplomas aumentam sem que, para isso, haja uma elevação do nível dos postos de trabalho.

O valor "meritocrático"[48] e a "responsabilização sobre si" tornam-se difundidos entre os jovens e suas famílias; a dificuldade de ingressar na Universidade ou de obter sucesso nos estudos é percebida como fracasso individual. Muitos destes jovens parecem buscar na educação profissional de nível técnico um meio para o prolongamento dos estudos, sendo, aliás, bastante valorizada pelos jovens e suas famílias[49].

Como bem lembra Pais (2001),

---

[47] Apesar das mudanças em curso no sistema educativo brasileiro (chamo aqui a atenção da nova L.D.B/1996), o Ensino Superior resta ainda bastante fechado para aqueles que não tiveram a chance de estudar numa escola de boa qualidade (geralmente no setor privado até o ensino médio). Desta forma, a educação pública no Brasil pode ser comparada a uma pirâmide, cujas bases são representadas pelo ensino fundamental e médio e o topo, representado pelas Universidades. O problema é que, como sua base é extremamente frágil (os ciclos primários e secundários das escolas públicas dificilmente gozam de boa reputação), somente uma pequena parcela que passa pela sistema público de ensino chega ao topo da pirâmide, enquanto que ela permanece acessível para aqueles que obtiveram um ensino de qualidade, geralmente realizado no setor privado. Mesmo se esta leitura um pouco "generalista" nos faz incorrer no risco de uma visão "determinista", é preciso, contudo, reconhecer uma certa desigualdade de oportunidades que se apresenta já, logo de partida.

[48] Segundo Antoine Prost (Apud: BRUCY: 2000:59,60), há que se fazer uma diferença entre a democratização quantitativa e a democratização qualitativa: mais do que uma preocupação numérica ensejada pela primeira, esta última visa a promover a igualdade de acesso frente ao sistema escolar de ensino, além de pretender que o itinerário escolar do aluno não dependa que de seu próprio mérito, fato que explica a importância do valor meritocrático e o uso que se faz dele.

[49] A Educação Profissional no Brasil, sobretudo de nível "técnico", encontra-se sob a responsabilidade do Ministério da Educação e é considerada de muito bom nível e "elitista", segundo o próprio Ministro da Educação. Ela foi um dos principais sujeitos da reforma educativa de 1996. Segundo o Ministério, a educação profissional técnica não atendia ao seu principal objetivo: isto é, preparar os jovens para a inserção no mercado de trabalho, ao contrário, ela é percebida pelos jovens como um meio de se ter acesso às Universidades, uma vez que os cursos profissionais de nível técnico federal são considerados centros de excelência escolar. Assim, percebe-se que, por trás da reforma implementada no ensino técnico, encontra-se a lógica da política neoliberal conduzida pelos organismos multilaterais, que é: "educar para o trabalho".
Segundo Silva (2002:202), é importante ressaltar que o decreto-lei n.2.208 de 17 de abril de 1997, a pretexto de regulamentar o parágrafo 2 do art. 36 e os arts. 39 a 42 da lei n. 9.394/96, opera para desmontar o ensino técnico e tecnológico no país, além de consagrar a separação da formação propedêutica da formação profissional, determinando a esta última caráter precário e rudimentar de profissionalização que atenda à flexibilização do trabalho.

> (...) embora as sociedades democráticas tendam a alargar o domínio da competição sujeita a regras, valorizando a meritocracia, nem sempre esta prevalece (...) aos jovens é inculcada a representação do sistema de ensino como garantia da igualdade de oportunidades. Mas o jogo pode ser viciado, porque os capitais culturais herdados pelos jovens são distintos, fazendo com que a uma igualdade de oportunidades nem sempre corresponda uma igualdade de resultados (PAIS, 2001, p. 29).

O projeto familiar desses moradores é o de prolongar a via de mobilidade social ascendente, geralmente realizada pela escola, uma vez que essa população, de uma certa maneira, acabou por conquistar um lugar na sociedade, mesmo se sua posição resta ainda precária e intermediária.

A relação com a escola faz parte de um processo de mobilidade social que busca preservar ou prosseguir a posição conquistada. No entanto, nesse processo, chamo a atenção para a homologia de trajetórias entre jovens cujas biografias de vida revelaram-se semelhantes ou, para utilizar um termo mais preciso, bipolar. Envolver-se precocemente com o tráfico de drogas, ou procurar alguma chance de mobilidade social claramente inscrita nos "estudos", mostrou-se como duas possibilidades recorrentes na vida desses jovens. Depreende-se das entrevistas que aqueles que resolviam mudar o destino através de um certo investimento na escola, o faziam através do ensino médio público, técnico, via possível para a realização de seus planos e projetos, sendo igualmente os de suas famílias.

Acreditando no fato de que o ensino técnico não é exatamente uma escolha e sim "um fim em si mesmo", cabe, portanto, investigar a lógica que preside as "escolhas" desses jovens que ingressam cedo na vida adulta através do trabalho; a percepção que possuem a respeito de sua posição de classe, bem como a representação que fazem da escola.

A primeira análise revela a trajetória de dois jovens representativos da situação acima descrita, e de tantos outros colegas que possuem uma trajetória escolar semelhante. Ambos com a idade de dezessete anos, moradores do mesmo bairro, diplomados em Administração em uma escola técnica municipal de ensino médio, cujos cursos oferecidos procuram atender à área de serviços no mercado de trabalho, tais como técnico em segurança, contabilidade, secretariado e administração. No entanto, mesmo no caso exemplar desses jovens, é possível perceber como opera o mecanismo de exclusão na escola, sob a aparente lógica da igualdade. Tal lógica preside a chamada "democratização do ensino" que atinge seu auge no país na década de 1970. Verifica-se na escola o ingresso de novos personagens:

filhos de operários, empregadas domésticas, pequenos comerciantes etc., no bojo da lei que então estabelecia a obrigatoriedade de ensino até a idade de quatorze anos.

Assim, sob a égide da aparente igualdade de direitos- todos têm direito à escola- acreditou-se na igualdade de oportunidades para o futuro, dissimulando os mecanismos de exclusão próprios do sistema capitalista que legitimam as contradições da escola, quando esta passa a reproduzir tais mecanismos.

Percebe-se então que essa instituição apregoa uma falsa igualdade formal, através da democratização do ensino, da "escola para todos". Todavia, cabe indagar sobre qual é, de fato, a função da escola pública para todos, e quem são os alunos que a freqüentam, já que, para Bourdieu, o sistema escolar não garante a mobilidade social; ao contrário, ele é um dos sistemas mais eficazes de "conservação social" (1998:41).

Para vários jovens do Bairro M., a escolarização parece atingir seu ápice com a conclusão do diploma secundário técnico, fazendo parte também das aspirações dos demais jovens do bairro. Diz uma jovem cursando o primeiro ano do ensino médio:

"Bom, começa que, para poder entrar numa escola técnica, é difícil, tem que fazer vestibulinho e são poucas vagas para muitos alunos; eu ia prestar, mas também tinha que pagar um monte de taxas, então eu achei que para mim não compensava, eu, desempregada, e ainda ter que pagar um monte de taxas! Mas eu acho que na hora de arranjar um emprego fica mais fácil!".

Tal disposição é compartilhada também pelos seus familiares e pode ser exemplificada através da entrevista realizada com a mãe de uma jovem, Viviane, a respeito de sua predileção pelo ensino profissionalizante, destino quase inexorável dos jovens moradores da periferia:

"Eu acho um erro o governo querer tirar, porque é como eu te falei, o pobre não tem condição, ele tem que trabalhar, é bem melhor (...) o colégio técnico oferece para o pobre mais chance de encontrar trabalho. Desde que o mundo é mundo já é assim, as pessoas são, na maior parte, preparadas para o trabalho".

Ao mencionar que o ensino técnico é "fundamental para o pobre", pois, de certa maneira, prepara-o diretamente para o trabalho, a entrevistada deixa clara a percepção que

possui do "lugar" que ocupa na sociedade e, dessa forma, manifesta aspirações também limitadas pela imposição de oportunidades objetivas.

Bourdieu (1998) ilustra perfeitamente a concordância existente entre as vontades das famílias e as orientações tomadas:

> (...) se os membros das classes populares e médias tomam a realidade por seus desejos, é que, nesse terreno como em outros, as aspirações e as exigências são definidas em sua forma e conteúdo, pelas condições objetivas, que excluem a possibilidade de desejar o impossível (BOURDIEU, 1998, p. 47).

Os colégios particulares não fazem parte do universo concreto das famílias pobres; bem como o ensino superior, público e de melhor qualidade, distancia-se do universo dos jovens moradores dos bairros populares da cidade, não obstante o "investimento" feito por seus pais para que obtenham algum diploma, não importando a origem deste.

É interessante observar que muitos desses jovens percebem desde cedo a assimetria das habilidades transmitidas entre as famílias pertencentes às "classes sociais distintas". A "herança cultural" que recebem não lhes permite o ingresso em uma escola de melhor qualidade- geralmente privada, até o ensino médio-, o manejo da língua "culta" para que esta venha a permitir a decifração de certos códigos, saberes etc. Diz um aluno do primeiro ano do ensino médio, Duda, "o jovem migrante":

"Eu acho que cada um tem condições de manter o seu estudo conforme as suas necessidades; geralmente quando o aluno que tem dinheiro sai da escola particular, ele já tem dinheiro também para pagar a sua faculdade ou arrumar o seu próprio serviço, já formou, já está encaminhado para o serviço. Eu acho então que a única desvantagem nossa é essa, a gente se forma e não sabe nem para onde vai procurar serviço, quer dizer, tem uma formatura hoje do 3º colegial e você vai fazer o quê? Você vai procurar o quê? Eu nem sei, eu vou procurar um serviço, você se formou no colegial, mas e daí? A vantagem do ensino particular é que você já sai instruído, você já sabe onde e o que é que você vai fazer, a vantagem é porque eles têm dinheiro, mas quem não tem, tem que tentar!".

O paradoxal nessa relação, tal como afirma Bourdieu (1998), é que a escola, ao mesmo tempo em que cria mecanismos de exclusão, cria também dispositivos que

legitimam essa exclusão através, por exemplo, da idéia do "dom" entre as classes mais favorecidas e o "despreparo" entre os jovens pertencentes às classes sociais mais desfavorecidas.

Além da herança cultural transmitida aos "bem-nascidos" e a sua correspondência com a renda social dessas famílias, a ideologia do "dom" passa a ser apropriada para justificar o sucesso de seus filhos, desconsiderando que o êxito é advindo de todo um processo de aprendizagem que assegura o acesso a determinados bens simbólicos e culturais, como o gosto pela música, pela pintura, pela literatura etc. Nesse sentido, há um consenso que consagra aqueles que têm êxito através de uma classificação aparentemente neutra[50].

Já os jovens oriundos das classes desfavorecidas introjetam sua aparente "inaptidão" para compreender os códigos de uma saber mais apurado, atribuindo, na maioria das vezes a si mesmos, a culpa por não poder desfrutar de um ensino de melhor qualidade.

Novamente tomo o exemplo da mãe de um dos jovens entrevistados para ilustrar a "inaptidão" atribuída aos estudantes pobres:

"Eu acho que tudo vai do ***esforço de cada um*** *(grifo meu), o fato das pessoas estudarem em lugares pobres assim, não diz nada (...) é que o pobre já não tem tanto interesse pelo estudo!".*

Percebe-se aqui que, ao dizer que *"o pobre não tem muito interesse pelo estudo"*, a entrevistada justifica o fracasso- em contraposição ao êxito dos mais favorecidos- pela falta de esforço no estudo, pela má vontade, numa clara isenção da desigualdade que os acomete (econômica, social e cultural) como o real fator para a aquisição de determinados bens.

Nesse sentido, penso que a escola é eximida de seu papel de reprodutora das desigualdades sociais, porque apresenta-se como neutra e apregoa uma falsa igualdade formal. A responsabilidade pelo sucesso recai sobre os alunos, através de uma forma polarizada de apreensão de seu conteúdo: há aqueles que dominam seus códigos através de dons, ou méritos e, de outro lado, aqueles que não se esforçam, que não *"têm vontade em aprender"*.

---

[50] É importante ressaltar a relação existente entre escola e família. Tais instâncias são estreitamente ligadas no que concerne às disposições cultivadas, ou seja, formam um sistema bem articulado que interfere na predisposição para a aquisição do capital cultural.

Como bem lembra Bourdieu (1998):

> (...) ao atribuir aos indivíduos esperanças de vida escolar estritamente dimensionadas pela sua posição na hierarquia social, e operando uma seleção que- sob as aparências da eqüidade formal- sanciona e consagra as desigualdades reais, a escola contribui para perpetuar as desigualdades, ao mesmo tempo em que as legitima. Conferindo uma sanção que se pretende neutra, e que é altamente reconhecida como tal, as aptidões socialmente condicionadas que trata como desigualdade de "dons" ou de mérito, ela transforma as desigualdades de fato em desigualdades de direito, as diferenças econômicas e sociais em "distinção de qualidade", e legitima a transmissão da herança cultural (BOURDIEU, 1998, pps. 58-9).

3.2-1- Gilson e Viviane: o quê fazer com o diploma?

Viviane:

Viviane tem dezessete anos, é filha de mãe solteira e até os seis anos de idade foi praticamente criada pela avó materna, já que sua mãe, como filha mais velha e sem a presença de um companheiro, precisava trabalhar o dia todo para sustentar a casa que dividia, além da mãe, com outros dois irmãos mais novos.

Antes de completar sete anos, Viviane perdeu sua avó, vítima de complicações cardíacas. Sem poder parar de trabalhar, Rose, mãe de Viviane, encontrou como única alternativa levá-la consigo para a casa da patroa e matriculá-la numa escola do bairro onde trabalhava.

Foi assim que Viviane completou sua escolaridade até a oitava série, dividindo seu tempo entre a escola e o emprego da mãe, no qual, segundo conta, almoçava, descansava um pouco, fazia as tarefas e, assim que foi ficando mais velha, ajudava a mãe nos afazeres domésticos na casa da patroa.

Convém sublinhar que o bairro onde sua mãe trabalhava era e é considerado "área nobre" da cidade, reduto da elite campineira, chamado Cambuí. Por conta disso, mesmo estudando numa escola pública do bairro, tanto a mãe quanto a filha admitem o quanto esse "detalhe" contribuiu para conferir um *status*, um valor simbólico em sua vida escolar:

"A minha filha estudou sempre em escola pública- mas essa daqui, do Cambuí- mas em qualquer lugar, qualquer ficha ou currículo que ela vá preencher, ela coloca que estudou numa escola do Cambuí e já conta ponto positivo para ela".

Conhecer um pouco a história do bairro é condição imprescindível para se entender o *status* conferido à realização dos estudos numa região "nobre" da cidade. A esse respeito, Falcone (2002:78) traz observações interessantes: o nome *Cambuí* é proveniente do antigo Bairro Cambuizal, em que no ano de 1800 foi levantada a primeira igreja de Campinas, a Capela Santa Cruz, no Largo Santa Cruz, na época local de parada de tropeiros:

> Neste bairro, no século XIX, foram construídos casarões de Barões de Café e de famílias abastadas da época, dos quais restam apenas alguns poucos. Desde então, o Cambuí ganhou o estatuto de bairro nobre (...). No período que vai de 1920 até a década de 1940, os sobrados e bangalôs de estilo europeu predominavam, muitas vezes mesclando as várias tendências arquitetônicas e simbolizando prestígio e realização das famílias tradicionais. Num processo que se inicia no final dos anos de 1940 e vai até o início da década de 1970, alguns bairros novos surgiram, como o Nova Campinas e muitas famílias abastadas mudaram-se do Cambuí. Os velhos casarões, construídos em terrenos de mais de 1000 metros quadrados, começaram a dar lugar a edifícios de luxo. Na década de 1950, o antigo bairro de elite passou a ser dominado pelas classes médias. A especulação imobiliária se fez sentir e pressionou muitas famílias a venderem suas propriedades (...). O Cambuí, em 2001, possui uma população de alta renda coexistindo com uma população de renda média ou de renda mais modesta, popularmente designada como classe média, que resiste como pode à pressão das imobiliárias para a venda de suas casas. De um bairro eminentemente residencial horizontal, o Cambuí verticalizou-se, após o final dos anos de 1980, possuindo 23.508 apartamentos em 1997 (...) (FALCONE, 2002, pp.79;80).

Apesar do valor simbólico atribuído ao fato de dizer que estudou numa escola-pública- do bairro Cambuí, Viviane comenta o quanto se sentia diferente entre os seus colegas, pelas *marcas sociais* estampadas na cor de sua pele, em seu corpo e em sua classe social:

"Eu sabia que ali eu jamais poderia pensar em namorar nenhum garoto, eu era muito diferente deles e eu sentia isso".

"(...) foi uma maravilha ir para lá, eu fiquei até a oitava série e gostei muito da escola, apesar de ter muita diferença de classe, como no meu caso, eu tinha amigas que o pai era dono de

firma e tinha muito essa diferença (...) algumas meninas eram muito legais, já outras não queriam nem contato, eram muito racistas"

A escola a que Viviane se refere, no início de sua existência e durante décadas, ministrou ensino a crianças e jovens oriundos da classe média e alta da sociedade campineira, sobretudo aquelas residentes no bairro onde a escola se localiza. Entretanto, a partir de meados da década de 1990, tal como observara Falcone (2002) a respeito da mesma escola, "(...) esta passa por mudanças substanciais na configuração de sua clientela escolar". Tal como lembra a autora (2002:82), a escola a que se refere torna-se "muito heterogênea em termos de origem social e espacial, contando com um número expressivo de alunos, moradores de bairro distante e de alunos trabalhadores, com origem social nas camadas populares". Destaca-se também a freqüência de alunos pertencentes ainda às camadas médias da população que já não conseguem mais manter seus filhos nas escolas bem reputadas, particulares, do bairro em questão.

Assim, Viviane inclui-se nessa chamada "reconfiguração" da escola e do bairro e vive a ambigüidade de portar um título simbólico por ter concluído o ensino fundamental numa escola localizada em um bairro nobre de Campinas e, ao mesmo tempo, não sentir-se bem ao conviver com pessoas "que não queriam contato, eram muito racistas".

Após concluir a oitava série, Viviane optou por prosseguir seus estudos no próprio bairro onde morava, uma vez que pretendia conciliar trabalho e estudo, além de lhe parecer que cursar o ensino médio técnico traria maiores qualificações e facilidade na hora de procurar um emprego.

Todavia, nota-se uma relação ambígua vivenciada por Viviane, concernente à escola do bairro onde mora, uma vez que aí instalam-se dois processos contraditórios: Apesar de sentir-se segura por poder estar entre os seus pares *"(...) é o meu povo, eu estou no meio de pessoas iguais a mim"*, não encontra satisfação na relação estabelecida entre o aluno e o professor, uma vez que este último parece estar sempre alheio à realidade dos alunos para os quais leciona, generalizando comportamentos que estigmatizam os jovens moradores da periferia:

"(...) na escola do bairro, os professores não estão interessados, eles acham que aqui só mora bandido, isso e aquilo, e não se preocupam se tem gente aqui que quer estudar ou não. Não

estou também generalizando, não são todos os professores, mas alguns deles pensam assim (...) a maioria deles não mora aqui, tem um ou dois que mora aqui só!".

Para a maioria dos jovens de sua idade que vive em condições sociais desfavorecidas, o trabalho representa a conquista de autonomia, além de permitir uma contribuição no orçamento familiar.

É interessante observar que, para os jovens entrevistados, tal contribuição pode advir do simples fato de eles próprios poderem suprir algumas necessidades de consumo, como roupas, CDs, presente para o namorado etc., parecendo-lhes ser o suficiente para sentir que, de alguma maneira, já estão colaborando no contexto familiar.

No plano simbólico, o trabalho também confere um sentido para a vida, na medida em que, segundo a lógica da sociedade capitalista em que vivemos, o homem é definido a partir do trabalho. Sendo assim, o não trabalho representa então viver em uma situação de marginalidade, de precariedade ou, nos termos de Castel (1991), de desafiliação[51].

Particularmente em relação aos jovens, é preciso salientar a existência de uma série de códigos e símbolos de consumo que lhes conferem uma identidade própria, daí o desejo de possuir autonomia financeira para poder adquiri-los.

Para Marques (1997),

> (...) é muito limitado tentar compreender as causas de inserção precoce dos jovens no mundo do trabalho somente através da sua situação de marginalidade e pobreza (...) essa necessidade se constrói no próprio processo de socialização do jovem, na afirmação de sua identidade. Trabalhar, receber algum salário para quem tem alguma autonomia, só pode significar liberdade (MARQUES, 1997, p. 71).

É a partir dos quatorze, quinze anos que o jovem trabalhador deve conciliar seu tempo entre o trabalho e o estudo. Todavia, convém observar que essa vivência dificilmente faz parte de uma "escolha"; ao contrário, é decorrente do fato desses jovens ocuparem uma

---

[51] Para Castel (1991), aquele que não trabalha hoje é visto como marginal, vagabundo. O "vagabundo" representa a forma-limite da ruptura em relação a toda participação social, "figura do estrangeiro, excluído de toda parte e condenado a errar em um tipo próprio de sociedade onde a qualidade da pessoa decorre da inscrição em uma rede extraordinariamente fechada de interdependências". Ainda de acordo com o autor (1991:31), "a situação do vagabundo representa menos um estado *sui generis* do que um processo de precarização. Ela representa, na economia, o ponto de ruptura da relação de trabalho, enquanto a precariedade se transforma em exclusão".

determinada posição social na sociedade onde estão inseridos, além de ansiarem por uma determinada autonomia na esfera doméstica.

Viviane ilustra tal afirmação com a seguinte resposta:

"É muito desgastante ter que conciliar as duas coisas, à noite você vai para a escola, nossa é terrível. Tem dias que eu chego na escola e durmo na carteira, porque eu não consigo!".

"(...) eu não queria fazer este curso, como eu já te falei, eu queria fazer uma faculdade; eu queria estudar medicina".

Percebe-se então que o curso técnico é uma contingência; faz parte da aspiração limitada de seus planos porque Viviane sabe que suas chances de ingressar em uma faculdade de Medicina são muito pequenas: não dispõe de certos códigos que possibilitam o acesso a um tipo de saber "dominante". Neste sentido, fica difícil concorrer com aqueles cujas famílias passam anos investindo em uma profissão de um altíssimo *status* simbólico; além de dispor de um tipo de herança cultural que dificulta a disputa paritária por uma vaga numa Universidade pública de boa qualidade.

Ao dizer *"eu não gostava do curso de Administração, não gosto do curso que eu faço, não me interessava, mas depois do primeiro ano, a gente vai se acostumando (...)"* (grifo meu), é como se dissesse a si mesma que o curso almejado não era para ela, exprimindo uma consciência clara daquilo que condiz ou não com suas possibilidades.

Novamente Bourdieu (1998) reitera as noções de impossibilidade e interdição, aludindo às condições objetivas de existência dos sujeitos, e como são por elas definidas as suas escolhas:

> Dizer, "isso não é para nós", é dizer mais do que "não temos meio para isso". Expressão da necessidade interiorizada, essa fórmula está, por assim dizer, no imperativo-indicativo, pois exprime, ao mesmo tempo, uma impossibilidade e interdição (BOURDIEU, 1998, p.47).

Entretanto, apesar da interdição, Viviane vê no estudo a única possibilidade de mudar de vida, ainda que não lhe seja dado o direito de escolher sua profissão:

"Na minha vida o estudo representa tudo, porque sem ele eu não vou para lugar algum, eu não arrumo um emprego bom, porque tudo o que a gente faz na vida, principalmente a gente que não tem condições, a gente faz pelo estudo; a gente estuda para ter uma condição melhor na vida".

"(...) a gente que é pobre, já não tem nada sabe, se a gente não estudar, não se esforçar para ser alguém na vida, se a gente não tiver estudo, o que é que vai ser da gente? Vai começar ficando aqui no bairro, ter essa vida, ser traficante, essas coisas, e isso eu não quero para mim. O fato de eu morar aqui não significa que eu sou igual a eles não, eu sou bem diferente, eu penso que eu tenho o meu futuro, eu penso em fazer a minha faculdade, eu penso em vencer na vida".

Dessa forma, "levar o estudo a sério" e ter "força de vontade" são condições imprescindíveis, na opinião de Viviane, para conquistar algo na vida. Como acabou de concluir o ensino médio, faz planos de conciliar um trabalho com o cursinho pré-vestibular, para então concorrer a uma vaga numa Universidade pública. No entanto, assim que tomou conhecimento da relação candidato-vaga do curso de medicina de uma das mais disputadas Universidades do país, vem restringindo cada vez mais sua escolha por um curso, uma vez que sente uma enorme desvantagem cultural em relação aos demais futuros candidatos.

Gilson:

Tal como Viviane, Gilson é também filho de mãe chefe de família, mas outros parentes coabitam a casa: sua avó materna, uma senhora baiana, famosa benzedeira do bairro, com quase oitenta e seis anos de idade, além de mais dois tios solteiros, irmãos de sua mãe.

Sua mãe chama-se Vitória, mulher bastante reservada, que não gosta de lembrar muito de seu passado. Criou seu único filho, Gilson, trabalhando como empregada doméstica[52].

[52] Repare aqui a homologia de trajetórias entre os dois jovens entrevistados: ambos possuem a mesma idade, formaram-se no mesmo ano, na mesma escola, residem no mesmo bairro, são negros e filhos de mães chefes de família. Mulheres também migrantes, suas mães encontraram no trabalho de empregada doméstica a única forma de sustentar suas famílias. É interessante mencionar também que os dois jovens foram criados na companhia de tios e avó materna.

Aos doze anos de idade, sua mãe lhe disse que já era hora de arrumar um emprego, com medo de que ele se "envolvesse com más companhias", além de achar que já era hora de criar mais responsabilidade. Gilson nos conta que dava a metade de seu salário para a mãe, e a outra metade gastava consigo.

"Quando eu nem tinha completado treze anos ainda eu já comecei a trabalhar, e isso foi por causa da minha mãe, que ficava preocupada com o restante do período que eu ficava em casa, sem fazer nada. Ela tinha medo que se eu ficasse no meio daquela molecada do bairro, eu pudesse me deixar influenciar mais rapidamente".

De acordo com a percepção que algumas famílias pobres têm acerca do trabalho e do seu significado na vida de seus filhos, pode-se inferir que este não é tido como "um mal em si mesmo", já que proporciona uma melhora de vida e, com ela, uma certa mobilidade social. Mais ainda, contam com a possibilidade de alijar os filhos dessas famílias pobres do mundo da criminalidade para que não venham a se tornar marginais e, conseqüentemente, marginalizados dentro da sociedade, ainda que suas condições materiais de existência colaborem para tanto.

Entretanto, a procura de emprego para livrar-se do ócio e, com ele, das más companhias, nem sempre garante aquilo que as famílias desses jovens mais temem: a influência de amigos *"que não prestam"*.

Isso pode ser percebido na própria história de Gilson. Ao contrário de Viviane, sempre estudou em escolas do bairro e sempre considerou-se um bom aluno. Todavia, ao conseguir um emprego, teve que ser transferido para o turno da noite e é justamente neste momento que sua trajetória escolar de "bom aluno" irá ganhar outros contornos.

Contrariando a preocupação de sua mãe, conta que, quando foi fazer a sétima série do noturno, envolveu-se com colegas bem mais velhos, mais malandros e bagunceiros, e logo viu-se envolvido no meio deles, atraído pela diversão e pela "farra", acabou por perder o ano escolar e diz que isso representou um choque tão grande em sua vida, sobretudo por decepcionar os seus familiares, que prometeu a si mesmo que aquilo nunca mais iria se repetir e que o estudo, de agora em diante, passaria a ser seu principal objetivo:

"Quando chegou na sétima série eu repeti porque aí eu já entrei na turma da "bagunça", só que o pessoal bagunçava mas era um pouco mais esperto do que eu, eu já fui logo bagunçando e repeti a sétima série, mas a partir daí eu mudei totalmente a minha personalidade estudantil, foi uma mudança radical, porque repetir era uma coisa que eu achava que poderia acontecer com todo mundo, menos comigo, aí eu levei um "baque", eu não acreditei, mas hoje eu vejo que foi muito importante para mim, porque a minha personalidade estudantil diante da repetência sabe, eu aprendi, foi como se tivesse sido uma lição para mim, por isso é que eu acho que foi muito importante a repetência, aí de lá eu comecei a me empenhar, e eu tinha algo dentro de mim que falava: "- não, agora você vai voltar!".

Todavia, lamenta o fato de não poder investir no "estudo" tanto quanto gostaria:

"Eu já paguei curso para mim de computação, já fiz; essa foi a forma que eu pude investir. Inclusive, esse ano mesmo eu tinha planejado fazer um curso, mas como eu estou sem dinheiro, eu estou "enrolando", eu ainda não comecei (...) mas relativamente eu invisto muito pouco no meu futuro".

Gilson trabalha como estagiário em um Banco estatal, trabalho de meio período que lhe garante a renda de um salário mínimo. Tal como Viviane, acabou de se formar no curso de Administração na mesma escola técnica municipal em Sumaré.

Diz que ainda hoje divide a metade do salário com a mãe, pois este dinheiro faz falta em sua casa. Com o restante do salário, não consegue fazer um "investimento pessoal" como, por exemplo, aprender uma língua estrangeira ou mesmo matricular-se em um curso pré-vestibular. Preocupa-se com isso, pois diz que o pobre vê minar a cada dia suas perspectivas de um emprego melhor, na medida em que não pode qualificar-se para disputar as vagas de maior prestígio social e econômico no mercado de trabalho:

"Eu acho que é fundamental um investimento e eu acho que quanto você mais investe, mais chance você tem de se dar bem, mesmo que a profissão que você for disputar não exija aquilo que você for fazer, eles vão pegar o mais qualificado (...)".

Para Gilson, a vontade de estudar e "vencer na vida" veio logo após ter conseguido um emprego numa empresa multinacional, no setor de almoxarifado, uma vez que pôde

comparar aquilo que considerava ser o diferencial na trajetória de vida vivenciada por sua família e das outras pessoas que ocupavam uma posição social distinta da sua:

"(...) os meus tios sempre ganharam a vida de outra forma, através do trabalho braçal mesmo, e foi a partir do momento em que eu vi aquelas diferenças, eu decidi o que eu queria para a minha vida, e dentro do que eu queria eu precisava estudar, e a partir do momento em que eu me conscientizei de que eu precisava estudar, veio aquela vontade de vencer, aquela determinação. Eu sei que aqui no bairro, todo mundo fala que está cansado, que não tem pique para estudar, mas eu pensava que eu tinha que ter mais ânimo, batalhar mais. Aí vem aquele lado social, por exemplo: Faculdade, tenho condições? Não. Realmente o problema, a barreira, é essa daí, a financeira, mas se eu puder quebrar eu vou quebrar".

Gilson credita ao "esforço pessoal" a responsabilidade de mudar de vida, o que significa, para jovens como ele, que ingressar em uma faculdade é romper com o destino que lhes reserva sempre, quando muito, o diploma de nível médio:

"Eu acho que tudo depende de você, se você estudar na escola pública e quiser passar no vestibular, você tem que estudar, ralar, tudo depende de você (...)".

Vale ressaltar aqui um pequeno excerto da entrevista realizada com Viviane, a fim de sublinhar a forma como as chances de mobilidade social são pensadas sempre como prerrogativas individuais:

"Eu planejo fazer uma faculdade, mas as particulares eu nem me interesso, porque eu sei que eu não tenho condições de pagar, agora uma coisa que está acessível, que eu posso ***conseguir através do meu esforço*** *(grifo meu), eu vou e tento, porque eu tenho certeza que eu vou prestar e conseguir".*

Novamente, o sistema de ensino, tal como prescrito, é isento do fato de pessoas de classes sociais distintas terem seu lugar demarcado no conjunto da sociedade em que vivem. É o esforço pessoal, transmutado em inaptidão, aquilo que justifica a exclusão dos jovens no sistema superior de ensino, público e de qualidade. No entanto, aquilo que fazem é a "escola possível" e dela tentam tirar proveito:

"(...) eu ainda estou "engatinhando", acho que se fizer alguma coisa a mais (...) isso é só o princípio, eu vou ter que ir mais para a frente, estudar mais, buscar forças para estudar. Eu acho que sem isso (...) com isso é pouco, sem isso é nada!".

"Se for ver bem, o estudo é o único meio de subir na vida, é até mais que o trabalho- que a gente tem que conseguir conciliar- mas acho que se eu tivesse que escolher as duas coisas, pelo menos agora, seria o estudo. O estudo está em primeiro lugar".

Todavia, o *status* privilegiado que estes jovens atribuem ao estudo não escamoteia os mecanismos objetivos do sistema escolar que limita as oportunidades de acesso ao ensino superior. Tal como afirma Bourdieu (1998:41), tal limitação é o resultado de uma seleção direta ou indireta que, ao longo da escolaridade, pesa com rigor desigual sobre os sujeitos de diferentes classes sociais.

É curioso perceber como os dois jovens acreditam que, sobretudo através do esforço pessoal e de muita persistência, seja possível romper com a seleção que ocorre desde os seus primeiros anos de escolaridade.

Nesse caso, o exemplo raro de um ou outro colega, portador da mesma trajetória e que consegue romper com o destino reservado à maioria de seus pares- uma vez que este indivíduo, através de relações estabelecidas entre sua família, ou por outro motivo qualquer, introjeta a disposição para o êxito- corrobora o mito da escola democrática "(...) junto àqueles próprios indivíduos que ela eliminou, fazendo crer que o sucesso é uma simples questão de trabalho e de dons" (Bourdieu, 1998:59).

Por fim, a indagação inicial do que fazer com o diploma parece remeter à vivência de duas condições distintas, ou seja, a de "revolucionários ou marginais", para pensar o espaço escolar e o futuro profissional de jovens pobres, moradores de um bairro na periferia. Dessa sorte, chamá-los de jovens revolucionários significa dizer que, de certa forma, conseguiram "driblar" as estatísticas de abandono escolar entre aqueles que vivenciam uma condição social desfavorecida e que ingressam precocemente no mundo do trabalho com o intuito de ajudar a família. Ao contrário destes que engrossam as fileiras da repetência escolar, abandono e fracasso- tripé que já se tornou quase um truísmo- estes jovens entrevistados se diferenciam dos seus pares por ainda crer na escola e, consequentemente, no estudo como única alternativa de mobilidade social.

Optaram também por não se envolver com o mundo do crime, embora atestem que oportunidades não lhes faltaram. São então revolucionários porque lutam e persistem, e crêem que o diploma de ensino médio representa a primeira conquista dentre as muitas que- esperam- virão.

Em contrapartida, são também marginais, porque excluídos seletivamente das oportunidades que os "herdeiros"- do capital cultural, social, econômico e simbólico- detêm, o que significa ter que limitar suas aspirações em função da percepção que possuem do "lugar" que ocupam na sociedade.

Assim, a "escolha" de Viviane em cursar medicina cede lugar ao "acostumar-se" a cursar Administração numa escola técnica de ensino médio, restando poucas ilusões a respeito do ingresso em um curso Universitário. Também Gilson lamenta a sorte de não poder investir no estudo tanto quanto gostaria, pois o tempo que lhe sobra para estudar é pouco, como escasso é também o dinheiro que lhe sobra para "investir" nos "estudos".

Ao mesmo tempo em que figuram como revolucionários em um cenário em que o lazer cede espaço ao medo: *"(...) com essa onda de crime aqui no bairro por causa do tráfico de drogas, a gente não sai mais, e quando sai, corre buscar um lanche e vem comer em casa"*, diz Viviane. Por sua vez, Gilson diz: *"(...) o meu lazer é ir para a Igreja e depois sair com os amigos do culto"*; onde os seus colegas dificilmente concluem sequer o ensino médio. A conclusão de um curso técnico, nas palavras de Gilson, representa "algo mais", uma vez que esperam ter melhores oportunidades profissionais.

O estatuto de revolucionário/marginal significa que, embora se distingam dos demais jovens, moradores da periferia, ainda não conseguiram romper com o círculo vicioso que faz com que o pobre tenha sempre alternativas escassas, já que se encontra na "engrenagem" do sistema escolar que exclui aqueles que representam as classes sociais desfavorecidas.

3.2.2 - A trajetória de Duda: um jovem migrante

A história de Duda é a de um jovem migrante de vinte e quatro anos que deixa sua cidade de origem no interior do Estado de Minas Gerais para tentar "uma vida melhor" na cidade de São Paulo.

Conheci Duda pelos "retratos" que fazia sob encomenda e apresentava, depois, na feira do bairro, que acontece aos domingos. Aparentando ser bem mais jovem, muito falante, logo convidou-me para conhecer outros trabalhos seus na pensão onde morava, chamada "Cortiço do Geraldo". Quando lhe propus que me contasse um pouco da sua história, foi logo me interpelando: *"(...) bom, a história minha só numa fita não vai dar para contar não!"*. Investigar como vivencia esse "deslocamento" e o que esperava do "novo lugar", e mesmo os percalços que encontrava no caminho, fez com que sua história representasse muitas outras situações vividas por jovens que deixam suas cidades, suas famílias, para tentar mudar o futuro ou mesmo um *efeito do destino* (para empregar uma expressão utilizada por Bourdieu, 1998).

A vontade de buscar novas alternativas de emprego na cidade grande foi o que realmente o motivou a sair do lugar onde morava, *"a minha cidade de origem chama-se Açucena, é uma cidade muito atrasada (...)"*. Mais especificamente, acalentava o sonho de poder dedicar-se somente àquilo que considerava ser seu dom: os desenhos e retratos que fazia a lápis. Filho mais velho de uma família de quatro irmãos, teve sempre que "trabalhar duro" para ajudar a família, não encontrando tempo nem estímulo para dedicar-se àquilo de que realmente gostava. Seu pai trabalhava como operário na Vale do Rio Doce e sua mãe realizava os afazeres domésticos no interior da própria casa pois, segundo relata, seu pai não gostava de vê-la trabalhando fora.

Contou-me que o desejo de deixar sua cidade fazia parte de seus planos há muito tempo, desde quando tinha dezessete anos, mas que encontrava nisso um motivo de grande resistência da parte de seus pais, que viam na cidade de São Paulo uma exposição maior à violência urbana:

"Quando o meu tio me chamou, eu já tinha dezessete anos, mas meu pai e minha mãe não me deixaram ir porque falavam que a cidade de São Paulo era muito perigosa, tinha assalto, roubo, crime ... essas coisas".

Aos dezenove anos Duda engravida sua namorada e resolve manter, na medida do possível, sua nova família. Entretanto, não esperava que uma gravidez indesejada e, com ela, um relacionamento de difícil sustentação, pudesse apressar sua ida a São Paulo,

deixando a vida que levava para trás. Com a ajuda de um tio que já morava em São Paulo, deixa sua cidade e finalmente vê seus planos serem concretizados:

"(...) na época em que eu engravidei a menina, eu tinha dezenove anos, mas aí eu fui arrumar a minha vida, arrumei casa, tudo para ficar com a menina, só que é como todo mundo diz, a gente é muito novo, então praticamente não deu certo e como eu pensei que ela iria ficar muito no meu pé, porque a minha mãe e a mãe dela são vizinhas, eu resolvi sair e procurar uma vida em outro lugar, não necessariamente tinha que ser São Paulo, mas ir para a casa do meu tio facilitaria as coisas".

Assim que chegou a São Paulo, realizou vários tipos de atividade e acabou deixando cada vez mais de lado seus planos de trabalhar somente com os desenhos. Como muitos migrantes que chegam à cidade de São Paulo, a realidade difícil do cotidiano mostrou-lhe outros caminhos, que não aqueles inicialmente planejados. Seu sonho inicial cedeu lugar ao cumprimento de tarefas que guardam em seu conjunto o fato de serem realizadas por pessoas possuidoras de uma condição social semelhante à sua, ou seja, sobretudo migrantes, com baixa qualificação profissional e nível quase incipiente de escolaridade. A construção civil é um exemplo, constituindo destinatário quase certo de pessoas que não encontram outro tipo de trabalho, talvez melhor remunerado.

Entretanto, Duda diz estar "acostumado" aos tipos de emprego que ocupa, pois o trabalho em sua vida representa a própria expressão da necessidade transformada em virtude:

"(...) eu já tive necessidade de enfrentar bastante trabalho pesado; eu trabalhei em padaria, trabalhei em construção de ponte, então eu enfrentei muitas coisas ruins, mas eu sempre fui de ir atrás de serviço (...) ainda mais depois que eu tive mulher e filho (...) sem trabalho a gente não vive".

Morando ainda há pouco tempo em São Paulo, Duda decide visitar uma tia que mora em Campinas, fato que fará com que seus planos tomem uma outra direção. Isso porque, chegando ao bairro M., Duda fixa sua nova residência com essa tia, abandonando a idéia de que melhoraria de vida em São Paulo:

"(...) quando eu cheguei na capital, meu tio falou assim: '- vamos visitar a sua tia?'- a minha tia mora aqui- aí tudo bem, viemos visitar e eu deixei tudo o que eu já tinha comprado lá em São Paulo mesmo: guarda-roupa, colchão, deixei tudo lá comprado. Quando chegou aqui eu não voltei mais, deixei tudo lá, aí eu vendi para o meu tio e estou aqui já vai fazer três anos".

Entretanto, em Campinas, sua rotina não se diferencia muito daquela vivida em São Paulo. Começou trabalhando na construção civil e logo acabou se desentendendo com a família de sua tia. Com os parcos recursos obtidos por meio de uma pequena economia, resolve morar sozinho numa pensão no mesmo bairro. Muda-se então para o "Cortiço do Geraldo", local que abriga vários cômodos independentes, situados nos fundos da casa do sr. Geraldo. Os cômodos são alugados predominantemente por aqueles "que vêm de fora", isto é, que não pertencem ao bairro e nem à cidade; são migrantes, tal como Duda, que chegam com pouco dinheiro e que pretendem "mudar a sorte".

Em pouco tempo de residência no bairro, conhece uma jovem, namora, noiva e pretende se casar logo. A garota tem dezoito anos, também mora no bairro M. e estuda na mesma classe de Duda, que, no momento, cursa o primeiro ano do ensino médio numa escola pública do bairro. Duda vive com o pouco dinheiro que consegue com seus desenhos e com o que sobrou de seu fundo de garantia e, embora ele e a namorada estejam desempregados, planejam morar no "Cortiço do Geraldo" até amealharem algum dinheiro que lhes permita "erguer uma casa" em algum terreno comprado com a ajuda da família.

Ainda que julgue sua vida "cheia de passo errado", Duda sonha em construir uma família, mas sem a pretensão de viver numa "abastança", pois acha que a felicidade do casal encontra-se nos atos mais simples e corriqueiros da vida:

"(...) não adianta a pessoa querer mais do que pode, o importante é você ter o necessário para levar a sua vida, para a sua sobrevivência".

Considera que o casamento pode ser uma soma. Na sua percepção, duas pessoas têm condições de enfrentar as adversidades do cotidiano com maior êxito, mesmo tendo claro que as dificuldades vão sempre existir, e é por isso então que não podem esperar muito tempo para resolver a vida:

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

"(...) a gente já esta planejando de casar há bastante tempo, mas não estávamos achando o dia, porque as coisas estão muito difíceis, mas aí eu peguei e falei assim: "- ah não, se você for olhar dificuldade, eu vou casar só daqui há dois anos, cinco anos", porque a tendência é de cada vez as coisas irem ficando mais difíceis, eu vou entrar em janeiro, mas aí em abril eu posso me ver em alguma dificuldade e aí como é que a gente faz, quando é que eu caso? Então nós resolvemos enfrentar as dificuldades e casar (...) depois de casado a gente sempre dá um jeito, a gente está desempregado mas eu já tenho um sustento pequeno, um "bico"".

É assim que Duda tem vivido, mais no limite da informalidade do emprego, com os "bicos" que faz vendendo seus desenhos na feira, a um preço de R$ 10,00 cada retrato encomendado. O casamento não representa um processo de descontinuidade em sua vida, pois os laços que mantém com a sociedade são já extremamente frágeis; ao contrário, a união com uma pessoa que vivencia as mesmas angústias e incertezas quanto ao futuro permite, talvez, a elaboração de um projeto de vida que venha contemplar alguma mudança.

Apesar de estar em vias de constituir uma nova família, Duda diz sentir muita falta dos seus, sobretudo porque a condição de migrante parece se caracterizar por um conjunto de incertezas:

"Não é fácil para as pessoas que deixam sua cidade, sua família, sua história e saem por esse mundão de Deus à procura de uma vida melhor (...) eu agora, como estou morando sozinho, tem dia que eu chego até a chorar de saudade. À noite a gente lembra dos momentos, está sozinho numa hora dessas, não precisava estar aqui, então a gente acaba lembrando dos irmãos, dos pais, porque não adianta falar que os pais não fazem falta, eles são os primeiros a fazerem falta! O pessoal fala: '- eu vou para longe, vou voltar a ver os meus pais só daqui há um ano ou dois' (...) só que a pessoa fala isso naquela hora, mas depois que ele sai, fica um mês ou dois longe dos pais, ele já sente a diferença, porque eu sofri muito com isso quando eu cheguei em São Paulo (...)".

É interessante observar também que um pouco dessa solidão diz respeito à própria maneira como ocorrem as formas de integração de um migrante em um determinado local, isto é, o migrante é um "estranho", "aquele que vem de fora" aos olhos dos moradores do bairro, portanto ele é uma pessoa que ainda não domina os códigos de sociabilidade deste bairro. Geralmente cada bairro tem sua lógica interna própria de funcionamento, a divisão em grupos, regras, enfim, uma série de determinantes que o "estranho" ainda desconhece,

Nesse caso, é comum ouvir histórias de pessoas que infringiram certas normas e receberam punição por isso; cita-se mesmo o exemplo do perigo que reside em "paquerar" ou "ficar" com determinadas garotas que já possuem seus "donos":

"(...) quando a gente vem para um lugar diferente, a gente nunca sabe qual é o sistema do lugar né, então em termos de amigos eu também não tive muitos, até hoje eu não tenho, logo eu comecei a namorar (...)".

"Assim que eu cheguei aqui eu pensei: eu não conheço ninguém, não vou sair com essas meninas daqui. Ainda mais que a minha tia já tinha falado que aqui era perigoso, no fim eu saio com uma menina que já tem um rolo com algum cara daqui, "pô", ele me pega!"

Concomitante à existência de regras internas de funcionamento do bairro, verifica-se a violência cotidiana da periferia que acaba sempre por suprimir os espaços de lazer e sociabilidade de seus moradores:

"Um dia que nós saímos, mataram um cara quase na nossa frente, se nós demorasse mais uns segundinhos (...) aí quando a gente chegou perto, o cara já estava esfolado no chão, cheio de bala (...) eu tremi, fomos embora e depois desse dia (...)".

Todavia, apesar da iminência da violência, Duda diz não ter medo, pois classifica-se entre os "trabalhadores", a "gente de bem". Nesse caso, o único problema é ser confundido, pois acredita que a violência atinge apenas "pessoas marcadas":

"Aqui no bairro chegou a um ponto que você vê tiroteio na sua frente; teve um dia que eu falei para a minha tia: '- eu não tenho medo de andar por aqui porque essas mortes que estão tendo nunca são com pessoas "legais", honestas, ninguém fala que morreu cara gente boa, trabalhador, nunca morreu, é sempre ladrão e traficante', então eu não tenho medo por causa disso, eu nunca mexi com drogas, não quero mexer (...) o ruim é ser confundido".

No entanto, não obstante a existência de pessoas "marcadas", as quais estão expostas mais diretamente à violência, ninguém pode se eximir do risco de ser confundido. O fato de ser "confundido" com alguém que já estava "marcado" e então morrer por engano não é uma situação tão incomum no bairro, como atesta o relato de sua noiva:

"O meu avô mesmo foi confundido, eu era pequena, mas ele foi confundido com um assaltante (...) nós nem sai nos finais de semana porque você pode estar numa lanchonete, ser confundida com uma outra pessoa e levar um tiro aí sem dever nada para ninguém, isso daí acontece muito por aqui. A gente já não gosta muito de sair e ainda mais com esse negócio de violência (...) a gente praticamente não tem diversão".

(Jaqueline- 18 anos)

Tal risco incide na supressão do lazer e nos cuidados tomados para não serem confundidos, implicando um estado de vigília permanente, como mostra a fala de Duda:

"Se você for uma pessoa que gosta de sair, o fim de semana é até bom aqui, você vai achar lugares movimentados, tem a avenida que tem várias mesas de pagode, mas esse negócio de pagode sempre tem algumas pessoas que bebem demais e já perdem a cabeça, então eu penso que é melhor você ficar na sua casa, alugar uma fita de vídeo, comer uma pipoquinha com os seus amigos ou sua namorada".

Diante disso, é possível perceber que a rotina dos jovens moradores da periferia é cada vez mais circunscrita ao domínio da casa, em contraposição ao domínio da rua. Isso porque o tráfico impõe seu ritmo, restringindo as atividades noturnas de lazer que antes ocorriam nos bares, lanchonetes e casas de samba ou pagode. Mesmo os bailes de *rap* estão sendo restringidos pois, conforme o depoimento de um *rapper* morador do bairro, os "baileiros"[53] não têm mais como contar com uma infra-estrutura adequada que possa garantir o funcionamento do baile, sem que ocorram brigas, tiros ou confusões provocadas, na maioria das vezes, por gangues rivais de traficantes que buscam a hegemonia do "comércio".

Uma alternativa à violência que parece estar ganhando muitos adeptos entre os jovens é a procura por uma religião, sobretudo as evangélicas e pentecostais. Segundo relato dos próprios moradores, as igrejas do bairro têm sido muito freqüentadas por jovens. Existe mesmo uma programação especialmente endereçada a eles.

Duda e sua noiva fazem parte da Igreja dos Mormons e justificam assim sua escolha:

---

[53] Pessoas que alugam um salão, agenciam a banda e promovem o show.

"(...) na Igreja dos Mormons, a gente não fala o que está certo ou o que está errado. Essa Igreja é uma Igreja que dá muito apoio nos momentos que a gente mais precisa, você sente que está precisando de uma ajuda e ela está sempre pronta para ajudar" (Duda- 24 anos)

O contato com a Igreja ocorreu a partir da família de sua noiva, através de palestras que a mãe desta organizava junto aos missionários da Igreja. A mãe de Jaqueline tinha como "missão" promover encontros entre os missionários e possíveis fiéis. Foi, então, a partir do contato com a família de sua noiva, que Duda ficou conhecendo a Igreja dos Mormons. É interessante enfatizar aqui a maneira como a Igreja aparece neste momento específico de sua vida, ou seja, qual a representação da Igreja nessa hora em que parece encontrar-se solitário, longe da família, da cidade de origem, dos parentes etc.

"(...) eu tenho certeza que se a gente não estivesse nesta Igreja, ou nesta religião nesta hora, a gente não conseguiria as coisas que a gente já conseguiu, porque você perde a cabeça sem ninguém dar apoio para você naquela hora (...) na igreja eles falam que tudo depende do ***tempo*** *(grifo meu)".*

Jaqueline afirma que *"(...) a nossa igreja não proíbe nada, como por exemplo, usar um shorts ou uma blusa mais curta, só que você tem que saber usar, entendeu? Você também não vai sair por aí mostrando tudo; inclusive para poder fazer com que os jovens não freqüentem esses bailes do bairro, eles fazem baile para os jovens, tem os dias certos para os bailes; por exemplo, no carnaval os jovens saem para acampar e ficam quatro dias fora".*

De acordo com Duda e Jaqueline, o preceito máximo da Igreja é o "livre-arbítrio", ou seja, o princípio do discernimento. Aos poucos, vão fazendo suas "escolhas" conforme os ensinamentos da Igreja e acham que dessa maneira vão formando os grupos certos de amigos, conseguem "brechas" de sociabilidade dentro do bairro e assim afastam-se do perigo. Com o passar do tempo, aplicam seus "votos de sabedoria" nas coisas mais frugais, tal como relata Jaqueline:

"No meu caso, por exemplo, eu não como feijão, se eu comer feijão eu sei que vai fazer mal, então quer dizer que se eu comer ele, eu não usei o meu voto de sabedoria, porque eu passei mal à toa. Você tem o livre arbítrio para decidir o que é certo e o que é errado, você vai decidir. Eles

falam também que você tem que saber com quem você anda, as amizades que você escolhe, não ficar andando com gente que fala muito palavrão etc."

Ao que Duda complementa:

"(...) você sabe que se beber pinga, a sua saúde vai ficar fraca, você vai se sentir mal, então você vai beber? Se você usar droga é a mesma coisa, você vai se sentir mal, então o que faz mal para o espírito e para o seu corpo, você tem que procurar evitar o máximo. Então o que a Igreja fala não é que você não pode beber pinga ou fumar maconha, ela só lança e você tem que saber o que faz bem e o que faz mal para você".

Tais relatos sugerem que, com atividades dirigidas aos jovens, as Igrejas do bairro vão, pouco a pouco, adquirindo um papel importante entre os moradores. Com poucas alternativas de lazer e com "espaços" muito bem demarcados no bairro, muitos jovens parecem ver na Igreja um local seguro, espaço que se transforma em sociabilidade e permite o encontro de pessoas que procuram uma alternativa de lazer em um bairro que dificilmente pode contemplá-los nesse sentido. Assim, cada Igreja acaba congregando grupos de jovens que desenvolvem certas atividades juntos[54], além de ser um local que propicia o encontro de novas amizades, paqueras ou mesmo relacionamentos mais sérios.

De acordo com a própria caracterização fragmentária dos moradores do bairro, ou seja, pessoas que são cooptadas pelo tráfico, trabalhadores comuns, religiosos, estudantes que aspiram a uma ascensão social ou não, desempregados etc., as igrejas parecem acabar cumprindo o papel de agregar jovens que, em função do medo da violência, permanecem circunscritos ao domínio da casa.

Sem entrar no mérito da função ideológica que cumprem as religiões, os depoimentos acima transcritos sugerem que as Igrejas acabam, de uma certa maneira, ampliando os espaços de sociabilidade entre os jovens. Entretanto, é perceptível a inculcação de valores morais e religiosos, ainda que algumas religiões- como a de Duda, por exemplo- apresentem-se sob a forma do "livre arbítrio". É preciso lembrar também o conteúdo

[54] Um jovem entrevistado, freqüentador de uma Igreja, afirma que sua vida melhorou muito depois que passou a freqüentá-la. Segundo ele, passou a participar de encontros de jovens para a leitura da bíblia e, a partir daí, organizar encontros com os amigos da Igreja em pizzarias, passeios de bicicleta, "Playcenter", na cidade de São Paulo, entre outros.

conformista transmitido aos jovens; conteúdo este que parece ser de grande aceitação nos bairros mais populares[55]. Nesse caso, atribui-se ao "tempo" ou à "vontade Divina" as reivindicações mais imediatas do cotidiano. Nota-se aqui que o *tempo* aparece como "reconhecedor" das qualidades pessoais.

Sua trajetória escolar, tal como a de muitos jovens que vivenciam a condição de migrante, é marcada por rupturas e descontinuidades. A interrupção dos estudos é feita através do inusitado em seu trajeto: tornar-se pai precocemente faz com que abandone a escola e passe a concentrar seus esforços no trabalho, para que possa fazer valer o estatuto de chefe de família:

"Tem sete anos que eu parei com os estudos, eu recomecei esse ano agora; eu estou fazendo o primeiro ano do segundo grau (...) eu parei de estudar quando a menina ficou grávida".

No transcorrer desses sete anos, muitas coisas aconteceram em sua vida: separou-se da mulher, mudou-se para São Paulo e posteriormente para Campinas, sujeitou-se a vários empregos e hoje faz parte das estatísticas que apontam o crescimento dos jovens na economia informal.

A escola também cumpre um importante papel na vida dos jovens no que se refere às expectativas de que, através dela, venham a melhorar de vida ou sintam-se mais preparados para disputar determinadas vagas no mercado de trabalho.

Os poucos jovens do bairro que chegam ao ensino médio não vêem na escola uma função "formativa", no sentido mais amplo do termo; ao contrário, na condição de quem geralmente ingressa cedo na vida adulta, a escola assume o papel de facilitadora para aqueles que procuram ingressar no mercado de trabalho, ainda que o diploma do ensino médio pouco contribua para que essa inserção ocorra de forma menos precarizada:

"(...) quando eu parei os estudos, eu não parei porque não gostava de estudar; eu parei porque a necessidade era de parar mesmo e quando eu- Graças a Deus- retornei agora, é porque eu senti a necessidade de retornar, porque também o mercado de trabalho está exigindo o segundo grau completo; se você for procurar um trabalho público ou na prefeitura, você tem que ter o

[55] Verifica-se, nestes bairros, uma "proliferação" das religiões de cunho pentecostal, como por exemplo a Igreja Universal do Reino de Deus.

segundo grau (ensino médio)*; quando eles pedem que só precisa o primeiro grau, pode saber que estão te oferecendo um trabalho bem abaixo do seu nível, para varrer rua, um lixeiro, e mesmo assim quando estão oferecendo essas vagas eles já estão pedindo algum grau de exigência para determinado emprego (...)".*

A trajetória desses jovens que possuem pouca escolaridade revela a precariedade social vivenciada de forma mais absoluta: dificilmente concluem o ensino médio e, portanto, não se encaixam nas exigências do mercado de trabalho que, mesmo para a ocupação de postos de trabalho de baixa qualificação, exige do trabalhador o diploma de segundo grau. Diante de tal exigência, muitos deles fazem como Duda ou os demais jovens entrevistados: dedicam-se às atividades informais que, muitas vezes, alimentam a própria dinâmica interna do bairro, como é o caso dos traficantes de drogas, os quais empregam cada vez mais jovens ou, em alguns casos, até mesmo crianças.

No entanto, o exercício de atividades informais apenas os "incluem pelas margens", fato que os torna sobreviventes de uma sociedade que os marginaliza em todos os aspectos e, sobretudo, do mercado de trabalho, especialmente das ocupações que são geradas no núcleo organizado da economia formal. De acordo com Pochmann (1998:29), no segmento não organizado do mercado de trabalho, é predominante a ocupação do jovem que não concluiu, necessariamente, o ensino obrigatório. As condições de trabalho e de rendimento são extremamente flexíveis e instáveis, sem garantias de direitos trabalhistas e, não poucas vezes, constituem condições ilegais.

Convém ressaltar também que a informalidade acaba retardando o ingresso do jovem com uma primeira relação contratual de trabalho, já que o fato de exercer atividades informais não consta como experiência em carteira profissional, o que representa um *handicap* ao candidato na hora de procurar um emprego no mercado formal de trabalho:

"(...) tem hora que a gente vê tanta exigência para determinado emprego, porque uma pessoa que está começando ou que sempre só fez "bico" (...) sua carteira está "limpa", então ela já não tem experiência de nada, só que ela tem estudo bom, aí ela vai fazer a ficha e está constando lá que ela não tem experiência nenhuma, então ela não tem experiência nenhuma, então ela não pode concorrer à vaga porque ela não tem experiência".

"(...) eu fico pensando como é que a pessoa que não tem experiência em carteira, se ela vai ter chance de começar em um emprego; eu não sei se eu penso errado, mas eu acho que esse esquema de carteira não deveria ser assim, porque a pessoa merece uma chance, independente dela já ter registro ou não em carteira. Eu já fiz curso de porteiro e fui fazer a ficha no prédio, a mulher olhou na minha cara, olhou no meu diploma, depois na minha carteira e falou que estava tudo certinho, mas só faltava uma coisa: experiência. Aí eu falei para ela: "- Dona, como é que eu não vou entrar num trabalho desses só porque eu não tenho experiência nenhuma? Eu tenho o curso, isso já é o básico!".

Mas não adiantou, ela queria experiência. Aí eu pensei: quer saber de uma coisa? Eu não vou fazer curso nenhum mais, é só estudar e tentar achar um emprego".

Repare que aqui há uma certa ambivalência entre ter ou não experiência, e como o estudo pode apresentar-se como uma forma de suplantar tal requisito, fornecendo então as qualificações necessárias para que o jovem concorra a uma vaga no mercado de trabalho.

No entanto, dois fatores negativos pesam sobre os jovens pobres, com baixa escolaridade, na busca de um emprego: Em primeiro lugar, as atividades informais predominam entre eles; atividades estas que não prevêem nenhuma seguridade social e, portanto, o registro em carteira profissional. Já os poucos jovens do bairro que conseguem concluir o ensino médio contam com registros em carteira ou, quando não, são admitidos apenas como estagiários com contratos por tempo de serviço, tipo de atividade bastante freqüente entre os jovens mais escolarizados do bairro. Em segundo lugar, a escola aparece como possibilidade de supressão das desigualdades sociais entre os indivíduos, o que faz supor que o fato de prosseguir com os estudos- ainda que de má qualidade- garanta as mesmas chances concorrenciais no mercado de trabalho.

Nesse sentido, pode-se dizer que a escola instrumentaliza um discurso que ofusca a questão social, porquanto surge como uma "escola democrática", mas que possui "espaços bem demarcados" para aqueles que a freqüentam:

"Eu acho que a gente não pode pensar nunca em parar (...) eu pensava em parar na oitava série quando eu tinha os meus quinze, dezesseis anos, mas depois que eu vi que as coisas não são bem assim (...) a minha mãe também sempre falava para a gente ver como andava o "esquema do mercado", que quanto mais estudo a gente tivesse, mais chance de se dar bem na vida; então eu

penso assim: se Deus me ajudar, eu chego no meu terceiro colegial e, quem sabe, até a faculdade não precise estar excluída dos nossos planos".

Entretanto, apesar de não excluir a faculdade de seus planos, reconhece, numa clara percepção de sua classe social, que a escola que se lhe apresenta como igualitária e democrática no fundo o discrimina:

"(...) a gente se forma, termina o colegial e nem sabe para onde vai procurar serviço, quer dizer, tem uma formatura hoje do terceiro ano, você vai fazer o quê? Você vai procurar o quê? Eu nem sei, eu vou procurar um serviço, mas a vantagem do ensino particular é que você já sai instruído, você já sabe onde e o que é que você vai fazer".

A incerteza em relação ao futuro pode ser descrita pela fala de muitos jovens que compartilham da mesma situação vivenciada por Duda. Jovem errante, migrante, só sabe ao certo o que o fez deixar para trás sua família, sua cidade, seus amigos: "tentar a sorte; mudar de vida". Hoje pondera seu ideal e expressa, com a clareza de poucos, que a sua situação dificilmente irá mudar:

"Como é que a gente pode melhorar de vida num país deste? Isso que o Brasil está passando é de longa data, é problema do capital, do dinheiro, porque se você tem ele, você procura o melhor, se você não tem, você procura aquilo que dá para fazer, ***é o que sobra*** *(grifo meu), porque hoje em dia não adianta, se você tem dinheiro (...) tire por base os políticos que se aposentam com oito anos de carreira! Se os políticos tratassem igual as pessoas normais, mas isso é um pouco fora do limite, a gente que trabalha no duro aqui, trabalha tantos anos, chega no fim da vida e não consegue se aposentar, e eles trabalham oito anos e se aposentam com dois mandatos (...) muitas pessoas trabalham como autônomas, não pagam sindicato, previdência, nada, e aí eu te pergunto: como é que essa pessoa vai chegar no seu limite para aposentar? Então eu acho que os políticos deveriam pensar nisso, porque o exemplo começa da parte deles, se eles não derem o exemplo para a gente (...) aí a gente fica nisso, tem que agüentar tudo isso!*

Até o próprio estudo, que parece que eles não querem que o pobre estude, é greve de professores, escola quebrada, tudo isso acontecendo, mas eles têm que entender que se eles quiserem que o pobre estude, eles vão ter que pagar bem os professores, quer dizer, se eles

pagarem bem os professores e as escolas estiverem certinhas, vai ter um monte de gente estudando (...)".

3.2.3 – "Um jovem "rapper" na/da periferia

"A visão já não é tão bela,
periferia é periferia em qualquer lugar do mundo"
(Racionais MCs)

A entrevista que se segue é marcada pela denúncia- bem ao estilo do *rap*[56]- daqueles que vivem na periferia e têm que enfrentar a falta de emprego, a violência, a ausência de políticas públicas dirigidas aos jovens, como uma escola de melhor qualidade, por exemplo, enfim, a sua própria situação de marginalidade vivenciada no dia-a-dia. A trajetória de um *rapper* permite, pois, perceber como alguns jovens, através de um movimento cultural, organizam-se e procuram, através da música, conscientizar os seus pares e fazer dela um tipo de processo educativo.

Filho de uma família migrante- o pai nasceu no interior do Estado de São Paulo e sua mãe nasceu no Ceará- Rogério, vinte e três anos, casado, mora no bairro M. desde os dez anos de idade. Atualmente, ele e sua esposa estão desempregados e encontram na atividade informal a fonte de sustento da família: ambos dedicam-se à venda de roupas entre os próprios moradores do bairro[57]. Paralelamente, Rogério dedica-se ao *rap* como forma de expressar o cotidiano daqueles que vivem na periferia, uma vez que este se figura como um movimento que vem ganhando muitos adeptos entre aqueles que vêem na música a possibilidade de refletir sobre o dia-a-dia repleto de violência. Lembra-se do tempo em que o medo ainda não fazia parte das preocupações dos moradores do bairro:

"Eu era moleque quando vim para cá, eu tinha menos de dez anos, então, praticamente, eu cresci aqui; quando eu vim para cá não tinha nem asfalto, não tinha água, não tinha luz, era tipo

---

[56] O *rap* é um dos elementos artísticos do chamado "movimento hip-hop". Seu instrumento é a música, a qual tem por função manter entre seus membros uma consciência ativa que informe e elabore letras sobre política, fome, preconceito e racismo (cf. Guimarães, 1998).

[57] É interessante perceber como a atividade informal movimenta a economia do bairro e nele encontra uma dinâmica que oferece sustentação a esse tipo de trabalho, invariavelmente precário.

favela mesmo, daquele jeito (...) só que antigamente era diferente, era tudo simples, mas não tinha essa coisa que a gente vê hoje, a coisa do medo!".

Nesse processo de digressão, compara a sua infância com a dos meninos de hoje e percebe que os brinquedos já não são os mesmos:

"Eu passei uma infância simples (...) quando eu era moleque eu não tinha um velotrol, o brinquedo que a gente tinha era o que a gente fazia, mas hoje as coisas são diferente, a arma é que virou um brinquedo (...) hoje a molecada acha uma arma mais fácil, uma droga mais rápida, inicia-se no tráfico mais cedo, tem tudo isso aí né, a formação da rua hoje é isso: é drogas, armas, infelizmente!".

Rogério diz que as letras das músicas que compõe retratam o destino de grande parte dos jovens que vivem na periferia e que, segundo ele, possuem apenas três caminhos na vida:

1) A conversão- buscar Deus através de uma religião.
2) O crime.
3) O estudo.

" Aquele que mora na periferia tem só três caminhos pela frente: você tem que estudar; ter uma família- porque se a pessoa não tem uma família, ela vai se desabafar com quem?- e ter Deus no coração; se você não tiver nada disso, isso vai fatalmente desembocar no crime, porque tudo vem fácil no crime, não adianta (...)".

Vê no *rap* uma função educativa, uma vez que, para ele, esse tipo de música revela o processo que resulta na violência e não somente o produto dela. Na condição de morador do bairro, julga ocupar um ponto privilegiado nesse *espaço social*, já que é também ator da dinâmica existente na periferia, seguindo o fio tênue que separa o jovem da criminalidade. Os *rappers* se apercebem então investidos da capacidade de traduzir a realidade do bairro, retratando-a com maior fidelidade:

"Hoje as minhas letras contam o que acontece com um irmão meu, amigos que estavam na escola comigo e hoje estão andando num carro bom, só que fruto de um dinheiro sujo, de droga, armas, então é aquele negócio, é tudo fruto do crime. Vários irmãos meus que eram para estar no caminho que eu estou (...) porque eu cresci no "gueto", mas graças a Deus eu não precisei ir para

a Delegacia, eu não precisei "puxar" uma pena, não precisei voltar e depois apanhar, enfim, todo aquele desespero da rua, então eu segui o meu caminho e estou tranqüilo".

"(...) o rap é um conselho, mostra a verdade, aquilo que não passa na T.V, se você ligar a T.V você não vai ver como é que o bandido faz para roubar e o que é que acontece no final, geralmente o que você vê é o "final da fita", ou seja, o cara fez o assalto, morreu e acabou, mas não sabe o que é que ele passou, porque que é que ele teve que fazer aquilo, às vezes uns podem até fazer de "zoeira", mas muitos fazem para poder ter o dinheiro dentro de casa".

Nessa fala é possível notar uma certa condescendência em relação aos "contraventores", os quais são tidos mais como "vítimas do sistema"- aos olhos de muitos *rappers*-, ou seja, antes como produto das condições sociais do que propriamente produtores da "desordem"[58]. Há também a questão do crime ser muito convidativo na periferia, já que é um meio através do qual geralmente se ganha dinheiro com maior facilidade e, em muitas vezes, o único que permite uma certa ascensão social mais imediata:

"(...) eu vou falar uma coisa para você, aqui no "gueto", na periferia, é o seguinte: você encontra arma fácil, vamos supor, se eu brigar ali na esquina e descer lá na favela onde o meu irmão mora, eu falo assim: "- aí fulano, me arruma uma arma, que um cara discutiu comigo"; ele fala assim: "- então vamos lá que eu vou com você". Então você entendeu? Aqui é assim, é um negócio que tudo está fácil para você, tem um bar a cada esquina, tem uma "boca de droga" a cada esquina, então você acha tudo fácil: drogas, armas (...)".

"Aqui é assim: você não entra sem dever nada e não sai sem dever nada, então a rua é isso daí, entendeu?".

A posição social que ocupa o criminoso na periferia e seu estatuto de figura ambígua faz com que alguns grupos de *rap* aceitem o "patrocínio"- dinheiro para produzir um C.D, divulgar shows etc.- de certos traficantes do bairro:

"(...) tem até grupos de rap que vão ser lançados no mercado que estão sendo patrocinados pelo "mundo do crime"; eu acho isso uma contradição, mas um cara que cresceu na favela, vamos

[58] As palavras que estão entre aspas fazem parte do repertório de linguagem dos *rappers*.

supor, tem um amigo meu que tem um irmão bandido[59]*, tem dinheiro, mas o irmão falou assim: "- mano, eu vou pagar para você e você vai lançar esse disco"; o cara quer dar para você, ele cresceu com você, mas seguiu outro caminho. O cara está no crime, ele não é o vilão da história, ele é meio vítima (...) mas o crime é o crime".*

Retratar o cotidiano da periferia é uma das preocupações do *rap*; o próprio movimento hip-hop[60] possui bastante expressividade na cidade de Campinas. Segundo Guimarães (1998:183), os membros de tal movimento reúnem-se todos os sábados, na Rua Campos Sales (Centro da Cidade), para trocar informações sobre eventos musicais, ensaios e outros acontecimentos que dizem respeito a toda comunidade hip-hop.

O *rap* tem um conteúdo e também destinatários certos, estes são geralmente os "manos", ou seja, os irmãos do "gueto", da periferia. A maioria das letras tem o objetivo de denunciar o que ocorre com aqueles que tentam "incluir-se pelas margens"[61].

Sabem que a condição de pertencerem à raça negra e de serem pobres os coloca em uma situação de desvantagem. A maioria já foi vítima de perseguição policial, e alguns chegam a afirmar: "só não virei bandido porque eu tenho consciência". Para o movimento, ter consciência é ser "racional", ou seja, é saber da importância da cultura, da educação, dos livros e da escola. O verdadeiro negro é aquele que é "capaz de remar contra a maré" (1998:183).

---

[59] Mais tarde eu soube que se tratava do próprio entrevistado.

[60] "No início dos anos de 1970, os guetos de Nova York foram invadidos por uma manifestação cultural que definiu um estilo de pensar e de ser. A Guerra do Vietnã (1961-1975), mais as condições de vida do povo negro que habitava o Brooklyn, Queens, Harlem, Bronx, etc. e a repressão dos americanos sobre os latinos e imigrantes causaram o surgimento do movimento hip-hop, que, popularmente, significa "sacudir o quadril" (...) o hip-hop se expressa por intermédio de três elementos artísticos:

- O rap: é a música e o canto do hip-hop. Sua função é manter entre seus membros uma consciência ativa que informe e elabore letras sobre política, fome, preconceito e racismo.
- O Break: é a dança do hip-hop. Os garotos dos guetos imitavam, com seus movimentos, os soldados mutilados, ou quebrados, que retornavam do Vietnã. Era uma forma de protesto contra a guerra.
- O grafite: não se trata de pixação, mas de uma expressão artística que tenta passar uma mensagem através dos desenhos"(Apud Guimarães, 1998, pp.182,183).

[61] Tal termo é utilizado por Pais (1999) para designar que é "através da inclusão pelas margens" que podemos descobrir as "socializações inclusivas" que marcam os traços da vida cotidiana dos jovens, isto é, tal inclusão enfatiza que, ainda que pelas margens, estes jovens que vivem na periferia possuem uma clara percepção do "lugar" que ocupam na sociedade e tentam modificar a realidade que se lhes apresenta, através da música, por exemplo. "As tendências teóricas que predominam na abordagem do fenômeno da exclusão juvenil revelam, recorrentemente, um desajustado etnocentrismo, uma vez que raramente procuram descobrir as *socializações inclusivas* que se associam- embora oclusivamente- ao dito fenômeno da *exclusão*. Ou seja, se os jovens vivem, de um certo ponto de vista (etnocêntrico), formas de "desenquadramento social", estas podem ser

Todavia, na fala de Rogério, é possível perceber o quão difícil é "remar contra a maré" em condições sociais tão adversas. O próprio movimento *rap* fica diluído em meio às dificuldades de organização de bailes em um lugar onde os traficantes impõem as leis:

"Olha, aqui no bairro, em Campinas até mesmo, antigamente, há uns dois anos atrás, tinha baile de rap para tudo quanto era lugar, mas é aquele negócio, geralmente um evento sem estrutura sempre acaba em tiro, em morte, e isso não adianta. Não tem nenhum "baileiro[62]" que agüente isso daí, só se o cara tiver dinheiro para bancar uma segurança daquela firme mesmo, porque, vamos supor, você abre um salão aqui no bairro, depois de dois finais de semana morre um- que aqui os "caras comanda", o crime aqui comanda; os caras vai lá, entre lá e a hora que sai um tiroteio, se não morrer lá dentro vai morrer lá fora, não adianta (...) que "baileiro" vai ter coragem de fazer esse negócio?"

A disputa pelos pontos de venda de drogas entre os traficantes e os chamados "acertos de contas" geram, entre os moradores, um sentimento de medo e angústia. Entretanto, nota-se que na periferia ninguém "é morto por acaso", salvo se for por engano. Nesse sentido, "quem não deve nada não teme", mas a polícia, através da forma como age nesses bairros, ainda consegue causar mais medo do que os próprios traficantes:

"Eu procuro ser bem realista, eu falo porque eu vivo aqui, lá em casa mesmo, no final do ano, morreu o meu vizinho num dia, passou dois dias o da esquina aqui de baixo morreu, pô, esses dias eu estava sentado em frente de casa, de repente chega dois investigadores com arma na mão, já cercando tudo, chegou na casa da frente- tinha dois fugitivos se escondendo lá- aí a dona da casa gritou, mas os caras saíram correndo por cima do telhado, mas os investigadores já chegaram prontos para atirar, ou seja, qualquer coisa é troca de tiro (...) é uma coisa que a gente vê que a vida pode se tornar tão pequena, em tão poucos minutos (...)".

A consciência de que a vida pode ser tão efêmera, somada à descrença na polícia, faz com que os moradores do bairro vejam nas leis da sobrevivência e do silêncio, as leis legítimas existentes no local:

---

melhor apreendidas se pesquisarmos, de um outro ponto de vista (mais naturalista), os quadros próprios dos modos de vida juvenis". (1999:10).

[62] "Baileiro" é aquele que organiza bailes rap. Normalmente um salão é alugado- geralmente na periferia, onde o movimento costuma ser mais forte- e bandas de rap são convidadas para se apresentar no local.

"(...) a verdade é o dia-a-dia que a gente está vivendo aqui, mas eles não passam isso na T.V, não passam quando está acontecendo uma blitz na favela, que às vezes até mata gente inocente, espanca, mata, humilha, essas coisas, então isso nunca passa na T.V e as letras do rap chamam a atenção para tudo isso daí. Tem gente que apanha, morre em chacina que acontece por aí, porque aqui no bairro morre muita gente mesmo e ninguém fala nada e se você sobe a rua da minha casa, subindo a primeira à direita, passa três travessas, tem um postinho policial ali, um distrito, mas não fica ninguém lá, está lá de enfeite, os caras ficam ali para "rachar o lucro" com os "bandidos bom"; às vezes acontece um espancamento na tua rua, o cara tentou matar a mulher dele, você quer chamar a polícia, precisa dela ali, mas nada (...) é muita autoridade em cima de pouca ação!".

Segundo Rogério, esse é apenas um dos retratos da periferia, mas é aquele que faz com que ela se assemelhe aos demais bairros populares das grandes cidades. A periferia é então o substrato por excelência das letras que os jovens *rappers* compõem, porque é nela que são tecidas as relações que definem o dia-a-dia de seus moradores:

"Periferia é periferia em qualquer lugar do mundo. Aqui no bairro, por exemplo, tudo o que tem aqui, você pode ir para São Paulo, para qualquer outro lugar, Rio de Janeiro, Santos, você vai na favela, você é aquilo, não adianta, você falar para mim que existe uma favela melhor, não adianta, favela é favela, senão não chamava favela, chamava Cambuí, chamava Guanabara[63]*, entendeu? É claro que tem a questão social, se tivesse mais benefícios para a periferia, seria melhor, uma escola melhor (...) aqui na periferia a escola parece que fica em último lugar, porque às vezes você vai na escola e não tem professor, é aluno armado, como você vê na televisão-, às vezes até o professor tem medo, porque é triste mesmo".*

Rogério sabe que morar em qualquer periferia o diferencia das outras pessoas que vivem, certamente, uma realidade diferente da sua, que não aquela invariavelmente marcada por dificuldades. No entanto assume, por vezes, uma postura determinista e/ou pouco otimista, segundo a qual as mazelas sociais são tidas como uma espécie de herança.

Dificilmente esses lugares contam com uma boa infra-estrutura, fato que acaba redundando em violência, como mortes ou espancamentos, comandados, via de regra, por traficantes do bairro.

[63] É interessante perceber aqui a representação que o entrevistado faz da periferia em contraposição aos outros bairros citados por ele, como Cambuí e Guanabara- bairros residenciais e considerados "nobres" na cidade. A questão da "distinção social" fica muito evidente, já que o lugar onde você mora já prediz aquilo que você é, conforme o entrevistado nos dá a entender.

Isso talvez ocorra em função da própria percepção que possui da sociedade desigual em que vive, tendo ainda que conviver com a violência dos traficantes e da polícia corrupta. Sobre estes moradores recaem ainda as discriminações impostas pelo mercado de trabalho, que tem exigido níveis mais elevados de qualificação:

"É muito pouca educação. Tem escola, tem tudo, mas eu vou falar, educação e religião, porque é uma coisa que é simples, se a pessoa cresce mas, vamos supor, acontece da pessoa crescer na periferia já sem um pai, às vezes o pai já morreu no crime ou está na cadeia, ele cresce pequenininho indo fazer visita na cadeia para o pai dele, quer dizer, já cresce com tudo aquilo, ***é uma coisa que parece que já é hereditária*** *(grifo meu), mas vamos supor, se esse moleque tivesse uma religião, uma escola, um apoio de uma mãe- às vezes não tem a mãe também- então quer dizer, eu acho que tudo isso aí ajuda muito, e aqui geralmente tudo parte disso daí, já parte desde a infância, a criança já cresce vendo aquilo ali, às vezes o pai espancando a mãe, aquele "griteiro", tiroteio na rua- lá na rua de casa tem muita criança, mas às vezes sai briga lá que pelo amor de Deus, é só "paulada que voa", tiro, tudo isso (...)".*

Todavia, percebe-se aqui aquilo que Bourdieu (1998) denomina de "contradições da herança", ou seja, existem brechas e possibilidades em fazer com que a trajetória daqueles que moram na periferia e seguem a vida do crime transforme-se em exceção e não em regra. Aliás, embora vivendo em condições adversas, pode-se inferir que o destino no tráfico é a exceção, uma vez que o *ethos* do trabalho quase sempre é o definidor do valor moral entre os moradores dos bairros populares:

"(...) eu acho que se a pessoa crescesse dentro da família com a religião, incentivando de ir para a escola, isso não impediria (...) às vezes a pessoa já tem um serviço e fica procurando, procurando, às vezes eu, desesperado, eu fiquei já muito desempregado, já aconteceu de eu ficar desempregado e amigo meu chegar em mim e dizer: "- meu, tem uma fita para fazer"[64]*, então já aconteceu isso, de me mostrarem armas para roubo, os "caras" já tudo no carro e eu responder: "- não, eu estou devagar", porque é o seguinte,* ***o crime é para quem é, se eu não sou (...)*** *(grifo meu)*[65]*, sei lá, eu acho que ele vai, tudo bem, eu só quero mostrar a minha parte no rap, só isso".*

---

[64] "Fita", no jargão da periferia, é o mesmo que "fazer um assalto".

[65] É interessante perceber aqui a maneira como o entrevistado reitera uma visão fatalista e determinista, demonstrando um certo jogo de impasse entre o conteúdo de grande parte das letras do rap (nas quais a

Não obstante a existência de "pequenas vias de acesso", a iniciação no tráfico tem ocorrido cada vez mais precocemente entre os rapazes, talvez porque o tráfico ainda apresente-se como um modo fácil de ganhar dinheiro, além de apresentar certas condições atrativas, como por exemplo a ausência de regras em cumprir determinados horários no serviço e a maleabilidade nos critérios de idade, escolaridade etc. Em um local onde o trabalho precário e a atividade informal predominam, o tráfico aparece como mais uma forma de se obter dinheiro. A inserção precoce dos meninos no crime inicia-se perversamente, primeiro através do vício e, posteriormente, o tráfico como meio de sustentar o consumo e o vício:

"Tem muita "meninada" nova que cai no crack e aí acaba tudo, tem uns que ainda nem caíram no crack, mas a cabeça é tão pequena que testam arma até na viela às quatro horas da tarde; os caras já vão testando arma automática. Esses dias era quatro horas da tarde e eu e a Adriana estávamos passando na viela para ir para casa, vinha vindo três moleques, um de bicicleta e dois à pé, aí um com uma "automática" debaixo do braço enrolada no pano amarelo, conhecido meu, ele falou: "- e aí Roger ?"- nós seguimos em frente, mas foi questão de dar três passos, ele tirou a "automática" e deu três tiros para cima".

É interessante reiterar aqui a ausência de lazer nesses bairros e a delimitação de espaços cada vez mais severa por parte daqueles que impõem certas regras. Desta sorte, é comum ouvir em entrevistas com jovens a falta de alternativa e diversão, assim como a existência de locais que agora já não devem pertencer ao domínio público, uma vez que passam a personificar um espaço de "acerto de contas" entre "devedores e mal pagadores". Assim, certos bares ou "casas de pagode" ficam simbolicamente marcados com a insígnia de "local proibido", mesmo frente àqueles que "não devem nada", pois "estar na hora errada e no lugar errado" quase sempre acaba custando uma ou várias vidas.

Existem também determinados códigos de como proceder entre os seus pares, numa assertiva de clara distinção dos papéis no interior do bairro:

---

redenção do crime pode se dar através da escola, da família, da religião, por exemplo) e um discurso individual marcadamente fatalista.

"(...) eu vou te falar viu, na periferia você vai fazer o quê? Você vai ficar andando para cá e para lá, ouvindo coisa errada, então o rap é uma forma também de você sentar, ficar tranqüilo dentro de casa, ouvindo uma música, pensar, compor, bem ou mal você não (...) mas eu não vou mentir para você não, eu vou em muitos lugares, eu entro e saio, graças a Deus sou considerado, nunca tive problema com ninguém, sabe por quê? Porque a gente tem que aprender conversar, ser humilde, entender, pedir licença na hora de entrar e de sair, e é assim que tem que ser, qualquer pessoa aqui na periferia, se agir assim, vai se dar bem, não importa a cor, importa a idéia da pessoa, o jeito dela ser, tem que ser humilde, sempre humilde, é por aí né?".

"Olha, aqui não tem nada. A única coisa que tem aqui é a hora certa para você ir embora para casa: oito horas, nove horas da noite você já pode ir embora para casa porque já não tem mais comércio aberto; antigamente você ficava até às duas; três horas da manhã aí na rua, "curtindo" samba, pagode, agora já não tem mais pagode, porque deu essas horas aí o pessoal já está meio "devagar" na rua, porque o bairro está perigoso, não adianta, é uma verdade que eu não escondo, você pode perguntar para quem você quiser. Esse final de ano estava feio, a polícia avisando para não sair na rua, os bandidos também deixando recado que era para não sair na rua. Eu como morador da periferia eu vou falar, a gente tem que ficar em profundo silêncio, você não pode falar nada, você não viu nada, é aquela "lei do silêncio". Lá perto de casa tem um cara que andou matando um monte de gente, no final do ano ele matou uns cinco caras, tudo por ajuste de contas: drogas, roubo de carga, jogo, arma, "lucro mal rachado" etc., todo mundo sabe que é ele, mas ninguém pode falar nada, a gente cumprimenta e tal, mas não denuncia, tem que ficar quieto".

Os planos reservados a esses jovens reiteram a epígrafe apresentada no início dessa trajetória, a qual diz que *"a visão já não é tão bela"*. Aqueles que vivem nas periferias das grandes cidades sabem disso: são pobres, em sua grande maioria negros, e dificilmente concluem o ensino médio, restando-lhes quase sempre a inserção em atividades informais. O *rap* tem aparecido, neste cenário, como um movimento cultural que tem procurado revitalizar a auto-estima desses jovens, bem como sua condição de cidadãos.

A maior parte das letras procura retratar o cotidiano da periferia e as relações sociais vivenciadas pelos seus moradores; relações por vezes contraditórias, mediadas por diversos interesses, como por exemplo o "patrocínio" oferecido pelos traficantes aos grupos de *rap*[66]. Estes teriam por função denunciar a violência e a espoliação a que são submetidos

[66] Todavia, como dificilmente encontram boas gravadoras dispostas a produzir os CDs, acabam cedendo à oferta de alguns traficantes.

cotidianamente. O mesmo se passa com o policial que racha o lucro com o ladrão, quando sua função deveria ser a de coibir o roubo, o tráfico etc. Isso mostra que as relações estabelecidas uns com os outros não são maniqueístas e refletem, numa instância menor, a ordem do sistema do qual todos nós somos depositários. Caso contrário, que resposta que deveria ser dada a um jovem do bairro diante da seguinte afirmação?

"Nós comemos cada vez mais "merda" porque somos o suporte para vocês, brancos de classe média, que para sustentar o vício da droga vêm procurar os da periferia, os da "bocada", para servir de passatempo para vocês".

Tal indignação justifica-se pela ordem das coisas, como as coisas estão postas. É a periferia que sente então a precariedade social presente na sua forma mais absoluta, observada através da própria composição social de seus moradores: número grande de famílias migrantes, predomínio de atividade informal, número significativo de adolescentes grávidas- futuras jovens mães solteiras-, ausência de políticas públicas (creches em número insuficiente no bairro[67]; escolas de má qualidade, postos de saúde que possam atender a toda a população etc.).

Manifestar essa ordem, fazer-se ouvir, é o que parece querer o *rap*, ao contrário daqueles que pensam que sua função é "vitimizar" os moradores da periferia, ou limitar-se a uma simples expressão cultural:

"O rap está denunciando e na música a gente vai falar: "- cara, não faz isso, se você quiser fazer isso, você só vai fazer mal para você, é sua decisão, mas tem que pensar direito". O cara começa vendendo "farinha"[68], depois já vai para o crack, do crack ele já começa a vender a T.V, o som, o rádio, o fogão; chega uma hora em que o cara não tem mais nada, a família vai querer o que dele? Distância. A namorada, distância também. Daqui há pouco ele vai estar roubando roupa de varal e uma hora ele vai morrer na frente da boca de drogas mesmo, quer dizer, o destino é esse, então a gente sempre fala, nas nossas letras, coisas desse tipo (...) a polícia às vezes pára um

[67] A ausência de creches acaba gerando outro tipo de atividade informal que fatalmente traz prejuízo às adolescentes em idade escolar: o trabalho como "babá" ou pajem, com idade de onze ou doze anos. Uma observação interessante refere-se ao fato de muitas dessas meninas trabalharem para "babás profissionais". Ou seja, mulheres do próprio bairro, na faixa etária dos vinte e cinco a trinta anos, que exercem a atividade "profissionalmente" e que, não contando com o número de creches suficiente, sub-emprega meninas, geralmente vizinhas ou conhecidas, para o exercício da mesma atividade.

"monte de cara" viciado na rua, mas os caras sabem onde ficam as "bocas", o "canal"[69]*, mas eles não fazem nada, sabe por quê? Tem um* ***submundo*** *(grifo meu), uma linha onde os caras sempre tiram por fora, então a lei é essa daí, mas a lei do silêncio sempre prevalece na periferia".*

Por último, parece sintomático encerrar a descrição da trajetória de um *rapper* em que é recorrente o uso de uma palavra de ordem na periferia: o silêncio. Como pensar o significado do silêncio no *rap*, cujas letras cadenciadas são despejadas aos ouvidos como uma explosão de denúncia e crítica social?

Tal ambigüidade levou-me a pensar melhor a questão do significado da denúncia no *rap*, sugerindo que a denúncia não se restringe à delação de alguém e, muito menos do traficante do bairro, pois, contraditoriamente, é esse mesmo traficante que poderá "patrocinar" alguns grupos de *rap*. Grupos esses que, de certa forma, farão a crítica a um "sistema" no qual o próprio traficante ocupa o estatuto de figura emblemática, uma vez que representa o destino de muitos que vivem na própria periferia, ao mesmo tempo em que significa a negação daqueles que vivem ali e que possuem outras expectativas para o futuro . O "sistema" que criticam é aquele que transforma um jovem em traficante e não o traficante como "o fim em si mesmo". Nesse sentido, o mundo da contravenção é permeado pelo silêncio, pelo jamais delatar alguém e, concomitantemente, é fruto das próprias condições sociais desiguais, das quais muitos deles, senão a maioria, são os protagonistas.

3.2.4- Sinuosidades no percurso : uma jovem mãe

A trajetória de Silvinha, aos dezoito anos, não se distingue da história de muitas jovens de sua idade que têm vivido a maternidade precocemente. No caso da entrevistada, a experiência de ser mãe não é tão prematura, visto que o que se tem observado é um número de meninas tornando-se mãe antes mesmo de completar os dezesseis anos.

---

[68] "Farinha" , em linguagem coloquial, significa cocaína.
[69] "bocas" e "canal" significam o mesmo que "pontos de venda de drogas".

O interesse pelo estudo dessa trajetória insere-se numa problemática mais ampla que diz respeito aos estudos das relações de gênero. Isso porque muitas destas "jovens mães" engrossarão as estatísticas que revelam o número de famílias chefiadas por mulheres. Soma-se a isso o baixo índice de escolaridade entre essas jovens, uma vez que a gravidez em muito contribui para a interrupção dos estudos.

A família de Silvinha, como a de muitos moradores do bairro, migrou da cidade de Salinas, no Estado de Minas Gerais, para o Estado do Paraná, vindo posteriormente para o interior do Estado de São Paulo. Tal como foi dito anteriormente, é bastante significativa no bairro a presença de famílias migrantes oriundas no Norte do Estado de Minas Gerais:

"Minha família é mineira, de Salinas; minha família é muito grande, meu pai e minha mãe têm nove filhos, eu sou quase a caçula, aí eles moraram tempo lá, tiveram três filhos em Minas, depois eles vieram para o Paraná, ficaram um tempo lá e tiveram algumas das minhas irmãs, aí depois eles foram para São Paulo e tiveram dois filhos lá, depois eles foram para Aguaí e tiveram eu e a minha irmã lá".

Conta que seus pais sempre trabalharam duro na roça e que foi justamente o desejo de que os filhos tivessem outro tipo de destino na vida, como a oportunidade de estudar por exemplo, e conseqüentemente pudessem contar com outro tipo de trabalho, que fez com que a família deixasse a cidade de origem em busca da concretização desses planos:

"Em Salinas os meus pais trabalhavam com coisas relacionadas ao sítio, criação, essas coisas; aí depois do Paraná, eles vieram para São Paulo e o meu pai começou a trabalhar numa firma, aí ele perdeu o emprego, as coisas começaram a ficar difíceis e a gente foi para Aguaí e ficou num tipo de fazenda, era uma cooperativa na verdade. Ficava um monte de gente lá e a gente trabalhava para o dono da fazenda. Os meus pais e os meus irmãos trabalhavam lá na lavoura, aí eu morei lá até os oito anos de idade e depois disso a gente veio para cá, porque o meu pai não queria ficar morando e trabalhando para os outros, porque não tinha casa própria, não tinha nada dele. Depois de bastante tempo ele conseguiu um dinheirinho, mudou para cá, comprou a casa que a gente mora e mais três terrenos e dividiu entre os filhos mais velhos, aí ele também começou a trabalhar numa firma perto do bairro mesmo e acabou se aposentando".

Conforme nos relata Silvia, seus irmãos mais velhos não tiveram a oportunidade de estudar, já que foram impelidos pela necessidade a contribuir no orçamento da família desde meninos, trabalhando com seu pai na roça. Como retribuição, logo que seu pai conseguiu amealhar algum dinheiro, a própria família chegou a um consenso de que seu pai deveria dividir os três terrenos comprados entre esses, que não tiveram outro tipo de escolha.

A casa comprada também abriga todas as filhas do casal- cinco filhas e quatro filhos-, mesmo aquelas que se casam ou que assumem integralmente a maternidade, sem a colaboração do pai da criança, como é o caso de Silvia e sua outra irmã. Com isso, a construção da casa que abriga toda a família parece ser um tipo bastante comum no bairro. De largura estreita, mas de grande comprimento, com vários "puxados"[70] nos fundos. Por seu traçado, não deixa de ser, também, uma forma de manter a família sob controle e de fazer com que os laços familiares tornem-se indissociáveis.

A gravidez surge na vida de Silvia, conforme seu relato, como algo inesperado. Embora o uso do preservativo e de outros métodos anticoncepcionais tenha deixado de ser um "tabu", o número de adolescentes e jovens grávidas continua a crescer[71]. A proliferação dos anticoncepcionais femininos não parece, no entanto, influenciar as práticas relativas à sexualidade dos jovens. É que, de todos os métodos anticoncepcionais femininos (dos considerados "não-naturais"), apenas a pílula parece adequar-se a essa realidade, muito embora o seu uso não seja sistemático. No caso da entrevistada, a pílula era o método contraceptivo utilizado, sobretudo por tratar-se de uma relação duradoura[72].

Silvia, então, já com dezoito anos e com planos de não parar de estudar, fica grávida de seu namorado. Segundo ela, a gravidez não foi desejada por nenhum dos dois, já que namoravam havia quatro anos, mas viviam rompendo e reatando o namoro:

---

[70] "Puxado" é a maneira como os moradores do bairro designam as casas construídas nos fundos de outra casa. Sua arquitetura é simples, tratando-se de uma construção complementar a uma outra principal.

[71] A esse respeito, Vilar e Aguiar (1999:54) sugerem o recorte de gênero como possível resposta a essa indagação, ou seja, a contradição existente entre uma dominação cultural masculina e uma cada vez maior *feminização* dos métodos contraceptivos. De acordo com os autores supracitados, se olharmos o leque de possibilidades anticoncepcionais de que atualmente dispomos, verificam-se apenas o preservativo e o coito interrompido como formas de contracepção que exigem a participação masculina. Os restantes anticoncepcionais, que são a maioria, podem, pelo seu uso, ser apelidados de *feminino*.

[72] A pílula anticoncepcional, entre os jovens, parece ter lugar em relações mais estáveis e continuadas (de namoro ou coabitação).

"Não foi planejada, mas eu namorei o pai do bebê durante quatro anos, desde novinha eu namoro ele, desde quando eu ia fazer quinze anos. Aí a gente namorou, aí quando foi nesse final de ano acabou acontecendo de eu ficar grávida (...) não foi desejada por mim nem por ele".

"(...) a gente usava camisinha, aí depois eu comecei a usar a pílula, aí a gente terminou, ficamos uns quatro meses separados e voltamos, aí quando a gente voltou, aconteceu, eu fiquei grávida nessa "volta", porque não teve tempo de nada e a gente não pensa. É como eu estava conversando com uma senhora ontem, ela falou que entende a cabeça dos jovens, e eu acho que ela entende porque falou assim: '- o jovem está fazendo e pensa que ninguém vai ficar sabendo, nunca acontece com você, só com os outros'; o jovem sempre faz as coisas achando que nada vai acontecer com ele e quando acontece, ele entra em desespero".

Tal relato ilustra bem o sentimento de ambivalência[73] vivido por muitos jovens na fase de transição para a vida adulta, uma vez que ao mesmo tempo em que se sentem desprotegidos, vivenciam determinadas situações plenos de certeza, talvez por julgarem-se protegidos pelos acontecimentos, residindo talvez aí a sensação de que nada pode afligi-los, ou seja, "que pode acontecer com os outros, mas não com eles".

Assim, o interesse pela trajetória de Silvinha deriva de algumas indagações, como por exemplo, a maneira como as jovens vivenciam essa experiência, já que em muitos casos não contam com a presença do namorado ou companheiro. Como lidam com a interrupção dos estudos e o que representa ter um filho diante de uma conjuntura de incertezas? O aborto dificilmente incluía-se em seus planos; ao contrário, há uma espécie de crença de que a realização de um aborto pode trazer-lhes, futuramente, sérios "castigos". Há, inclusive, histórias que são reiteradas por várias delas, e que contam a punição sofrida por mães que se decidiram pelo aborto em uma determinada circunstância da vida e que quando resolveram engravidar não obtiveram êxito, ou, se engravidaram, o recém-nascido era portador de alguma má formação ou doenças, como a síndrome de dawn[74].

É interessante mencionar também que um filho surge, muitas vezes, como um vínculo social que pode oferecer proteção emocional contra a eventualidade de rupturas conjugais. Como bem lembram Vilar e Gaspar (1999:69), "os laços filiais de sangue, entendidos como

---

[73] Tal termo é recorrente na psicologia para designar aquele ou aquilo que apresenta sensações simultâneas e conflitantes.

[74] Acredito, pelo que pude apreender das entrevistas, que a não interrupção da gravidez é fortemente impregnada por valores das famílias de origem destas jovens, famílias estas provenientes da zona rural.

permanentes, são a garantia da afetividade, para as adolescentes, por contraste com as relações amorosas, que podem ter um fim".

Outras jovens informantes tinham em comum com Silvia o fato de terem vivido uma gravidez precoce e pareciam não mais fazer planos para o futuro. Ao contrário, a vida consistia agora em transferir para os filhos tais expectativas. O relato de Silvinha pode elucidar, de alguma forma, a trajetória de muitas jovens que decidiram pela não interrupção da gravidez, e as dificuldades ou não que encontraram para levar a termo tal decisão.

Para Silvinha, o "anormal" no bairro é uma menina não ficar grávida na adolescência, tal como explicita seu depoimento:

"É tão normal que isso acontece com meninas mais novas do que eu, tanto que quando eu fiquei grávida, todo mundo ficou bobo de saber que eu tinha engravidado, porque eu sempre fui uma pessoa muito confiante, não me viam como aquela adolescente que fazia as coisas na "burrada", me viam como aquela menina esperta, ligada nas coisas, todo mundo perguntou para mim, as minhas colegas, as minhas irmãs, se eu tinha ficado grávida porque eu quis, mas foi porque aconteceu, porque eu era uma pessoa muito esperta para ficar grávida (...) é tão normal as meninas daqui ficarem grávidas na minha idade ou antes que eu que, por exemplo, até a oitava série eu tinha um grupo de amigas que mais ou menos duas não ficaram grávidas, o restante ficou grávida e nove se casaram, com quinze, dezesseis anos. Só que tem uma amiga minha, a Keli, que o casamento dela acabou na mesma época que o meu, só que ela já era casada há cinco anos e foi na época da escola que ela engravidou e casou, com uns quatorze, quinze anos e ela estava super triste. Tem outra amiga minha que já está casada há uns três anos e o filho dela também tem isso, mas ela está vivendo bem; tem outra que está casada e tem um filho, enfim, estão todas assim, mas tem algumas que não preferem casar, nem que o namorado queira, só que eu acho que fica meio chato para a cabeça da criança, porque quando você tem um filho, você tem que mudar, não vai fazer as coisas (...) se você larga de um namorado e arruma outro, é normal, pois afinal você é uma adolescente, ou jovem; jovem faz isso, mas você tem um filho e fica fazendo isso (...) porque eu acho que você só pode pedir alguma coisa para um filho se você der um exemplo, se você ficar namorando e largando de um e pegando outro, ou só ficar namorando com o pai do teu filho, que exemplo você vai dar para ele?".

Como caçula da família, Silvia não precisou passar pelas mesmas privações de seus irmãos mais velhos mas, mesmo assim, cumpre a trajetória de muitas meninas do bairro que

iniciam sua atividade laboral por volta dos doze, treze anos de idade, quase sempre com o emprego de babá.

É interessante perceber a satisfação com que Silvia relata esse emprego, pois conta que podia até mesmo assistir a algumas aulas na Universidade. Tal fato sugere a apropriação de um tipo de conhecimento que é feito "pelas margens", ou seja, é como babá que ela entra numa sala de aula de uma Faculdade, e é somente assim que usufrui de uma experiência que lhe é significativa:

"Eu trabalho desde os treze anos por vontade própria, para poder comprar as minhas "coisinhas". Os meus pais, eles ganham aquilo que dá para manter a família, só que eu queria trabalhar para poder ter as minhas coisas, comprar roupa, essas coisas assim. Eu sou também uma pessoa muito independente, sempre fui, desde pequena, tanto que quando eu comecei a trabalhar, eu trabalhava para uma (...) eu trabalhei de babá, a minha mãe trabalhava como faxineira para um casal novo e eu fui trabalhar para eles quando a filhinha deles nasceu; os dois faziam doutorado na Unicamp".

"Eu vivia com eles praticamente, porque era assim, eles dois só estudavam e aí eles iam para a Unicamp, ela amamentava a menina, aí eu ia junto com eles; pôxa, logo a Unicamp que eu sonhava estudar lá (...) eu participava das aulas com ela, então eu praticamente vivia na Unicamp, ***eu sei bastante coisa de lá*** *(grifo meu), porque eu fiquei nove meses junto com os dois, em todos os lugares que os dois iam, eu ia junto".*

O trabalho é uma constante em sua vida, de modo que sempre procurou conjugá-lo com o estudo. Adquirir uma certa autonomia em relação à família, bem como o desejo de consumir certos produtos comuns à sua faixa de idade representam os mesmos anseios das demais jovens do bairro, fato que faz com que iniciem a atividade laboral através do emprego de babá para, posteriormente, serem alocadas para outros postos de trabalho, geralmente no setor de serviços:

"(...) depois que esse casal de estudantes para quem eu trabalhava de babá foi para a França, eu fui trabalhar num restaurante, eu não me importava com o emprego, o que aparecesse eu pegava, porque eu nunca gostei de ficar dependente, por mais que seja obrigação dos pais

ajudar o filho (...) mas mesmo assim eu nunca gostei porque os meus pais não têm condições de manter a gente como o que eu queria para me manter, então eu queria trabalhar".

Madeira (1997:103) lembra que a motivação para o trabalho está associada às ofertas do mercado, ao sentido de liberdade, à autonomia e à mobilização para o "consumo de símbolos juvenis". Justificar a incidência da evasão escolar entre as camadas populares apenas pela necessidade de contribuir para a subsistência familiar é adotar uma visão reducionista. E, conforme nos relata Silvia, motivada por um desejo mais imediato, o de ter seu próprio dinheiro- fato que resulte talvez da descrença do que a escola lhes pode oferecer- o trabalho parece adquirir maior centralidade na vida desses jovens, em contraposição aos estudos. Neste sentido, a conclusão do ensino médio faz parte da prerrogativa de poucos, já que suas aspirações quase sempre circunscrevem-se às necessidades mais prementes do cotidiano, como por exemplo a contribuição no orçamento da família, a necessidade de um dinheiro que garanta a aquisição de certos bens de consumo ou mesmo o surgimento do "inusitado"[75], como é o caso da gravidez, acontecimentos estes que acabam contribuindo para a interrupção dos estudos ou para o longo período de ausência na escola:

"Eu até estava acostumada a levar os dois juntos- a escola e o trabalho-, mas a gente sente até falta quando não tem um; aí eu trabalhei no restaurante, depois o meu irmão é dono de um supermercado aqui no bairro e de um varejão, aí eu trabalhei no varejo dele, eu fazia de tudo lá, ele deixava nas minhas mãos o varejão dele; eu trabalhei lá um ano e meio mais ou menos, aí depois apareceu um emprego de babá de novo na cidade e eu fui cuidar de um menino de nove meses, mas aí eu tive que parar, porque eu fiquei grávida em dezembro, aí é muito difícil a grávida cuidar de uma criança, né?".

Por outro lado, Monteiro (1999:120) acrescenta que quando ocorre uma valorização conferida à educação formal, esta não exclui o valor do trabalho para a aquisição de bens de consumo e autonomia. Busca-se combinar a freqüência à escola com uma atividade remunerada. Nesse caso, os cursos noturnos podem facilitar essa conjugação. Entretanto, o

[75] Às vezes nem tão inusitado assim.

cansaço e o desestímulo com o sistema de ensino levam à definição de uma escolha que, via de regra, centra-se no trabalho.

As reflexões de Vilar e Gaspar (1999:72) certamente iluminam a questão da gravidez não planejada. Segundo os autores, convém lembrar que uma gravidez não planejada nem sempre é indesejada. Isso porque, nas gravidezes planejadas, a assimilação de quem está esperando um filho é imediata e está presente na vontade pensada de tê-lo. Nos casos em que a gravidez não foi pensada, a assimilação pode demorar ou ser menos intensa, em função da desejabilidade de se ter um filho. Esta prende-se, essencialmente, como dois aspectos: de um lado, a jovem dispõe de um *sistema de valores complexo* e inculcado nos seus modos de percepcionar e avaliar a vida, que se prende com a valoração fortemente positiva atribuída à maternidade no imaginário social, aos significados atribuídos às relações afetivas e às imbricadas relações de gênero que se caracterizam pela dominação simbólica do masculino; de outro lado, intimamente relacionados com esses sistemas de valores, jogam os seus *projetos de vida futura*. Esses dois aspectos, relacionando-se entre si, parecem resumir as condições que permitem que uma adolescente deseje ter um filho, mesmo que esse desejo possa ser, em alguns casos, o resultado da aceitação de uma situação que não se pode alterar. São eles também que permitem, quer a auto-assimilação (tornar-se desejável), quer a assimilação social de uma gravidez prematura.

Assim, ainda que não tenha sido planejada, a gravidez pode ser totalmente ou gradativamente aceita, sobretudo porque a maternidade pode conferir às jovens o estatuto de adultas e, numa situação de dificuldade de inserção no mundo do trabalho e expectativas escassas em relação ao estudo, o nascimento de um filho pode representar a recuperação das frágeis relações cotidianas.

Ao pesquisar a não interrupção da gravidez entre jovens de bairros populares em Portugal, Vilar e Gaspar (1999) observam que

> (...) para estas jovens, a escola não tem uma linguagem dirigida e o trabalho prende-se, essencialmente, com necessidades econômicas (...) A realização pessoal e o sentido para a vida, que não encontram no mundo do trabalho, vão procurá-los na família, que adquire o estatuto de refúgio. Dir-se-ia que a sua impotência social é compensada pelo investimento na família (VILAR e GASPAR, 1999, pp. 72- 73).

No caso de Silvia, a decisão de não interromper a gravidez esteve relacionada aos princípios morais seus e de sua família. Assim, para ela, o mais difícil foi dar a notícia aos pais, já que é a caçula da família e, segundo nos conta, ao contrário das irmãs, era aquela que parecia traçar um destino diferente para sua vida, uma vez que sempre buscou independência e maior autonomia em relação à família:

"Quando eu contei para os meus pais, eu já estava no quarto mês de gravidez. Eu acho que a coisa que o meu pai mais sentiu foi o fato de eu ter que parar de estudar, mudar de planos, justo eu que sempre fui independente; eu acho que foi mais por causa do meu futuro, porque a gravidez não é de se estranhar numa casa que tem tanta mulher (...) lá em casa eu tenho uma irmã que ficou grávida, mãe solteira, só que daí ela casou- ela já tem vinte e cinco anos- e casou com o pai do filho dela, mas só que quando ela ficou grávida, ela não namorava com ele há muito tempo, era pouco tempo de namoro e quando ela ficou grávida o meu pai ficou doido (...) mas agora, no dia em que o neném fez um ano, ela resolveu casar".

Silvia diz que, apesar da notícia, seu pai não a obrigou a casar. Como já tinha outras irmãs que passaram por situações semelhantes, sua família posicionava-se totalmente contrária ao aborto, preferindo que a filha morasse em algum cômodo nos fundos da casa e permanecesse com os pais, ainda que mãe solteira, a unir-se com o pai da criança como forma de "corrigir o erro".

"Corrigir o erro" traduz-se também para "tomar cuidado", termos que, em última instância, encerram a contradição que a própria anunciação da gravidez traz a nu. A esse respeito, Vilar e Gaspar (1999) lembram que:

> (...) as práticas relativas à sexualidade não deixam de existir; mas sendo vividas em função de significados inerentes à moral sexual das famílias, tornam-se, em si, contraditórias. É desta contradição, presente no complexo processo de socialização relativo à sexualidade, que resulta a gravidez na adolescência, ou gravidez prematura: as práticas existem e são entendidas como a norma (entre o grupo de pares, entenda-se); os significados, por seu turno, impelem ao silêncio, advertindo para *riscos* que não se especificam. A moral sexual familiar condiciona, em contraste com a lógica hedonista do grupo de amigos, uma ética sexual própria que serve aos interesses, simultaneamente, do hedonismo moderno (que dissocia sexualidade de reprodução e de família), e da moral sexual, para não falar do tradicionalismo dos papéis de gênero, que têm um peso

> significativo na definição dos projetos de vida dos jovens, principalmente nos estratos sociais mais baixos (VILAR e GASPAR, 1999, p. 51).

"Meu pai, quando soube, disse assim: "- Olha, eu prefiro que a minha filha fique dentro de casa como mãe solteira do que casar e separar logo depois, porque você casa para ser feliz e para o filho é muito duro também"

Apesar do apoio dos familiares, Silvia preferiu casar-se com o pai da criança. Segundo ela, logo nos primeiros meses do casamento, tudo corria relativamente bem e o seu pai já tinha até construído um "puxado" de três cômodos nos fundos da casa para o casal morar, fato que facilitaria a vida no início do casamento, pois estariam dispensados do pagamento de um aluguel. Silvia estava, então, desempregada e seu marido trabalhava como cobrador em transporte alternativo- peruas- da linha Bairro-Centro. Contudo, não obstante o apoio recebido da família, conta que ainda no período da gravidez e sobretudo logo que o bebê nasceu, seu marido passou a manifestar um comportamento bastante hostil em relação à família:

"Depois que a gente casou ele começou a sair sozinho, sair sem mim, e como eu estava grávida, eu não tinha nem cabeça para ficar discutindo, eu só pensava no meu filho, eu pensava assim: '- Eu não vou brigar, eu não vou fazer nada porque eu penso no meu filho e depois que você tem um filho você só consegue pensar nele, você não pensa em mais nada!'.

"Logo que nasceu o neném, ele continuou fazendo a mesma coisa, me largava em casa, saia à noite, me deixava sozinha, eu cuidando do meu filho e tal e depois que a criança nasce parece que você entra numa tristeza tão grande, mas não era com a criança, porque eu me apeguei muito ao meu filho, mas é uma depressão que fazia eu precisar das pessoas, e geralmente você passa a precisar das pessoas que você ama né, e eu precisava dele porque era dele que eu gostava, e ele fora, ausente?"

Além de estar vivendo uma depressão pós-parto, Silvia ainda suportava a indiferença e a insensibilidade do marido, pois conta que mais de uma vez ele havia dormido fora de casa ou saído com os amigos para voltar apenas na madrugada:

"Ele saía, voltava para casa às seis horas da manhã, mas aí fiquei louca. Eu peguei e falei para ele: '- Olha, eu não agüento mais essa vida, ou você melhora ou sai de casa, porque eu não

nasci para viver assim'; depois disso, ele pegou e adorou a oportunidade que eu dei para ele sumir né, aí ele catou as coisas dele e foi embora, nem quis conversar nada, ele se transformou de uma maneira, que só você vendo, eu nunca vi uma pessoa fazer isso, ele me surpreendeu muito!".

Monteiro (1999:123), através de um estudo sobre o comportamento sexual de jovens moradores em uma favela no Rio de Janeiro, lembra que os casos em que a gestação e/ou maternidade não é/são acompanhada(s) da convivência marital e da independência dos pais, ou seja, quando a jovem ainda permanece na casa dos familiares, esses últimos acabam assumindo a criação do bebê, não permitindo ou dificultando a transição dessa jovem para a vida adulta. O filho tende a se tornar um meio-irmão. O mais provável é que os estudos sejam interrompidos, mas há possibilidade de retorno. As mudanças no cotidiano, no lazer e nas funções sociais, dentro e fora do lar, tendem a ser menos significativas.

É interessante perceber como a presença do filho acaba se transformando na única experiência boa que resta a Silvia de toda uma história não planejada. A interferência da família, sobretudo do pai, em relação ao seu marido e filho, dilui suas próprias decisões e contribui para que o novo papel de mãe/esposa não seja vivido plenamente:

"(...) o meu pai não quer ver ele nem pintado de ouro, mas ele vem aqui nos fundos de casa ver o neném, está dando dinheiro, a pensão, mas ele chega e vem ver o neném e meu pai fica querendo morrer com isso, porque ele fala que não quer que ele venha nem perto aqui de casa; meu pai falou que quer que ele suma daqui. Aí eu falei assim: '- Pai, se eu não levar o neném para ele ver, ele vai vir aqui', aí o meu pai respondeu: '- Então leva para ele ver', só que eu sou uma pessoa orgulhosa, não adianta nada eu levar lá para ele ver porque eu não vou levar, eu acho que as pessoas que me virem levando o neném para ele ver, eles vão pensar o quê? Vão pensar que eu estou me rebaixando, e eu tenho muito orgulho e não vou levar, então se ele quiser ver ele vai ter que vir aqui, aí fica aquela briga, sabe. Ontem mesmo o meu pai já brigou com ele porque ele foi lá em casa ver o neném, mas eu não vou levar, não adianta".

Na realidade, Silvia reclama por uma falsa independência, uma vez que continua sob a tutela dos pais. Não raras vezes, uma gravidez não planejada muda completamente os planos de uma jovem, ao menos nos primeiros meses do bebê, período que exige uma atenção maior por parte da mãe:

"(...) desde que ele foi embora de casa eu não pedi dinheiro para o meu filho, mas ele dá. Eu quero voltar a trabalhar (...) O que eu desejo para mim? Voltar a trabalhar quando o meu filho tiver um pouco maior, porque ele ainda está muito novo e precisa muito ainda de mim, eu preciso ficar muito com ele, então eu quero só trabalhar para poder ter a minha independência de novo, eu preciso trabalhar para sustentar ele, para não ficar correndo atrás de pensão, essas coisas assim; e quando ele tiver uma idade que ele já entenda, que eu possa sair de casa e deixar ele né, aí sim eu quero voltar a estudar, quero fazer bastante curso para poder ver se eu consigo fazer alguma faculdade (...)".

Ainda que possua uma clara percepção do "lugar" que ocupa no espaço social e, portanto, ciente das dificuldades que enfrentaria ao levar adiante alguns projetos, com o nascimento do filho, os planos de prosseguir com os estudos ficam agora reduzidos e os projetos para o futuro passam a ganhar outros contornos:

"Todas as pessoas que me conheceram diziam que eu era uma "pessoa de futuro" e eu era bem novinha, mas já falavam que eu ia ter muito futuro porque eu pensava muito nele, e todas as pessoas para quem eu trabalhei falavam isso, então eu sempre pensei muito assim (...) antes de ficar grávida, na minha formatura, eu pensava assim: '- como eu estudei em escola pública até agora, eu não tenho capacidade de passar numa Universidade', porque eu queria estar numa Universidade pública, tipo a Unicamp, que não paga, porque eu não tenho condições; a gente que sai dessa escola não tem uma boa "bagagem", então eu pensava em fazer muitos cursos, de várias coisas, poder descobrir o que é que eu queria realmente fazer. E se eu não conseguisse passar naquele ano, eu iria continuar me "esforçando" para um dia acabar passando, era assim que eu pensava".

Ainda que tenha por sonho a Universidade, Silvia pensa em obter algum trabalho que lhe permita sustentar o filho e isso ganha prioridade em sua vida. Os planos, agora conjugados em dois, fazem parte de seu novo papel de jovem mãe. As sinuosidades em seu trajeto talvez exijam uma nova caminhada. Por fim, tal como bem observaram Vilar e Gaspar (1999), uma gravidez prematura

> (...) implica, no seu final, o retomar da via, por intermédio da vinculação social. Não deixando de se tratar de uma sinuosidade (um traço redondo), na medida em que desafia a moral tradicional, ser mãe é (ou acaba por ser,

> em muitos casos), para a jovem uma âncora, que permite criar ou reforçar vínculos sociais à sua família, ao pai do bebê e, principalmente, ao seu filho. Mesmo que os outros vínculos se quebrem, a jovem parece não andar agora à deriva, o seu filho confere-lhe uma razão de viver (...) (VILAR e GASPAR, 1999, p. 89):

"(...) agora que eu arrumei o meu filho, eu não consegui pensar profissionalmente em nada, tanto que eu deixei o emprego, eu comecei a depender muito do pai do meu filho, dos meus pais, então eu não vi o meu futuro, eu retardei bastante os planos, porque agora a minha prioridade é o meu filho, e para poder manter o meu filho na idade em que ele está, eu preciso muito de um trabalho, então o emprego virou idéia fixa na minha cabeça (...) eu consigo ver o estudo para mim, mas daqui há uns longos anos, mas o que eu quero mesmo é trabalhar para sustentar o meu filho, quando ele estiver maior aí eu volto a pensar em mim".

"Agora o que eu digo da minha vida é assim: a minha vida sem o meu filho era muito boa, eu fazia o que eu queria, o que dava na telha eu fazia, só que agora eu não sei mais viver sem ele".

3.3- Dos projetos e da realidade: percalços do caminho

Em processos de constantes rupturas e recomeços, as trajetórias dos jovens analisadas aqui parecem encontrar-se numa verdadeira encruzilhada de destinos ou, mais precisamente, o que Pais (1996) chamou de *yoyogeneização juvenil*, decorrente da progressiva fragilidade de fronteiras que, tradicionalmente, separavam distintos segmentos etários do curso de vida. Assim, conforme lembra o autor (1996:04), há algumas décadas atrás era pacífica a associação entre uma presumível linearidade dos tempos do curso de vida e a correspondente sucessão das gerações: à juventude correspondiam os tempos de educação, aos adultos ativos os tempos do trabalho e à terceira idade os tempos de retirada do mercado de trabalho.

Entretanto, nos dias atuais, o que prevalece é a constante fluidez das relações sociais, o "entrar e sair" das estruturas, tal como lembra Martins (2002). Nesse sentido, o que se percebe é a combinação desordenada de *tempos de educação, tempos de trabalho, tempos de desemprego,* bem como o *tempo de outras sociabilidades juvenis.*

Como bem lembra Pais (1996:05),

> Há, no caso dos jovens, um repertório cada vez mais vasto de possibilidade de entrada (ou retardamento da entrada) na chamada vida adulta. Se, nas sociedades tradicionais, os códigos morais governavam diretamente as bússolas de orientação de vida dos jovens, hoje em dia esses códigos são menos consistentes, talvez devido à sua pluralidade. Criou-se assim um sistema instável, onde os cursos de vida acabam por endogeneizar as mudanças estruturais que vão surgindo (PAIS, 1996, p. 05).

É justamente na esteira desse sistema instável que os jovens experienciam as sociabilidades, criativas por natureza, mas também geradoras de intolerância, agressão, delinqüência etc. Não por acaso se tem sugerido que grande parte dos delitos juvenis ocorrem nos tempos livres. Neste "tempo livre" é que muitos jovens procuram inserir-se no mundo do trabalho através da informalidade ou mesmo do trabalho ilícito, como o tráfico de drogas, como meio de integrar-se no mundo *do ter* e do *parecer*, valores supremos da sociedade capitalista em que vivemos. Assim, Martins (2002) lembra que o "sair e reentrar" nas estruturas daqueles que estão buscando um projeto de integração material, simbólica e social não se concretiza na extensão que se espera. Diz o autor que, no limite, os indivíduos

> (...) podem usar meios ilícitos para obter os recursos de que necessitam para integrar-se: o tráfico, o roubo, a violência, os meios transgressivos de participação. A deterioração dos valores éticos que deveriam permear as relações sociais, e que daí resulta, já produz seus desastrosos efeitos na socialização anômica das novas gerações, na vivência cotidiana atravessada pela violência (MARTINS, 2002, p. 39).

Para estes jovens moradores de um bairro popular na região metropolitana de Campinas, o mundo real, da "vida verdadeira", é cheio de incertezas, como revelam as histórias de Viviane e Gilson, na espera **do que fazer com um diploma,** visto que este nem sempre é portador de garantia para o ingresso no mundo do trabalho. A história de Duda, **um jovem migrante** que, na expectativa de uma vida melhor, espera encontrar na cidade grande as oportunidades que não encontrou em sua cidade natal. A história de Roger, **um *rapper* da/na periferia** que vive à espera de integrar-se na sociedade e que denuncia, através de sua música, a condição de morar na periferia e ter quase como destino certo o confronto com a marginalidade e o tráfico de drogas. Entretanto, sua espera, transmutada em resistência revela, através de um movimento cultural como o hip-hop, que é possível vivenciar outras sociabilidades juvenis na perifeira, combatendo o estigma que

pesa sobre o jovem pobre. Viver de espera é também a condição de Silvinha, **uma jovem mãe** que deposita na gravidez a ruptura com um mundo cheio de escolhos (tal como se refere Pais) rumo à transição para uma vida com sentido, cumprida pelo nascimento do filho.

Dessa forma, ainda de acordo com Pais (1996), face a esse período de incertezas que não é subjacente apenas a uma fase da vida, mas que reflete o próprio estado de fluidez que vivemos hoje, sob a égide das contradições de nossa sociedade, esperar é a condição daquele que cumpre uma trajetória de constantes rupturas e recomeços:

> É bem possível que os jovens, ao interiorizarem essa tensão entre *experiência e espera*, adotem também estratégias defensivas procurando ampliar o espaço de experiência que é o do cotidiano (...) Por que é que os jovens investem tanto no cotidiano, parecendo querer adiar o futuro? Desde logo porque, entre eles, os tempos do presente- que são os tempos do cotidiano- ganham ascendência sobre os tempos que lhes são adjacentes, os do passado e do futuro. É como se os jovens tivessem perdido o sentido de "continuidade histórica" e vivessem o presente somente em função do presente. Neste caso, as rotinas cruzam-se com as rupturas e é por isso que, para muitos jovens, as rotas do cotidiano são, muitas vezes, rotas de ruptura, rotas de múltiplos desvios (PAIS, 1996, p. 08).

Assim, o sentido da análise das trajetórias dos jovens do bairro M. foi justamente o de costurar essas "idas e vindas" da vida, seus desvios, seus caminhos e igualmente seus projetos.

IV- TRAJETOS COMPLEXOS: ENTRE A REGRA E A EXCEÇÃO

"(...) o capitalismo cria a ilusão de que as oportunidades são iguais para todos, a ilusão de que triunfam os melhores, os mais trabalhadores, os mais diligentes, os mais econômicos. Mas, com a mercantilização da sociedade, cada um vale o que o mercado diz que vale" (Mello & Novais, 1998:581).

No Brasil, como em outros países, os jovens que não dispõem de algum diploma são particularmente atingidos pelo desemprego[76]. Todavia, frente a uma economia que procura um lugar no cenário dos países competitivos, uma vez que ela coloca a educação no centro dos projetos de desenvolvimento, o diploma, por si só, não assegura a inserção do jovem no mercado de trabalho[77].

Em alguns discursos econômicos e políticos, aparece uma estreita relação entre *qualificação e emprego*, como se o acesso do jovem ao mercado de trabalho fosse tributário de uma ausência de capacitação para o trabalho e não à escassez de vagas. Ao contrário, Pochman[78] sublinha que "a principal causa da "tragédia juvenil" assenta-se fundamentalmente na condução das políticas econômica e social de corte neoliberal desde 1990. De um lado, a política econômica aprisiona a produção e o emprego em nome da inserção passiva e subordinada à globalização, quando valoriza taxas de juros e de câmbio elevadas, jogando fora as opções por ações desenvolvimentistas nas mais diferentes potencialidades nacionais.

---

[76] Em 1980, 4,8% dos jovens entre quinze-dezenove anos foram concernidos pelo desemprego, enquanto que em 1997 este número sobe para 13%. (Apud: POCHMANN, M. A inserção ocupacional e o emprego dos jovens. São Paulo, ABET, 1998.

[77] De acordo com SEGNINI (2000:11), conforme o SEADE/DIEESE, oitocentos mil jovens entre quinze-vinte e quatro anos estão desempregados, o que representa aproximadamente a metade dos desempregados da região metropolitana de São Paulo, estimada em um milhão e seiscentos mil. Segundo Pochmann, dados da PME (Pesquisa Mensal de Emprego), do IBGE, mostram que, em 2001, para o total de seis regiões metropolitanas, a maior taxa de desemprego foi registrada entre os que possuíam de nove a onze anos de estudo (8,2% da população economicamente ativa), superior aos que possuíam até quatro anos de estudo (4,6%) e entre cinco e oito anos (7,3%). Ainda que, entre os desempregados que possuíam doze anos ou mais de estudo, a taxa seja menor (3,1%), foi entre esses que se registrou o segundo maior crescimento da taxa de desemprego entre 1994 a 2001- 29%-, ficando atrás somente do grupo com nove a onze anos de estudo, cujo aumento da taxa foi de 36% no mesmo período.

[78] idem

De outro, a política social, que combina o contingenciamento dos gastos nos segmentos estruturantes do bem-estar coletivo com medidas residuais e focalizadas de transferência direta de renda, individualiza responsabilidades de sucesso que dependem, necessariamente, da interferência do poder público.

Por tudo isso, cada vez mais, observa-se um truísmo na educação como sinônimo de desenvolvimento econômico. De acordo com Silva (2002), a prescrição das políticas para a educação básica pública para o país vem sendo feita através de um transplante dos critérios econômicos e das leis de mercado para as políticas educacionais de maneira gradual, porém intermitente,

> (...) aproximando-se das estratégias contidas na política neoliberal do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), estas distanciadas da concepção da educação como atividade humana e histórica que se define no conjunto das relações sociais, no embate dos grupos e entre as classes, sendo ela mesma forma específica de relação social (Apud: FRIGOTTO, 1999, p. 31; ARROYO, 1999, p.131).

As estatísticas procuram mostrar os esforços que vêm sendo realizados pela política neoliberal de elevação do crescimento do ensino básico (com ênfase no ensino fundamental e nas mudanças na educação profissional). Assim, nos últimos cinco anos, observa-se um crescimento das matrículas no ensino médio (antigo secundário). Todavia, tal porcentagem deve ser lida mais atentamente: o indicativo de 67,8% das matrículas, anunciado pelo Ministério da Educação corresponde, na realidade, a um pequeno crescimento das matrículas no ensino médio, as quais passam de 915.000 para 1.535.000. Se considerarmos a totalidade da população entre quinze-dezessete anos no Brasil, isto é, 10.388.224 pessoas[79], constata-se que apenas 1/10 (um jovem sobre dez) dessa faixa etária (1.535.000) está inscrita no nível correspondente de sua escolaridade, o que representa ainda uma amostra muito pequena em comparação à totalidade dos jovens entre quinze-dezessete anos. Assim sendo, pode-se inferir que apenas 15% da população no Brasil obtém um diploma de nível médio.

É preciso ressaltar, contudo, o que se esconde por trás do projeto de modernização do país, que visa colocar a educação no centro do projeto de desenvolvimento. Este roga por

[79] Segundo as estatísticas do IBGE/PNAD- 1999.

um crescimento do nível de escolaridade, uma vez que o nível médio de escolarização da população economicamente ativa (PEA) é, em média, quatro anos de estudo. Segundo essa lógica, somente a escolarização pode garantir os elementos necessários para que o país ingresse no cenário das economias competitivas.

A prática da política de modernização da sociedade parece orientar-se frente a uma política de elevação do nível escolar da população como sinônimo de adequação ao novo modelo de produção. Dessa sorte, a aquisição de novas competências, tanto no domínio da escola, quanto no domínio da empresa contribuiria para melhorar o nível de produtividade e de competitividade dos países que, até o momento, não conseguiram suplantar os desafios da educação impostos pela modernidade[80].

Uma verdadeira "engenharia educativa" nos faz crer, então, que é suficiente escolarizar para elevar a produtividade e diminuir o índice de desemprego. Entretanto, tal "engenharia" parece mais do que contraditória num país que conta, dentre sua população, quinze milhões de analfabetos. E apesar do baixo nível de escolaridade da população no Brasil, para qualquer que seja o emprego requerido, é preciso ter o certificado de conclusão do ensino fundamental (oito anos de estudos), no mínimo, para se apresentar a um posto de trabalho, sobretudo no setor público, mesmo se isso não faz parte de uma regra formal e sim tácita.

Cada vez mais exige-se do indivíduo, seja no ambiente de trabalho, seja no ambiente escolar,

> (...) a aquisição de novas competências. No trabalho, acirra-se a competitividade entre as empresas, entre as instituições e entre as pessoas, de tal modo que, para as últimas, o aprender permanentemente, o refletir criticamente, o agir responsavelmente e o comportar-se com flexibilidade constituem requisitos e habilidades indispensáveis para a reestruturação dos processos de produção na ótica dos dirigentes mundiais (SILVA, 2002, p. 33).

No que se refere à educação, a autora lembra que:

> (...) a política de confluência da educação básica pública com o mercado de trabalho possui ambigüidades e postula uma formação educacional que

[80] É preciso lembrar aqui o papel importante desempenhado pelos Organismos Internacionais, sobretudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), uma vez que eles financiam projetos em que a educação é concebida simplesmente como instrumento capaz de promover a competitividade e intensificar a concorrência, assim como amenizar os efeitos do desemprego.

> resulta num trabalhador reflexivo dentro dos parâmetros da produção. A política da educação profissional, arts. 39 a 42 da lei n. 9.394/96, consubstanciada no decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997, introduz conceitos como empregabilidade, flexibilidade e adaptabilidade, assumindo como objetivos a formação profissional nas modalidades básica, técnica e tecnológica; a especialização e o aperfeiçoamento, a requalificação e a reinserção no trabalho. A idéia contida nos documentos postula a articulação permanente entre a educação, trabalho e tecnologia, através da educação profissional (lei n. 9.394/96, arts. 39 a 42) posterior ou concomitante com o ensino médio, fundada na necessidade de flexibilidade e dinâmica do mercado, e reduz as possibilidades de emprego até mesmo para os profissionais qualificados (SILVA, 2002, p. 33).

Assim, uma leitura mais atenta do documento intitulado "Programa de melhoria e expansão do ensino médio no Brasil", elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), chama a atenção até mesmo dos leitores mais incautos. Já no início do parágrafo, o documento diz que apenas recentemente o ensino médio foi incluído na escolaridade que "permite acesso aos conhecimentos, competências e habilidades necessários para o exercício da cidadania, das atividades produtivas, assim como dos papéis e funções sociais". Chama a atenção o uso de palavras que antes não faziam parte dos princípios das legislações anteriores, tais como *competências* e *habilidades*. O uso de tais noções aparecerá reiteradamente até o final do documento e, como ver-se-á a seguir, não aleatoriamente.

Com a nova reforma do ensino médio (LDB- 1996), obteve-se a separação entre a educação voltada para a formação geral, de cunho propedêutico, e a voltada para a formação profissional (vigente no antigo ensino de 2° grau), uma vez que esta última é agora complementar ou posterior ao ensino médio. A análise do documento procura fazer crer o leitor que todos os indivíduos podem realizar suas aspirações através de suas particularidades: *"A noção de competência tende a dar importância às diferenças e particularidades individuais, a sua demonstração, a seu caráter distintivo mais do que o princípio de igualdade que, sem ser reconsiderado, já não é a referência primeira que dá sentido ao resto"* (Texto da LDB/1996- Novas diretrizes da Educação Profissional). Sendo assim, na nova concepção do ensino médio, a diferenciação entre o que se chama "ensino geral" e "ensino profissionalizante" deve ser antes horizontal e não mais vertical, já que o saber está agora centrado no indivíduo e não mais em conteúdos disciplinares *strictu sensu*.

A oposição teórico/prático passa a ser questionada na medida em que, conforme atesta Tanguy (1997: 46), tal pedagogia é definida por seus objetivos e validada pelas competências que produz; pedagogia de concepção eminentemente pragmática, de forma a gerir as incertezas e levar em conta as mudanças técnicas e de organização do trabalho às quais deve se ajustar.

O exemplo emblemático da nova orientação pedagógica, pautada no modelo de competência, é o ensino profissional. De acordo com Tanguy (1997: 20), "isso acontece porque neste tipo de ensino a centralização nas aprendizagens e sua avaliação em tarefas dadas não é disputada pela força de uma tradição centrada na transmissão de um patrimônio cultural", tal como se percebe nas trajetórias anteriores citadas, em particular na de Viviane.

Isto porque a chamada "Nova Educação Profissional" no Brasil se inscreve claramente na preocupação de mobilizar os indivíduos para a competitividade econômica. O texto sobre a reforma argumentará que uma grande inquietação domina os meios educacionais, "gerando reformas que preparem o homem às novas necessidades do trabalho". Aqui percebe-se claramente a lógica de racionalização e a necessidade de ajuste por parte dos sujeitos, ajustes estes centrados nas capacidades individuais, no *savoir-faire* etc. Um pouco mais adiante, tal assertiva será corroborada pelos novos princípios da Educação profissional: "Para enfrentar o mundo moderno os profissionais devem estar preparados para o trabalho e para o exercício da cidadania. Não mais a formação de um indivíduo para um posto de trabalho que prepare o homem "executor de tarefas". A nova Educação Profissional forma o trabalhador *pensante* e *flexível* (grifo meu), no mundo das tecnologias avançadas". Segundo Tanguy (1997),

> (...) a noção de competência e todas aquelas que lhe são associadas (objetivos, capacidades, savoir-faire, saberes, habilidades, etc.) tende a dar importância às diferenças e particularidades individuais, a sua demonstração, a seu caráter distintivo mais do que ao princípio de igualdade (...) (TANGUY, 1997, p. 55).

Dessa maneira é que se torna possível apreender a necessidade de um "modelo educacional flexível", uma vez que um país como o Brasil, "que apresenta diversidades físicas, socioculturais e econômicas marcantes" (tal como sublinha o documento sobre a reforma), deve adotar um modelo flexível e não rígido de educação. O problema é quando

essa "flexibilidade" passa a corresponder a uma individualização no sistema educativo, sobretudo no que tange a uma responsabilização pelo fracasso escolar ou pela não inserção no mercado de trabalho. O modelo pedagógico é aquele que passa a ter um sistema de aprendizagem centrado exclusivamente nas capacidades do aluno. Não por acaso, muitas vezes, diante das dificuldades no mercado de trabalho, o aluno assume serem tais dificuldades de sua interia responsabilidade.

A centralidade na educação pública através das políticas de sustentação econômica - cuja base é a concorrência no livre mercado - acirra a idéia de inclusão no mercado de trabalho pela via do *esforço pessoal,* do *mérito* e de outras *habilidades individuais,* fato que se confirma na trajetória escolar ascendente de duas irmãs que cursaram o ensino médio técnico, bem como a expectativa criada sobre um diploma de ensino médio técnico.

4.1- O retrato da "excelência"[81] escolar: Helena e Paula

Helena tem vinte e dois anos e, junto com sua irmã Paula, dezenove anos, faz parte da assertiva que diz que " o improvável não é impossível", uma vez que elas conseguiram ingressar numa Universidade pública, de boa reputação, após terem seguido a via do ensino técnico.

Os pais das duas irmãs são camponeses em sua origem, tal como seus avós. Segundo Helena, seus avós" *eram sitiantes, assim como os meus pais. Ele sempre arrendavam o sítio por um período e quando passava a colheita, eles mudavam de arrendatários – pessoas que ficavam com parte do lucro – então eles nunca tiveram uma casa fixa para morar".*

O pai de Helena e Paula soube se distinguir de seus pares, uma vez que foi tido sempre como um bom aluno, muito embora o "qualificativo" de "bom aluno" não atenuasse o preconceito de seus colegas de classe por ele ser "caboclo". Diz Helena:

"Meu pai sempre foi de origem pobre, digamos assim, então ele sempre estando envolvido num grupo que não era exatamente o dele, o pessoal ficava chamando ele de "caboclinho", ele

sofreu muito preconceito e meu pai é moreno, mas é por causa do sol mesmo (...) mas o meu pai sempre foi muito inteligente, na sala de aula ele batia em todo o mundo, porque ele era muito inteligente, a professora elogiava muito ele e eu acho que isso causava inveja nas pessoas".

Ele gostaria de ter continuado seus estudos, mas tal possibilidade não se colocava para uma família modesta e que tinha nele o sujeito principal para contribuir no parco orçamento familiar. Apesar dessa responsabilidade, o pai de H. e P. conseguiu não somente concluir os estudos secundários, como também ingressar numa Faculdade particular para cursar Odontologia, sendo obrigado a desistir meses depois por conta da inexistência de meios para prosseguir os estudos. Na fala de Helena,

"Ele chegou até o ginásio, isto é, o ensino médio e prestou vestibular para Odontologia, conseguiu passar só que era Faculdade particular; ele passou e não pode fazer o curso. Então, desde a nossa infância meu pai sempre incentivou muito que a gente estudasse; meu pai principalmente, porque a minha mãe casou muito jovem, com dezenove anos ela me teve, sou a primeira filha e tenho mais duas irmãs. Então ela não conseguiu estudar, fez só até a quarta-série".

Paula, por sua vez, confirma:

"Esse aspecto educacional na minha família é muito importante e a minha mãe estudou só até a quarta-série porque ela teve que parar para trabalhar e ajudar a sustentar os outros irmãos dela; ela com oito anos já lavava roupa e cuidava do irmão mais novo porque a mãe dela era doente, então ela assumiu um pouco a responsabilidade da casa e assim não pôde concluir os estudos, mas até o limite dela, naquilo que ela pôde nos ensinar ela ensinou".

A relação que as filhas devem estabelecer com a escola e esta com o sucesso escolar é feita por oposição às trajetórias dos pais. A mãe das duas irmãs é pouco presente nas entrevistas e é possível perceber claramente a centralidade da figura paterna na família. A mãe permanece bastante tempo na casa, uma vez que trabalha com a venda de cosméticos e ocupa-se de todas as tarefas domésticas simultaneamente, conforme a divisão sexual

[81] Tomo aqui emprestada a expressão de Michèle FERRAND; Françoise IMBERT e Catherine MARRY: **L'excellence scolaire: Une affaire de Famille**. L'Harmattan, 1999.

tradicional do trabalho. É sobretudo o pai quem se encarrega dos estudos de suas três filhas, preocupado com a transmissão de um "capital cultural", enquanto que a mãe ocupa um papel importante, mas menos central.

Assim, as trajetórias das duas irmãs parecem ser bastante sugestivas, uma vez que, diferentemente das outras famílias já analisadas, o pai é aquele que realiza o investimento escolar das filhas.

"O meu pai de forma alguma queria que eu trabalhasse, ele queria que eu investisse apenas no estudo".

Helena e Paula contam:

"O estudo era valorizado pelo meu pai e pela minha mãe, mas pelo meu pai mais ainda, porque ele é uma pessoa frustrada por não ter conseguido fazer faculdade por falta de dinheiro. Eu acho que houve todo um investimento da família para os estudos e, de certa forma, nós acabamos sendo poupadas, tanto que na oitava série, ninguém se incomodava: eu chegava em casa, ajudava às vezes a fazer a janta, mas ninguém me solicitava para nada, eu sentava e estudava, porque eu queria passar em um colégio técnico".

" O meu pai sempre incentivou a gente, dizia que a gente tinha que estudar, que depois nós tínhamos que aprender inglês, então eu achava que iria ser poliglota, porque o meu pai queria que eu fizesse curso de inglês, de alemão, sempre nos incentivava para o estudo. Ele dizia que " a gente tinha que ter futuro" e repetia isso várias vezes, porque o futuro que ele não teve, ele projetava para a gente".

Hoje o pai de Helena e Paula tem cinqüenta e um anos e trabalha como autônomo, de pedreiro. Entretanto, embora de origem simples, sua família chegou a conhecer uma trajetória de mobilidade social ascendente, mas esta teve que ser brevemente interrompida:

"Ainda quando o meu pai era solteiro (diz Helena), *ele começou a vender frutas e legumes para o CEASA e meus avós chegaram mesmo a comprar uma casa ótima aqui no bairro. O meu pai, depois que se casou, tinha um caminhão, conseguiu até a construir uma casa com a venda da casa bonita dos meus avós, porque o CEASA já não estava dando mais dinheiro como antigamente.*

Resumindo, hoje com cinqüenta e um anos ele trabalha como pedreiro, mas ele já não pode trabalhar tanto porque já não tem mais o "pique" de uma pessoa jovem para trabalhar ...".

"Antes do meu pai perder tudo, nós éramos uma família que, apesar de pobres, ***para o bairro nós éramos classe média*** *(grifo meu). O meu pai tinha um caminhão, casa com dois aparelhos de TV, vídeo-cassete, forno, um carro Monza ...".*

Helena e Paula viveram uma infância diferente da dos seus pares no bairro M. Enquanto quase todas as meninas entrevistadas iniciaram a vida profissional com a idade de doze a quatorze anos como "babá", no próprio bairro e na casa de famílias mais abastadas, Helena e Paula permaneceram protegidas de todas as dificuldades vivenciadas por sua família, uma vez que, para seus pais, e em razão das condições que tinham, o mais importante era o investimento na escolaridade das filhas. Atualmente, em razão desse fato, ambas ocupam boa posição no mercado de trabalho e são elas as responsáveis pelo sustento da casa, uma vez que contam com bolsa de iniciação científica na Universidade.

De acordo com o pai das meninas, foram os estudos a principal via de um futuro menos difícil e a razão para o investimento realizado. Assim, diz Helena:

"A gente nunca repetiu de ano e a gente lutava por essa imagem, sempre boas alunas. A gente sempre contou muito com isso e como a gente não tinha muito do que se orgulhar, a gente sentia orgulho dessa parte; eu acho que, vendo assim, o lado financeiro contribuiu muito neste aspecto, o de se entregar completamente a estes objetivos, porque a gente não tinha atividades extra-escolares, então era aquela coisa de "pura e somente" a escola, até brincava de vez em quando na rua, mas não era sempre".

Significativo é que, objetivando cursar um dia a Universidade, Helena e Paula escolheram o ensino técnico como via de prolongamento dos estudos, confirmando talvez uma tendência de classe social, no que tange ao investimento no prolongamento dos estudos. Sempre admirativas do pai, as duas irmãs ingressam na Unicamp, nos cursos de Biologia e Química, respectivamente, e lutam contra o discurso Governamental representado pelo Ministério da Educação. Segundo esse discurso, o ensino técnico no Brasil é muito elitista, uma vez que ele não prepara o aluno para o mercado de trabalho e

sim para a universidade. Interrogando o objetivo do ensino profissional e o sentido da educação ao longo da vida, as duas irmãs são, assim, exceções dentro de um contexto em que jovens dificilmente cumprem uma trajetória de sucesso escolar.

A passagem pelo colégio técnico apresenta-se como um *rito de passagem* para ingressar numa universidade pública. O sonho de uma das irmãs era cursar medicina e, para tanto, prestou três vezes o vestibular, mas acabou desistindo desse projeto que num determinado momento da vida, pareceu-lhe impossível. É Paula quem fala de suas razões:

"(...) eu era muito insistente, eu achava que eu deveria ir em frente, principalmente porque eu comecei ver que o curso de medicina não era fácil de entrar, e eu comecei a perceber também que quem entrava no curso de medicina era quem tinha dinheiro, quem saía do colégio particular, quem tinha cultura ... coisa que a gente não tinha, não tinha dinheiro para comprar revistas, jornais; ir ao cinema, não tinha condições disso, nunca teve (...)".

Tal como afirma Bourdieu (1998), dizer "isso não é para mim" é pior do que dizer "não tenho meios para isso". Nesse caso, Paula demonstra lucidez quando percebe que para prestar medicina, deve empregar o dobro de esforço para ter êxito nas atividades escolares, uma vez que sabe que apenas o *esforço pessoal* não é o bastante, já que lhe falta, como afirma Bourdieu (1998), uma "cultura livre", ou melhor, uma cultura extra-escolar.

"Eu acabei prestando química porque eu já cansei de não passar, entra aquela coisa que ***você se reconhece*** *(...) (grifo meu) não tem como lutar contra, não existe, dói demais".*

O projeto não cumprido do pai, no entanto, através do sucesso escolar, foi finalmente realizado pelas duas filhas e fez dessa família o modelo de mobilidade social ascendente de integração social em contexto familiar de meios populares. O investimento escolar merece aqui destaque, já que é o fato de o pai ter tido um projeto escolar de prolongamento dos estudos em sua juventude que leva à valorização e priorização dos estudos de suas filhas. Como lembra Bourdieu (1998):

> (...) no caso do pai em vias de ascensão em trajetória interrompida, a ascensão que leva o filho a supera-lo é, de certa forma, seu próprio acabamento, a plena realização de um "projeto" rompido que ele pode,

> assim, completar por procuração. Quanto ao filho, rejeitar o pai real é aceitar, tomando-o por conta própria, o ideal de um pai que, por sua vez, se rejeita e se nega, fazendo apelo à sua própria superação (BOURDIEU, 1998, p. 232).

Pode-se inferir que essa família diferencia-se da média de sua categoria, uma vez que as duas irmãs contam pelo menos com um membro direto e próximo de sua família (o pai), que conseguiu ter êxito nos estudos, ingressando em uma Faculdade, ainda que não a tenha concluído.

Conforme lembra Bourdieu (1998),

> (...) também os filhos das classes populares que chegam até o ensino superior parecem pertencer a famílias que diferem da média de sua categoria (...) a presença no círculo familiar de pelo menos um parente que tenha feito ou esteja fazendo curso superior testemunha que essas famílias apresentam uma situação cultural original, quer tenham sido afetadas por uma mobilidade descendente ou tenham uma atitude frente à ascensão que as distingue do conjunto das famílias de sua categoria (BOURDIEU, 1998, p.44).

Por último, ainda com base em Bourdieu (1998), chama a atenção o significado dessa mobilidade social ascendente pela via escolar. Tanto uma irmã como a outra parecem identificar-se com a condição que o autor chamou de *trânsfuga*, isto é, aquele cuja escolaridade prolongada e sucesso escolar são marcados pela ambivalência; ao mesmo tempo que desejam diferenciar-se dos seus pares, temem a inevitável distância dos padrões populares e, portanto, de si mesmos. Paula afirma:

" (...) hoje eu consigo lidar com vários tipos de pessoas acho que pela própria caminhada minha; mas eu não consigo me ver no papel dessas pessoas que estão aqui e mesmo viver aqui. Acho que o diálogo ficou mais difícil e a ideologia deles é casar, ter filhos, no caso das meninas. Não é isso o que eu quero para mim. As pessoas acreditam que podem viver felizes para sempre, mas eu nunca acreditei nisso; a minha felicidade certamente não vai ser ficar parada em um canto, ganhando dinheiro e tal; claro que você precisa disso, mas para mim, antes de tudo, você deve se realizar profissionalmente, nem que para isso você tenha que renunciar à vida que você levava antes".

Com Helena não é diferente. Diz ela:

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

"Infelizmente, depois que eu segui outro rumo, as minhas amizades foram mudando um pouco sabe, as meninas que eram minhas amigas, hoje já estão casadas, com filhos (...) uma colega do ginásio que eu ainda mantenho contato, parece ser a única a cursar uma universidade e, ela, só conseguiu entrar em uma particular. O resto, ninguém, ou é uma gravidez precoce, um casamento, não sei".

4.2- Retrato de Renata: "A vida é só trabalho" *(sic)*.

Renata tem vinte e quatro anos e pertence a uma família numerosa. Sua mãe veio ainda solteira do Norte do Brasil, de uma pequena cidade no Estado do Ceará, mais precisamente rumo a São Paulo, para trabalhar na casa de famílias mais abastadas. Todo o dinheiro que ela ganhava era para enviar aos seus parentes. Segundo Renata, a vida de sua mãe pode ser traduzida numa só palavra: *trabalho*. Ainda solteira, esta ocupava-se já de seus pais e irmãos e, após seu casamento dedicar-se-á somente ao seu marido e aos seus cinco filhos. Pode-se dizer que sua mãe cumpre um destino de gênero e igualmente de classe, como a grande maioria das mulheres migrantes. Estas migram para o Estado de São Paulo e o primeiro emprego obtido é o de empregada doméstica. Diz Renata:

"(...) minha mãe veio para a cidade de São Paulo com vinte anos para trabalhar em casa de família e com esse dinheiro ela sustentava a família dela inteira. Nessa época ela era solteira. Aliás, desde muito nova ela ajuda a família: cuidava dos irmãos para os pais saírem trabalhar, sempre foi dedicada para cuidar da família e quando ela foi para São Paulo trabalhar foi a mesma coisa, ela trabalhava para ajudar a família; ela trabalhava o mês inteiro e alguém ia pegar o dinheiro dela para poder sustentar a família".

Toda a entrevista esteve centrada no papel de sua mãe e no abandono do pai. Este era metalúrgico e, num dado momento, abandona sua família para viver com uma outra mulher. Se a família era já precarizada, torna-se ainda mais precária após a separação de seus pais.

O trabalho era imperativo para os cinco filhos e desde a idade dos doze anos eles foram impelidos ao trabalho. A privação econômica contribuiu para afastá-los da escola, apesar da persistência em prolongar os estudos, como bem lembra Renata:

" Com o passar do tempo, a vida foi ficando mais difícil e começaram as brigas. Que eu me lembre, nos meus doze, treze anos, se eu quisesse calçar um chinelo, eu tinha que trabalhar para poder comprar, porque o meu pai não tinha condições de me dar. Era só ele trabalhando para sustentar a mulher e cinco filhos, nem todos estudavam".

Renata repetiu o primeiro ano escolar e, segundo ela, a frágil escolaridade de seus pais desempenhou um papel importante naquilo que ela considera uma situação de fracasso. Após a experiência, a escola passa a ser colocada em segundo plano e o mais importante passa a ser a contribuição financeira para a subsistência da família. Os imperativos da existência material impõem-se para Renata, do mesmo modo que aos jovens da periferia do bairro M.

"Nessa época eu lembro que as crianças saíam muito felizes da escola e eu saía chorando, pelo fato de ter reprovado. Isso me marcou muito porque eu via meus irmãos, meus primos, todos no quintal juntos, indo para a escolinha e eu não podia. Depois no ano seguinte eu fui fazer de novo a primeira série e tive muita dificuldade para acompanhar, principalmente de relacionamento (....).

A trajetória profissional de Renata faz-se assim, marcada pelo que representaram as dificuldades escolares e por duas espécies de trabalho: inicia sua vida profissional (ainda que informalmente) na casa de famílias de classe social mais elevada, antes mesmo de completar dez anos e, um pouco mais tarde, como operária na linha de produção de uma fábrica, já com a idade de quatorze anos, o que era na época aceitável em termos de leis do trabalho.

" Com quatorze anos eu lembro que eu já trabalhava na produção de uma empresa, como eu trabalho até hoje, mas já trabalhei em casas de família também. Esse meu primeiro emprego foi na Indústria, nas "Pipocas Nhac", eu trabalhei lá um ano (...) até para o trabalho eu não dava

muita importância, eu faltava muito, mesmo tendo a necessidade de trabalhar para ajudar o meu pai e a minha mãe. Naquela época eles nem exigiam o segundo grau e nem o fato de você ser "de menor". Eu trabalhava na "esteira", lá a pipoca ia caindo da máquina e a gente ia embalando os sacos de pipoca de dez em dez. Era muito cansativo porque a gente trabalhava o dia todo em pé. Era também muito repetitivo".

Em razão do ingresso precoce na vida ativa, Renata não conseguiu concluir o ensino fundamental, tal como suas duas irmãs mais velhas, as quais empregaram esforços para obter o diploma de ensino médio, mas que jamais pensaram em prosseguir os estudos, tão distante o ensino superior se lhes apresentava. De acordo com Renata, sua família sempre pensou que a universidade "não era coisa para eles" e, assim, percebemos nas entrelinhas dessa fala a idéia tratada por Bourdieu (1998) quando diz que as classes populares acabam por introjetar expectativas limitadas em relação ao futuro escolar.

"Foi sempre difícil, para mim, conciliar o estudo e o trabalho. Eu era muito rebelde dentro da sala; eu não tinha consciência da necessidade de estudar, hoje eu vejo diferente, porque eu parei na oitava série e estou vendo desperdiçar as oportunidades que estão me dando porque eu não tenho o segundo grau. Na época eu nem pensava nisso, a gente tinha o "empurrão" do pai e da mãe, mas a gente não dava importância".

" Os meus irmãos mais velhos tiveram dificuldades na hora em que chegaram no primeiro colegial, de comprar o material para poder estudar. Eu lembro que a minha irmã saía daqui do bairro e ia direto para Campinas para trabalhar, voltava para cá e à noite ia para o Bairro Santa Genebra estudar e voltava aqui para o Matão mais de dez horas da noite para começar a mesma vida no dia seguinte. Depois ela conseguiu terminar o terceiro colegial, mas nem pensou em fazer uma faculdade".

Há dez anos na produção de uma grande empresa de fibra óptica, Renata lamenta não ter prosseguido os estudos, já que hoje, para que ela aceda a um projeto de mobilidade social na empresa e, como conseqüência, melhore seu padrão de remuneração, é preciso ter obrigatoriamente o diploma de ensino médio.

Com isso, o estudo é percebido por Renata como a única possibilidade de ser "alguém na vida". Ela gostaria de torna-se uma "técnica" em alimentos e, para isso, terá

que cursar uma escola técnica. Tal "via" do ensino profissional aproxima-se das aspirações dos jovens dos meios populares ao oferecer-lhes o caminho do prolongamento dos estudos.

"Penso em fazer um supletivo rápido, eu sei que uma faculdade eu não vou fazer com um supletivo, mas o meu sonho é ser "técnica em alimentos". Se eu tiver um supletivo, eu vou poder fazer isso, apesar de não ter nada a ver com o que eu trabalho. Se eu fizer o técnico, eu posso trabalhar como nutricionista, fazer outros cursos e sei que isso tem no Colégio Bento Quirino, que é uma escola técnica. Eu tenho vontade de fazer isso e depois fazer Nutrição em uma faculdade. Para mim o estudo é muito importante, é tudo. Independe da idade que eu tenha, eu posso ter cinquenta anos, se eu optar pelo estudo, eu ainda posso ser alguém, fazer alguma coisa (...). Na época que eu deveria continuar a estudar, o trabalho era mais importante que o estudo. Com os meus irmãos também aconteceu isso e juntou também com as brigas que a gente tinha em casa (...) a gente passou a vida inteira em torno dos problemas deles, que eram para eles resolver".

Quando ela vê seus pares na empresa aceder a uma função superior, pergunta-se para que serve a experiência e o conhecimento do trabalho. Há dois anos na função de "multiplicadora" (ela multiplica seus conhecimentos aos outros funcionários), encontra-se num acúmulo de tarefas a realizar, sem que por isso receba um aumento de salário ou mesmo a aquisição de um novo posto. Segundo ela, a única coisa que mudou foi seu "status" como operária frente aos demais colegas. Renata diz sentir-se mais valorizada mas, ao mesmo tempo, ter o sentimento de dar e nada receber em troca, uma vez que ela tem a impressão de poder ser substituída a qualquer momento.

Finalmente, quando lhe é perguntado desde quando o diploma teve essa importância para ela, o que responde é: *" Foi sobretudo após ter tido uma entrevista com o Diretor de Recursos Humanos quando eu perguntei a razão de continuar numa das escalas mais baixas da empresa. Ele respondeu: "o diploma" e ali, eu entendi tudo (...)".*

4.3- Estudar e trabalhar: o rito, o mito e a realidade

As três trajetórias analisadas aqui (Paula, Helena e Renata) diferenciam-se das demais no que concerne ao investimento escolar recebido pela família ou a falta dele. Neste sentido, as três histórias evidenciam como o "destino escolar", seja ele relacionado ao

sucesso escolar ou ao fracasso, deve ser percebido numa perspectiva dialética, complexa, no quadro de uma configuração de fatores de interdependência. Assim, não só a família exerce um fator importante no percurso escolar, mas igualmente os indivíduos e as relações que eles estabelecem com outras instâncias de socialização, como o bairro, o trabalho, entre outros.

A própria fluidez que caracteriza os moradores de um bairro popular opera, na escola, por meio de uma lógica não linear, feita de ingressos, interrupções e retornos à escola, tal como observado na trajetória de Duda, Roger, Silvinha, só para citar alguns.

Todavia, é preciso lembrar a importância da construção dos percursos escolares a partir das condições objetivas de escolarização das práticas e dos significados definidos pelos sujeitos implicados: pais e filhos. Isso porque, embora grande parte dos pais entrevistados na pesquisa tenham deixado clara a importância da escola como um projeto de integração social (que ocorre pela via do trabalho) e, consequentemente, de mobilidade social ascendente, pode-se perceber que existem variações quanto às práticas educativas das famílias.

No caso das duas irmãs, Paula e Helena, percebe-se claramente a importância da escolaridade, esta assumida como parte de um projeto não cumprido pelo pai das jovens e, na persistência para elevar o capital escolar das filhas, evidencia os objetivos de ascensão social que orientam suas práticas. Zago (2000) lembra que:

> (...) a família, por intermédio de suas ações materiais e simbólicas, tem um papel importante na vida escolar dos filhos, e este não pode ser desconsiderado. Trata-se de uma influência que resulta de ações muitas vezes sutis, nem sempre conscientes e intencionalmente dirigidas (ZAGO, 2000, pp. 20;21).

No conjunto das trajetórias juvenis analisadas, é importante ressaltar o destino escolar das duas irmãs, cujo objetivo é orientado para o sucesso escolar. Ao contrário das demais jovens, Paula e Helena não cumpriram a mesma trajetória das meninas do bairro M., trajetórias essas que se inscrevem no trabalho doméstico antes mesmo de completar quatorze anos. A possibilidade de vivência plena da escola exigiu, por isso mesmo, o dobro de esforço por parte do pai de Helena e Paula, a fim de que suas filhas não tivessem que

conciliar *trabalho* e *escola*; temporalidades quase certas para a maioria dos jovens entrevistados.

Para compreender o empenho de que o projeto de escolarização exitosa das filhas fosse levado a cabo, deve-se analisar a própria trajetória do pai das meninas. Este chegou a ingressar numa Faculdade de Odontologia, mas teve que abandonar os estudos por impossibilidade financeira de levá-lo a termo.

A preocupação com a transmissão de um certo capital escolar às filhas não se estende como projeto possível para a maioria das famílias que habitam um bairro popular. Para estas, a Universidade só faz parte das aspirações passíveis de serem concretizadas através de seus filhos, uma vez que os pais, eles mesmos, são portadores de títulos com pouca validade no mercado de trabalho, como o diploma do ensino fundamental.

Embora as famílias dos jovens entrevistados possuam baixos títulos escolares, eles esperam ver, através de seus descendentes, a superação de sua condição social. Reside aí, na acepção de Bourdieu (1998), o paradoxo da "contradição da herança", pois muitas vezes a mobilização familiar não é condição suficiente para garantir uma permanência duradoura na escola, tal como revela a própria trajetória escolar de Renata, cuja repetência é atribuída ao baixo capital escolar da família. Como bem lembra Zago (2000),

> (...) Não podemos esquecer também que a adesão do filho ao que os pais procuram transmitir em favor dos estudos depende dos "veredictos da escola" e, portanto, passa pelo sucesso escolar (ZAGO, 2000, p. 23).

Assim, a autora reitera que

> A mobilização familiar voltada para as atividades escolares dos filhos, as práticas de socialização e a transmissão de valores, o apoio sistemático de um professor, a demanda escolar relacionada à atividade profissional, o tipo de trajetória social e escolar, entre outras situações, podem tornar-se fatores escolarmente rentáveis na definição de percursos singulares com características distintas das de colegas da mesma idade e origem social (ZAGO, 2000, p. 35).

As práticas de investimento familiar são, então, tão distintas quanto são as próprias trajetórias analisadas. Assim, o retrato da "excelência escolar" de Paula e Helena é portador de uma relação ambígua, uma vez que, se analisadas exclusivamente as condições

materiais de existência, as duas irmãs fazem parte daquilo que Bourdieu (1998) denomina de "estatisticamente improvável". Todavia, ao enfatizar o investimento escolar e a mobilização por parte da família num projeto típico da sociedade moderna, isto é, investir no capital escolar como um capital dominante, percebe-se que o êxito de Paula e Helena é o resultado esperado do investimento recebido.

Já no que concerne ao destino escolar de Renata, destino este marcado por constantes interrupções e rupturas, nota-se que a escola vem quase "a reboque" da vida social. Filha de pais semi-analfabetos, Renata cumpriu o destino certo da maioria das meninas do bairro M., iniciando sua vida ativa antes mesmo de completar doze anos, a fim de incrementar o orçamento familiar. Como ela mesma afirma em sua entrevista, o fato de ter repetido a segunda série do ensino fundamental ocorreu sobretudo devido à falta de escolaridade dos pais, os quais não podiam auxiliá-la nas tarefas escolares, em função da baixa escolaridade que possuíam. A história do fracasso escolar deixará profundas marcas em sua trajetória, como ela lembra em vários momentos de sua fala.

Sua escolaridade, como a da maioria dos jovens estudados, define-se no "tempo do possível", visto que a premência de receber um salário sobrepõe-se à obtenção de um diploma.

Nas entrevistas com jovens oriundos dos meios populares, Zago (2000) constatou que estas evidenciavam a interrupção dos estudos como parte de um processo de eliminação que acontece de forma contínua e ao longo de toda a vida escolar. Diz a autora que

> (...) ao investigar os percursos escolares, não se deve ignorar as contradições entre o prolongamento da obrigatoriedade escolar e a realidade concreta vivida por parte significativa da população que, quando inserida na escola, tem uma trajetória de descompassos com as normas da instituição, e por isso são denominados de *excluídos potenciais* (ZAGO, 2000, p. 26).

No caso de Renata, muito embora reconheça a importância de um diploma para poder "ascender" na fábrica onde trabalha, os percursos acidentados criam um distanciamento temporal com a escola, o que faz com que as chances de reconversão escolar tornem-se ainda mais difíceis.

Assim, quando as três trajetórias são postas em relação, percebe-se que a aquisição de um diploma, tantas vezes introjetada como compreensão meritocrática do sucesso

profissional mediante o esforço pessoal, depende, em realidade, de um conjunto de situações que não operam mecanicamente. Na verdade, tais situações operam segundo uma configuração de fatores como, por exemplo, as distintas práticas familiares que colaboram para o sucesso escolar e que permite colocar em prática certas aspirações, bem como a possibilidade de poder desfrutar de um tempo livre para o estudo, o que só raramente acontece com os jovens oriundos dos meios populares.

IMAGENS DO BAIRRO: uma combinação de olhares

Quadro nenhum está acabado,
disse certo pintor;
se pode sem fim continuá-lo,
primeiro, ao além de outro quadro

que, feito a partir de tal forma,
tem na tela, oculta, uma porta
que dá a um corredor
que leva a outra e a muitas outras[82].

As imagens do bairro que procurei captar nesse trabalho correspondem, num sentido mais aparente, à realidade vista a partir de um ponto de observação específico, decorrente do lugar de onde venho, da posição que ocupo no mundo: trata-se de captar uma existência por um prisma pessoal.

Mas, se a preocupação manifesta desde o início desse trabalho foi a de flexibilizar esquemas teóricos para não sobrepor modelos rígidos de interpretação às vivências dos sujeitos pesquisados, seria talvez mais pertinente falar em prismas (no plural), uma vez que respondo não apenas por mim, mas também pelo aparato teórico de que me vali para embasar meu olhar. Não se pode esquecer de que esses prismas também compõem-se das imagens que os moradores do bairro fazem de si e dos outros, o que me permite dizer que as imagens reproduzidas nesse trabalho são resultado de uma combinação de olhares que, convém ressaltar, embora única, não tem a pretensão de oferecer **o** retrato do bairro, mas **um** retrato possível.

Assim, não poderia findar essa tese com um retrato acabado do bairro. As considerações não podem ser conclusivas, totalizantes, sobretudo porque a vida do bairro e das pessoas que nele habitam, vista na perspectiva de um processo dinâmico, é cotidianamente reelaborada no tempo e no espaço social. A fluidez dos acontecimentos é produto das injunções de um presente cheio de escolhos, marcado por rupturas, mas também de tentativas de reafiliação e integração.

O bairro M. foi tomado aqui como um universo microscópico, palco de interações e conflitos de sujeitos que constantemente entram e saem das estruturas, construindo suas

[82] MELO NETO, João Cabral. A lição de Pintura. In: **Museu de Tudo,** 1966-1974.

relações sociais num contexto fortemente marcado pelas contradições da sociedade capitalista.

Numa perspectiva mais geral, esse pequeno universo circunscrito à esfera das localidades, isto é, das ruas, das diferentes casas, dos *modos de vida* de diferentes moradores, revela as possibilidades e limites de integração, bem como a construção de projetos coletivos, a fim de fazer face às constantes rupturas com que são confrontados no cotidiano, seja em relação ao trabalho, à escola, à família, ao mercado de bens culturais etc. Cumpre assinalar, todavia, que essas rupturas não são vivenciadas como sendo irremediáveis, justamente porque são percebidas como um *processo* e não como um *produto* de injunções determinadas.

Todas as trajetórias postas a nu nesse trabalho revelaram, com maior ou menor intensidade, os modos como os indivíduos estão inseridos nessa sociedade, o que esperam do futuro, bem como os projetos que procuram colocar em prática para, de alguma forma, inscrever-se numa rede de proteções sociais. É assim que o diploma escolar, a música, o emprego, a gravidez precoce e outros projetos apresentam-se como possibilidades de integração num contexto assinalado pela fragilidade relacional.

O uso do termo *modos de vida* possibilitou apreender a trajetória desses sujeitos, migrantes em sua maioria, os quais vivem a condição de *dezenraizados* na acepção mais ampla do termo: formam o conjunto de trabalhadores sem trabalho ou, quando muito, inseridos no setor assalariado anêmico, figuram também sobremaneira na economia subterrânea, através da realização de pequenos trabalhos ilícitos, como a condução ilegal de transporte coletivo ou mesmo o tráfico de drogas. Possuem baixa escolaridade ou então são portadores de diplomas com baixo valor de troca no mercado de trabalho. Acalentam a esperança de uma vida melhor na cidade grande, mesmo que às custas de descontinuidades em seus trajetos.

Mas esses indivíduos, produtos do enfraquecimento das regulações coletivas, sobrevivem às intempéries de sua condição justamente porque não existem exclusões consumadas. O que existe são processos sociais excludentes e de precariedade, responsáveis pelas constantes rupturas e recomeços dos sujeitos; do entrar e sair das estruturas para viver suas trajetórias na dialética das relações sociais.

Tal como dito anteriormente, a ruptura, para esses sujeitos, não é irremediável, justamente porque, através do processo de "entrar" e "sair" das estruturas, de socializar e ressocializar-se, deslocam as regulações por meio das quais a vida social se reproduz e se reconduz.

Em meio às sinuosidades no percurso, elaboram cotidianamente práticas sociais e projetos de integração social. É o que demonstram atualmente os trajetos de grande parte das pessoas entrevistadas: **Rose** continua a trabalhar no limite da precariedade, conjugando três empregos para fazer face às necessidades do cotidiano. **D. Elenice** hoje desfruta da aposentaria do marido e montou um negócio próprio: comprou um carrinho de lanches para vender na porta das escolas, além de ter realizado o que sempre almejou: voltar a estudar e, para tanto, matricular-se num curso supletivo noturno. **Terezinha** mantém o emprego de diarista e hoje vive na peleja para que seus filhos estudem, pois, segundo ela, somente o estudo é capaz de melhorar a realidade social na qual se encontram inseridos.

Quanto aos jovens, **Gilson**, técnico em administração formado por uma escola técnica municipal, trabalha na área de telemarketing de uma empresa nacional de grande porte. **Viviane,** detentora do mesmo título escolar de Gilson, trabalha como auxiliar administrativa de uma transportadora no bairro onde mora. **Duda** saiu do "cortiço do Geraldo", casou-se, não chegou a concluir o ensino médio e está empregado na linha de produção de uma empresa fabricante de plásticos, situada na cidade de Hortolândia, Região Metropolitana de Campinas. **Silvinha,** a jovem que acabou por depositar suas expectativas de uma vida melhor na gravidez, trabalha hoje como recepcionista numa academia de ginástica na cidade de Campinas. Mora com os pais, os quais a ajudam a criar seu filho. **Renata** continua trabalhando na mesma empresa, produtora de fibra óptica. Ainda hoje considera seu trabalho precário, mas acredita que se tivesse ao menos concluído o ensino médio, teria condições de "crescer" no local onde trabalha. **Roger**, o *rapper* da periferia, converteu-se a uma religião pentecostal, mudou-se de Campinas para São Paulo e continua desempregado. De todos os jovens entrevistados, era aquele que possuía, junto com sua irmã **Renata**, as maiores lacunas na formação escolar. Quanto às irmãs **Paula e Helena**, ambas fazem a graduação na Unicamp, respectivamente em Química e em Biologia, são bolsistas de Iniciação Científica e atualmente despendem todos os esforços no investimento escolar da irmã mais nova.

Esse foi o intento dessa pesquisa, qual seja, através do estudo dos *modos de vida* de moradores de um bairro popular na região metropolitana de Campinas, mostrar a heterogeneidade dos percursos de seus moradores, bem como a elaboração de estratégias individuais ou coletivas capazes de reverter as certezas instituídas.

Referência Bibliográfica:

ABRAMO, H. W. **Cenas juvenis- punks e darks no espetáculo urbano.** São Paulo: Scritta, 1994.

ALMEIDA, A.M.F.; NOGUEIRA, M.A. (Orgs.). **A Escolarização das Elites- Um Panorama Internacional da Pesquisa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

ARROYO, M. Experiência de inovação educativa: o currículo na prática da escola. In: MOREIRA, A.F. (Org.). **Currículo: políticas e práticas.** Campinas: Papirus, 1999.

BAENINGER, R. **Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista.** Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996.

BARROSO, C. Sozinhas ou mal-acompanhadas- a situação das mulheres chefes de família. In: **Anais do 1° Encontro Nacional de Estudos Populacionais-ABEP-** Brasília, 1978.

BERTAUX-WIAME, I. Le projet familial. **Annales de Vaucresson,** n.26, p.61-74,1/1987.

BOLTANSKI, L. ; CHIAPELLO, E. **Le Nouvel Esprit du Capitalisme**. Paris, Gallimard, 1999.

BOURDIEU, P. **Esquisse d'une théorie de la pratique.** Geneve, Droz, 1972.

---------- A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos de Educação.** Petrópolis:Vozes, 1998, p. 39-64.

---------- À Propos de La Famille comme categorie realisée. **Actes de La Recherche en Sciences Sociales,** Paris, n.100, p. 32-36, dez. 1993.

---------- As contradições da herança. In: NOGUEIRA, M. Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.) **Escritos de Educação.** Petrópolis:Vozes, 1998, p.229-237.

---------- Os excluídos do interior. In: NOGUEIRA, M. Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.) **Escritos de Educação.** Petrópolis: Vozes, 1998, p.217-227.

---------- La « jeunesse » n'est plus qu'un mot . In : **Questions de Socilogie**. Paris : Les éditions de Minuit, 1984, p.143-154.

---------- A ordem das coisas. In: **A miséria do mundo**. Petrópolis:Vozes, 1999, p. 81-101.

BRIOSCHI, L.R. e TRIGO, M.H.B. Família: Representação e Cotidiano- Reflexão sobre um trabalho de campo. **Cadernos CERU- Série Textos**. São Paulo, 1989, 94p.

BRUSCHINI, C. Uma abordagem sociológica de família. In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v.6, n.1, 1989, p.1-23.

CANDIDO DE MELLO E SOUZA, A. The Brazilian Family. In: **Brazil, portrait of half a continent**. Nova York, The Dryden Press, 1951.

CASTEL, R. Da Indigência à Exclusão, a Desafiliação- Precariedade do trabalho e vulnerabilidade Relacional. In : DONZELOT, J. (Org.). **Face à l'exclusion: le modèle Français.** Éditions Esprit- Le Seuil, Paris, 1991.

---------- Rupturas Irremediáveis : Sobre Tristão e Isolda. **Revista Lua Nova, n.43,** 1998, p.171-188.

---------- **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Petrópolis:Vozes, 1998.

CHAMPAGNE, P. A visão mediática. In: BOURDIEU, P. (Org.) **A miséria do mundo.** Petrópolis: Vozes, 1999, p.63-79.

CHAPOULIE, J.M. **La Tradition Sociologique de Chicago : 1892-1961.** Paris : Editions du Seuil, 2001.

---------- Le travail de terrain, l'observation des actions et des interactions et la sociologie. In : **Revue Societés Contemporaines**, n.40, L'Harmattan, 2000, p.5-27.

CORDEIRO, G.Í. e COSTA, A. F.da B.: contexto e intersecção. In: VELHO, G. (Org.). **A antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal.** Rio de Janeiro:Zahar Ed., 1999.

CUNHA, M.A.de A. **Entre a Casa e a Fábrica: As Operárias da Noite- Um estudo do trabalho feminino no contexto da reestruturação produtiva**. 1997. 179 f. Tese (Mestrado em Sociologia)- Universidade Estadual Paulista- UNESP, Araraquara.

DAMATTA, R. **A Casa & A Rua.** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEMARTINI, Z.de B.F. e LANG, A.B.da S.G. Educação e Trabalho: um estudo sobre produtores e trabalhadores na agricultura paulista. **Cadernos CERU- Série Textos.** São Paulo,1983, n.06.

DIAS, M.L. da S. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX.** São Paulo: Brasiliense, 19984.

DONZELOT, J. **A polícia das famílias.** Rio de Janeiro : Graal, 1980.

DUBET, F. **La Galère : Jeunes en Survie**. Paris, Éditions Fayard, 1987.

DURHAM, E. R. **A Caminho da Cidade- A vida rural e a migração para São Paulo.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1984, 3ª edição.

---------- Família e Reprodução Humana. In: **Revista Perspectivas Antropológicas da Mulher**, n.03, Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

ELIAS, N. & SCOTSON, J.L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FALCONE, D.M. **Juventude Em Tempo de Incertezas: Enfrentando Desafios na Educação e no Trabalho.** 2002. 428f. Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FERRAND, M.; IMBERT, F. et MARRY, C. **L'Excellence Scolaire : Une Affaire De Famille- Les cas des normaliennes et normaliens scientifiques.** Paris : L'Harmattan, 1999.

FERRETTI, C. ; MADEIRA, F.R. Educação/Trabalho: reiventando o passado?. In: **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n. 80, 75-86, 1992.

FONSECA, C. Quando cada caso não é um caso- Pesquisa etnográfica e educação. In: **Revista Brasileira de Educação**, n. 10, jan./fev./mar./abr. 1999.

---------- Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORI, M. (Org.). **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1997, p. 510-553.

---------- **Caminhos da Adoção.** São Paulo: Cortez, 1995.

FORACCHI, M.M. **A juventude na sociedade moderna.** São Paulo: Pioneira/Edusp, 1972.

---------- **A participação social dos excluídos**. São Paulo: HUCITEC, 1982.

FREIRE COSTA, J. **Ordem médica e norma familiar.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREYRE, G. **Sobrados e Mocambos- decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 1999.

GIDDENS, A.; TURNER, J (orgs.). **Teoria Social Hoje.** São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

GOLDANI, A.M. Retratos de Família em tempos de crise. In: **Revista de Estudos Feministas**, ECO/UFRJ, 2° sem./1994, p.304-335.

GRIGNON, C.; PASSERON, Jean-Claude. **Le Savant et le Populaire : Misérabilisme et populisme en sociologie et en littérature.** Paris : Editions du Seuil, 1989.

GROPPO, L.A. **Juventude- Ensaios sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas.** Rio de Janeiro: Diffel, 2000.

GUIMARÃES, Á.M. Autoridade e Tradição: as imagens do velho e do novo nas relações educativas. In: AQUINO, J.G.(Org.) **Autoridade e Autonomia na Escola- Alternativas Teóricas e Práticas**. São Paulo: Summus, 1999.

HOGGART, R. **La Culture du pauvre**. Paris : Editions de Minuit, 1970.

---------- **As utilizações da cultura**. Lisboa: Presença, 1973.

JOAS, H. Interacionismo Simbólico. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (orgs.). **Teoria Social Hoje.** São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

LOBO, E. S. Caminhos da Sociologia no Brasil: Modos de vida e Experiência. In: **Revista Tempo Social/ Revista de Sociologia da USP,** São Paulo, 4 (1-2): 7-15, 1992.

MADEIRA, F. (Org.) **Quem mandou nascer mulher?** Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

MAGNANI, J.G. C. A rua e a evolução da Sociabilidade. São Paulo, 1993, texto mimeo.

---------- Quando o Campo é a Cidade: Fazendo Antropologia na Metrópole. São Paulo, 1999, texto mimeo.

MALINOVSKI, B. Introdução: Tema, método e objetivo desta pesquisa. In: **Argonautas do Pacífico Ocidental.** São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

MARQUES, M. O. da S. Escola Noturna e Jovens. In: **Revista Brasileira de Educação-ANPED-** n. 5 e 6, 1997.

MARTINS, J.de S. **A sociedade vista do abismo.** Petrópolis:Vozes, 2002.

MARTINS, J.P. Campinas XX: 100 anos de história. **Correio Popular,** Campinas, 25 fev. 2000, Suplemento Especial.

MELLO, J.M.C.; NOVAIS, F. Capitalismo Tardio e sociabilidade moderna. In: SHWARCZ, L.M. (Org.). **História da vida privada no Brasil.** São Paulo:Companhia das Letras, 1998, vol.4.

MINTZ, S. Encontrando Taso, me descobrindo. In: **Revista Dados,** v.27, 1984, p.45-58.

MONTALI, L. Arranjos familiares: O esforço coletivo para viver na Grande São Paulo. In: **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas,** São Paulo, n.72, p. 58-62, fev./1990.

MONTEIRO, S. Gênero, sexualidade e juventude numa favela carioca. In: HEILBORN, M. L. (Org.). **Sexualidade- O olhar das Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, p.117-145.

NADER, M.B. **Do Destino Biológico ao Destino Social: Unidades Domésticas Gerenciadas por Mulheres- 1970/1995.** 1996. 180f. Tese (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

NOGUEIRA, M.A. Convertidos e Oblatos- Um exame da relação classes médias/escola na obra de Pierre Bourdieu. In: **Revista Educação, Sociedade e Cultura,** maio/1997, nº 07.

PAIS, J. M. **Culturas Juvenis.** Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1991.

---------- Jovens em Trajetos de "exclusão social": estratégias de sobrevivência. In: IV CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO, 1 a 5 de setembro de 1996, Rio de Janeiro, texto mimeo.

---------- Introdução. In: **Traços e Riscos da Vida.** Porto: Âmbar, 1999.

---------- **Ganchos, Tachos e Biscates- Jovens, Trabalho e Futuro.** Porto: Âmbar, 2001.

POCHMANN, M. **A inserção ocupacional e o emprego dos jovens.** São Paulo: ABET, 1998.

---------- Inclusão juvenil como estratégia pública. **Folha de São Paulo,** São Paulo, 23 abr.2002.

PROST, A. L'enseignement s'est-il démocratisé? Paris, Puf, 1986. Apud : BRUCY, G.; ROPÉ, F. **Suffit-il de scolariser ?** Paris : Les Éditions de L'Atelier, 2000.

SARTI, C. **A Família como Espelho- Um estudo sobre a moral dos pobres.** Campinas: Autores Associados, 1996.

SCHWARTTZ, O. **La notion de classes populaires.** Habilitation à diriger des recherches en sociologie, Université de Versailles-Saint-Quentin-en-Yvelines, mimeo, 2000.

---------- L'Empirisme Irréductible (Posface). In : ANDERSON, N. **Le Hobo-Sociologie du Sans-Abri.** Paris : Nathan, 1993.

SCOTT, P. O Homem na Matrifocalidade: Gênero, Percepção e Experiências do Domínio Doméstico. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas,** São Paulo, n.73, p.37-41, 1990.

---------- Mulheres Chefes de Família: abordagens e temas para as políticas públicas. In: CONGRESSO sobre "Mulheres Chefes de Família: crescimento, diversidade e políticas", realizado pelo CNPD, FNUAD e ABEP, 2002, Ouro Preto- MG.

SEGNINI, L.R.P. Educação, Trabalho e Desenvolvimento: Uma complexa Relação. In: **Revista Trabalho & Educação,** jul./dez. 1999- jan./jun.- 2000, n. 06, FaE/UFMG.

SILVA, M.A.da. **Intervenção e Consentimento- a política educacional do Banco Mundial.** Campinas, SP: Autores Associados/FAPESP, 2002.

SPÓSITO, M. Estudo sobre a juventude em educação. In: **Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação-Anped**, n. 5 e 6, (Número especial sobre juventude), 1997.

TANGUY, L.; ROPÉ, F. (Orgs.). **Saberes e Competências – o uso de tais noções na escola e na empresa**. Campinas: Papirus, 1997.

THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VALLADARES, L. do P. Cem anos pensando a pobreza urbana no Brasil. In: BOSCHI, R.R. (Org.). **Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil.** Rio de Janeiro: Rio Fundo/IUPERJ, 1991.

VAN ZANTEN, A. **L'école de la périphérie- Scolarité et ségrégation en banlieue.** Paris : PUF, 2001.

VELHO, G. **Projeto e metamorfose : antropologia das sociedades complexas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

VILAR , D. e GASPAR, A. M. Traços redondos -A gravidez em mães adolescentes. In: PAIS, J. M. (Org.). **Traços e Riscos da Vida.** Porto: Âmbar, 1999.

WACQUANT, L. Da América como utopia às avessas. In: BOURDIEU, P.(Org.). **A miséria do mundo.** Petrópolis: Vozes, 1999.

---------- **Os condenados da cidade : estudo sobre marginalidade avançada.** Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001.

WEIL, S. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WOORTMANN, K. **A Família de mulheres.** Brasília: Tempo Brasileiro, 1987.

WOORTMANN, K. & WOORTMANN, E. Monoparentalidade e Chefia Feminina: Conceitos, Contextos e Circunstâncias. In: CONGRESSO sobre "Mulheres Chefes de Família: crescimento, diversidade e políticas", realizado pelo CNPD, FNUAP e ABEP, 2002, Ouro Preto-MG.

ZAGO, N. Processos de escolarização nos meios populares- As contradições da obrigatoriedade escolar. In: NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (Orgs.). **Família & Escola- Trajetórias de escolarização em camadas médias e populares.** Petrópolis:Vozes, 2000.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta- as organizações populares e o significado da pobreza.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE